17 a 20 de setembro de 2019

Democracia
Direitos Humanos
Educação

UFU - Campus Pontal

VII Semana de História do Pontal

ANAIS

VI Encontro de Ensino de História

REALIZAÇÃO: HISTÓRIA ICHPO/UFU

CO-REALIZAÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia

Marco Antônio Cornacioni Sávio (Org.)

Anais

VII Semana de História do Pontal

Democracia, Direitos Humanos e Educação

1.ª Edição
ISSN
2179-5665

Ituiutaba, maio de 2020

VII Semana de História do Pontal
Democracia, Direitos Humanos e Educação.

Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO)
http://www.ich.ufu.br/

Rua 20, 1600 – Ituiutaba-MG
CEP. 38304-402
Fones: (34) 3271-5232/3271-5249

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
http://www.ufu.br/

Organização:
Marco Antônio Cornacioni Sávio (ICHPO – História)

VII Semana de História do Pontal. (17 a 20 de setembro de 2019. Ituiutaba, MG)

Anais [Recurso Eletrônico] VII Semana de História do Pontal. De 17 a 20 de setembro de 2019 – Democracia, Direitos Humanos e Educação / Organização: Marco Antônio Cornacioni Sávio – Ituiutaba, MG – ICHPO/UFU. 246 páginas

Modo de Acesso: http://www.eventos.ufu.br/shp-2019

ISSN: 2179-5665

Organização

Comissão Organizadora:

Profa. Dra. Angela Aparecida Teles - ICHPO/UFU
Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo - ICHPO/UFU
Prof. Dr. Marco Antônio Cornacioni Sávio - ICHPO/UFU

Comissão Organizadora e Monitorias (Discentes):

Amanda Silva Rodrigues
Débora dos Santos Prada
Edeli Barbosa
Eduardo Toscano Novaes Jr.
Francielle Correia Rodrigues Silva
Francine Cristina Raimundini de Almeida
Gustavo de Souza Rubbi
Leonardo Santos Pitta
Leonardo Soares Vitalino
Letícia Elias Bernardes
Lúcia Helena dos Santos Oliveira
Michelle Oliveira Lima Leal
Miguel Antonio Costa
Milena Martins de Oliveira
Sabrina Coimbra
Sara Aline Azevedo da Silva
Stefanie Kathleen de Sousa Quintino
Suzana de Paula Rodrigues
Ualisson Pereira Freitas
Victoria Ferrari

Comissão Científica:

Profa. Dra. Angela Aparecida Teles - ICH/UFU
Prof. Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior - FACED/UFU
Prof. Dr. Aurelino José Ferreira Filho - ICH/UFU
Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo - ICH/UFU
Profa. Dra. Dalva Maria de Oliveira Silva - ICH/UFU
Prof. Dr. Eduardo Giavara - ICH/UFU
Prof. Dr. Giliard da Silva Prado - ICH/UFU
Profa. Dra. Luciane Ribeiro Dias Gonçalves - ICH/UFU
Prof. Dr. Marco Antônio Cornacioni Sávio - ICH/UFU
Prof. Dr. Newman Di Carlos Caldeira - ICH/UFU
Profa. Dra. Soraia Veloso Cintra - FACES/UFU
Prof. Dr. Welington Amarante - ICH/UFU

Programação

17 DE SETEMBRO (terça-feira):

16h00 - 18h00: Mostra de cinema Democracia e Direitos Humanos**:** Carfanaum (2018). Dir. Nadine Labaki.
Local: auditório I

19h00 - 19h30: Cerimônia de Apresentação
19h30 - 22h30: Conferência de abertura: Memória da ditadura no cinema: da matriz da resistência à ofensiva negacionista.
Prof. Fernando Seliprandy Fernandes (DH-UFPR)
Local: auditório I

18 DE SETEMBRO (quarta-feira):

08h00 – 11h00: Minicursos
Local: auditórios I, II e III

13h30 – 16h30: Simpósios Temáticos
Local: salas D206, D212, D213, D216, D217 e D219

16h30 – 18h30: Mostra de cinema Democracia e Direitos Humanos: Não Matarás (1988). Dir. Krzysztof Kieślowski.
Local: auditório I

19h30 – 22h30: Mesa redonda: Democracia e Direitos Humanos: as contribuições e os desafios do Ensino de História no século XXI.
Prof. Carlos Eduardo Moreira de Araújo (História – ICH/UFU)
Prof. Astrogildo Fernandes da Silva Jr. (Pedagogia – FACED/UFU)
Prof. Wellington Amarante (História – ICH/UFU)
Local: auditório I

19 DE SETEMBRO (quinta-feira):

08h00 – 11h00: Minicursos
Local: auditórios I, II e III

13h30 – 16h30: Simpósios Temáticos
Local: salas D206, D212, D213, D216, D217 e D219

16h30 - 19h00: Mostra de cinema Democracia e Direitos Humanos Pastor Cláudio (2017). Dir. Beth Formaggini.
Local: auditório I

19h30 - 22h00: Conferência: Direito à Diferença: LGBTQIA + e o humano em nós.
Prof. Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira (FAE-UFMG)
Local: auditório I

20 DE SETEMBRO (sexta-feira):

08h00 – 12h00: Atividade pedagógica com a rede de ensino. (*LAPAMI e PET História*)
Local: MUSAI/auditório I

16h30 - 19h00: Mostra de cinema Democracia e Direitos Humanos: Orestes (2015). Dir. Rodrigo Siqueira.
Local: auditório I

19h30 - 22h00: Mesa de encerramento: Cinema, Democracia e Direitos Humanos.
Profa. Dra. Angela Aparecida Teles (História – ICH/UFU)
Prof. Dr. Marco A. C. Sávio (História – ICH/UFU)
Local: auditório I

SUMÁRIO

Apresentação da VII Semana de História do Pontal.....p.9

Trabalhos completos VII Semana de História do Pontal

ALECRIM, Júlia Lazara Nunes. "Cinema Brasileiro e Ditadura Militar: produção documental e a circulação de memórias femininas (1989-2013)".....p.12

RODRIGUES, Renan & SÁVIO, Marco Antônio Cornacioni Sávio. "A pesquisa com fontes e o método de análise comparativa das obras cinematográfica e de quadrinhos de V de Vingança".....p.24

SÁVIO, Marco Antônio Cornacioni. "As humanidades na era das tecnologias digitais: reflexões e desafios para historiador".....p.35

LIMA, Caio Alves & SÁVIO, Marco Antônio Cornacioni. "Entre o analógico e o digital: trajetórias tecnológicas de equipamentos musicais eletrônicos híbridos em 1976-1979".....p.47

CAPUCHO, Rafael Nathan Humel. "Primeiras impressões sobre a interatividade entre mídia e democracia".....p.59

COSTA, Gabriel Fernandes & SÁVIO, Marco Antônio Cornacioni. Entre a realidade e o discurso: análise dos discursos midiáticos nas jornadas de junho de 2013 em São Paulo.....p.69

FÁBIO, Júlia Rosa & BARROS, Rômulo da Silva. "A relação entre a mídia e a religião e seus impactos na política contemporânea".....p.80

COSTA, Eduardo José da. "Educação patrimonial para além de peças expostas: notas de uma pesquisa realizada no museu de Ituiutaba".....p.88

SILVA, Francielle Correia Rodrigues. "Comunidade Rural Santa Rita Ituiutaba-MG: A importância do patrimônio histórico na luta pelo direito de manter-se comunidade".....p.99

SILVA, José Lito Salustriano & SOUZA, Sauloéber Társio. "História da arquitetura do Grupo Escolar João Pinheiro: análise de sua construção e reformas (1908 – 2015)".....p.110

FARIA, Júlia Serafim; DANIEL, Victória Melo & SILVA, Dalva Maria de Oliveira. "O CEPDOMP e a preservação da memória regional".....p.121

BERNARDES, Letícia Elias. "Análise da construção do mineiro na obra *História de Minas* – Volume 2 de Waldemar de Almeida Barbosa".....p.130

MOURA, Lucas Cardoso. "Algumas considerações sobre a migração de nordestinos para o município de Ituiutaba nas décadas de 1950 a 1970".....p.140

QUINTINO, Stefanie Kathleen de Sousa. "O golpe de 2016: O machismo na cultura de mídia brasileira".....p.150

VENÂNCIO, Lays Oliveira da Costa & CINTRA, Soraia Veloso. "Combatendo a violência contra a mulher por meio dos projetos de extensão".....p.160

CRUZ, André Pompolini. “Notas de pesquisa: a Frente Negra Brasileira e a perspectiva de raça, nação e nacionalismo no periódico “A voz da raça”, 1933-37”.....p.172

RODRIGUES, Amanda Aparecida Gomes. “Memórias da repressão do governo revolucionário a grupos religiosos e homossexuais em Cuba: um estudo dos testemunhos de ex-umapianos na blogosfera cubana (2007-2018)”.....p.183

FREITAS, Ualisson Pereira. “A traição do sexo: testemunhos da perseguição aos homossexuais em Cuba na obra de Reinaldo Arenas (1959-1990)”.....p.193

RUBBI, Gustavo de Souza. “Fora dos corpos: uma análise das práticas e representações das travestis na cidade de Ituiutaba (década de 1990 até o presente)”.....p.202

LEITE, Maria Paula Menezes. “Narrativas de legitimação do golpe militar de 1964 no Brasil: uma análise do discurso acerca da ameaça comunista na Câmara Municipal de Nanuque-MG”.....p.211

Resumos Expandidos VII Semana de História do Pontal

COSTA, Miguel Antonio. “Formação, saberes e práticas de professoras/os de história: as questões de gênero nas salas de aula (Ituiutaba-MG, Brasil)”.....p.220

PEREIRA, Maria Clara Magalhães de Guimarães & CINTRA, Soraia Veloso. “Análise histórica da Lei Maria da Penha e seus avanços”.....p.226

SILVA, Sara Aline Azevedo & GIAVARA, Eduardo. “Memórias em cena: a formação do MECA e a cena teatral na cidade de Ituiutaba (1974-1985)”.....p.231

PAULINO, Thainara Virgínia & CINTRA, Soraia Veloso. “Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras da cidade de Ituiutaba (MG)”.....p.238

RESENDE, Marília Alves Ferreira de Resende. “Las Damas de Blanco: memória e resistência política em Cuba (2003-2018)”.....p.242

Apresentação da VII Semana de História do Pontal

O mundo assiste, nessa segunda década do século XXI, a uma série de desafios colocados contra a democracia e suas diversas formas de representação. Esses desafios envolvem não apenas a nossa capacidade de garantir que as instituições políticas construídas no pós-Guerra se mantenham em pleno funcionamento, mas também em garantir que os direitos básicos da pessoa humana sejam respeitados no mundo.

A democracia, principalmente após o colapso da União Soviética e de seus satélites, passou a ser encarada como um modelo de governo a ser incentivado e suas instituições disseminadas pelo mundo. Em nome da democracia foram empreendidas guerras e ataques sistemáticos contra a autonomia de nações e de povos diversos. No entanto, é essa democracia (e a ideia de sociedade que ela carrega) que garante a liberdade dos indivíduos em sociedade e a possibilidade de superação das contradições advindas da modernidade, além da perspectiva de se conquistar melhores condições de vida e de garantir a dignidade da pessoa humana em todo o mundo.

A democracia, enquanto valor a ser preservado, e sua manifestação mais efetiva no que tange aos direitos individuais e coletivos de todas as sociedades, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, são manifestações fundamentais dos anseios das pessoas que buscam por um mundo mais solidário e com menos sofrimento. Em seus já setenta anos de existência, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é a representação mais bem-acabada da luta tanto pela democracia, quanto pelos direitos da pessoa humana. Esses direitos civis, políticos e sociais, ratificados pelo Brasil como membro pleno da Organização das Nações Unidas, guiam a nossa jovem democracia e respondem legalmente aos anseios dos brasileiros; anseios esses manifestados no desejo por liberdade pessoal e de pensamento, no desejo por liberdade de religião e de culto, no desejo por liberdade e estabilidade econômica, no desejo por liberdade de associação político-partidárias e de exercer seus direitos políticos e de expressão, bem como nos mais importantes anseios manifestos no direito ao trabalho, no direito à educação, no direito à saúde e no direito à proteção contra a miséria e a opressão.

Numa época em que os direitos representados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (presentes em nossos sistema legal graças a décadas de negociação e longos debates que culminaram em sua inclusão em nossa Constituição de 1988) se vê ameaçado pela ascensão dos usos políticos dos discursos de ódio, do medo, do ataque às instituições e às formas de representação democrática estabelecidas em nosso sistema legal, refletir sobre esse processo é algo de fundamental importância. Refletir sobre nossa democracia e sobre os Direitos Humanos que balizam nosso sistema legal é um ato político e de resistência, em nome de uma sociedade democrática e mais igualitária.

A universidade pública, enquanto espaço de liberdade de cátedra e de discussão, deve refletir sobre esse processo e tentar compreender de que maneira as diferentes formas de organização social podem resistir às tentativas de destruição das garantias de direitos individuais e das minorias. Essa reflexão deve ser feita através da defesa da universalização da educação, enquanto valor humano básico a ser preservado e disseminado em nossa sociedade.

A crise que as democracias do mundo atravessam, resultado da transformação em nossos modelos de comunicação e de representação política, atinge nossas instituições e as formas mais básicas de nossos direitos civis, políticos e sociais, tendo como principais vítimas os grupos minoritários em nossas sociedades, os menos favorecidos e as pessoas em maior situação de risco. O princípio da igualdade, que rege a nossa constituição, se vê vítima de um discurso anti-intelectual, antidemocrático e de culto à violência como forma de ação política, colocando em risco as próprias bases de convivência democrática.

É dentro desse contexto que o Curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO/UFU), em sua VII Semana, traz como tema **Democracia, Direitos Humanos e Educação**. Nossos professores e alunos convidam a toda comunidade acadêmica, e todos os interessados, para refletir sobre os desafios que a democracia enfrenta em nosso tempo, bem como debater e vislumbrar possíveis soluções dentro do âmbito de ação das regras dos direitos humanos e dos direitos básicos à educação que precisam, a todo o custo, serem preservados.

TEXTOS COMPLETOS

Cinema brasileiro e Ditadura Militar: produção documental e a circulação de memórias femininas (1989-2013).

Júlia Lázara Nunes de Alecrim
Graduanda em História – ICHPO UFU
Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET História
julia.lazara@outlook.com

Resumo: O período de vigência da Ditadura Militar no Brasil (1964/1985) é marcado por variadas formas de violência extrema, perseguições e proibições utilizadas pelo sistema de repressão construído durante o regime. Dentre essas formas de violência destaca-se a tortura, prática institucionalizada e que foi legitimada por diversas camadas da sociedade durante o período, além dos exílios, prisões e desaparecimentos forçados. Reconhecendo a importância das memórias das vítimas da tortura e das memórias sobre o período, fica evidente a necessidade de abertura de espaços de discussão que tratem dessas temáticas. A presente pesquisa tem por objetivo a discussão política e estética sobre as formas de circulação de memórias relativas à Ditadura Militar, em especial as memórias femininas presentes em documentários produzidos nacionalmente. De que forma são abordadas essas memórias? Como a experiência do terror de estado foi elaborada no plano da memória por mulheres que participaram da luta armada, e na memória das filhas de militantes opositores à Ditadura Militar? Como pensar a questão de gênero na Ditadura Militar? A pesquisa tem como fonte os documentários "Que Bom Te Ver Viva" (produzido em 1989), "Os dias com ele" (produzido em 2013) e "Diário de uma Busca" (produzido em 2010).

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados iniciais referentes à análise sobre memórias femininas relacionadas à experiência da Ditadura Militar brasileira, e que circulam por meio da produção documental nacional. Levando em consideração não só as memórias que são reelaboradas por meio das narrativas compostas no cinema documental, mas também as características estéticas empregadas para compor estas narrativas. Buscamos com está análise perceber, de que forma são abordadas essas memórias? Como a experiência do terror de estado foi elaborada no plano da memória por mulheres que participaram da luta armada, e na memória das filhas de militantes opositores à Ditadura Militar? Como pensar a questão de gênero na Ditadura Militar?

Essas indagações partem da percepção de que as memórias das mulheres que participaram diretamente em movimentos de resistência política e armada, assim como as das filhas oriundas de famílias que estiveram envolvidas com movimentos de resistência de uma forma ou de outra, são reelaboradas de maneira singular em relação às memórias dos homens, e abordam e refletem sobre esse período de maneiras específicas, que se relacionam diretamente aos seus lugares sociais, enquanto mulheres. Destacamos essa diferenciação e consideramos que ao se tratar de um período histórico por meio da perspectiva de gênero, há a necessidade de se pensar as categorias feminino e masculino como sendo categorias que existem quando comparadas uma a outra, sendo que o feminino é definido e deve ser pensado por meio da sua diferenciação do masculino, e vice versa (SCOTT, 1995). Utilizamos para o desenvolvimento dessas reflexões os termos "mulheres" e "feminino", pensado propositalmente de forma ampla, com a intenção de refletir sobre as diversas questões que envolvem a composição desta categoria "mulher", e consequentemente a forma com que ela percebe e aborda esse momento traumático da história brasileira.

As fontes das quais partiram as análises a serem apresentadas neste trabalho, são três produções documentais brasileiras, todas dirigidas por mulheres que se relacionaram com o período da Ditadura Militar de maneiras distintas. "**Que bom te ver viva**" foi lançado em 1989, dirigido e produzido por Lúcia Murat, uma ex-militante da luta armada. "**Os dias com ele**", produzido e dirigido em 2013 por Maria Clara Escobar, filha de Carlos Henrique Escobar ex-militante da luta armada que foi preso, torturado e exilado ainda no período da ditadura, mas optou por se manter no exílio ao fim desta. E "**Diário de uma busca**", produzido e dirigido por Flávia Castro em 2010, sendo ela filha de ex-militantes da luta armada e que foi exilada política na sua infância. A distinção das abordagens e das relações com a temática ficaram evidentes ao analisarmos os focos das narrativas, já que essas memórias são reconstruídas por cada uma delas baseando-se nos aspectos que mais se aproximam das realidades, e das intenções de cada uma para com a obra que produzem.

Considerando os limites deste trabalho e a intenção de abordar de maneira inicial essa temática, dividiremos as discussões em três momentos, tratando inicialmente dos envolvimentos das diretoras com o período da Ditadura Militar e como as especificidades dessas ligações determinam as rememorações construídas nos documentários, posteriormente apuraremos as memórias referentes à primeira geração, e as formas com que estas são abordadas pelos documentários, e em seguida realizaremos o mesmo referente à segunda geração, buscando explicitar a questão da interseção entre vida pública e vida privada em conjunto com as nuances do feminino imbricadas complexamente à este recorte temático.

Direção e construção documental

Uma das questões que levaram à definição dessa temática, foi a percepção de que os relatos das memórias de mulheres sobre a experiência traumática da Ditadura, postos em circulação por meio de produções fílmicas, são desenvolvidos de maneira singular. Mesmo com momentos de produção diferentes, os três documentários deixam transparecer essa singularidade não só nos diálogos e entrevistas, mas também nas formas de montagem utilizadas em suas composições.

Sobre as diferentes formas e estilos possíveis para as narrativas documentais, e para compreender esteticamente as três produções as quais pretendemos analisar, é relevante considerar que:

> Há sempre uma voz que enuncia no documentário, estabelecendo asserções. No documentário clássico, até o final dos anos 1950, predomina a locução fora-de-campo (a *voz over* ou voz de Deus). É uma voz que possui saber sobre o mundo, enunciada, em geral, por meio de tonalidades grandiloquentes. [...] A partir dos anos 1960, com o aparecimento da estilística do cinema direto/ verdade, o documentário mais autoral passa a enunciar por asserções dialógicas. [...] A tendência mais participativa do cinema direto/ verdade introduz no documentário uma nova maneira de enunciar: a entrevista ou o depoimento. As asserções continuam dialógicas, mas são provocadas pelo cineasta. No documentário contemporâneo mais criativo, há uma forte tendência em se trabalhar com a enunciação em primeira pessoa. É geralmente o "eu" que fala, estabelecendo asserções sobre sua própria vida. [...] No documentário contemporâneo clássico, o qual denomino *documentário cabo*, as vozes aparecem misturadas na maneira de postular. [...] O

> documentário, portanto, se caracteriza como narrativa que possui vozes diversas que falam do mundo, ou de si. (RAMOS, 2013, p. 23-24)

Essas quatro possibilidades estilísticas do documentário, nos auxiliam na reflexão sobre as formas de rememoração contidas no cinema documental brasileiro sobre a ditadura militar. Os três documentários com os quais nos propusemos a trabalhar se apresentam de tal forma que é possível observar uma variação de vozes, mesmo tendo sido produzidos em períodos distintos. Podemos defini-los como "documentários contemporâneos clássicos" (Ibid., p.24), por conta das variadas vozes narrativas presentes em todos eles, mas cabe ressaltar que nenhum dos três é montado de maneiras idênticas.

Em "**Que bom te ver viva**" (1989) destacam-se as memórias e as experiências de oito mulheres que participaram da luta armada contra o regime militar. Esses depoimentos são intercalados por recortes de jornais do período e pela presença de uma personagem fictícia que de certa forma guia a narrativa documental. Se define enquanto uma produção realizada em um momento em que a redemocratização ainda era recente. O foco dos depoimentos é muito mais relacionado à participação política e pública das depoentes na luta armada, trabalhando de maneira mais sutil as consequências dessa participação pública para suas vidas privadas. O documentário busca evidenciar o envolvimento político dessas mulheres, retratando as vivências dessas mulheres durante a sua oposição ao regime, em meio às suas prisões, as torturas, os interrogatórios, etc.

Por meio da personagem fictícia, a diretora Lúcia Murat guia a narrativa, e estabelece algumas conexões entre as memórias abordadas pelas entrevistadas tratando especificamente das prisões e das torturas, mas também, abre a discussão sobre as consequências nas vidas pessoais e privadas dessas militantes. A personagem aborda por meio de monólogos direcionados à câmera e, portanto, a quem assiste, as consequências e as cicatrizes que carrega por conta do período em que esteve presa. Suas falas tratam da postura da sociedade em relação às sobreviventes, às ex-presas políticas, por meio da narração de fatos que teriam acontecido com a personagem.

Nesses momentos pode-se perceber com clareza a fala da própria diretora, sobre como essas vivências apareceram nos jornais do período, como foram tratadas

publicamente essas questões depois do fim do regime, e como tudo isso afeta sua vida particular, é possível perceber que estes são pontos válidos tanto para a diretora, quanto para as depoentes. Discutiremos algumas dessas pontuações no tópico seguinte, a fim de compor de maneira mais aprofundada o panorama sobre as memórias reelaboradas nessas produções, o qual nos propomos a apresentar por meio deste artigo.

Em "**Os dias com ele**" (2013), Maria Clara Escobar entrevista seu pai Carlos Henrique Escobar que foi preso e torturado durante o Regime Militar. Com o propósito de tentar compreender melhor a história do pai, a sua própria, e dessa forma obter melhores condições de refletir sobre a história do seu país. Por viver em exílio desde o período da Ditadura e por ter escolhido se manter exilado ao fim desta, Carlos Henrique não conviveu com sua filha, comunicou-se com ela durante muitos anos apenas por cartas. Desta forma o documentário busca preencher as lacunas na história de Maria Clara e também explorar as memórias de Carlos Henrique sobre o regime militar.

Dos três documentários analisados é neste em que mais claramente se percebe os debates entre a diretora e o entrevistado. Maria Clara Escobar aparece inicialmente apenas por meio de sua voz, durante as conversas com o pai. Não corta durante a edição, essas ocasiões em que acerta os detalhes das entrevistas com o pai, nem mesmo nas instancias em que ele se nega a fazer o que ela lhe havia solicitado, esses debates e ajustes tornam-se parte da narrativa. Em si mesmos esses momentos de discussão contam muito sobre a relação entre pai e filha ou a falta dela, e também sobre a relação de Carlos Henrique com o seu passado político e intelectual. As escolhas estéticas de Maria Paula possibilitam ao espectador a apreensão de detalhes dos desdobramentos de cunho pessoal, que compuseram as histórias de inúmeras famílias afetadas de uma forma ou de outra pelo período da Ditadura Civil Militar.

O documentário "**Diário de uma busca**" (2010) percorre diversas localidades, em que o espectador pode acompanhar a diretora Flávia Castro e alguns de seus familiares enquanto visitam locais em que a diretora viveu com os pais no exílio durante o regime militar. A premissa inicial do filme parte do interesse de Flávia em desvendar as reais circunstâncias da morte de seu pai Celso A. Castro. A produção trata de questões que

circundam não só essa temática inicial, mas também tratam do cotidiano desses militantes exilados, das relações familiares em meio à resistência política, dentre outros pontos.

A abordagem da diretora, e as suas intenções com a produção do filme, aparecem nos diálogos, nos recortes, e nas escolhas realizadas ao filmar e montar a peça, de forma que são perceptíveis algumas discussões realizadas em cena entre Flávia e seu irmão, em que dialogam sobre o próprio documentário e o rumo que a história estaria tomando. O uso da narração realizada pela própria diretora em determinados momentos, da leitura de carta por seu irmão em outro, atribuem um tom intimista e familiar ao filme, ao mesmo tempo em que a obra fílmica trata de questões de cunho público e político.

As escolhas e propostas estéticas implementadas por Flávia Castro nesse documentário, trazem ao âmbito público questões que muito dificilmente seriam debatidas de outra forma. O documentário desenvolve um panorama sobre o outro lado das organizações de luta armada, propondo a reflexão sobre como essa situação era vivenciada em um âmbito familiar, e sobre como as arbitrariedades promovidas pela ditadura militar no Brasil afetaram as organizações internas das famílias que se colocaram como oposição a esse regime, a partir das narrativas sobre esse período referentes às experiências da família Castro.

A seguir, analisaremos as memórias presentes nas fontes, a partir de duas categorias. Primeiro trataremos das memórias da primeira geração, ou seja, das memórias oriundas das mulheres que participaram efetivamente dos movimentos de resistência contra a Ditadura Civil Militar brasileira. No segundo momento, discutiremos as memórias provenientes da segunda geração, ou seja, das filhas dessas famílias que se envolveram com os movimentos de resistência e de luta armada.

Primeira geração

Observamos narrativas tratando de memórias da primeira geração nos três documentários, em "**Que bom te ver viva**" (1989) elas tomam grande parte do filme, já que ele é composto principalmente pelos depoimentos das ex – guerrilheiras e das falas da personagem fictícia, interpretada por Irene Ravache, e que também é uma ex-

guerrilheira e sobrevivente da tortura. Das oito depoentes, apenas uma escolhe não se identificar, e as outras discorrem sobre os seus envolvimentos nas atividades da resistência armada e como foram os momentos de suas prisões. Descrevem, algumas em maior detalhes do que outras, como se deram as sessões de tortura e as repercussões que esse período trouxe para suas vidas posteriormente.

O documentário foi produzido e lançado em 1989, período em que a redemocratização ainda era extremamente recente, e, portanto, existia a necessidade da circulação das memórias referentes ao terror de estado vivenciado durante a Ditadura Militar. Essa necessidade se origina na postura de que "[...] formas instituídas de memória, incluindo aquelas desenvolvidas pelos Estados democráticos que emergiram de regimes ditatoriais e autoritários, tem como foco a construção da verdade da vítima, a partir dos sobreviventes a este processo, e a denúncia dos crimes de Estado (TRAVERSO, 2007 apud NAPOLITANO, 2015, p. 13). Sendo assim, é compreensível a forma com a qual Lúcia Murat opta por abordar essa temática, abrindo um espaço público para que essas sobreviventes possam narrar as suas experiências, e explicitar questões de cunho pessoal relacionadas ao período.

Nesse documentário o foco é a exposição dos fatos ocorridos durante as prisões, dos métodos de tortura utilizados, e das vivências que marcaram essas mulheres enquanto estiveram presas, assim como o que as continuam marcando quando retomam as suas vidas. Por meio desses depoimentos, é perceptível como o tratamento dado pelos torturadores a essas mulheres, partia de um exercício de poder ainda mais agudo, por conta da sua condição de homens, e de possuírem suas próprias concepções sobre aquele que deveria ser o local da mulher, e o seu papel. Duplamente subversivas, essas mulheres além de se colocarem como opositoras ao regime militar, se opõem ao papel tradicionalmente designado às mulheres, tomando atitudes políticas enquanto, segundo os padrões tradicionais, deveriam estar cuidando de questões de cunho doméstico.

As questões da maternidade e das famílias aparecem e são abordadas de maneiras distintas. Algumas vezes são descritos métodos de tortura que envolviam, não a tortura direta a essas presas, mas a tortura de seus familiares, seus maridos, ameaça aos filhos,

etc. Esse padrão se encaixa naquilo que afirmamos anteriormente sobre o local atribuído à mulher na sociedade tradicional, esse âmbito privado, familiar e da maternidade seriam da alçada do feminino, portanto utilizado pelos torturadores a fim de desmoralizá-las, quebra-las, etc. Existem também os depoimentos que tratam das reações dos filhos, companheiros, amigos sobre o fato de essas mulheres terem sido presas e torturadas. Destacam que por mais que recebam apoio, não existe espaço para o diálogo aberto sobre essas experiências. Dessa forma essas mulheres que em alguns casos, passaram anos de suas vidas sendo privadas de sua liberdade de ir e vir, e de expressão, retornam à sensação de silenciamento forçado, seja para atender aos filhos, aos amigos, ou ao próprio meio social que as cercam.

Um contraponto interessante proposto pela direção do documentário, se origina nas narrações e nos monólogos realizados pela personagem fictícia. Podemos percebe-la enquanto a voz mais enfática e irônica dessas mulheres, assim como da própria diretora, gritando aos quatro ventos sobre aquilo que enfrentou, e ainda enfrenta mesmo depois de libertada. Por meio dessa personagem, discutem-se pontos como a sexualidade da vítima de tortura, o descaso com que foram e continuam sendo tratadas as suas experiências, o uso público de suas histórias, dentre outros pontos. A personagem é um ponto de escape das emoções que são dispostas nas entrelinhas dessas narrações.

No documentário **Diário de uma busca** produzido em 2010, são abordadas de maneira mais rápida e com um foco distinto as memórias da primeira geração. Aparecem nos depoimentos de amigos da família, de Sandra Macedo, a mãe de Flávia Castro, e de outros familiares que não tiveram envolvimento direto com os movimentos de resistência, mas que presenciaram de uma forma ou de outra, as vivências dos Castro nesse período.

As reelaborações são distintas das que são apresentadas em **Que bom te ver viva** (1989), já que as experiências se originaram de maneiras similares, mas no caso das memórias trabalhadas por Flávia Castro não houveram prisões de fato, e sim um longo exílio seguido da morte de Celso Castro. Os depoimentos dessas pessoas, em especial o de Sandra, são muito mais centrados na presença dos filhos, e de como isso alterava a forma com que Celso e Sandra se organizavam para as ações guerrilheiras, tratando das

suas próprias experiências apenas quando isso seria interessante para a composição da narrativa, já que o propósito deste documentário é outro.

Já em **Os dias com ele**, produzido em um outro contexto histórico, já em 2013, o objetivo de Maria Clara Escobar é centrado na intenção de entrevistar seu pai Carlos Henrique Escobar, e a partir dessa entrevista conhecer um pouco mais sobre ele e sobre a participação nos movimentos de resistência à Ditadura Militar, assim como compreender o consequente exílio, que fez com que Maria Clara tivesse pouco contato com o pai durante os seus anos de infância e adolescência. A maneira com que Carlos Henrique se posiciona durante as entrevistas, no entanto, bloqueia de certa forma as tentativas de aprofundamento nessas memórias, propostas pelos questionamentos de Maria Clara. Nesse caso, são muito mais perceptíveis os silêncios relacionados a essas memórias da primeira geração, que Carlos Henrique não considera como relevantes, do que o processo de rememoração que se apresenta nos outros dois filmes.

Segunda Geração

As narrativas dos documentários "**Diário de uma busca**" (2010) e "**Os dias com ele**" (2013), fazem parte de um movimento que vem se desenvolvendo no cinema brasileiro, em que a reflexão sobre o período da Ditadura Militar parte das memórias da chamada segunda geração. Podemos definir essa categoria, pensando-a como a que engloba aqueles que participaram de maneira indireta dos movimentos de resistência, e/ou que foram afetados de alguma forma por esse período, no caso as filhas e os filhos de pessoas que tiveram participação direta durante esse período.

As duas narrativas partem das intenções de duas filhas de ex - militantes da luta armada. De um lado Flávia Castro inicia a busca por respostas sobre a morte do pai, e acaba por percorrer os lugares de sua infância e discorrer por meio da narrativa fílmica, sobre as experiências que viveu enquanto acompanhou os pais e o irmão durante o exílio. Do outro lado, Maria Clara Escobar busca preencher as lacunas de sua própria história, ao tentar conhecer mais sobre a história do pai com o qual não conviveu devido ao seu envolvimento com a luta armada e posterior exílio. Tentando acessar as memórias do pai

sobre o período por meio de algumas entrevistas, e se bem-sucedida, a diretora poderia não só acessar parte de sua própria história de um âmbito familiar, como também a história de um momento extremo para seu país.

Nessas duas produções as diferenças de posicionamento entre as diretoras, e seus familiares do sexo masculino são gritantes. A possibilidade de perceber essas especificidades, se deve ao fato de ambas as diretoras optarem por utilizar momentos das suas gravações em que debatem os próprios documentários e as melhores formas de produzi-lo. Neste caso, na produção "**Diário de uma busca**" (2010) Flávia aparece conversando com Joca, seu irmão, sobre as intenções dela em relação à produção do filme, Joca afirma que não concorda com os caminhos que a narrativa proposta pela irmã toma, mesmo que ele entenda que a narrativa é da irmã, e portanto deva tomar os rumos aos quais ela se propôs. Discorda da irmã por essa narrativa se deslocar muito da ideia de uma investigação sobre a morte do pai, e se tornar muito mais sobre as especificidades das suas vidas privadas enquanto exilados políticos.

Já em "**Os dias com ele**" (2013), Carlos Henrique Escobar tenta em vários momentos fazer com que a filha Maria Clara, altere a perspectiva com que ela pretende produzir o documentário. Para o pai seria muito mais interessante uma perspectiva centrada na intelectualidade e em pontos mais afastados de questões da vida privada, do que a proposta da filha de adentrar de maneira mais aprofundada nas suas memórias sobre a prisão e a tortura, assim como da relação dos dois ou melhor, a inexistência da relação entre os dois. A discordância em relação ao filme aparece em diversos momentos, e nesses momentos a diretora se impõe por meio das decisões que toma em relação a algumas tomadas que o pai se recusa a fazer, por exemplo a diretora solicita que o pai leia o seu mandado de prisão. Carlos Henrique se recusa, e é nesse momento que Maria Clara aparece em frente à câmera pela primeira vez, e realiza a leitura. Por muitas vezes Carlos Henrique aparenta não compreender as razões da filha para buscar desenvolver um panorama de sua vida nesses termos, e é nesses momentos que coloca a postura dela em relação a ele, e à sua história em cheque.

Considerações finais

Existem inúmeras possibilidades de trabalho a partir da perspectiva de gênero relacionadas à temática da Ditadura Militar brasileira. Com o objetivo de desenvolver um panorama geral sobre as três fontes trabalhadas durante esse artigo, descrevemos alguns pontos que se destacam à primeira vista nessas narrativas fílmicas, e consequentemente não se esgotam essas possibilidades com este trabalho. Visto isso, a diferenciação de abordagens fílmicas, ligadas a este tema e produzidas em diferentes momentos históricos é gritante. Pode-se perceber que nas últimas décadas existe um salto de perspectivas, que deixam de focar somente nas memórias dos próprios opositores da Ditadura, e passam a abordar essas memórias de maneira conjunta às dos filhos destes.

Fica ainda mais clara a existência de diferenças entre as formas de rememoração e reconstrução de memórias, quando estas partem de sujeitos históricos femininos. Nas três produções, percebemos três formas distintas de reelaboração de um mesmo período histórico, em que são destacados diferentes pontos, ligados às experiências subjetivas de cada caso e de cada geração. Um ponto que se mantém nas três perspectivas, no entanto, é o da importância dada por essas mulheres à relação entre as questões políticas e de âmbito público, e as questões da vida privada, familiar.

Referências bibliográficas

DIÁRIO de uma busca (2010). Direção de Flávia Castro. Rio de Janeiro: Tambellini Filmes e Produções Audiovisuais Ltda. Cor e PB. 1 Dvd (105 min.).

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**. v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/issue/archive. Acesso em: 09/11/2019.

OS DIAS com ele (2013). Direção e produção de Maria Clara Escobar. Brasil: Aeroplano Produções Artísticas Ltda; Filmes de Abril Produções Audiovisuais Ltda. Cor. (107 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LUj7moQhRrM&t=2749s. Acesso em: 09/11/2019.

PINSKY, Carla B. Gênero. In. PINSKY, Carla B. (org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 29-53.

QUE BOM te ver viva (1989). Direção e produção de Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taigá Filmes & Vídeos. 1 Videocassete (100 min).

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: v.20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/archive. Acesso em: 09/11/19.

SELIPRANDY, Fernando. O monumental e o íntimo: dimensões da memória da resistência no documentário brasileiro recente. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 26, nº 51, p. 55-72, jan-jun, 2013. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/archive. Acesso em: 09/11/2019.

A pesquisa com fontes e o método de análise comparativa das obras cinematográfica e de quadrinhos de V de Vingança.

Renan Rodrigues
Graduando Curso de História – ICHPO/UFO
rodrigues.renan2010@gmail.com

Prof. Dr. Marco Antônio Cornacioni Sávio
Curso de História – ICHPO/UFU
marco.savio@ufu.br

Resumo:

Este trabalho analisa o filme *V for Vendetta* (2006), dirigido por James McTeigue e a *graphic novel* de Alan Moore e David Lloyd *V for Vendetta* (1988-89). O objetivo deste trabalho é compreender o processo transmidiático entre as fontes e também problematizar conflitos e as soluções criativas nas negociações entre os dois suportes. São utilizadas ainda teorias sobre quadrinhos e cinema, tentando mostrar como as imagens impressas são dispostas na tela. Entendendo por fim, que o resultado de cada obra está intrinsecamente relacionado ao momento de sua produção, e tem claro os seus objetivos de transmissão de valores para os consumidores dessas obras.

Introdução

> "Talvez seja muito elogioso chamá-los de utópicos, eles deveriam ser chamados de distópicos ou cacotopicos. O que é comumente chamado de utópico é algo bom demais para ser praticável; mas o que eles parecem favorecer é muito ruim para ser praticável.[1]" (J.S Milton, 1517)

[1] It is, perhaps, too complimentary to call them Utopians, they ought rather to be called dys-topians, or caco-topians. What is commonly called Utopian is something too good to be practicable; but what they appear to favour is too bad to be practicable" (*Oxford English Dictionary*. Disponível em< https://www.oed.com/oed2/00071444;jsessionid=CE8626BAD189967AFAC47986695715F2>

Existem algumas visões do que é distopia, que invocam o teor político do termo em contraposição a ideia de utopia de Thomas More, ou então o poder narrativo que essa palavra nos aponta J. Max Patrick, que fugindo um pouco do caráter político compreende a distopia não como uma mera inversão da utopia, mas um conceito autônomo que apresenta características próprias e não apenas a subversão do horizonte perfeito criado pela mente humana. A distopia é, então, um gênero narrativo que constrói realidades através da observação sobre a ação direta do ser humano, reconhecendo no tecido social os problemas e os temores vivido por nós, e assim radicalizando esses fatos ao ponto de propor uma visão futura pautada no medo humano da sua própria experiência em sociedade. Portanto inicia-se aqui uma reflexão dos usos e das funções sociais e políticas que as narrativas distópicas tem a oferecer para entendermos os momentos históricos apreendidos nas fontes.

O presente trabalho busca entender, através das obras de natureza distintas, como as distopias podem ser abordadas de forma distinta. No caso, trata-se da *Graphic Novel* "V de Vingança", de 1982 e o da produção fílmica, do mesmo nome, produzida no ano de 2006. Através da análise comparativa dessas fontes se torna necessária uma reflexão acerca dos discursos ficcionais das obras em questão, buscando identificar as mensagens transmitidas. Ao pensar nas fontes que abordam o gênero distópico deve-se compreender como essa fonte se relaciona com o seu presente, lendo esse momento, remontando-o como um reflexo, mas principalmente construindo uma realidade daquele tempo que está impregnada pela visão de mundo de seus criadores, e ainda no caso da distópica criando um horizonte de expectativa.

No trabalho do historiador com essas fontes é necessário entender o cenário social, econômico, cultural e político do momento de produção, mas também o que ela buscou criar dentro da sua diegese[2] para refletir suas visões de possíveis futuros. Ainda nas análises das duas fontes a questão distópica se apresenta de forma controversa, pois ambas propõem uma solução para a sociedade que apresentam. No caso do quadrinho, a solução é na verdade uma saída utópica com a instauração de uma sociedade anárquica, e no filme a solução buscada tem um carácter de retorno às tradições, ou como um ato reacionário para o retorno de uma sociedade anterior ao momento que vivenciado na narrativa.

Assim está relatado o primeiro uso em um discurso da palavra distopia, proferido por John Stuart Milton para o parlamento inglês no ano de 1868, no discurso Milton afirma a corrupção ou inversões das ideias utópicas por parte dos membros da Casa. Outra fonte nos aponta para a criação do termo, ou melhor, o uso dessa palavra como entendemos hoje, advinda do editor de obras utópicas

[2] Diegese é o conjunto de elementos narrativos que estão dentro da obra fílmica, criando assim a realidade daquele universo cinematográfico.

As obras em seu tempo

A obra de V de Vingança carrega as características narrativas da distopia, uma sociedade governada por um regime autoritário, afetado por mudanças climáticas ou desastres naturais que empurram os personagens para conflitos e decisões extremadas. Portanto, nesse caso as produções adaptadas condizem com essa estrutura e se mantêm numa narrativa distópica. No caso da adaptação do quadrinho para a obra fílmica, há a necessidade de ajustes mais impactantes que acabam alterando a narrativa, isso porque um filme[3] de um pouco mais de duas horas tem suas restrições para concatenar as ideias da obra e as apresentar aos espectadores. Dessa forma se torna compreensível a alteração de diálogos e apresentações extensas sobre personagens secundários. Já nas duzentas páginas ilustradas, as necessidades e modelos de desenvolvimento dos personagens são distintos[4]. Ao comparar as obras deve-se ter em mente as suas potencialidades e dificuldades, tanto a adaptação quanto a obra original.

A obra que este trabalho analisa, tanto em seu formato original, quanto em sua adaptação para o cinema, trata de uma Grã-Bretanha caótica e autoritária, consequência de um choque social, onde se apresenta o personagem principal, chamado de V, um homem extremamente culto e irresignado, com inclinações libertárias e contrário ao modo de organização social cujos acontecimentos anteriores legaram ao país. Ele tem o claro objetivo de derrubar um governo com fortes características fascistas, para isso faz o uso da força e de atentados contra a ordem pública. Em contrapartida a este personagem está na figura de Evey Hammond, uma jovem que tem seu destino entrelaçado com V, quando este intervém em uma abordagem violenta da polícia secreta, que abusava de Evey. Agora, cumplice de V, ela se une em suas ações tornando-se, uma peça chave para compreender o protagonista e a sociedade inglesa dos momentos que a história se passa.

---

[3] O filme V de Vingança vem na esteira de várias adaptações de quadrinhos como, Batman Begins, Homem-Aranha, Old Boy, X-Men, dentre outros, todos esses com lançamentos na década de 2000, no ocidente, os filmes de heróis se mostraram muito rentável. O filme foi lançado no ano de 2006, com direção de James McTeigue, conhecido por ser assistente de direção nos filmes Matrix (1999 - 2003) e Star Wars Episódio II: Ataque dos Clones (2002). V de Vingança foi produzido pelas irmãs Wachowski, distribuído pela Warner Bros através do selo Vertigo.

[4] O quadrinho V de Vingança foi lançado no ano de 1982 pela revista *Warrior* e em 1983 a produção dessa história foi descontinuada pelo magazine, sendo resgatada apenas em 1988 pela DC Comics através do selo Vertigo, selo este que é designado para estórias com teor adulto. O roteiro da revista foi idealizado por Alan Moore e David Lloyd. Escrito por Moore e com a ilustração de Lloyd. O intuito inicial da HQ foi de criar um herói clássico como tantos outros e genuinamente britânico, contudo, David Lloyd se opôs e isso fez com que toda a ideia inicial fosse revista. Ambos criadores se propuseram a criar uma história em um futuro próximo que refletia o pessimismo do momento histórico que a Inglaterra vivenciava.

Outro personagem que carrega uma importância para o enriquecimento da história é o de Eric Finch, o investigador membro do partido governante da Grã-Bretanha. Sua trajetória se inicia na investigação dos crimes cometidos pelo criminoso V, a forma das ações desse vilão intriga o detetive e o faz buscar respostas a todo custo, entender esse terrorista se torna a única coisa que preenche a mente de Finch. Através de assassinatos e ataques a locais simbólicos para os britânicos, V segue sua empreitada contra o governo opressor e buscando mobilizar os cidadãos daquele país para se unir à sua causa, chegando ao clímax onde toda a sociedade se encontra envolvida em suas ações. Ao fim o personagem finaliza sua obra máxima pagando o preço com sua vida, dando lugar a sua parceira Evey que tem a escolha de continuar seu legado.

Para analisar essas obras é preciso entender o tempo histórico de suas produções, ali é a fonte de criação, que refletem na narrativa e também o local que se cria esse horizonte distópico, e graças a esse tempo que se é possível detectar os anseios e ideias dos seus produtores. Conforme a realidade dos anos de 1980 atingia o escritor Alan Moore, o levou fez criar essa história. Há, também, a realidade dos anos 2000 que imprimem na tela outra realidade história, sendo assim, existe a necessidade dessa contextualização histórica para entender os pontos abordados durante a análise.

A década de 1980 para a Inglaterra é marcada por convulsões sociais, acarretado pela crise do petróleo dos anos de 1970, que impactou severamente a Europa e mergulhou a nação inglesa em uma crise econômica gerando greves e desemprego. Assim ascende o governo de Margareth Thatcher, vencendo o governo Trabalhista, que estava no governo durante esses problemas, a primeira-ministra tinha seu discurso pautado grandemente no moralismo, na caça ao comunismo e na volta dos bons costumes. Assim a sociedade inglesa, imersas nesse conservadorismo e na política econômica thatcherista de desregulamentação e diminuição do Estado, levou a acentuação da crise econômica e social. Culturalmente a Inglaterra vivia o crescimento da chamada geração vazia, movimentos punks e niilistas, desacreditados de um futuro melhor. É nesse caldo cultural que nasce a obra V de Vingança. Identificamos nas páginas da história a xenofobia, homofobia, desemprego e a inoperância do Estado, que atende apenas os desejos da própria elite que controla esse poder. V então é fruto de um governo autoritário, conservador e corrupto, essas manchas são apenas uma radicalização do que já havia na Inglaterra de 1980 de Alan Moore e David Lloyd.

Do filme devemos nos deter a realidade vivida no Estados Unidos da América durante o período do início do século XXI. No ano de 2001 o país sofre um atentado terrorista, quando dois aviões se chocam com as torres do complexo comercial World Trade Center. Esse ocorrido leva o país a começar a chamada Guerra ao Terror, uma caçada aos inimigos do Estado que podem tomar a forma de qualquer um em qualquer

lugar. O governo no poder durante essa época é o de George W. Bush, que retorna fortemente com o ímpeto de guerra que estava em estado de superação pós fim da guerra fria. Essas características do momento histórico podem ser identificadas no filme. O personagem V é rapidamente categorizado como um terrorista e sua imagem na TV é montada para que a sociedade sinta medo dele a todo o momento, tal qual foi a imagem de Osama Bin Laden construída, aqui entendendo que o paralelo entre ambas personagens se encontra na característica midiática e não em suas ações.

Análise dos discursos

Para melhor entendermos as diferenças entre as duas obras, trabalharemos com um fragmento das fontes. Selecionamos dentre toda a obra o momento que o personagem V faz seu discurso para o público através da emissora nacional de televisão. Esse momento é importante, pois aparece nas duas obras, diferente de algumas outras passagens que são exclusivas de cada formato e também porque fica evidente a transmissão de ideais[5], e serve de base para entender os valores que as produções buscam transparecer. Nesse momento fica evidenciado as chaves de interpretação tanto do filme como do quadrinho, levando-nos a ponderar sobre a questão da utopia inserida na distopia, contudo se demonstra ideais utópicos distintos conforme a análise dá a entender.

Primeiramente apresento o método que utilizamos para essas análises, para o filme começamos com a decupagem das cenas em frames, assim facilitando tanto a leitura da cena como do diálogo que está ocorrendo. Portanto selecionei a cena que que se inicia na minutagem 18:50 minutos e tem encerramento aos 21:53 minutos de tela. O frame que da partida a essa cena é composta pela imagem de V em uma grande tela saudando a Inglaterra. Essa cena é composta por diversas trucagens, onde os cortes se entrepõem auxiliando a narrativa fílmica e embasando o discurso veiculado pelo protagonista. Na análise do quadrinho adaptamos o modo de decupagem, mas aqui, diferentemente do cinema, a ação é estática e construída através das imagens assomado com imaginação do leitor, portanto pode haver outras visões dessa cena. O recorte selecionado se estende da página 114, fim do terceiro capítulo da saga, avançando até a página 120 que adentra todo o quarto capítulo. Aqui também temos a aparição de V, porém não em uma grande dela na avenida, tal qual o filme, mas em uma simulação de uma tela de televisão, essa simulação é possível dado ao formato que o quadrinho se apresenta, e segue em crescimento com um zoom direto à máscara de Guy Fawkes, aqui o protagonista se apresenta mais incisivo na abordagem, enquanto na obra fílmica ele aparenta certa

[5] Uso o termo ideal no sentido de ideologias, como proposto por Eagleton. Não colocando esse termo como exclusivamente das classes hegemônicas, mas também do contra hegemônico.

compreensão com os dizeres: “Boa noite, Londres. Primeiro desculpem a interrupção”. O protagonista da *graphic novel* se apresenta como um patrão de uma empresa com a fala: “Boa noite, Londres! Acho que é hora de conversarmos. ” Esse tom se seguira em toda a fala dos personagens, um de modo compreensivo e empático, enquanto o outro de forma mais dura e patronal.

Figura 1 – Apresentação de V no Filme

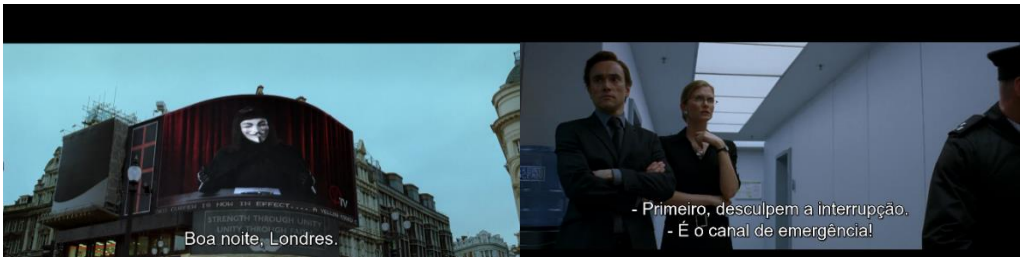


Figura 2 – Apresentação de V nos quadrinhos

Figura 3 – Apresentação de V nos quadrinhos

Assim entendemos como será o tom dessa "conversa" de V, em cada plataforma se desenrola as nuances do discurso a sua maneira, e através desse momento chave que é possível interpretar as relações entre a produção e seu tempo histórico. Primeiro entendendo que o filme busca na imagem de V uma espetacularização[6], um meio de através dessa persona inserir os ideais de liberdade estadunidense. Contudo fica mais simples essa visão conforme o avanço do filme. Na obra dos quadrinhos vimos a crítica ao Estado feita pelo autor, mas nesse início ele se propõe a comunicar com os seus espectadores (e mais diretamente ao leitor da HQ) de uma forma empresarial, algo que seria de maior entendimento a grande massa. Assim ele se coloca na figura de um arauto, totalmente destacado da sociedade ou mesmo da humanidade, tecendo críticas as organizações que criamos e a relação passiva que os humanos tem com suas iniquidades.

Figura 4 – V em seu dscurso

Afirmando essa visão, observa-se essa sequência que expõe essa forma de uma visão "de cima" do personagem. Aqui o protagonista desvela o que ele entende com oportunidades de uma elevação moral, espiritual e humana, na forma de Buda, e a recusa da humanidade a essa posição, mas mostrando que a não tentativa dessa iluminação os levou a aceitar chefes de Estado como Adam Sutler, o Alto Chanceler fascista que

[6] Em uma forma debordiana de analise onde o papel de V é fetichista ao problema central que é o capitalismo. Assim o personagem em seu discurso não busca uma ruptura com a organização capitalista, mas uma adaptação onde os diferentes sejam inclusos como iguais. Para melhor compreender o termo indico *A sociedade do espetáculo* de Guy Debord.

governa essa Inglaterra. Ainda nesse rumo de criticar os poderes de governo há a seguinte tira, onde o personagem questiona quem dá o poder a essa "gerência deplorável"[7].

Figura 5 – Questionando quem elegeu os governantes

Figura 6 – Questionando quem elegeu os governantes

Há o mesmo questionamento na obra fílmica, contudo, como já dito antes, de uma forma mais complacente e compreensiva, não há uma sensação de superioridade no discurso[8] feito no filme, sendo mais amistoso com o público inserido na diegese como no espectador da produção.

---

[7] Trecho recortado do discurso de V no quadrinho: "[...] E não adianta culpar a gerência pela queda nos padrões de trabalho... embora eu saiba que ela deixa muito a desejar. Na verdade, sem papas na língua... a gerência é deplorável. Nós tivemos uma sucessão de malversadores, larápios e lunáticos tomando um sem-número de decisões catastróficas. Isso é inegável. Mas quem os elegeu? VOCÊ! Você indicou essas pessoas para tomar decisões no seu lugar! Claro que qualquer um está sujeito a se equivocar, mas cometer os mesmos erros fatais séculos após séculos parece uma atitude deliberada. [...]"

[8] Trecho recortado discurso do filme: "Como isso aconteceu? Quem é o culpado? Há alguns mais responsáveis que outros e eles vão arcar com as consequências, mas, verdade seja dita, se procuram

Figura 7 – Discurso do filme sobre quem elegeu os governantes

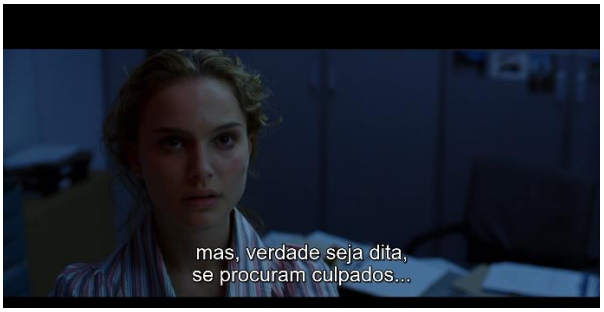


Figura 8 - Discurso do filme sobre quem elegeu os governantes

Figura 9 - Discurso do filme sobre quem elegeu os governantes

Porém a chave de análise para compreender a mensagem do filme está na sua relação com o passado. Durante toda sua apresentação a ideia de um retorno ao que era

culpados basta vocês se olharem no espelho. Eu sei porque vocês fizeram isso. Sei que tinham medo. Quem não teria? Guerra, terror, doença. Uma série de problemas se juntaram para corromper sua razão e afetar seu bom senso. O medo dominou vocês e vocês recorreram ao novo alto chanceler, Adam Sutler. Ele prometeu ordem. Prometeu paz. Tudo o que ele pediu em troca foi seu consentimento silencioso. ”

melhor é sempre evidenciado nas suas palavras[9]. Assim entende-se que não há uma vontade de ruptura com as organizações sociais que desencadearam esse governo fascista, mas sim uma vontade de retornar ao tempo não extremado que o país vivenciava. Assim o filme propaga a ideia de uma nova "antiga" Inglaterra. Essa alteração da obra é o que chama mais atenção nessa adaptação cinematográfica. Pois já que na obra original o personagem de V busca uma total ruptura e explicita isso em todo seu discurso, que é menos amistoso e mais radical[10]. E ao fim o protagonista busca uma mudança total do modo de vida, um sem governos, ou seja, chave principal identificada nesse quadrinho é a construção de uma sociedade utópica anarquista, enquanto no filme é de uma sociedade que existiu posterior ao governo.

Considerações Finais

Entende-se que a análise comparativa é uma forma de buscar convergências e/ou divergências entre dois objetos, nesse caso dois objetos e dois tempos históricos, ligados pela mesma obra e mesma forma narrativa, a distopia. Assim os discursos dos filmes demonstraram como esses produtos refletiam o seu tempo, o caos socioeconômico inglês de 1980 e o terror nos anos 2000 dos Estados Unidos da América, contudo o mais interessante de se buscar essa investigação é o resultado que as criações propõem para suas mazelas, enquanto o quadrinho encontra uma saída radical, o filme irá se lembrar que aquele momento vivenciado é ruim, porém deve-se se lembrar do passado e das políticas anteriores e construir um futuro partindo desse passado.

Portanto a análise comparativa que trespassa objeto e tempo se mostra uma forma muito validade de reconstruir um passado, sendo um campo de possibilidades muito

---

[9] Trechos recortados do discurso de V no filme: "[...], mas no espírito de comemoração em que eventos do passado associados à morte de alguém ou ao fim de uma luta terrível são comemorados com um belo feriado, pensei em marcar este 5 de novembro um dia que, infelizmente, já foi esquecido. [...]"

"[...] ontem, tentei dar fim ao silêncio. Ontem, eu destruí o Old Bailey para lembrar ao país o que foi esquecido. Há 400 anos, um grande cidadão quis gravar o 5 de novembro para sempre em nossa memória. [...]"

"[...] . Mas se vocês veem o que eu vejo, se sentem o que eu sinto e se buscam o que eu busco peço que estejam ao meu lado, daqui um ano na entrada do Parlamento e juntos daremos a eles um 5 de novembro que nunca, jamais será esquecido. [...]"

[10] Trechos recortado do discurso de V no quadrinho: "[...]. Você poderia ter detido essa gente [os governantes deploráveis]. Bastava dizer "não". Você não teve orgulho próprio. Perdeu o valor que tinha na companhia. No entanto, eu serei generoso. Você terá dois anos para aprimorar o trabalho. Se, ao fim desse período não apresentar resultados satisfatórios.... Será cortado. Isso é tudo. Pode voltar ao trabalho. "

Anais VII Semana de História do Pontal – Democracia, Direitos Humanos e Educação [Recurso Eletrônico]. De 17 a 20 de setembro de 2019 / Organização: Marco Antônio Cornacioni Sávio – Ituiutaba, MG – ICHPO/UFU. ISSN: 2179-5665. Modo de Acesso: http://www.eventos.ufu.br/shp-2019

grande para o historiador que explora essas ramificações e aposta em uma análise transmidiática e interdisciplinar. Os desafios metodológicos surgem em toda e qualquer fonte e isso serve para enriquecer o pensamento histórico e suas formas e ferramentas analíticas. Por fim há um campo inesgotável de questões a ser feita a esses objetos à espera de historiadores.

Referências bibliográficas

DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

EAGLETON, T. *Ideologia. Uma Introdução*. São Paulo; Unesp/Boitempo, 1997.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. *Teoria Crítica e Literatura*: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. Anuário de Literatura, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 201-215, out. 2013. ISSN 2175-7917. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/27842>. Acesso em: 15 set. 2018. doi:https://doi.org/10.5007/2175-7917.2013v18n2p201.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

MATOS, A. Utopias, distopias e o jogo da criação de mundos. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p. 40 - 59, jan/dez 2017. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/24/03_Anditya s_UtopiaDistopia_pags_40 a59_Revista_UFMG_24.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula.* 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

XAVIER, Ismael. A janela do cinema e a identificação. In: XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico:* a opacidade e a transparência. 3ª Edição. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. cap. I, p. 17-26

As humanidades na era das tecnologias digitais: reflexões e desafios para o historiador.

Prof. Dr. Marco Antonio Cornacioni Sávio
Curso de História – Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
marco.savio@ufu.br

Resumo:

Nas últimas duas décadas a difusão e usos das tecnologias digitais transformou a forma como as humanidades enxergam as relações sociais, culturais e políticas, além de alterar a natureza de seu próprio campo. A introdução as tecnologias digitais nas ciências humanas, seja através os usos dessas tecnologias na produção do conhecimento, seja na forma e produção de documentos nato-digitais, seja na utilização de ferramentas específicas das ciências da informação, transformaram a forma de produção e difusão do conhecimento. Além desse aspecto, por força de sua presença em todos os aspectos de nossas sociedades, as tecnologias digitais se transformaram, elas próprias, em campo de estudos para as humanidades. Um dos grandes desafios para as ciências humanas, nesse início do século XXI, é o de desenvolver teorias e métodos que possibilitem se utilizar a analisar o campo das tecnologias digitais.

1. As humanidades e os campos de fronteira do conhecimento

As ciências humanas, tradicionalmente, sempre prezaram pelo diálogo e pelo trabalho interdisciplinar. A História, especificamente, tem desde a fundação dos *Annales* uma longa tradição de explorar as fronteiras das humanidades e de se utilizar de métodos e técnicas típicas de outros campos o conhecimento (DOSSE, 2003). No entanto, nas duas ou três últimas décadas, os desafios colocados para as ciências humanas como um todo acabam por transcender essa tradição, tanto em seus métodos quanto em seu alcance.

A rápida ascensão das tecnologias digitais no século XXI resultou num processo de transformação das formas como compreendemos e organizamos o mundo (CASTELLS, 2006). Nesse aspecto, os desafios das tecnologias digitais colocam uma série de problemas para as humanidades que necessitam se ajustar a essa nova forma de organização que surge com o mundo digital e que, de forma direta e contundente, vem

transformando as maneiras como a sociedade, a economia, a política e a cultura tradicionalmente são tratadas em seus diversos campos do conhecimento.

Esse processo de transformação tem impacto em todo o espectro das sociedades humanas, alterando a forma como nos relacionamos com o mundo e como se estruturam as relações sociais em diversos níveis, transformando as relações humanas e interferindo no funcionamento das instituições que regulam as nossas sociedades. Isso se manifesta tanto na instabilidade que as formas tradicionais de política se organizam, quanto na maneira como as pessoas se relacionam, o conhecimento é produzido e transmitido e, de forma mais profunda, na forma como vemos e experimentamos o mundo.

Essas transformações são o resultado da ascensão de novas tecnologias da informação, que nas últimas quatro décadas têm ocupado um papel cada vez mais decisivo na forma como a nossa sociedade de reproduz, interferindo em todos os aspectos de nossas vidas. Essas transformações, que tiveram seu momento de disrupção na segunda metade da década de 1970, coincidem com a ampliação do papel das instituições financeiras globais, bem como com a crise do petróleo, que alterou de maneira substancial as bases da lógica econômica que regia o capitalismo Ocidental durante os chamados "Anos Dourados".

As tecnologias digitais acabaram, nessas últimas décadas, rompendo todas as barreiras de restrição às suas aplicações, resultando no seu espraiamento por todas as áreas da esfera econômica e do conhecimento. Seus usos alteraram as formas como fazemos pesquisas e potencializaram o alcance de objetos de conhecimento que até então só poderiam ser obtidos através de grandes esforços coletivos ou eram apenas objeto de especulação teórica, graças à impossibilidade objetiva de se chegar a uma conclusão oi resultado efetivo para as proposições iniciais. O papel das tecnologias digitais foi, então, o de ampliar o uso das ciências computacionais, ampliar suas aplicações em todas as áreas e, finalmente, se transformar numa ferramenta fundamental para qualquer campo do conhecimento, seja como parte fundante do processo de Pesquisa & Desenvolvimento, seja como ferramenta fundamental para o levantamento de informações ou a construção do conhecimento em áreas onde, até muito pouco tempo atrás, a aplicação de ferramentas digitais era algo muito restrito (CASTELLS, 2003).

Essa espraiamento de usos e de aplicações levou as ciências humanas, enquanto campo do conhecimento, a cunhar um termo específico para compreender o fenômeno. O termo, que não é novo nem original, procurava compreender de que forma, no final do século passado, as tecnologias digitais estavam alterando as formas como as humanidades produziam seus conhecimentos e de que forma as humanidades poderiam compreender e se apropriar desse processo. Na segunda metade da década de 1990 começa a se ampliar o uso do termo Humanidades Digitais (HAKIN & SALEH, 2012).

O termo original surge na década de 1940, como parte de um projeto de desenvolvimento de sistemas de catalogação de livros desenvolvido pela IBM, chamado *Index Thomisticus*. A relação entre as ciências matemáticas e a linguística, forma fundamentais para os primeiros passos das ciências da informática. Talvez o maior feito desse período esteja ligado ao Projeto Enigma, cujo legado foi fundamental para a ampliação das aplicações das ciências da informação. No entanto, quando falamos em Humanidades Digitais em nosso tempo, a definição passa a ser um pouco mais ampla e complexa.

A definição do campo das Humanidades Digitais deve partir da ideia de que as formas de conhecimento tradicionais relacionadas às ciências humanas passam a transitar em um campo de novas linguagens e que geram uma nova forma de manifestação desses conhecimentos. Nesse sentido, o campo deve ser encarado como um campo de fronteira do conhecimento, onde o papel fundamental é o de compreender a construção de uma nova linguagem a partir de um parâmetro novo, as ciências da computação em suas linguagens de programação e reprodução.

As Humanidades Digitais, portanto, devem abordar, em um sentido amplo, o uso de programas e sistemas digitais na área das humanidades. Numa via de mão dupla, as Humanidades Digitais devem se debruçar sobre a pesquisa e a compreensão crítica do desenvolvimento desses sistemas. Como todo campo de fronteira, os desafios se encontram na constrição de uma linguagem de caráter transdisciplinar, que possibilite o desenvolvimento de um novo instrumental crítico que possibilite uma abordagem das ciências humanas que não apenas usem as tecnologias digitais como suporte para a divulgação do conhecimento, mas também que tenham a capacidade de influenciar e

modelar na constituição dessa nova área do saber (ALMEIDA; HOOPER & SILVA, 2016).

Numa definição mais específica, as Humanidades Digitais são um campo que procura relacionar os estudos na área de Humanas com as tecnologias da computação num sentido amplo, através do uso de programas e sistemas digitais, seja na pesquisa e compreensão crítica do desenvolvimento desses sistemas, seus objetivos e usos pela sociedade. Os desafios colocados pela abordagem aqui sugerida, estão na compreensão e uso de ferramentas disponíveis e desenvolvimento de linguagens, teorias e métodos comuns para o desenvolvimento de um novo campo de pesquisa.

2. Das Tecnologias da Comunicação de Informação ao Mundo Digital

A história do desenvolvimento das tecnologias digitais é mais que centenária. No entanto, os anos decisivos desse processo podem ser localizados no final da década de 1960 e início da década de 1970, na região conhecida como Vale do Silício. A região que se encontra entre as cidade de Los Angeles e São Francisco, no estado da Califórnia, na Costa Oeste dos Estados Unidos, foi o berço das principais empresas de tecnologia surgidas a partir da década de 1960 (algo que ocorria simultaneamente em outras regiões do país, com destaque ao estado do Texas). Essa concentração de empresas de tecnologia tem relação com o setor militar que investia pesadamente em novas tecnologias de comunicação. O caminho do surgimento de um grande centro de empresas de tecnologia de informação na região foi marcado com a fundação da INTEL, em 1967. Hoje a gigante empresa de microprocessadores, que detém o monopólio virtual da produção e distribuição desses equipamentos, é reconhecida como a principal empresa do setor. No entanto, no início da década de 1970, essas empresas estavam relacionadas com um empreendimento ligado ao setor militar, conhecido como *Advanced Research Project Agency* (Agência de projeto de Pesquisa Avançada), ou simplesmente ARPA. Essa agência foi a pioneira responsável pelo desenvolvimento da nossa atual internet, que em sua primeira versão era conhecida como ARPANet.

A ARPANet foi a rede inicial que deu a partida na construção de nossa moderna internet. Surgida em 1973, a rede iniciou a introdução de protocolos de comunicação que

estão na nossa atual internet. A introdução dos Protocolos TCP (*Transmission Control Protocol*) e IP (*Internet Protocol*) foram os responsável pela ampliação desse modelo de telecomunicação até a década de 1990, considerado um período de transição, quando a rede adotou dois novos protocolos que resultou na criação da chamada Internet 2.0, são elas os famosos WWW (*World Wide Web*) e HTTP (*Hypertext Transport Protocol*). A introdução desses novos protocolos fez com que a rede se transformasse na grande plataforma de negócio e comunicações que conhecemos hoje, dando origem às atuais tecnologias digitais.

Esse processo de transição foi marcado por uma série de projeções e transformações da Internet. Para muitos, ela foi vista como um meio revolucionário, que alteraria de forma radical as formas como os humanos se relacionariam, ampliando formas de democracia direta e unificando o planeta, concretizando os sonhos de uma aldeia global. Essa visão extremamente generosa com as possibilidades trazidas pela rede foi encampada por vários ativistas e entusiastas, que lançaram a ideia de uma cibercultura, cujo papel seria eminentemente libertário (LEVY, 2010).

Por outro lado, para muitos ficava claro que a internet seria o espaço das grandes corporações que ampliariam em muito seu poder de barganha e influência globais. Nessa visão, a rede não seria um espaço de livre fluxo de informações, mas sim um ambiente apto para o desenvolvimento de monopólios de informações e controle comercial. O que parecia claro é que o início promissor desse espaço seria, muito rapidamente, palco de um embate entre formas diversas de ver a rede, culminando com a vitória dos atores mais fortes.

O embate, no início da década de 1990, entre a gigante do software Microsoft e uma pequena *startup* concorrente, a Netscape, deixaria claro que a internet seria um espaço eminentemente de negócios, com grande privilégio para os monopólios do comércio e informação. O resultado da "guerra dos navegadores" foi a vitória da Microsoft, a falência da Netscape e, posteriormente, a primeira grande ação antimonopólio da justiça dos Estados Unidos contra uma empresa ligada ao mercado virtual.

Os anos se passaram e a chamada Internet 2.0, a maior plataforma de negócios e de comércio de informação já criada pela humanidade em toda a sua história, se consolidou

a transformou a forma como a humanidade faz seus negócios, consome seus produtos, experimenta suas manifestações culturais e até a forma como se socializa. A ideia da criação de um mundo verdadeiramente global, foi substituída por uma globalização virtual, guiada pela ação de gigantescas corporações de valor trilionário e que monopolizam o comércio e a economia de informações nas redes.

Esse mundo virtual global é simbolizado pela onipresença de redes sociais que assumiram o papel de organização social, em escala global, servindo como balizadores de práticas de consumo, práticas de comportamento, práticas políticas e definindo formas de organização de negócios. Além disso, a capacidade de organizar grupos a partir do uso de algoritmos – que organizam as bolhas de comportamento nas redes – amplificou as redes sociais como fantásticos canais de propaganda política, abrindo espaço para organizações não partidárias se imiscuírem em processos eleitorais em escala global. O escândalo global representado pela ação da empresa Cambridge Analytica, que se utilizou do Big data, coletando informações sobre dezenas de milhões de usuários de redes sociais nos Estados Unidos e, a partir da análise desses dados, modulou uma efetiva campanha de propaganda ao candidato vencedor das eleições em 2016, é símbolo do poder e dos perigos dessa nova sociedade. O escândalo que se seguiu à revelação da ação da empresa, em 2018, mostrou a extensão do poder desses novos agentes da sociedade digital, que se consolidou na última década.

Alguns autores chamaram a atenção para os surgimento de uma nova economia, que também foi chamada de Economia 4.0, outros chamaram a atenção para a existência de um novo modelo de capitalismo, onde o controle de informações é a principal ferramenta para a reprodução do capital, a ideia do "capitalismo de vigilância" (ZUBOFF, 2015; 2016). O fato é que os modelos econômicos surgidos com a Internet 2.0, por serem globais, acabam buscado ou potencializando grupos de interesses locais que reproduzem os interesses dessas hipercorporações globais. Isso desvirtua a organização social, desestrutura os sistemas eleitorais e subverte a ação das instituições em praticamente todo o mundo, colocando desafios para a transformação do arcabouço jurídico-institucional e das formas e organização social. Esse desafio é também o desafio para as Ciências Humanas.

O mundo digital acabou impondo a necessidade das humanidades se debruçarem sobre o fenômeno que rapidamente altera a feição e as formas de organização das sociedades em todo o mundo, bem como vem rapidamente alterando a própria forma de se produzir e pensar o conhecimento nesse campo do conhecimento. As Humanidades Digitais aparecem como uma tentativa de compreender o fenômeno, bem como apresentar uma resposta de caráter também político a esse processo global e, cada vez mais, corrompedor de nossa sociedade.

3. A virada digital.

A influência das tecnologias do digital nas ciências humanas é também conhecida como a "Virada Digital" (*Digital Turn*). Esse movimento pode ser visto como uma tentativa de utilização das tecnologias digitais com o objetivo de se buscar uma nova síntese entre as humanidades e as ciências exatas e naturais (MOZHAEVA, 2017). O termo faz referência a duas outras viradas que influenciaram fortemente a filosofia e a sociologia no século passado e alteraram a forma como o conhecimento era produzido. Essas duas "viradas" inaugurais tem em comum a relação de ambas com o conhecimento científico e as formas de compreendê-lo dentro de uma determinada chave crítica. Trata-se da "Virada Linguística" (*Linguistic Turn*) e da "virada social" (*Social Turn*).

A origem da "Virada Linguística" remonta ao início do século XX e influenciou enormemente a filosofia. Sua proposta parte do princípio de que a linguagem é determinante para a compreensão da realidade e para as limitações dessa compreensão. Seu grande expoente é Ludwig Wittgenstein. A ideia de que os limites da linguagem formam as fronteiras do próprio conhecimento marcou profundamente um momento do pensamento das filosofias, representando uma alteração na forma de pensar a própria forma do conhecimento e suas manifestações. É importante destacar que a "Virada Linguística" foi de fundamental importância para o avanço da Filosofia da Ciência e está nas bases do Estruturalismo.

O segundo movimento está ligado à chamada "Virada Social". Essa corrente de pensamento que influencio decisivamente parte do pensamento sociológico e acabou por transformar a própria Filosofia da Ciência, que abre espaço para a sociologia dentro das

tradicionais discussões epistemológicas. A "Virada Social" começa a despontar no final da década de 1950. O trabalho que talvez melhor a represente é a seminal tese de Thomas S. Kuhn, cuja "A estrutura das Revoluções Científicas" (KUHN, 1996) transformou a abordagem da sociologia para com as chamadas "Ciências Duras" e criou as primeiras pontes entre as diversas áreas de conhecimento. O trabalho de Kuhn é um dos trabalhos traduzidos para mais línguas na história da sociologia.

A "Virada Dogital" (*Digital Turn*) ainda não possui uma obra de síntese que possa ser considerada a fundadora de um campo. No entanto, desde o início deste século, uma série de trabalhos vem abrindo o caminho para se compreender melhor esse fenômeno que é o definidor da estrutura do conhecimento e sua divulgação no século XXI. Como nas outras viradas, a "Virada Digital" representa um campo de fronteira para as humanidades, por ter de se debruçar sobre formas de conhecimento originadas em outros campos do saber, como as ciências da computação e a matemática. Isso impõe uma série de desafios para os sociólogos, historiadores, geógrafos e filósofos que se colocam o desafio de compreender melhor o desenvolvimento dessa nova forma de produzir e difundir o conhecimento e cujas aplicações transformam suas próprias áreas do saber.

As tecnologias digitais impõem um desafio que historicamente sempre foi o desafia das humanidades: a de desenvolver novas linguagens para a compreensão dos fenômenos que estuda. Isso significa para as humanidades buscarem compreender não apenas a manifestação e as mensagens contidas em suas fontes tradicionais, mas entenderem também sua forma de produção, circulação e divulgação. Se apropriando da linguagem das tecnologias digitais, o pesquisador da área de humanas não apenas deve se preocupar apenas com os dados primários que compõe a sua pesquisa, mas também com os "metadados".

A inclusão dos "metadados" passa a ser um componente fundamental para a compreensão do próprio conhecimento das humanidades. Essa percepção parte não apenas da forma como se obtém e analisam as tradicionais fontes do conhecimento. O meio digital passa a ser a forma básica tanto da construção e produção do conhecimento quanto de sua divulgação. O primeiro desafio, portanto, está em compreender a linguagem da construção dessas tecnologias em seus diferentes níveis. Essa compreensão busca

apontar de forma crítica, as formas de incorporação dessas tecnologias na produção do conhecimento no campo das humanidades e quais os caminhos, e intenções, subjacentes na construção dessas novas ferramentas e linguagens.

De outro lado, esse passo fundamental para a construção das Humanidades Digitais, aponta para a necessidade de analisar também as maneiras como as ciências que compõe o mundo digital são construídas e de que forma elas criam interações com as mais diversas manifestações de nossa vida cotidiana. Esse esforço crítico parte da tentativa de desenvolver uma crítica sobre a forma como os elementos específicos que constituem as tecnologias digitais são estruturados sob um discurso de objetividade e de que forma essas tecnologias são aplicadas de maneira acrítica no dia a dia da produção e reprodução do conhecimento no campo das ciências humanas. Esses esforços são aquilo que compõe basicamente o campo das Humanidades Digitais. Esse campo pode ser bem exemplificado na ampliação e aplicação indiscriminada dos chamados aplicativos.

Os aplicativos podem ser vistos como uma síntese do processo de digitalização das atividades cotidianas e se transformaram em ferramentas onipresentes, em certa medida invisíveis na maior parte do tempo, das sociedades globalizadas. Os aplicativos estão presentes em nossas ferramentas de busca, em boa parte dos sistemas que utilizamos em telefones celulares, incluindo os sistemas de geolocalização e em ferramentas de interação com as instituições financeiras e governamentais em geral. Essas ferramentas são construções matemáticas, baseadas em modelos comportamentais que acabam, de fato, por alterar a maneira como as pessoas interagem entre si e com o meio em que vivem. Essas ferramentas estão dentro das estruturas de comunicação em rede e são as responsáveis pela criação de “bolhas”, que aprisionam os indivíduos ao pré-selecionar o que eles podem acessar ou não nessas redes. Os aplicativos também fazem parte das estruturas definidoras de políticas públicas, em vários países com graus variados, e que acabam influenciando na tomada de decisões sobre investimentos e organização institucional.

Trabalhos recentes apontam que o crescimento no uso de aplicativos está transformando a sociedade como um todo, de forma a conspirar contra as instituições democráticas. Essas ferramentas digitais são construídas a partir de informações pré-

estabelecidas que acabam por reproduzir preconceitos, interesses específicos e delimitam o campo de ação e escolha dos cidadãos (O'NEIL, 2016). Um dos grandes desafios colocados pelas Humanidades Digitais estaria em compreender e interferir nos modelos de construção dessas ferramentas e apresentar alternativas públicas para o acompanhamento e a transparência tanto de seus modelos de construção quanto das informações utilizadas para a arquitetura e funcionamento logarítmico. As ferramentas teórico-metodológicas para esse desafio em parte estão disponíveis e em parte devem ser construídas.

A ideia da utilização do termo "Caixa Preta" (*Black Box*), que foi amplamente difundida nos Estudos sobre Ciência e Tecnologia pode ser um caminho para uma abordagem crítica inicial tanto em relação aos desafios colocados pelos logaritmos quanto pelas tecnologias digitais como um todo. O termo original, vindo das ciências da computação, é de um objeto cujo funcionamento pode ser entendido através das informações que entram e saem (*inputs* e *outputs*). No entanto, no sentido dado pela Sociologia do Conhecimento Científico, a ideia de "Caixa Preta" é utilizada como um caminho de desconstrução da constituição de modelos de conhecimento dados como inalteráveis (LATOUR, 1997). Em outras palavras, a ideia de reestruturar a construção de um determinado objeto através de uma análise de sua ontologia.

Esse desafio parte da premissa necessária de que a forma mais efetiva de se compreender como o conhecimento tecnológico ou científico é construído é através de uma desconstrução de seu caminho e compreensão de suas origens (Idem, 1980). Por outro lado, e essa é a inovação que as Humanidades Digitais nos trazem, está a possibilidade de interagir e construir uma nova forma de conhecimento através do uso das ferramentas e potencialidades que as tecnologias do digital proporcionam. O campo das Humanidades Digitais aponta como um caminho promissor para as humanidades.

4. A História na era das Tecnologias Digitais.

A "virada digital" aponta para uma transformação no ofício do historiador, no que diz respeito tanto à transformação no uso das tecnologias (e na criação de uma variedade de

documentação digital de difícil compreensão e catalogação), bem como a mudanças na forma de ler e trabalhar as fontes (não importando se o historiador é digital ou não).

O historiador tem como desafio nesse contexto procurar compreender e incorporar as novas práticas digitais disponíveis nas diversas ferramentas cotidianos de seu uso. Compreender a produção da História na época das Humanidades Digitais significa um trabalho com fontes de natureza digital e seu enquadramento nas diversas "tramas narrativas da web" (NOIRET, 2015). A estruturação de uma História Digital aponta para uma mudança qualitativa nas práticas do historiador, levando à incorporação de novos métodos e abrindo novos campos de trabalho, com o destaque para a chamada História Pública".

A História Pública, surge como resultado desse processo de transformação do ofício do historiador, num campo novo de construção do passado oferecido pelas tecnologias digitais. Esse novo campo, torna necessário ao historiador reivindicar a especificidade de seu ofício, de seu método, como meio fundamental para a construção da história e de representações do passado. A História Pública aponta também para a criação de uma história dos metadados como fundamental para esse campo específico.

Referências:

ALMEIDA, J.; HOOPER, S.S. & SILVA, C. I. "As humanidades digitais e as novas formas de disseminação de conhecimento". **Lumina.** Vol.10, n.2, agosto 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1 (9.ª Ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **A galáxia da internet.** Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DOSSE, François. **A história em migalhas.** Dos Annales à Nova História. São Paulo: UNESP, 1999.

HAKIN, Houche & SALEH, Imad. "As fronteiras do digital". **Hipertextus.** Revista Digital (www.hipertextus.net), n.8, Jun, 2012.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions** (3th Ed.). Chigado/London: Chicago University Press, 1996.

LATOUR, Bruno. "Is It Possible to Reconstruct the Research Process? Sociology of a Brain Peptide". In: KNORR, Karin D. (org.) *The Social Process of Scientific Investigation.* Dordrecht (Holland), D. Riedel Publishing Co., 1981.

_____. **Ciência em ação.** Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LEVY, Pierre. **Cibercultura** (3.ª Ed.). São Paulo: Editora 34, 2010.

NOIRET, Serge. "História pública digital". **LIINC em Revista**. Rio de Janeiro, v. 11, p. 28-51, http://www.ibict.br/liinc

O'NEIL, Cathy. **Weapons of Math Destruction.** How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy. New York: Broadway Books, 2016.

Entre o analógico e o digital: trajetórias tecnológicas de equipamentos musicais eletrônicos híbridos em 1976-1979

Caio Alves Lima
Graduando História – Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
caiolima@ufu.br

Marco Antônio Cornacioni Sávio
Curso de História – Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
marco.savio@ufu.br

Resumo: Na década de 1970, houve um crescente uso de recursos digitais no desenvolvimento de novos equipamentos musicais eletrônicos. A adoção dessas novas tecnologias na música eletrônica promoveu a ampliação do repertório sonoro e performático, assentado até então no uso predominante de equipamentos de tecnologia analógica. Objetivando melhor compreender esse percurso de mudança tecnológica no campo musical, o presente trabalho analisa trajetórias tecnológicas de equipamentos musicais eletrônicos híbridos, entre os anos de 1976 e 1979. Produtos desse processo de desenvolvimento tecnológico, esses equipamentos híbridos eram compostos de tecnologias analógica e digital, cada qual aplicada às funções que à época se mostravam vantajosas e viáveis. A principal fonte da pesquisa é a revista norte-americana de música eletrônica Synapse, cujos volumes compreendem o recorte temporal em questão e a qual se constituiu em espaço de sociabilização e articulação de diferentes sujeitos envolvidos com a música eletrônica e interessados, dentre outros temas, nessas inéditas possibilidades introduzidas pelas emergentes tecnologias digitais. Tem-se como base teórica os trabalhos de autores como Giovanni Dosi, Frank W. Geels e Nathan Rosenberg, que nos auxiliam a compreender os processos de mudança tecnológica, assim como a relação entre tecnologia, economia e sociedade.

Introdução

A música eletrônica é hoje extremamente popular. Ela está presente nos clubes, nos festivais, nas rádios, nos filmes, na televisão e em diversos outros espaços. O *IMS*

Business Report 2019[11] estima que o valor global de sua indústria em 2018/19 tenha sido de 7.2 bilhões de dólares e que, apesar da queda de 1% com relação aos dois anos anteriores, ela continua "amadurecendo e estabilizando" (WATSON, 2019, p. 29).

Habitando o *mainstream*, a música eletrônica tem conquistado os corações e as mentes das pessoas, principalmente dos jovens. Com um par de alto-falantes ou fones de ouvido, um computador e a ajuda da internet, qualquer um que tenha força de vontade suficiente pode, basicamente, começar a aprender e produzir música eletrônica de seu quarto, assim como foi o caso de nomes hoje muito reconhecidos na indústria.

Para melhor compreender o multifacetário fenômeno da música eletrônica, vários estudos se dedicam a analisar diversos de seus aspectos, como o estético, o cultural, o social ou o econômico. Uma outra possibilidade de análise, e no interior da qual se localiza este trabalho, parte de um dos elementos que lhe é essencial: a tecnologia.

Nos dias atuais, a principal ferramenta dos produtores de música eletrônica é o computador. Essa máquina extremamente versátil permite, através de softwares especializados chamados *Digital Audio Workstation* ("estação de trabalho de áudio digital") ou DAW[12], criar e manipular sons de maneiras as mais diversas. Inúmeros *plug-ins*[13] desenvolvidos por diferentes empresas – muitas das quais são antigos nomes da indústria de equipamentos musicais eletrônicos – servem como ferramentas que, ao invés de terem de ser fisicamente adquiridas e montadas em um estúdio, podem ser baixadas e instaladas neste estúdio virtual. Neste cenário tudo está ali, "*in the box*" – "na caixa", o

[11] Relatório anual da indústria da música eletrônica publicado pela *International Music Summit* – uma plataforma dedicada à música eletrônica nos sentidos educativo, cultural e econômico. Disponível em: <https://www.internationalmusicsummit.com/business-report/>. Acesso em 03 nov. 2019.

[12] Programas de computador criados para trabalhar com áudio. Eles permitem gravar, editar e produzir música em geral, simulando muitos dos recursos de um estúdio físico. São a mais básica ferramenta virtual de quem produz música no computador. No DAW, sons podem ser manipulados através das funcionalidades nativas disponíveis ou das de outras ferramentas auxiliares que podem ser instaladas no interior do programa.

[13] Softwares que são instalados no DAW, oferecendo mais funcionalidades. O termo "*plug-in*" ("plugar") vem justamente da ideia de "conectar" um dispositivo que adicione algum recurso ao sistema. Eles podem simular sintetizadores, equalizadores, compressores, gerar efeitos sonoros etc. Geralmente os produtores trabalham com uma série de *plug-ins*, ampliando os recursos do DAW; sendo assim, empresas investem bastante no desenvolvimento dessas ferramentas musicais virtuais.

computador. Sintetizadores, equalizadores, compressores, filtros, efeitos etc., todos disponíveis em versão virtual.

Isso não significa que o estúdio físico, com sua variedade de equipamentos, tenha se tornado obsoleto, mas que o computador assume hoje um papel central, de modo que no processo de produção musical dos mais diversos produtores, sejam eles dos gêneros eletrônicos ou não, seu produto passa, ao menos em algum momento, pelo computador. Mais do que isso, significa observar que os demais equipamentos musicais eletrônicos produzidos hoje guardam uma relação primordial com o computador, são máquinas do domínio digital.

Na década de 1960, observa-se que o cenário era outro. Naqueles anos, Don Buchla, na Costa Oeste dos Estados Unidos, na Califórnia, e Bob Moog, na Costa Leste, em Nova Iorque, trabalhavam em seus protótipos cujos desenvolvimentos resultariam nos famosos sintetizadores Buchla e Moog.[14] Em se tratando de equipamentos musicais eletrônicos[15], o sintetizador é central, pois é ele o responsável por produzir os sons, através de um processo de síntese sonora.

Essa nova invenção, capaz de produzir sons inéditos a partir de eletrônicos, afetou profundamente o mundo da música dali em diante.[16] Mas naquele período, máquinas como as de Buchla e Moog eram analógicas, ou seja, produziam sons a partir de um

[14] A história da síntese sonora não se iniciou com esses dois inventores, visto que várias invenções de instrumentos musicais elétricos existiram pelo mundo, acompanhando o desenvolvimento da tecnologia elétrica e, mais tarde, da eletrônica; mas, quando dos anos 1960, as invenções de Buchla e Moog foram umas das mais importantes para a definição do sintetizador. Cf. Dunn, 1992.

[15] Entende-se aqui enquanto "equipamento musical eletrônico" qualquer equipamento eletrônico que, empregado com finalidades musicais, cumpra algum papel no processo de gravação, geração, processamento, edição ou reprodução do áudio. Essa definição é distinta, por exemplo, da de "instrumento musical", na qual o objeto deve produzir algum som. Um equipamento musical eletrônico não necessariamente deve ser responsável pela geração do som, ele pode ser um microfone, um amplificador, um reverberador, uma unidade de *delay*, um filtro etc.

[16] Para Pinch e Trocco (2002) o sintetizador é a única inovação musical comparável com a guitarra elétrica "como um grande novo instrumento da era da eletricidade" e, em longo prazo, talvez "a mais radical inovação", pela sua capacidade de produzir sons a partir de uma fonte completamente nova (p. 7, tradução do autor).

processo de variáveis contínuas como voltagens oscilantes.[17] Eram os dias analógicos, os primeiros anos do sintetizador, situados entre 1964 e meados de 1970.[18]

Se a fase analógica dos sintetizadores começou a ver seu fim surgir gradualmente em meados de 1970, isso foi devido a um fato de dimensões tão amplas que afetou profundamente não somente o campo da música eletrônica, mas vários outros âmbitos da vida humana: o advento das tecnologias digitais. A radicalidade do sintetizador foi justamente o que permitiu que ele evoluísse para a era digital (PINCH; TROCCO, 2002, p. 7). E ele não evoluiu sozinho, mas junto a vários outros equipamentos eletrônicos também utilizados para produzir música. O período em que se pode ver isso se efetivar de maneira cada vez mais ampla e consolidada é a partir da década seguinte, em 1980.

Esse processo de passagem do domínio analógico para o digital na música eletrônica pode instigar várias questões. Ao enfocar a década de 1970, especialmente sua segunda metade, observa-se um fenômeno que permite melhor compreender alguns aspectos desse percurso de mudança de um tipo de tecnologia para outro e que representa o objeto deste trabalho: o hibridismo entre as tecnologias analógica e digital em equipamentos musicais eletrônicos. Dessa forma, procura-se analisar este fenômeno para lançar luz sobre alguns de seus elementos e sobre sua relação com o processo mais amplo de mudança tecnológica no qual está inserido.

O conceito de hibridismo aqui adotado difere-se daquele de Latour (1994), muito comum à área dos estudos em ciência e tecnologia, que enfoca a conjunção entre o humano e o não-humano e nega a separação entre os "conhecimentos exatos e o exercício do poder", entre "natureza e cultura" (p. 9, tradução do autor). O hibridismo desses equipamentos musicais eletrônicos se situa no interior do processo de mudança

[17] Os sistemas desses sintetizadores analógicos eram organizados a partir de voltagens cujas variações cumpriam as funções de controle. Seus circuitos contavam com *inputs* (entradas) e *outputs* (saídas) de sinais elétricos que poderiam ser de áudio ou de controle (para os parâmetros). A parte mais importante do sistema era o oscilador controlado por voltagem ou VCO (*voltage-controlled oscillator*). O VCO era o gerador do sinal de áudio cujos *outputs* constituíam as formas das ondas sonoras. As frequências dessas ondas eram alteradas conforme variava a voltagem que controlava o oscilador (CHAMBERLIN, 1987).

[18] "Dias analógicos" é o termo utilizado por Pinch e Trocco (op. cit.) e o título de seu livro sobre a história do sintetizador Moog. A periodização 1964-70 é atribuída pelos autores.

tecnológica descrito por Geels (2002), no qual há uma etapa em que "novas tecnologias em sua fase inicial se ligam fisicamente às tecnologias estabelecidas" (p. 15, tradução do autor), não competindo imediatamente, mas formando uma relação simbiótica. Especificamente para o caso deste trabalho, considera-se como um equipamento musical eletrônico híbrido aquele que apresenta uma "combinação de circuitos analógicos e digitais, aplicando cada um aonde é mais vantajoso" (CHAMBERLIN, 1987, p. 712, tradução do autor).

Analisando esses equipamentos musicais eletrônicos híbridos, assim como os sujeitos e os espaços com eles envolvidos, pode-se melhor compreender a relação entre essas tecnologias e a sociedade, especialmente no contexto das culturas em que emergiram e em função das quais existiram, constituindo-se, sobretudo, em ferramentas de criação musical.[19]

O encontro entre o analógico e o digital: o exemplo do sintetizador Oberheim

Um dos equipamentos musicais eletrônicos do período que pode ser tomado como exemplo é o sintetizador produzido pela Oberheim, a empresa fundada pelo engenheiro americano Tom Oberheim. O *Oberheim Polyphonic Synthesizer* possuía duas versões distintas, conhecidas como *Oberheim Four Voice* (1975-1979) ("Oberheim Quatro Vozes") e *Oberheim Eight Voice* (1977-1980) ("Oberheim Oito Vozes").[20] No interior da concepção aqui adotada, esse sintetizador era híbrido, mas, assim como grande parte dos demais equipamentos híbridos da época, ele era e ainda é comumente referido como um

[19] Os equipamentos e os sujeitos abarcados por este trabalho estão presentes na revista americana de música eletrônica *Synapse* (1976-1979), a principal fonte deste estudo. A *Synapse* foi um veículo de comunicação e um espaço de socialização no interior desse processo de mudança tecnológica, constituindo-se como uma agente do mesmo.

[20] ENCYCLOTRONIC. **Oberheim Four Voice FVS-1 Polyphonic**. Disponível em: <https://encyclotronic.com/synthesizers/oberheim/four-voice-fvs-1-r413/>. Acesso em 24 out. 2019. ENCYCLOTRONIC. **Oberheim Eight Voice**. Disponível em: <http://www.vintagesynth.com/oberheim/8voice.php>. Acesso em 24 out. 2019.

sintetizador analógico, o que se deve ao fato de sua estrutura principal de geração e processamento de áudio ser analógica.[21]

Pode-se observar no sintetizador da Oberheim elementos centrais da trajetória tecnológica dos equipamentos musicais eletrônicos analógicos, exprimindo o percurso cumulativo de desenvolvimento tecnológico do qual ele foi fruto. Essa trajetória tecnológica é constituída pela direção tomada no progresso técnico desses equipamentos, processo no qual foram estabelecendo-se certos padrões de resolução de problemas e certos materiais e métodos de construção.[22]

Especialmente para os sintetizadores, isso tem origem na década de 1960, com a criação do sintetizador controlado por voltagem, resultante do desenvolvimento dos transistores de silício e de outros dispositivos semicondutores. Naquele período, o conceito era "modular", ou seja, os sintetizadores funcionavam através de vários módulos – caixas-pretas com *inputs* e *outputs* de sinais elétricos de áudio e de controle – que eram conectados uns aos outros através de cabos. Cada um desses equipamentos cumpria uma função diferente na geração do sinal de áudio ou em seu processamento. Através do

[21] Alguns equipamentos que no período já empregavam circuitos digitais para o cumprimento de algumas funções secundárias eram, apesar disso, referidos como "analógicos". Outros eram chamados de "digitais", mas possuíam em seu interior uma fração considerável de circuitos analógicos. As razões dessas classificações parecem ter se baseado menos em critérios técnicos específicos que na consideração do peso que tinha ou não o caráter analógico ou digital da função cumprida por aquela porção do equipamento. Sendo assim, sintetizadores cujo processo de síntese sonora fosse analógico, eram geralmente chamados de "analógicos", mesmo que empregassem algum tipo de recurso digital periférico. No mesmo sentido, alguns equipamentos eram chamados de "digitais", mesmo não o sendo inteiramente, pois algumas de suas funções principais eram realizadas a partir de processos digitais. A exemplo do *H910 Harmonizer*, da empresa Eventide. Contemporâneo ao sintetizador *Oberheim*, O H910 era um processador de efeitos de áudio comumente referido como o primeiro digital do tipo. Entretanto, somente sua unidade de *delay* era digital, todo o restante – filtragem, *feedback*, modulação de tom, mixagem etc. – era analógico (EVENTIDE, 2015, p. 3). A razão de o H910 ter sido considerado sobretudo digital residia justamente no papel central que o *delay* cumpria no equipamento, somando-se isso a estratégia de marketing.

[22] Dosi (1982) descreve "trajetória tecnológica" como "a atividade 'normal' de resolução de problemas determinada por um paradigma [que] pode ser representada pelo movimento de trocas multidimensionais entre as variáveis tecnológicas que o paradigma define como relevantes" (p. 154, tradução do autor). Um "paradigma tecnológico", por sua vez, é um "cenário", "um conjunto de procedimentos, uma definição dos problemas 'relevantes' e dos conhecimentos específicos relacionados à sua solução". Ele inclui programas de pesquisa tecnológica e "define seu próprio conceito de 'progresso' baseado em suas trocas econômicas e tecnológicas especificas". Os paradigmas focam o desenvolvimento tecnológico em certas direções em detrimento de outras. Essa "direção de avanço no interior de um paradigma tecnológico" é o que o autor define como "trajetória tecnológica" (Ibid, p. 148, tradução do autor).

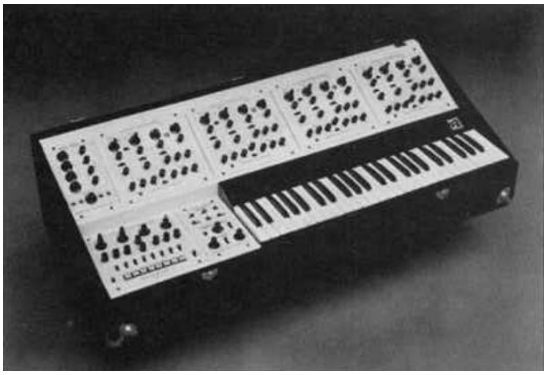
rearranjo das conexões entre os módulos e da alteração dos parâmetros de controle, podia-se obter variações sonoras as mais diversas (CHAMBERLIN, 1987). Esse conceito foi substituído, na década de 1970, pelo design do sintetizador como um equipamento integrado, com todas as funções, antes cumpridas pelos módulos, realizadas a partir de então no interior de uma única carcaça que tinha um teclado como controlador e os parâmetros no painel logo acima. Esse modelo é adotado ainda nos dias de hoje, como se pode observar nos contemporâneos sintetizadores digitais.

O *Oberheim Polyphonic Synthesizer* ainda era um sintetizador que empregava os métodos analógicos de controle por voltagem para a geração e o processamento do sinal de áudio, tendo por base os princípios de síntese estabelecidos na década de 1960. Sua estrutura de construção também exprimia heranças do conceito modular, apesar de ele ter sido um instrumento integrado. Esse sintetizador era basicamente um conjunto de *Synthesizer Expansion Modules* ("módulos de expansão de sintetizador") ou SEMs, desenvolvidos por Oberheim. Cada SEM era um agrupamento dos componentes básicos de um sintetizador reunidos em uma única caixa.[23] Nesse sentido, cada um desses módulos constituía em si um sintetizador.[24]

Fotografia 1 – O sintetizador polifônico de quatro vozes da Oberheim.

[23] ENCYCLOTRONIC. **Oberheim Four Voice FVS-1 Polyphonic**. Disponível em: <https://encyclotronic.com/synthesizers/oberheim/four-voice-fvs-1-r413/>. Acesso em 24 out. 2019. DAVEY, T. Oberheim polyphonic synthesizer programmer (PSP-1). **Synapse**: the electronic music magazine. Hollywood, California, U.S., v. 1, n. 4. nov./dez. 1976, p. 28.

[24] Aqui reside uma das diferenças entre os SEMs e os sintetizadores modulares. Nestes últimos, fazia-se necessário o uso de vários módulos, cada qual cumprindo sua distinta função no processo de geração e processamento do áudio, para que se pudesse compor um sintetizador completo. Outro ponto era a interconectividade possibilitada pelo SEM, que também era mais limitada, visto que quando ele foi criado, em 1974, seu objetivo não era reproduzir a ampla versatilidade dos outros módulos, mas servir como um acessório (VINTAGE SYNTH EXPLORER, 2019).



Fonte: Synapse (nov./dez. 1976, p. 28).

Unindo vários módulos de expansão em uma mesma carcaça, era possível gerar e controlar vários sons de maneira independente, de acordo com a quantidade de SEMs integrados no instrumento. Se esses sons pudessem ainda ser reproduzidos simultaneamente, então, o resultado seria um tipo de sistema polifônico, uma das mais novas e grandes tendências da época.[25] E foi dessa forma, portanto, que Oberheim criou seu sintetizador polifônico.

No *Oberheim Polyphonic Synthesizer*, cada SEM era responsável por uma voz do sistema.[26] Dessa forma, o modelo *Four Voice* nada mais era que um sintetizador com quatro SEMs. Do mesmo modo, o *Eight Voice* era o modelo com oito módulos de expansão. O sistema de Oberheim era, portanto, limitado pelo conjunto de vozes disponíveis, ou seja, no modelo de quarto vozes só se podia tocar no máximo quatro notas consecutivamente e assim por diante.

[25] Polifonia é a capacidade de reproduzir mais de um som simultaneamente. Para o caso desses instrumentos, isso se exprimia na possibilidade de tocar mais de uma nota concomitantemente. Em termos técnicos, um sintetizador polifônico é, portanto, aquele que possui mais de um módulo de voz – o componente que contém a coleção de circuitos que determinam e moldam o tom, o timbre e a intensidade do som; seus dispositivos básicos são os osciladores, os filtros e os amplificadores (CROMBIE, 1984). No início da década de 1970 os sintetizadores eram monofônicos (só podiam reproduzir um som por vez), mas a demanda por sistemas que possibilitassem tocar mais de uma nota simultaneamente aumentava e, logo quando os primeiros sintetizadores polifônicos começaram a ser desenvolvidos e comercializados, a polifonia se tornou uma grande tendência e, portanto, foco da indústria. Essa demanda foi expressa por artistas como o músico americano de jazz George Duke, adepto dos sintetizadores, que dizia que uma das coisas que "faltava" ao sintetizador era a polifonia. DUKE, G. George Duke [entrevista]. **Synapse**: the electronic music magazine. Los Angeles, California, U.S., v. 2, n. 1. mai./jun. 1977, p. 20. Entrevista concedida a Douglas Lynner.

[26] A voz corresponde ao som. Um sistema com duas vozes, por exemplo, é um sistema capaz de reproduzir dois sons independentes. Cf. nota 16.

Essa limitação do instrumento de Oberheim se explica pelo fato de que, na época, um dos grandes desafios para a construção de um sintetizador completamente polifônico era a estrutura que seria necessária para que cada nota tivesse um aparato dedicado responsável por seu som. A tecnologia analógica do período não era suficientemente compacta e estava sujeita a imprecisões e flutuações de desempenho, o que se agravava ainda mais de acordo com as proporções do sistema (CHAMBERLIN, 1987, p. 101-102). No conceito de Oberheim, um sintetizador de, por exemplo, 25 notas, teria que ter 25 SEMs. Mesmo que seus módulos de expansão fossem capazes de manter níveis de precisão e de estabilidade aceitáveis, o tamanho e os custos[27] de tal equipamento seriam inviáveis, principalmente se considerado que o processo de mudança para o conceito integrado de sintetizadores é acompanhado por uma forte demanda por versatilidade, praticidade, portabilidade e acesso.

Mas a grande questão do sistema polifônico de Oberheim era a comunicação entre o teclado e os módulos de voz de seu instrumento. Se um sistema de 49 teclas possuía somente quatro vozes, era necessário que cada vez que uma tecla fosse pressionada o módulo disponível fosse informado sobre exatamente que nota era aquela e assim por diante. Essa tarefa exigia um certo nível de complexidade que pôde ser contemplada no domínio digital através de um sistema de "escaneamento de teclado" desenvolvido pela Emu Systems e licenciado para uso no sintetizador da Oberheim. Os circuitos digitais de escaneamento desenvolvidos por aquela empresa eram compactos e cumpriam toda a tarefa de comunicação entre o teclado e os módulos de voz de maneira rápida e precisa, viabilizando a polifonia (KEEBLE, 2002).

O sistema digital de escaneamento de teclado é um bom exemplo do uso de recursos digitais em sistemas híbridos quando essas novas tecnologias começaram a ser introduzidas, ainda em tempos analógicos. Esse exemplo expressa ainda algumas das principais vantagens digitais: a velocidade, a precisão e a compactação dos circuitos.

---

[27] Somente o *Oberheim Four Voice*, por exemplo, já era vendido por $5.390 dólares. Já o modelo de oito vozes alcançava quase 10 mil dólares, com um valor de mercado de $9.785 dólares. DAVEY, T. Oberheim polyphonic synthesizer programmer (PSP-1). **Synapse**: the electronic music magazine. Hollywood, California, U.S., v. 1, n. 4. nov./dez. 1976, p. 28.

Em 1976, a Oberheim começou a comercializar um novo produto, o *Oberheim Polyphonic Synthesizer Programmer* (PSP-1), criado para ser acoplado ao seu sintetizador polifônico. O PSP-1 era um programador híbrido que permitia, através de princípios analógicos, moldar os sons do sintetizador. A configuração dos parâmetros disponíveis, determinada pelo usuário, definia um programa. Mas seu maior destaque era sua memória digital que possibilitava que diferentes programas pudessem ser registrados – em até 16 espaços de memória – e mais tarde acionados.[28] Com isso, o músico poderia programar diferentes sons e depois ativá-los rapidamente com o pressionamento de um botão.

Antes da invenção de equipamentos como o programador da Oberheim, se o usuário quisesse alterar as propriedades sonoras de sua máquina, ele teria de fazê-lo em tempo real e, se quisesse mantê-las, não poderia mais mexer nos controles dos parâmetros. Caso desejasse reconfigurar o instrumento, mas mais tarde retornar aos sons criados anteriormente, teria de se lembrar de todos os parâmetros e novamente reconfigurá-los manualmente. Para músicos preocupados com performance ao vivo, por exemplo, essa nova possibilidade representava, portanto, um grande avanço.[29]

Considerações finais

O hibridismo de equipamentos musicais eletrônicos, na década de 1970, foi o ponto de encontro de duas trajetórias tecnológicas distintas. Dessa maneira, esse foi o momento em que a trajetória tecnológica analógica daqueles equipamentos, no interior de certas rotinas, técnicas, materiais, conhecimentos e abordagens dominantes no processo de produção musical eletrônica, começou a ceder espaço para uma então emergente trajetória tecnológica digital.

---

[28] Ibid.

[29] A ausência de programabilidade era justamente o outro elemento que Duke apontava quando falava das coisas que faltavam ao sintetizador. DUKE, op. cit. Em sua resenha sobre o PSP-1, Tom Davey o caracterizou como “um dos mais revolucionários novos instrumentos do mercado” (tradução do autor). DAVEY, op. cit.

O sintetizador polifônico da Oberheim e seu programador são exemplos dessa interface entre esses dois tipos de tecnologias. Herdeiros do desenvolvimento tecnológico analógico da década de 1960, eles já eram, ao mesmo tempo, fruto do processo de inserção das novas tecnologias digitais.

Essa relação simbiótica representou um importante passo no processo de desenvolvimento daquela então emergente trajetória tecnológica digital e, em sentido mais amplo, no percurso de mudança de um tipo dominante de tecnologia para outro. Nesse hibridismo tecnológico, observa-se as áreas em que o emprego desses novos recursos digitais se mostrou conveniente e viável, compensando as limitações dos sistemas puramente analógicos e aprimorando-os. Especificamente para os exemplos aqui apresentados, isso se explicitou na possibilidade de se obter sistemas polifônicos e de se ampliar a programabilidade desses equipamentos, destacando-se o uso de memórias digitais.

Apesar dos recursos digitais terem permitido grandes inovações no mundo da música eletrônica, o desenvolvimento dos equipamentos musicais híbridos, que mais tarde se tornaram digitais, partiu de um cenário configurado durante o domínio analógico, ainda na fase da década de 1960, e que não deixou de influenciar em considerável medida o desenvolvimento tecnológico que se seguiu. Dessa forma, as tecnologias da música eletrônica carregam consigo, até os dias atuais, heranças que vêm dos dias analógicos – como, por exemplo, o design do sintetizador com o teclado e o painel de parâmetros. Rupturas e continuidades foram, portanto, inerentes a esse processo de desenvolvimento tecnológico.

Bibliografia

CHAMBERLIN, H. **Musical applications of microprocessors**. 2. ed. Indianapolis, Indiana, U.S.: Hayden Books, 1987.

CROMBIE, D. **The complete synthesizer**: a comprehensive guide. London, UK: Omnibus Press, 1984.

DOSI, G. The nature of the innovation process. In: _____. et al. (Ed.). **Technical change and economic theory**. London, UK: Pinter, 1988. p. 221-238.

_____. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, v. 11, n. 3, p. 147-162, 1982.

DUNN, D. (1992). A history of electronic music pioneers. Disponível em: **http://www.davidddunn.com/~david/Index2.htm**. Acesso em: 14/12/2017.

ENCYCLOTRONIC. **Oberheim Eight Voice**. Disponível em: <http://www.vintagesynth.com/oberheim/8voice.php>. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **Oberheim Four Voice FVS-1 Polyphonic**. Disponível em: <https://encyclotronic.com/synthesizers/oberheim/four-voice-fvs-1-r413/>. Acesso em: 24 out. 2019.

GEELS, F. W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. **Research Policy**, v. 31, n. 8–9, p. 1257-1274, 2002.

KEEBLE, R. 30 years of Emu: the history of Emu Systems. **Sound on Sound**, Cambridge, UK, sep. 2002. Disponível em: < https://www.soundonsound.com/music-business/30-years-emu>. Acesso em: 24 out. 2019.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

PINCH, T; BIJSTERVELD, K. Sound studies: new technologies and music. **Social Studies of Science**, **34/5, p. 635-648, out. 2004.**

PINCH, T; TROCCO, F. **Analog days**: the invention and impact of the Moog synthesizer. Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 2004.

ROSENBERG, N. A historiografia do progresso técnico. In: _____. **Por dentro da caixa-preta**: tecnologia e economia. Campinas, SP: Unicamp, 2006. p. 17-65.

VINTAGE SYNTH EXPLORER. **Oberheim SEM**. Disponível em: <http://www.vintagesynth.com/oberheim/sem.php>. Acesso em: 24 out. 2019.

Fontes

EVENTIDE. **Model H910 Harmonizer**: instruction manual. Little Ferry, NJ, USA: Eventide Inc., 2015, 11 p.

WATSON, K. **IMS business report 2019**: an annual study of the electronic music industry. Ibiza, Spain: International Music Summit, 2019.

SYNAPSE: the electronic music magazine. Hollywood, California, U.S., v. 1, n. 4. nov./dez. 1976.

SYNAPSE: the electronic music magazine. Los Angeles, California, U.S., v. 2, n. 1. mai./jun. 1977.

Primeiras impressões sobre a interatividade entre mídia e democracia

Rafael Nathan Humel Capucho
Graduando em Direito UEMG- Ituiutaba
rafaelnhcapucho@outlook.com

Resumo: A comunicação é aspecto importante da existência humana e característica necessária para a vida em sociedade. Ela considera todas as transmissões de informações, podendo ser expressa de maneira escrita, pela fala ou até mesmo imagética. Com isso é notório reconhecer o papel da mídia dentro do processo informacional e da democracia moderna, que se caracteriza por um processo complexo que perpassa por diversos setores da sociedade e necessita da integração dos cidadãos e das instituições para sua efetivação. É nesse contexto que se propõe uma análise entre as funções da mídia e a democracia moderna, analisando seus pressupostos e sua interação direta com poderes institucionais. O objetivo do presente trabalho é destacar alguns dos marcos conceituais, e exemplos relacionados a perspectiva brasileira, e que podem ser considerados significativos para a compreensão nessa área de conhecimento, em especial, o que gira em torno do conceito de poder e dos seus desdobramentos nos processos democráticos da atualidade.

Introdução

A comunicação é aspecto importante da vida humana e característica necessária para a existência em sociedade. Ela considera todas as transmissões de informações, podendo ser expressa de maneira escrita, pela fala ou até mesmo imagética.

Se analisarmos o desenvolvimento do homem podemos definir a comunicabilidade como ponto chave nesse processo, desde a antiguidade com o gestual, com o uso de desenhos e símbolos, após o surgimento das linguagens, da escrita e até o advento das novas tecnologias com códigos e figuras computadorizadas.

É notório reconhecer a evolução dos meios de comunicação e também das novas formas de dispersão de notícias ao longo do tempo, torna-se necessário entender essa transição como um processo social, e num contexto contemporâneo das sociedades modernas extremamente dependentes do processo informacional, onde a mídia se torna parte integrante da vida dentro do contexto social.

Com todo o desenvolvimento da comunicação, Thompson, John B. (2009) vem analisar a produção das informações e sua correlação com o poder a partir da modernidade, ele ressalta as alterações dentro do processo de produção, armazenamento e circulação dentro das instituições. Esses processos são característicos da era moderna, e faz que o aumento de intensidade da comunicação seja exponencial, tomando novos rumos, agora com características de produto do mercado, que podem ser negociadas, apenas com o intuito de chegar a um vasto número de indivíduos difusos social e espacialmente. (THOMPSON, 2009).

Dentro das concepções do desenvolvimento da comunicação chegamos a sua relação estreita com a Sociabilidade , e com o poder, nesse ponto acredita-se ser mais importante compreender a comunicação dentro do conceito de mídia, que apesar de não ter uma definição especifica no meio cientifico , pode ser considerada por uma ótica mais ampla como conjunto de meios de comunicação (jornais, revistas , rádio, televisão, internet entre outros) ou pelo qual as informações são divulgadas e sua relação com a publicidade que busca influenciar alguém a comprar ou incorporar determinada ideia, onde a manipulação de elementos simbólicos é a característica principal (EAGLETON, 1991). Introduzindo um caráter mercadológico a comunicação e disseminação de informações.

Mídia como poder

As sociedades são regidas e organizadas mediante ao poder, que pode ter diferente maneiras para sua apresentação, os mais explícitos são o econômico e este ganha notoriedade da estrutura capitalista, o político que geralmente são representados pelos estados e suas respectivas formas de Governo e o coercitivo, que em sociedades democráticas de forma geral é representado pelos militares e pela legitimidade de uso da violência garantida ao Estado.

> No sentido mais geral, poder é a capacidade agir para alcançar seus próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. No exercício do poder os indivíduos empregam os recursos que lhe são disponíveis, recursos são

> os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente seus interesses. (THOMPSON, 2009. p.21).

Quando observamos a utilização da palavra recurso, entende-se que dentro das instituições que exercem o poder, existem métodos e que poderiam facilitar a relação entre dominantes e dominados. Michel Foucault, observando as sociedades ocidentais, propôs que a ação do poder é marcada por contradições, pois é uma atuação que esconde no plano de seu funcionamento, algo cada vez mais disfarçado no meio social, ao passo que exibe publicamente como representação da vida política (SÁ, 2015).

É nesse nexo de funcionamento dos poderes, que damos a notoriedade a mídia, que poderia ser entendida a priori apenas como um recurso e vinculada ao poder político ou econômico, mas entende-se ao decorrer deste ensaio que, ela tem papel contundente e relevante dentro do corpo de determinada sociedade, exercendo todas as características de um instituição de ação independente, apesar de sua estreita ligação com os demais.

Thompson define um quarto poder, o simbólico ou cultural que tem seu advento nas atividades de produção, transmissão e recepção das informações e símbolos e seus respectivos significados. (THOMPSON, 2009).

Para entendermos a importância do poder simbólico é interessante concebermos o alcance da mídia dentro das estruturas socias, Antônio Gramsci conceitua a mídia em seus escritos como ‘’aparelhos privados de hegemonia’’, ali destacando à atuação no campo político ideológico da mídia, frisando sua autonomia perante ao Estado, por ser ferramenta principal na formação de um ‘’entendimento unanime’’ entre as ideias de um determinado governo e sociedade organizada, além disso o autor ainda em suas analises identifica que o poder coercitivo era ineficiente se desauxiliado por outras estruturas dentro da sociedade tendo que ser aliado a outras ferramentas para uma maior efetividade como a mídia. (Gramsci, 2000).

Max Webber em suas obras demonstrou diferentes tipos de dominação entre grupos e indivíduos, observa e ressalta que o estado quando precisa efetivar sua autoridade, necessita de uma habilidade de exercer duas formar distintas de atuação, que no caso seriam o poder coercitivo e simbólico. (Thompson, 2009. p.23 apud Webber s/d).

Até mesmo em sociedades democráticas o estado tem a chancela do uso da força ou estruturas de poderio coercitivo, desde medidas disciplinares até o uso da força física propriamente dita, sempre com a justificativa da manutenção da ordem social e a garantia ao exercício do poder político sob ameaça de desestruturação do estado.

No entanto a autoridade do estado pode-se apoiar em outras formas de difusão como no poder simbólico, utilizando da capacidade do mesmo em difundir informações e cultivar por meio dessa confiança na legitimidade da influência política (Thompson, 2009. p.23 apud Webber s/d).

Interações da mídia e da democracia

A definição da palavra democracia está diretamente ligada com soberania exercida pelo povo, o termo foi cunhado e desenvolvido dentro do pensamento filosófico grego para definir um tipo de regime político onde os determinados cidadãos tinham sua voz representada, a etimologia da palavra vem do grego utilizando a junção de duas palavras, povo e poder, está é uma das características ressaltadas no dicionário de política escrito por Norberto Bobbio (BOBBIO, 1998).

As democracias evoluíram e contam com aspectos específicos na era moderna, o poder é exercido diante do sufrágio universal, e geralmente num contexto representativo dentro dos Estados nação. Outra característica muito relevante é a ligação das democracias com o sistema constitucionalista que ajuda a organizar e regular as instituições e indivíduos dentro da ordem democrática. Dentro da característica constitucional das democracias podemos analisar o caso de uma das instituições responsável pelo poder simbólico e especifico a situação da mídia.

A priori mídia tem uma função informacional, com isso temos a ideia que a mesma deve participar do processo de transmissão de informações à sociedade de maneira idônea e ética, levando aos cidadão o que ocorre dentro dos atos institucionais praticados pelos gestores dos governos em voga , além de atualizar a população sobre a situação real e a realidade de seu país, sempre de maneira clara abrangente e inteligível , buscando o maior nível de receptores. A mesma também deveria ser local de fala e expressão para minorias,

espaço de reinvindicações expoente de ideias advindas da sociedade organizada como forma de participação superior e ainda mais sofisticada que a participação democrática indireta apenas pelo voto, deveria ser uma estrutura criada para o controle e necessária para a participação nas sociedades democráticas.

Para que a mídia cumpra essa função geralmente em diversos ordenamentos jurídicos pátrios lhe é reservada um espaço em especifico para garantir sua liberdade de atuação e para que a mesma também atue como órgão fiscalizador do poder público, Na constituição Federal de 1988 está consagrado no art. 220, que versa sobre a comunicação social garantindo a imprensa por meio de qualquer representação de seus órgãos á :

> Art.220.A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto nesta Constituição.
>
> §1° Nenhuma lei conterá dispositivo que possa construir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.
>
> §2º é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (BRASIL, 1998)

O artigo 220 da constituição Federal vem reforçar a liberdade de expressão, e é interessante ressaltar a intenção do legislador em colocá-lo , pois já se versa sobre liberdade de expressão dento do artigo 5° da mesma, com isso podemos entender que o dispositivo vem garantir a integridade dessa liberdade agora voltada para o ramo especifico da comunicação social e sua importância para a manutenção das instituições democráticas.

O constitucionalista José Afonso da Silva chega a definir essa gama de direitos contidos no Capítulo V, dentre os artigos 220 á 224 como, formas, processos e veículos que trazem a possiblidade da coordenação eficiente da criação, expressão e disseminação de informações e pensamento. (SILVA, 2000).

Até aqui observamos a importância da mídia e do poder simbólico , ele pode ser utilizado tanto como instituição que ajuda na manutenção do poder, por sua característica

penetrante no meio social, além de propagar informações muitas vezes reforçando ideias do senso comum ou até mesmo as vendendo , ou uma instituição fiscalizadora e propulsora de demandas da sociedade civil, ao ponto que a mídia tem papel importante na composição da agenda política, é responsável por informar a população durante os processos democrático das eleições e depois de demonstrar o andamento dos atos institucionais por meio da publicidade.

Apesar de todas essas características e responsabilidades dadas a mídia, reforça-se que a maior parte de todos as instituições da comunicação, como, rádio, TV, jornais e etc., são pertencentes a grupos e investidores privados. Os interesses privados regem-se pela lógica capitalista objetivando o lucro e interesses favoráveis as corporações que representam. Este atributo é ponto notável para entendermos a relação entre esses agentes privados detentores do poder simbólico e a esfera pública representada pelo estado e seus interesses definida como poder político (FONSECA, 2011).

Fonseca aplica aqui uma Teoria aplicada ao pensamento liberal , advinda dos pensamentos esboçados nos textos Os federalistas, e previamente desenvolvia por Montesquieu, seria a teoria dos Freios e contrapesos, geralmente utilizada e aplicada no Direito Constitucional, nela Montesquieu disserta sobre a separação dos poderes, suas responsabilidades , propõe limites e inserções para que os poderes se autorregulem.(Montesquieu, 2000).

Nesse contexto seria interessante a consideração dos poderes diversos aplicados sobre a sociedade, normalmente no direito constitucional se é utilizada para entendermos a separação entre , executivo legislativo e judiciário, no entanto a teoria reaplicada a uma práxis social, onde os poderes se dividem em econômico, político e coercitivo, devemos também incorporar a mídia retratada como poder simbólico e responsabilizada a medida que sua atuação que é extremamente penetrante dentro das decisões do corpo social e abarca além de um controle de outras instituições, mas como panorama de mudanças substancias.

A mídia como vimos é dotada de grande estima dentro das sociedades, democráticas e goza de extrema liberdade, até mesmo dentro de diversos ordenamentos pátrios, com isso é entendida como instituição de controle, porém até que ponto podemos considerar uma mídia que cumpre seu papel social de maneira idônea, já que a mesma está inserida dentro da lógica capitalista e depende de financiamento privado onde grande parte pertence a indivíduos que representam uma parcela mínima da sociedade, o ordenamento jurídico não se basta ou não é capaz de produzir um controle efetivo total e se a característica principal da mídia é tratar as informações, dessa forma como proceder em uma sociedade que mercantiliza a notícia?

Para o sociólogo espanhol Manuel Castell, a "política informacional'' define um panorama que as sociedades vigentes são essencialmente midiáticas, demonstrando nitidamente que as interações sociais e as relações de poder são intermediadas pelas diversas modalidades da mídia. Ele propõe que até mesmo as disputas políticas (eleitorais, partidárias, representativas) triam que se adequar e entender as regras definas pela mídia, no momento que espetáculo e entretenimento se fundem com o que é considerado notícia. Assim o sistema midiático dá contorno ao que é ou não legitimo ou considerado prioritário. (CASTELL, Manuel. 2000). É interessante refletir o quanto sistema midiático é capaz de emoldurar os conflitos sociais dentro da sociedade.

Mesmo com toas as problemáticas levantadas pela atuação da mídia, podemos conceber que é uma instituição creditada dentro do dia-a-dia da sociedade, em pesquisa realizada pelo data folha no ano de 2019 a imprensa teve uma grande baixa perto de analises anteriores, ficando abaixo de instituições como militares e o executivo , mas muito se deve a situação de exceção vivida no Brasil pós período eleitoral e uma grande problemática com o que se trata de'' Fake News'', porém não obstante a imprensa ainda ganha destaque ao ficar na frente de vários braços institucionais do Estado como o judiciário, congresso nacional e partidos políticos, demonstrando a grande influência da mesma.(Datafolha, 2019).

Exemplos brasileiros de atuação e poder da mídia dentro das democracias

Transpor essas ideias mais gerais dentro da realidade brasileira é um trabalho complexo, devido a diversas interações históricas e também a velocidade dos acontecimentos dentro das sociedades midiáticas, por isso procurou-se entender a teoria entre a mídia, poder e democracia de forma mais abrangente e depois voltar a aplicá-la em casos específicos. Contudo selecionou-se alguns eventos de interação midiática, com demonstração da capacidade de poder simbólico dentro no território nacional, apenas como exemplos do exercício desse poder.

Acredito que o primeiro grande exemplo a ser esboçado seja a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, onde a principal relevância é a sua complexidade, demonstra a característica da formação de um senso comum pela grande mídia e o tratamento dado a notícia até chegar as massas, a criação de um imaginário fictício e a falta de críticas a questões mais amplas ligadas a tais reinvindicações. Esse processo se torna contínuo e ininterrupto, pois certas imagens se perpetuam no dentro do corpo social e apenas trocam seus veículos de disseminação.

Gramsci denomina como ‘’consenso’’ esse processo de convencimento e de estabilização de senso comum quanto a uma determinada ideologia dominante, que disseminada por meio da mídia, leva a ser incorporada como verdade pelas classes dominadas. (GRAMSCI, 1986). Com isso a mídia que seria responsável por informar e relatar a situação verídica da sociedade se abstém de críticas necessárias, ou a demonstração de uma panorama completo, capaz de levar os sujeitos a uma reflexão incompletas ou defasadas, tudo em prol de seus interesses políticos financeiros, alavancando um processo de criação de falsos sujeitos sociais com os quais a sociedade não se identifica ou enxerga como sujeitos controversos ou subalternos na ótica de direitos.

Sendo que os movimentos sociais são de grande importância na história nacional, grande parte deles tomou notoriedade nas décadas de 70, 80 e 90 principalmente as lutas operarias, movimentos campesinos como MST, movimentos democráticos entre outros. Para se entender a necessidade de criminalização de tais movimentos, Volanin define um

ponto crucial a ser entendido, que são que as lutas geradas pelos movimentos sociais apesar de sua complexidade e diversidade de pautas e reinvindicação, num geral podem ser entendidas como ações antagônicas a lógica capitalista, observando que os movimentos sociais populares, demonstram os paradoxos da sociedade capitalista e estão mediados pelas contradições da sociedade de classes (VOLANIN, s/d).

Conclusão

Primeiramente é interessante ressaltar que para entender as sociedades modernas que tem seu marco temporal principalmente vinculada as estruturas midiáticas é necessário entender como se pauta a relação da mídia dentro das estruturas de poder.

A mídia é considerada aparelho ideológico e em determinadas análises até como poder independente e tem seu papel reconhecido dentro das democracias, com isso a pergunta: ‘’se as sociedades atuais estão preparadas para reagir ao seu potencial danoso visto a problemática da mercantilização e tratamento dado as notícias?’’ Dentro desse aspecto é possível conceber que grande maioria das formas de estruturação de freios aos meios de comunicação apenas gerariam censuras e deméritos ao processo democrático das sociedades modernas, as legislações atuais contam com microestruturas capazes de reconhecer entraves mínimos na manifestação desse poder, e que estratégias mais interessantes seriam a não concentração da mídia(monopólios e oligopólios).

Demonstrar as interações da mídia com grupos minoritários e a exclusão social, também é conceber sobre democracia à medida que a falta de participação e defini-las como pauta não relevante afeta totalmente pressupostos do processo democrático.

Castells propõe como solução as reivindicações atuais, quanto aos monopólios e ou oligopólios da mídia, que grupos sociais ou movimentos progressistas devam dominar ferramentas do mundo digital, já que este de certa forma propõe possibilidades mais democráticas de acesso, apesar de não se distanciar da questão da mercantilização da informação por meio dos algoritmos (MIRANDA, 2019).

REFERÊNCIAS

Bobbio, Norberto, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. **Dicionário de política I,** Vol. 1. (11ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais n°1 a 6 de 1994-51. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2017.

CALTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra. 2000.

MIRANDA, Eduardo. Mundo vive momento de "ataque à razão", diz Manuel Castells. Disponível em: < https://www.brasildefato.com.br/2019/07/16/mundo-vive-momento-de-ataque-a-razao-diz-manuel-castells/ >Acesso em: 23 de julho de 2019

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas. Grau de confiança nas instituições. São Paulo: Folha de São Paulo, 2019.

EAGLETON, Terry. **Ideology**. An Introduction. Oxford: Verso. 1991.

FONSECA, Francisco. "Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação". **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, pp. 41-69. julho - dezembro de 2011.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história** (6ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MONTESQUIEU, **O espírito das leis.** São Paulo: Martins Fontes, ,2000.

SÁ, Leonardo. "A questão do poder na perspectiva da antropologia da política". **Áltera** – Revista de Antropologia. João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 82-111, jul./dez. 2015

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo** (19. ed.). São Paulo: Malheiros, 2000.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** Uma teoria Social da Mídia (11ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Entre a realidade e o discurso: análise dos discursos midiáticos nas jornadas de junho de 2013 em São Paulo.

Gabriel Fernandes Costa
Graduando em História – Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
gabriel.gfccosta@hotmail.com

Marco Antônio Cornacioni Sávio
Curso de História – Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
marco.savio@ufu.br

Resumo: As manifestações de junho de 2013 foram o início de radicais transformações sobre a política e a sociedade brasileira. De tal forma, que seus eventos foram o estopim para o desencadeamento do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, além da polarização político ideológica estabelecida nos anos seguintes. Portanto entender as manifestações se tornou muito mais que apenas compreender suas causas e seus objetivos, mas sim, em como um ponto de partida para um gigantesco processo de transformações, que redefiniram as atuais relações de poder presentes na sociedade brasileira. Assim esta pesquisa tem como foco analisar as jornadas de junho de 2013, com o objetivo principal de estudar a cobertura da mídia durante as manifestações ocorridas do dia 06/06/2013 a 13/06/2013 na cidade de São Paulo. Buscando assim entender as diferentes narrativas presentes na mídia durante as manifestações. Para isso serão analisadas as reportagens publicadas por dois veículos de imprensa, o G1 Notícias pertencente ao grupo Globo e a revista Carta Capital. Se objetivando em entender os grupos presentes nas manifestações, a violenta disputa pelo espaço urbano, além dos interesses e reivindicações destes grupos. Por fim analisando o desenrolar das manifestações, e o posicionamento do estado perante as manifestações.

Introdução: os primeiros passos para a revolta

As manifestações de junho de 2013 se consolidaram como um evento emblemático para entender em como se originou, e no que se transformou. Um evento de múltiplas realidades, marcado pela heterogeneidade daqueles que o compunham, que mesmo assim assimilou milhões de pessoas de diferentes regiões, classes e filosofias políticas.

Assim as jornadas marcaram a história do país de tal forma que abalaram a lógica estrutural da política brasileira do seu tempo. Portanto, entender as manifestações se tornou muito mais que apenas compreender suas causas e seus objetivos, mas sim, como

o ponto de partida para um gigantesco processo de transformações, que redefiniram as atuais relações de poder presentes na sociedade brasileira.

No entanto, para entender as jornadas e preciso refletir sobre as forças que a criam. Assim para compreender esta gênese e preciso captar como as manifestações não podem ser entendidas apenas como o resultado do aumento da tarifa no transporte público no valor de R$0,20 centavos na cidade de São Paulo.

Desta forma, torna-se necessário estudar a revolta a partir do seu contexto histórico. Isso significa entender como os R$0,20 não deflagraram sozinhos as manifestações, mas em si, agiram como gatilho para uma serie de tensões sociais, que encontraram nas manifestações o espaço necessário para lutarem, sobretudo pelo direito a cidades e a melhores condições de vida. Isso significa pensar em como no cerne da luta pelas cidades se concentra o desejo delivre acesso as cidades, ou seja, a possibilidade de que qualquer pessoa tenha os meios garantidos para se locomover pelo o espaço urbano acessando tudo o que este ambiente pode oferecer.

Além disso para pensar este movimento e necessário compreender o quadro constante de tensões existentes entre os movimentos grevistas que se tornavam cada vez mais plurais já marcavam um latente quadro de descontentamento social antes mesmo do estopim de 2013. Assim vale ressaltar como os movimentos grevistas se consolidavam a partir da reivindicação de direitos sociais como saúde, educação, segurança, transporte, renda, em suma, melhores condições de vida e trabalho desde 2011.

Portanto ao se refletir sobre as origens das jornadas, devemos entender como este quadro de lutas sociais que buscavam seus espaços se colidiram em 2013 na expressão das lutas por direitos sociais, e pelo próprio direito a cidade já existentes.

No entanto entender a força e rápida expansão das jornadas e necessário compreender como as manifestações se constroem em torno do meio digital, sobretudo o Facebook. E neste momento em que se torna possível visualizar como as jornadas conseguiram em tão pouco tempo se organizar de modo tão eficiente, pois e a partir dos grupos e das páginas hospedadas nas redes sociais em que eram convocadas e organizadas

as manifestações. Desta forma, e possível entender o papel crucial das redes sociais para a organização e deflagração dos primeiros atos.

Assim torna-se possível pensar como jornadas se relacionam de forma indireta no movimento global de manifestações sociais construídas através da internet, que se propuseram a reivindicar e lutar por direitos desde 2010. Como por exemplo a primavera árabe caracterizada como um período de revoltas populares no oriente médio e norte da África, as quais contou com um enorme contingente de pessoas que saem as ruas para derrubar ditaduras e lutar por seus direitos. Portanto e possível relacionar tanto as jornadas quanto a Primavera árabe, quando se pensa como estes movimentos sociais mesmo que em postos diferentes do tempo e do espaço se utilizaram das redes sociais como uma importante ferramenta para a organizam e deflagração dos seus atos.

As jornadas de 2013 se consolidaram como um movimento de tamanho engajamento social o qual só pode ser comparado as manifestações pelas Diretas Já, na história brasileira. Contudo e no embate midiático, sobretudo nos meios digitais, que as jornadas criam e recriam sentido, é neste momento em que os discursos se transformam e a realidade se distorce em torno do caos que tomava as ruas.

A partir disso para compreender como foram construídos os discursos da imprensa sobre as manifestações, esta analise se debruça sobre as reportagens publicadas pelo site de notícias G1.com e a revista Carta Capital, veículos estes que representam polos opostos políticos entre si, que no entanto, cobriram as manifestações de diferentes formas elegendo diferentes protagonistas e perspectivas. As quais permitem entender como as manifestações transformaram seus significados com o seu decorrer.

Ascenção ao caos: a realidade em distorção

As jornadas de junho de 2013 têm seu início na manifestação do dia seis de junho reunindo de duas mil pessoas na cidade de São Paulo em um de seus polos organizacionais da metrópole, a avenida Paulista. Logo que a primeira manifestação se organiza ela leva consigo um público majoritariamente de estudantes universitários organizados pelo MPL

(Movimento Passe Livre), através da prerrogativa principal do aumento das tarifas do transporte público de Ônibus e metro em vinte centavos.

Contudo este primeiro movimento foi marcado primeiramente pelo a forma como se organizou através das redes sociais mais especificamente o Facebook, que figurou como ferramenta essencial para a consolidação e organização da primeira manifestação, atuando tanto nas chamadas das manifestações quanto a organização do movimento.

Neste contexto com o início das manifestações a mídia se lança contra as manifestações, adotando uma postura contraria a dos manifestantes, sobretudo realocando o centro do que deveria ser discutido naquele momento. Assim imprensa adota uma abordagem clara na forma como trata as manifestações até o dia 13 de junho, partindo da ótica da violência por parte dos manifestantes e o caos causado por eles.

Desta forma, e possível identificar jornais como o G1, que publicam reportagens diárias neste período com o intuito de levar o leitor a encarar o que estava vinculado ali como a representação real dos fatos, tentando moldar o entendimento dos mesmos.

Assim torna-se possível estabelecer mecanismos recorrentes para a formulação das reportagens, baseado em três momentos distintos da notícia, sendo estes a Apresentação dos acontecimentos, a Reação logica causada e os Reflexos diretos. Mesmo que não usados em uma ordem exata estes pilares se tornam elementares para a construção das reportagens que tratem as manifestações.

Quando tratasse da Apresentação dos acontecimentos, as reportagens exibem as manifestações como um movimento organizado com o único objetivo de destruir o patrimônio público, através de atos de vandalismo. Para isso as reportagens adotam a abordagem de mostrar o desenvolvimento das manifestações e dos confrontos e ataques causados pelos manifestantes.

Desta forma, as reportagens passam a intuir as manifestações como atos de pura destruição, levando assim a criminalização as e deslegitimação das manifestações, em seguida as notícias passam a nomear os manifestantes, como vândalos e baderneiros colaborando com a apresentação feita até então.

No que se refere a Reação logica causada significa legitimar - mesmo que de forma indireta - as atitudes da polícia por mais violentas que fossem contra os manifestantes, pois estes estariam defendendo o patrimônio público, assegurando a segurança das pessoas que estariam sendo afetadas pelas manifestações, além de garantir trânsito das pessoas que estariam presas pelas manifestações impossibilitadas de voltar para casa.

Esta abordagem surge a partir da apresentação das ações policias nas notícias são tratadas como fundamentais para a garantia da ordem da cidade, e que ela estaria agindo de forma tão violenta somente como reação aos manifestantes, alimentando assim a ideia de se construir os manifestantes como os responsáveis por toda a violência.

Já a abordagem a partir dos Reflexos diretos, funciona nas reportagens como um levantamento final da destruição causada pelos manifestantes, através de dados que estimam os prejuízos causados ao patrimônio público destruído. Se objetivando desta forma a levar o leitor a entender como as manifestações geravam apenas destruição e transtorno a cidade. Este método também se caracterizou por apresentar a estimativa do valor que os cofres públicos teriam de pagar para reparar os prejuízos causados.

A partir destes elementos e possível identificar como este método se apega no conceito de patrimônio público - como algo de uso comum a todos - para deslegitimar as manifestações, mesmo quando se refere na realidade ao dano causado a bancos e empresas privadas.

Desta forma e possível perceber como as reportagens publicadas neste período tentam convencer o público de que ele estaria sendo lesado pelos manifestantes, pois seria ele com seus impostos que iram ter de arcar com toda a destruição causada pelos vândalos que destruíam a cidade, além de transparecer como não haveria um objetivo político entre os manifestantes.

Assim para entender esta logica empregada pelo jornal G1, a reportagem *"Após fechar Marginal Pinheiros, ato contra tarifa volta à Avenida Paulista"* publicada no dia 07 de junho de 2013, pelo jornalista Marcelo Moura, que em três páginas, sendo estas

preenchidas por diversas imagens, elabora seu texto para apresentar a manifestações que viam ocorrendo, assim entorno de uma introdução e mais três tópicos: “Sem detidos”, “Vandalismo” e “Protesto Histórico”. Com a seguinte manchete *“Movimento Passe Livre reúne manifestantes em São Paulo. Na quinta (6), passeata teve 15 detidos após confronto com PM.”*

A reportagem aborda as manifestações ocorridas na cidade de São Paulo no dia 07 de junho de 2013, a princípio levantando o trajeto dos manifestantes pelas principais avenidas de São Paulo além de como se desenvolveu a ação policial durante a manifestação. Neste momento a reportagem realiza a Apresentação dos acontecimentos, situando o trajeto dos manifestantes, enfatizando os engarrafamentos causados, e os focos de confrontos existentes sempre entre manifestantes e polícia.

Em seu primeiro tópico intitulado “Sem detidos”, e elaborado como a ação da PM teve êxito em conter os manifestantes, se utilizando de balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio, para defender o patrimônio público e privado da cidade. Deste modo a notícia apresenta a ação da polícia como uma Reação logica e necessária para conter os manifestantes, apresentando a fala do coronel da polícia Reynaldo Simões Rossi, que segundo a reportagem só permitiu que ocorresse a manifestação depois de negociar com os manifestantes, para que não houvesse os atos de vandalismos que ocorreram na manifestação do dia anterior, assim destacando como seria necessária a ação da polícia para conter os vândalos.

Em seu segundo tópico nomeado como “Vandalismo” a reportagem aborda o rastro de destruição deixado pelos manifestantes, com a estimativa de R$73 mil reais em prejuízos causados pelos manifestantes ao metro, além de trazer os dados da SPTrans de que 12 ônibus foram depredados e outros 53 foram pichados na manifestação do dia anterior, o que levou a prisão de 15 manifestantes. Assim a reportagem constrói como estes seriam os Reflexos diretos causados pelas manifestações, apresentando os dados da polícia para justificar os números apresentados.

Em seu terceiro tópico “Protesto Histórico”, a reportagem fala do protesto como um evento histórico pelo público reunido, ressaltando a motivação dos manifestantes na luta contra o aumento da tarifa em vinte centavos. Assim com o intuito de amenizar os dados levantados anteriormente a notícia faz uma breve recapitulação no final da matéria.

Assim é possível analisar como a reportagem se foca em apresentar a violência presente na manifestação, e levantar o dano material causado pelos manifestantes com o intuito de levar ao leitor a ideia de que as manifestações são violentas e desorganizadas, sendo elas totalmente responsáveis pelo transtornos e destruição causados a cidade, além de mostrar como a polícia agiu segundo a reportagem de forma ímpar, afim de combater a destruição causada pelas manifestações, deslegitimado assim todo o movimento e suas reinvindicações.

Em contraponto a este modelo utilizado para retratar os acontecimentos das manifestações e possível analisar como a revista a Carta Capital adota um posiciona uma perspectiva contratante a do G1 para apresentar os acontecimentos ocorridos no mesmo período. Contudo vale ressaltar aqui o meio de publicação distintos destes dois veículos e como isso afeta o conteúdo publicado, a abordagem adotada, o alcance das notícias e a recepção pelo público.

O G1 adota em sua plataforma a metodologia de trabalho de as publicações diárias em um fluxo constante, para isso o site trabalha em grande parte com reportagens curtas com títulos e manchetes chamativas para conseguir atrair o click do leitor, no máximo de reportagens possíveis, desta forma fazendo com que o mesmo passe o máximo de tempo possível em seu site, consumindo seu conteúdo e a publicidade vinculada a ele.

Desta forma o conteúdo passe a ser tratado em grande maioria das vezes de forma superficial, com uma abordagem noticiaria que apresenta dados, mas não reflete a fundo sobre eles se utilizando de curtos parágrafos para tratar de temas complexos, que exigiriam mais que dois ou três parágrafos para serem elaborados.

Contudo este modelo possibilita uma rápida disseminação das notícias vinculadas pelo site. E assim o jornal atingir o grande público, que recebe este grande volume de

notícias de forma constante moldando assim sua percepção do real, através dos dados constantemente apresentados, de forma massiva e repetitiva.

Em contraponto a esta a abordagem a Carta Capital representa os veículos de impressa que adotam como foco publicação mais completas sobre os temas abordados, dessa forma a revista consegue produzir um conteúdo mais elaborado com mais informações e dados que possibilitam seu leitor uma reflexão mais elaborada sobre o tema.

No entanto para garantir esta metodologia e necessário um maior tempo de preparo para as reportagens, preparadas para as publicações semanais da revista. Assim as notícias se tornam mais extensas e completas, porém, o alcance da notícia massa a ter como público consumidor os assinantes da revista, que por sua vez representa um público muito menor alcançado quando em comparação a veículos de impressa como o G1, e que apesar de possibilitarem uma reflexão mais complexa do real aos seus leitores, seu alcance vem menor escala.

Assim é possível perceber como a revista adota uma abordagem sistematicamente ao tratar das manifestações em suas páginas, não se utilizando de uma estrutura rígida, mas de elementos comuns que compõem as notícias que abordam o tema, como a contextualização espacial e temporal dos acontecimentos, da apresentação dos atores e reivindicações em questão, a exposição dos conflitos e o cenário político por trás das manifestações.

E possível entender a abordagem adotada pela Carta Capital a partir da reportagem *"Rebeldes com causa"* vinculada na coluna seu país na revista publicada em 19 de junho de 2013, por Rodrigo Martins em colaboração com Lino Bocchini e Piero Locatelli. Com a manchete "Os protestos contra os aumentos das tarifas ganham contornos de revolta popular e se alastram pelo país".

A reportagem se inicia com apresentação dos atores e reivindicações em questão, assim o texto começa apresentando os dois jovens que mesmo vindos de realidades diferentes assumiam a frente do movimento Passe Livre (MPL), Caio Miranda um

estudante de escola pública morador do bairro Jardim Ângela, e Caio Martins estudante do curso de história da Universidade de São Paulo (USP) morador da Lapa.

Assim a reportagem se objetiva em mostrar ao leitor mesmo que em realidades opostas os estes jovens estariam lutando por um objetivo comum de transporte público de qualidade e com um preço acessível a todos. Deste modo, a reportagem visa aproximar o leitor dos jovens promovendo uma ligação entre eles e o leitor.

Em seguida a matéria a presenta a contextualização espacial e temporal dos acontecimentos, demonstrando assim as origens do MPL por todo país, atestando o mesmo como um movimento político, legitimo e organizado.

Apresentando em seguida os seguidos aumentos das tarifas no transporte público nas grandes capitais do país. Desta forma, a reportagem atesta ao leito a legitimidade e força da luta dos manifestantes, partir de dados que visa comprovar o que e apresentado na matéria.

Após esta apresentação a reportagem realiza a exposição dos conflitos envolvendo policiais e manifestantes, assim a matéria apresenta como os manifestantes atestam a existência da violência por parte dos policiais nas manifestações, e que os manifestantes estariam reagindo aos violentos abusos por parte da polícia, que recebem os manifestantes com bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha com o intuito impedir os manifestantes.

Para colaborar com este posicionamento a reportagem atesta o despreparo dos policiais ao realizarem a prisão do repórter da carta capital por filmar a ação dos policiais contra os manifestantes e portar vinagre, usado para amenizar os efeitos das bombas de gás lacrimogênio. A partir deste argumento a notícia constrói como a polícia estaria completamente despreparada para lidar com a situação dos protestos, e como isso se desdobrou no abuso da violência policial, e do descaso com a segurança dos manifestantes por parte do então prefeito de São Paulo Fernando Haddad e o governador do estado Geraldo Alckmin.

Por fim a reportagem aborda cenário político por trás das manifestações, em suma e apresentando o debate entorno do veto do aumento da tarifa do transporte público que representaria uma contribuição anual pela prefeitura de 1,2 bilhões de reais somente para a companhia responsável pelos ônibus da cidade de São Paulo, mais que o dobro da contribuição da época. Nesta perspectiva o prefeito Fernando Haddad defende a intervenção do governo federal para garantir o veto do reajuste das tarifas.

Neste sentido a reportagem elabora a posição do governo com relação ao aumento do preço das tarifas no transporte público, com o intuito de mostrar o leitor a realidade política e econômica por traz do embate entre os manifestantes e o governo da cidade e do estado de São Paulo.

A partir da análise de ambas as matérias e possível entender como a realidade sobre as manifestações de 2013 representaram e representam um campo de disputa pela memória, em como a luta contra o aumento da tarifa foi transformada em vândalos baderneiros que tinham como objetivo destruir as grandes cidades do país, ao mesmo tempo que assumem o protagonismo da luta contra a repressão policial e pelo direito ao transporte público de qualidade.

No entanto e neste momento em que se torna necessário refletir sobre como os diferentes discursos ganham força com sua proliferação em massa, e como o real se distorce diante de nossos olhos em momentos de caos como as jornadas de 2013, que vão muito além do debatido neste sucinto trabalho.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Os dias que abalaram o Brasil:** as rebeliões de junho, julho de 2013. Revista de políticas públicas, UFMA, n. especial, pp. 41-47, jul. 2014.

APARECIDO TRINDADE, Thiago. **Os Limites da Democracia** : A legitimidade do protesto no Brasil participativo. 97. ed. Brasilia: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Z2018. 01 - 20 p. v. 33.

BORGES FONTANETTO, Renata Maria; BEZERRA CAVALCANTI, Cecília Carrossini. **A cidade em narrativas: jornalismos tradicional e cidadão durante as**

'Jornadas de Junho' de 2013 no Brasil. [*S. l.*]: Revista Latinoamericana de Comunicación, 25/04/2016.

FERREIRA, Anderson. **O discurso midiatizado**: mídium, gênero de discurso e identidades. n. 45. ed. rev. Belo Horizonte: SCRIPTA, 2018. 97-110 p. v. 22.

D'ASSUNÇÃO, José Barros. **HISTÓRIA POLÍTICA**: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginario. [S.l.]: Políticas - Práticas e

DELGADO, Lucilia Almeida Neves; FERREIRA, Marieta Moraes. **História do tempo presente e ensino de História** . 4. ed. [S.l.]: Revista História Hoje, 2013. 19 - 34 p. v. 2.

GOMES SILVA, Ilse. **Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil** : as manifestações de junho de 2013. 2. ed. São Luís, Brasil: Revista de Políticas Públicas, 2015. 393-402 p. v. 19.

SERGIO PINHEIRO, Paulo. **Autorismo e transição** . São Paulo: Revista USP, 1991. 45 - 56 p.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais**. In: Antíteses, v. 9, n. 17, p. 270-296, jan. /jun. 2016.

SPOSATI, Aldaiza. **O Desejo de São Paulo**. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/Desejos.pdf. Acessado em: 11/12/2018.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. In: São Paulo: Boitempo, 2014.

A relação entre a mídia e a religião e seus impactos na política contemporânea.

Júlia Rosa Fábio
Graduanda em Serviço Social – FACES/UFU
jhurosa1@gmail.com

Rômulo da Silva Barros
Graduando em História – ICHPO/UFU
romulobarros44@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre a mídia e a religião e seus rebatimentos na política contemporânea. Historicamente, no Brasil, é possível identificar a influência que a religião e a mídia exercem sobre o processo de formação da consciência dos sujeitos, impactando diretamente a forma como participam e direcionam a vida política do país. Fatos recentes da história brasileira evidenciam e caracterizam como a articulação entre a mídia, a religião e a política foram decisivas no processo de constituição da atual conjuntura. O golpe da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a criminalização e deturpação das pautas dos movimentos sociais e a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro são alguns marcos que definem e exemplificam esta relação entre mídia, religião e política. Para atingir o objetivo proposto, faremos um recorte temporal abordando alguns acontecimentos da cena contemporânea a fim de identificar como a mídia e a religião atuaram para construção do atual contexto político. Partimos do pressuposto que a sociedade brasileira, pelo processo de democratização recente, ainda é suscetível às influências das instituições midiáticas e religiosas, sendo estas determinantes para a constituição da conjuntura política brasileira.

Introdução

Os últimos sete anos foram acentuados por uma grande mudança sócio-político, na área social houve aumento no acesso a internet e com isso uma mudança na forma como se articulam as mídias com a sociedade, além disso, no tocante ao que é mídia e seus meios de veiculação um novo tipo de mídia, que são as redes sociais, foram criados.

Na política, houve uma reviravolta no jogo político, cujo resultado, apesar de planejado pelas partes vencedoras, não era esperado pela maioria dos estudiosos. Com a reeleição de Dilma e a recontagem de votos pedida por Aécio Neves. O cenário político no Brasil, que já se encontrava dividido, polarizou-se ainda mais.

A problemática a ser analisada é como um país se dividiu? E qual foi o processo de mudança de um governo de esquerda, aberto e preocupado com a população trabalhadora e a vulnerável para um governo liberal e ultraconservador.

A religião aparece neste processo de transformação, aos poucos com ênfase no final, quando os líderes religiosos de igrejas neopentecostais apoiam e ajudam a eleger o atual presidente, por conta deste fato, é importante voltarmos nossos olhos para eles e entender como são as relações dentro de uma igreja neopentecostal, como a adesão de certos ideais de líderes religiosos e uma grande parcela de membros podem alterar a conjuntura política de um país.

Porquanto, neste artigo discutiremos a relação entre mídia, política e religião, quais foram às mudanças? Como uma pode afetar a outra e principalmente o resultado da intersecção entre elas.

Mídia

Mídia, segundo o dicionário online Michaelis é toda estrutura de difusão de informações, notícias, mensagens e entretenimento que estabelece um canal intermediário de comunicação não pessoal, de comunicação de massa, utilizando-se de vários meios, entre eles jornais, revistas, rádio, televisão, cinema, mala direta, outdoors, informativos, telefone, internet etc. Visto isso, verificamos que a mídia é a multiplicidade de comunicação, visando um público, ora sendo empregada de forma geral, como imprensa, ora sendo vista como meio social de comunicação.

Com o avanço do acesso às tecnologias e à internet é possível identificar que:

> (...) o número de domicílios com acesso à rede mundial de computadores também cresceu na passagem de 2016 para 2017. No primeiro ano da pesquisa, 69,3% dos lares brasileiros tinham equipamento conectado à internet, percentual que saltou para 74,9% em um ano. De acordo com o IBGE, a área rural do país foi a que mais registrou expansão no número de domicílios conectados à rede – saltou de 33,6% para 41%, enquanto na área urbana foi de 75% para 80,1%. “O mesmo tipo de evolução foi observado em todas as Grandes Regiões do país”, destacou o instituto (IBGE, 2018).

Houve novas formas de comunicação por esse novo meio. O aumento do uso no período entre 2013 e 2018 sinaliza as possibilidades da utilização das redes sociais não somente como um tipo de mídia, mas também um novo tipo de imprensa.

Nessa relação de redes sociais e sociedade ocorrem dois pontos políticos importantes utilizando as redes sociais como instrumento de comunicação e aglutinação social. Jovens influenciados pelos movimentos da primavera árabe revoltaram-se com o aumento da tarifa de ônibus e utilizaram as redes sociais para se organizarem como classe e assim fazer o então chamado movimento ou revolta dos vinte centavos, que após os primeiros atos já não significavam mais insatisfação pelo aumento da tarifa, mas sim uma insatisfação em comum, por uma economia que decaiu.

Analisando a tipologia geral dos jovens desse movimento a grande maioria era de classe média que experimentou por breves momentos o poder de consumo maior, então com a queda da economia e a aglutinação social encontrada nas redes sociais, puderam assim expor a insatisfação com a oscilação de classe social que assim experimentaram.

No entanto, após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff o candidato oponente Aécio Neves, quebra a legitimidade das eleições pedindo a recontagem de votos e com isso plantando a dúvida nos eleitores da oposição que já não estavam satisfeitos com o resultado. Tendo início um novo ciclo de manifestações cujo perfil dos que protestavam e apoiavam a recontagem já não eram jovens de classe média.

Houve a ampliação para as demais classes e faixas etárias, mostrando uma sociedade saturada do governo vigente e das opções políticas. Nesse momento percebe-se a solicitação e manifestação de mudanças políticas nas redes sociais. Conforme o cenário político oscilava junto à economia, a visão social da política oscilava também, provocando a sua polarização.

Essa polarização de ideias se deu pelo o que é chamado de viés de confirmação, que é basicamente quando uma pessoa num determinado grupo social só pesquisa e tem acesso de forma mais fácil ao que defende e as pessoas do mesmo grupo reforçam estes argumentos, mesmo que não seja baseado em algo verdadeiro. Neste ponto de vista conseguimos entender o fenômeno de propagação das *fake news*, que foram posteriormente um dos agentes para a eleição do atual presidente.

Religião

Segundo dados do IBGE, o último censo de 2010 mostra o crescimento de 6,8% na adesão ao protestantismo e 60% são neopentecostais, a pesquisa mostra também a diminuição do catolicismo, porém a religião católica ainda é maior segundo o censo de 2010. Essa pesquisa foi necessária para entender o papel da religião na polarização em grupos, como temas principais a política e o debate em relação a situação econômica do país em que moldes tradicionais estavam se perdendo. Por que irmãos?

Analisando as igrejas neopentecostais e seus membros, conseguimos verificar alguns aspectos que podem modificar uma sociedade. O primeiro é a relação de membro para membro, quando procuram uma igreja neopentecostal, geralmente é em momento de vulnerabilidade, para superar algum momento difícil em sua vida. Neste passo, o novo membro é acolhido por outros membros que também passaram por dificuldades e conseguem entender e acolher da melhor forma possível. Nesse acolhimento inicial cria-se uma relação de respeito, gratidão, pertencimento e identificação a um grupo. Desse modo a relação entre os membros ultrapassam os espaços físicos da igreja e chegam aos lares dos fiéis.

Neste sentido, o líder religioso é o representante de Deus na terra, por ele, Deus pode falar diretamente nas pregações e cultos com os membros, o papel do líder religioso nesta perspectiva vai além de ler trechos da bíblia e sim revelar o que Deus quer falar para os membros. O líder religioso neopentecostal tem um poder de argumentação muito grande sobre a comunidade e por conta das relações mencionadas anteriormente.

Devido à relação de membro a membro e a relação membro e líder religioso, a comunidade religiosa neopentecostal já ia caminhando na política, porém o engajamento só foi percebido em 2018 quando o apoio destas igrejas ajudaram a eleger o atual presidente, dando uma falsa impressão de que a igreja neopentecostal apoiou um candidato de grande porte apenas na última eleição. No entanto, a mistura de política e religião ocorre há muitos anos, e alguns candidatos que são ou defendem os interesses da igreja foram eleitos anteriormente. Um exemplo, é Daniel Soares, eleito a deputado estadual em 2009.

Política

Após discutir a relação entre mídia e religião, focaremos na conjuntura política entre 2013 e 2018 e os seus principais impactos. Apropriando-se da bandeira nacional como símbolo de um posicionamento político, e a reinvenção da direita no Brasil, "nova direita" ou "neoconservadorismo", foram as principais características para a mudança da conjuntura política no país.

Em 2015, uma parcela da sociedade insatisfeita pelo resultado das eleições e surpresa com os resultados da lava jato e vários políticos sendo presos principalmente do lado do partido trabalhadores, com isso as manifestações aumentaram e o pedido de impeachment era o que mais se lia nas redes sociais e se ouvia nas ruas, para a decadência da presidente Dilma Rousseff em dezembro de 2015 o pedido de impeachment foi aceito na câmara dos deputados, com isso as manifestações nas redes sociais estouraram de informações sobre a aprovação do impeachment, ao mesmo tempo o panelaço tomou conta das capitais.

Neste momento, toda nação teve uma nova narrativa histórica sobre a política e as mudanças no contexto econômico-social, o fortalecimento dessa narrativa e exigência de mudança no Brasil se deu na derrota da esquerda brasileira, a qual culminou com as eleições em 2016 dos Estados Unidos que resultaram na vitória de Donald Trump.

Além disso, o aumento da popularidade de um candidato que já estava há anos no congresso, mas não era conhecido pelo povo, até seu discurso a favor do impeachment de Dilma Rousseff, saldando um coronel que praticava tortura no período do regime militar, o mesmo também fala que vota pela inocência das crianças em sala de aula, contra o comunismo, pela liberdade, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos.

Com esse discurso sua popularidade alavancou naquele momento de forma negativa para uma parte da sociedade, porém com seu discurso Jair Messias Bolsonaro atinge a parcela conservadora da sociedade que estava calada por conta das políticas implantada no governo petista.

Além disso, ao discursar pelas crianças, pela liberdade e por Deus ele dialoga com a parcela religiosa da sociedade e posteriormente tem apoio da maioria das grandes igrejas neopentecostais que na atualidade tem uma característica conservadora e são vistos como intolerantes.

No livro "O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil" temos que:

> Em 2017, uma pesquisa do DataFolha apontou que 60% dos eleitores do então pré-candidato à presidência da República Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), tinham entre 16 e 34 anos. Isso soou como uma surpresa na esfera pública, que é, em grande medida, movimentada pela polarização ideológica que se acirrou no Brasil após 2013. Na lógica dualista presente nas redes sociais, cada integrante de um polo pensa dentro um pacote de valores políticos e morais que é oposto ao seu antagônico. Logo, uma análise superficial poderia sugerir que a juventude bolsonarista é, inexoravelmente, protofascista. A realidade do cotidiano, contudo, é mais complexa que o binarismo em sua forma ideal e aponta para a existência de sobreposição entre os polos. Com efeito, os limites entre a esquerda e a direita, o lulismo e o bolsonarismo e a esperança e o ódio são mais turvos do que se pode imaginar à primeira vista (MACHADO; SCALCO, 2018, p. 55).

A citação acima sintetiza os pontos analisados neste artigo, o primeiro é como as utilizações das redes sociais, por conta de seus mecanismos de funcionamento podem ajudar reforçar o viés de confirmação e proporcionar desta forma uma propagação de polarização ideológica. A religião também promove a mesma facilidade de polarização, principalmente no caso das igrejas neopentecostais, pois as mesmas seguem a bíblia como norma de vida e nesta já estão pré-estabelecidos comportamentos, atitudes e formas de pensar. Vale ressaltar que não são todos os membros que agem desta forma, mas que o meio propicia este comportamento.

Em suma, neste artigo analisamos os aspectos de influência sobre a mídia e a religião nos impactos da política contemporânea. Verificando o caminho percorrido analisamos os seguintes fatos; o cidadão não vota por si só, mas por trás dele há uma grande influência, do lugar social de onde vem, sua região demográfica e sua crença como também sua cultura.

Considerações finais

Este artigo procurou utilizar a relação entre a mídia, religião e política seus impactos no contemporâneo, promovendo uma reflexão, mencionando que a política brasileira teve uma grande mudança nos últimos anos, por isso a necessidade de pesquisar sobre o tema, e analisar os principais papeis de cada componente empregando fontes historiográficas e narrativas importantes.

Para esclarecer o momento político atual, durante a pesquisa assumimos a responsabilidade de desenvolver o trabalho, visando um público que entendesse e utiliza-se nosso trabalho para aprofundar ainda mais o estudo no campo da política brasileira, o qual a mídia e a religião têm sua participação em benefício próprio.

Além disso, o censo crítico da sociedade obteve transformação e a curiosidade de falar e discutir a política do país promovendo mudanças que culminaram numa polarização política, a qual cada lado defendido é visto como um pacote de ideias, termo mencionado no livro ódio como política de MACHADO, Rosana Pinheiro.; SCALCO, Lucia Mury, que se deve ou não defender e nuance entre os lados não se é enxergada.

A discussão deste artigo nos leva a reflexão de que a política no país alterou-se drasticamente de esquerda para extrema direita e um dos motivos para isso ocorrido foi a oscilação na economia o engajamento das igrejas neopentecostais ao apoiar um alinhamento político, e a utilização das redes sócias como imprensa, além da atmosfera hostil que se tornaram para debate políticos, pelas formas de utilização e pelo mecanismo no qual elas funcionam aumentando o víeis de confirmação mencionado e explicado neste artigo.

Pensando na intersecção entre política mídia e religião, verificamos na conjuntura política atual que a mídia e política andam juntas e uma influência a outra, no entanto quando neste casamento entra um terceiro que é a religião (protestante neopentecostal) a tendência é levar as outras partes para um posicionamento mais conservador.

Referências

Anais VII Semana de História do Pontal – Democracia, Direitos Humanos e Educação [Recurso Eletrônico]. De 17 a 20 de setembro de 2019 / Organização: Marco Antônio Cornacioni Sávio – Ituiutaba, MG – ICHPO/UFU. ISSN: 2179-5665. Modo de Acesso: http://www.eventos.ufu.br/shp-2019

COXINHAS vs petralhas, nerdologia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vF68ZBHnB_8. Acesso em: 18 set. 2019.

DEMOCRACIA em vertigem. Direção de **Petra Costa**. São Paulo: Netflix, 2019. Disponível em: https://www.netflix.com/title/80190535?s=a&trkid=13747225&t=wha. Acesso em 17 set. 2019.

IBGE. **Pnad contínua TIC 2016**: 94,2 % das pessoas que utilizaram a internet o fizeram para trocar mensagens. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens. Acesso em: 18 set. 2019.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques. Acesso em: 18 set. 2019.

MACHADO, Rosana Pinheiro.; SCALCO, Lucia Mury. **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

VOTO de Jair Bolsonaro no processo de impeachment (17/04/2016). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2LC_v4J3waU. Acesso em: 18 set. 2019.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA ALÉM DE PEÇAS EXPOSTAS: notas de uma pesquisa realizada no museu de Ituiutaba

Eduardo J. Costa
Graduando em História – ICHPO/UFU
Bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)
Laboratório de Pesquisa em Patrimônio, Memória e Identidade (LAPAMI)
eduardojosejj@live.com

Resumo: Este trabalho apresentará as primeiras notas de uma pesquisa realizada no Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI), em conjunto como o Laboratório de Pesquisa em Patrimônio, Memória e Identidade (LAPAMI). Essa pesquisa faz parte de uma série de atividades de cunho extensivo da Universidade Federal de Uberlândia, em conformidade com os três pilares da universidade – ensino, pesquisa e extensão. Respaldados sobre a compreensão de Ulpiano Bezerra de que o museu é a "casa da memória" e a "casa do esquecimento", em linhas gerais o trabalho visa compreender quem são os sujeitos e memórias que são esquecidos no museu de Ituiutaba. Como os estudantes, partícipes da atividade de extensão, percebem ou não esses esquecimentos e como a Educação Patrimonial pode ser transformadora em espaços como os museus e salas de aula.

Introdução

Este trabalho visa apresentar notas iniciais de uma pesquisa realizada a nível local, tratando quanto aos resultados obtidos por meio de atividades realizada no Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI), em parceria com o LAPAMI, grupo de estudos do curso de História da UFU. Pois compreender a importância simbólica e cultural das produções humanas ao longo do tempo é fomentar o exercício do reconhecimento, valorização e preservação cultural. O objetivo dessa pesquisa prende-se na compreensão da necessidade da preservação e percepção da memória em contraposição com a real prática, tendo como objeto de estudo o museu de Ituiutaba.

Partindo do Museu Nacional, referência no país, nesses pouco mais de duzentos anos de salvaguarda de um rico acervo de importância incalculável para a sociedade

brasileira, e que ultrapassava assim as barreiras físicas da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão – RJ. Sua atual sede já fora residência da família real portuguesa (1808-1821), casa da família imperial brasileira (1822-1889), abrigo da Assembleia Constituinte Republicana (1889-1891), e atualmente é classificado como um dos maiores museus de história natural e de antropologia das Américas, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1938. “De personagem principal” que ajudara a compor a história da nação brasileira nesses mais de 500 anos de invasão, hoje, parte dessas histórias perdeu-se completamente em meio as cinzas da tragédia ocorrida no dia dois de setembro de 2018.

Esta não é a primeira vez que vemos parte da memória nacional perder-se, houve outras mais antigas como a do museu de Língua portuguesa (2015), Memorial da América Latina (2013) ou até mesmo do Instituto Butantã (2010). Essas fatalidades ou crimes tem provocado uma série de reflexões quanto as relações da população com os espaços de memória, como reagimos quanto a sua existência, significados ou perda.

Os desdobramentos quanto as seleções inerentes as memórias, aprofunda-se a partir das concepções Ulpiano Toledo. Ao escrever quanto “Os Paradoxos da Memória”, o autor aponta que a memória “não só transmite conhecimentos e significações, mais cria significados”. O “enquadramento de memória” na consideração de Pollak, nos informa quanto a participação de diferentes sujeitos na elaboração de uma “memória oficial”, processo esse marcado por disputas e conflitos como as “memórias dos subalternos” e "não-ditos". Tendo como resultado a construção dos consensos sobre determinados períodos históricos que muitas vezes não contemplam os “grupos subalternos”. E é a partir disso que por meio de grupos de estudos como o do Laboratório de Pesquisa em Patrimônio, Memória e Identidade (LAPAMI), tem se buscado por meio de trabalhos de extensão compreender as concepções de valorização dos patrimônios e pontos a serem melhorados quanto a Educação Patrimonial e a valorização de diferentes sujeitos históricos.

Memória e monumento

Antes de adentrarmos nos resultados iniciais da pesquisa, se faz necessário compreender certos termos que dão sustentação aos apontamentos presentes aqui. Quando pensado em memória, seu significado atrela-se às questões patrimoniais (bens materiais e imateriais). Há diversos atores que contribuem para elucidar o sentido prático do termo memória, a começar pela definição de Jacques Le Goff: como propriedade de conservar certas informações, que nos remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1990. p. 424).

O conjunto de experiências vividas ao longo do tempo que formam as memórias coletivas, segundo Le Goff pode ser classificada em cinco grandes períodos inspirado na compreensão de Leroi-Gourhan. 1) a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas "selvagens"; 2) o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-história à Antiguidade; 3) a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; 4) os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; 5) os desenvolvimentos atuais da memória. (LE GOFF, 1990. p. 428). Porém gostaria de chamar a atenção aos dois últimos pontos pois a escrita é uma importante ferramenta que permite a historiadores, sociólogos e antropólogos o acesso ao conhecimento de diversas questões, o autor afirma que:

> A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável [...] A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (depois de tentativas sobre osso, estofo, pele, como na Rússia antiga; folhas de palmeira, como na índia; carapaça de tartaruga, como na China; e finalmente papiro, pergaminho e papel). Mas importa salientar que todo documento tem em si um caráter de monumento. (LE GOFF, 1990. p. 432-434).

Entendendo que parte dos documentos produzidos ao longo do tempo, não são salvaguardados em locais específicos como arquivos (público e privados), bibliotecas, centros de documentação ou museus. Durante muito tempo no Brasil os estudos referentes a questão de preservação eram voltados para o patrimônio, chamado por Pelegrini (2009)

de “bens de cal e pedra”, o grande dilema já encarado por antropólogos, historiadores e arqueólogos na busca da identificação sobre identidades de memórias e culturas, nos apresenta um panorama da importância das “identidades nacionais”. Através da compreensão da escassez de informações sobre povos antigos, destaco a relevância de no presente, não desqualificarmos as culturas atuais. Desde 1997, ano em que o MUSAI é configurado como um importante espaço para a cultura local de Ituiutaba, a então Casa de Cultura Altair Alves Ferreira, recebeu a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para o recebimento e salvaguarda de peças.

> O MUSAI se caracteriza como museu antropológico da cidade de Ituiutaba, por se tratar de uma área do interior mineiro possui também importante acervo referente à cultura rural local, que se remete à vida no campo, religiosa e, também acervo arqueológico composto por artefatos líticos e cerâmicos indígenas”. (COSTA; SILVA, 2017. p.1)

Destaco que Ulpiano Meneses classifica o museu como “casa de memória”, contudo é também uma “casa do esquecimento”, no sentido de que o os documentos que estão fora dos museus são muito mais numerosos do que os que estão dentro e não gozam dos mesmos privilégios de conservação. (MENESES,2007.p.24). Segundo os apontamentos de Cecília Londres, a memória necessita de suportes para sua perpetuação, isso demanda a capacidade de um grupo de conseguir preservar esses suportes a fim de manter uma identidade coletiva. Contudo acaba por ocorrer a seleção dos suportes a serem preservados e o sentidos a qual lhes serão atribuídos, indicando uma relação de poder que se prevalece ao longo do tempo. A destruição dos suportes de memórias coletivas dos grupos é apontada como uma das formas mais eficazes de dominação e desagregação social (LONDRES, 2001. p. 87-88).

E aqui levanta-se algumas problemáticas quanto os aspectos trabalhados acima sobre uma ótica local aplicada ao MUSAI. Tendo em vista que o museu se enquadra enquanto uma casa de memória, sua representatividade apresenta-se por meio do seu acervo catalogado.

> O acervo da instituição possui tipologia antropológica, etnográfica, arqueológica, e temas como ciência, tecnologia,

> imagem e som. No momento da pesquisa, em fevereiro de 2017, a instituição apresenta exposta a quantidade de 252 artefatos, divididos em cinco exposições, sendo quatro de longa duração e uma itinerante. (COSTA; SILVA, 2017. p.05)

Algumas questões surgiram a partir dos "não ditos", como: Quais os sujeitos que não aparecem no MUSAI, enquanto "casa do esquecimento" da região de Ituiutaba? Os sujeitos ali não representados pela tentativa de salvaguardar suas memórias são realmente comtemplados? A identidade coletiva ali exposta é realmente fruto de uma construção conjunta ou apresenta sobressaltos a determinados grupos em detrimento da diminuição de outros? E por fim como os estudantes, partícipes da atividade de extensão, percebem ou não esses esquecimentos. É provável que talvez não se encontre as melhores respostas para tais questionamento, porém acredito que esse exercício é o que impulsiona novas pesquisas.

Atividade descobrindo o MUSAI

Desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Patrimônio, Memória e Identidade (LAPAMI), a atividade fez parte de um projeto extensivo executado com escolas públicas da região em parceria com a administração do MUSAI, durante um evento anual do curso de Graduação em História da UFU-Campus Pontal. Durante a "Semana de História do Pontal / Encontro de Ensino de História" os pesquisadores do laboratório convidaram escolas públicas e privadas do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio a visitarem o museu e executarem uma sequência de atividades previamente pensadas, voltadas para aspectos da antropologia, tema central do MUSAI, contudo reconhecendo e trabalhando com aspectos de grupos sociais e étnicos raciais típicos da região como congadeiros, indígenas e populações rurais. Grupos que não se encaixariam nos padrões elitizados, compondo assim um grupo de sujeitos subalternos, objetos preferenciais de um tipo de História, a "história vista de baixo", cujo um dos maiores expoentes é o historiador inglês Edward P. Thompson (SHARPE, 1992).

Durante os anos de execução das atividades (2018 e 2019), a visita ao museu foi dividida em quatro momentos. O primeiro é de preenchimento de um questionário prévio, ainda em sala de aula, sua finalidade é o de colher informações quanto as expectativas dos diferentes sujeitos sobre a atividade a ser realizada, seu contato com o museu local e conhecimentos prévios quanto a Educação Patrimonial. Foram apresentadas sete perguntas abertas:

1. Você conhece o Museu Antropológico de Ituiutaba – MUSAI? Se sim, qual o seu contato?
2. O que você conhece sobre Patrimônio e Guarda de Memória?
3. Você considera o MUSAI importante para Ituiutaba e região?
4. Se tratando das exposições, o que você espera encontrar? Pensando na cidade de Ituiutaba e região, o que você acha que seria importante estar exposto?
5. Você acha importante guardar e reconhecer peças que fizeram parte do passado? Seja nosso, dos nossos pais, avós ou mesmo da cidade?
6. Você acha importante esse tipo de atividade? O que você espera da atividade, por quê?
7. Como você espera que essa atividade possa influenciar na sua vida de alguma forma?

O segundo momento ocorre no museu com a visitação de suas cinco salas expositivas e a apresentação histórica do prédio e de peças expostas. É desenvolvido previamente todo um trabalho de organização da lógica cognitiva no circuito, pensado e adaptado para o público alvo com quem trabalhamos, alunos do ensino fundamental ou médio.

Em um terceiro momento na área externa, onde é executado a oficina de formulação de fichas de identificação (catalogação), por meio das peças pertencente a reserva técnica do MUSAI. É nessa atividade que dedico uma maior atenção devido as problematizações que ela pode apresentar. Sobre uma mesa são dispostos dez objetos selecionados a fim de que os alunos observem e por meio das fichas e seus conhecimentos prévios, atribuam informações como dimensão, peso, material, estado de conservação, procedência e forma

de aquisição, além da descrição\histórico da peça, em linhas gerais a finalidade do objeto. As peças apresentadas são as seguintes:

1. Câmera fotográfica
2. Toca fitas K7
3. Vitrola
4. Fita VHS
5. Relógio de corda
6. Ferro de passar à brasa
7. Cédulas de dinheiro antigo
8. Rádio à pilha
9. Lamparina à querosene
10. Réplica de uma flecha indígena (caiapós)

E em um quarto e último momento, a fim de estabelecer um controle entre a práxis pedagógica, relação ensino e aprendizagem, é apresentado uma última ficha contendo sete questões a fim de buscar coletar as percepções dos alunos, prováveis pontos deficitários ou exitosos e um panorama geral da execução da atividade.

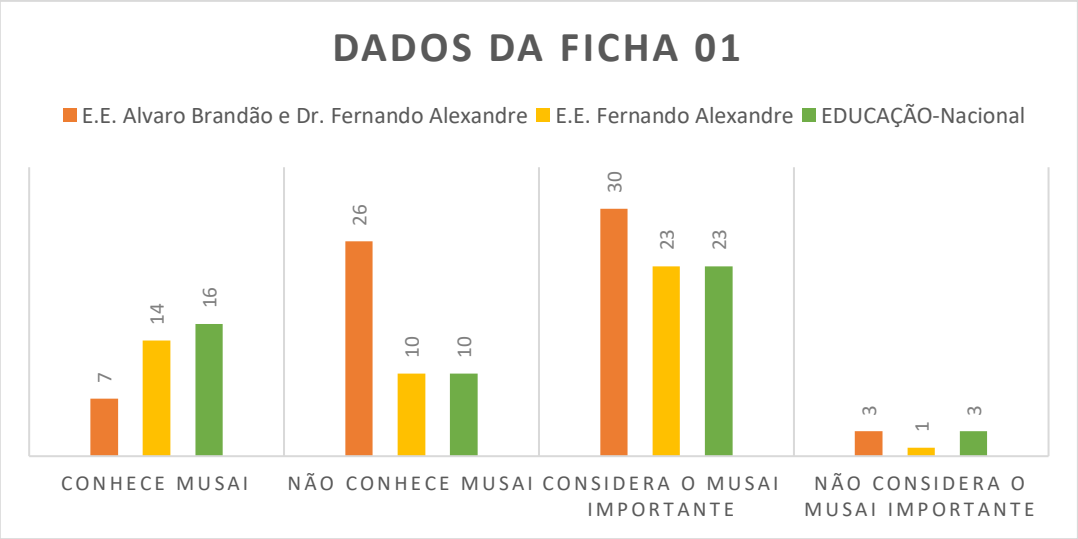
1. O que você achou da atividade?
2. Após a atividade, o que aprendeu sobre Patrimônio e Guarda de Memória?
3. Qual a importância do MUSAI para a cidade de Ituiutaba.
4. O que você achou das exposições? As peças/ artefatos representam a história de Ituiutaba? Você se sentiu representado através das peças/ artefatos?
5. A atividade vai influenciar na forma como você trata as peças/ artefatos que estão ao seu redor? Por quê?
6. Qual a importância de atividades como essa para sua formação como aluno e como pessoa?
7. Como incluir os resultados dessa atividade no seu dia-a-dia?

Todos esses processos, principalmente os de registro físico, são os materiais a qual se apoia essa pesquisa, a metodologia adotada é a análise das fichas, tabulação de dados e síntese das compreensões dos alunos. Embora parte da pesquisa possa ser apresentados de forma quantitativa, a maior parte da análise prende-se às características qualitativas devido as fichas serem dissertativas. Os resultados são originários das atividades realizadas nos dias 26 e 28 de setembro de 2018, com as escolas estaduais Álvaro Brandão e Dr. Fernando Alexandre; e dia 13 de julho de 2019, novamente com a escola Dr. Fernando Alexandre.

Cabe ressaltar que em todas as atividades realizadas com as escolas públicas foram utilizados recursos da União, via edital específico lançado pela Universidade Federal de Uberlândia, para o pagamento do transporte, lanche aos alunos e materiais de apoio, como de natureza em atividades extensivas.

Foi apresentado pelo LAPAMI a proposta de desenvolvermos a mesma atividade, porém com um público diversificado, com a finalidade de compararmos qualitativamente o ensino público com o particular. Devido à proximidade física com o MUSAI e o convite aceito pelo colégio EDUCAÇÃO-Nacional, polo Ituiutaba, no dia 14 de julho de 2019 houve a participação dessa escola. Essa edição da atividade não contou com nenhum recurso financeiro a universidade.

Quanto às primeiras percepções dos alunos em relação ao MUSAI, baseados nas perguntas 1 e 3 da primeira ficha de conhecimentos prévios, obtemos os seguintes resultados:



Ao avaliar os resultados das questões 1 e 3 da primeira ficha preenchida pelos alunos, de imediato podemos notar que pouco mais da metade dos alunos, 46 participantes dos 83, até aquele momento não conhecia o MUSAI. Despertando assim o alerta quanto a necessidade de popularização do museu, pois esse é o único espaço devidamente licenciado da cidade e região para a salvaguarda de acervos e realização de exposições. Em contra partida surpreende o resultado de 76 alunos, em reconhecer que o museu é importante para a cidade e a região, mesmo boa parte não o tendo conhecido antes da atividade.

Nota-se aqui aspectos de uma conscientização patrimonial, ainda que preliminar mais que reconhece o museu como um local importante para a região. Ao pensar sobre as demais questões ainda na primeira ficha, todas elas remetem de certa forma a ações pessoais com a memória, e isso estende-se a como interagimos com o patrimônio a nossa volta. Seja ele o público, como praças, ruas, monumentos e prédios públicos, de função coletiva, ou os privados. Quanto as memórias muito particulares, como uma foto, uma receita, um sítio da família ou mesmo uma tradição que se perpetua de geração em geração. O debate que se levanta é o que Pelegrine (2006) aponta em "Salvaguarda e sustentabilidade do patrimônio imaterial brasileiro", onde podemos constatar que desde a criação das primeiras políticas de preservação no Brasil, no caso a Constituinte de

1934[30], temos como orientação quanto a política de promoção e preservação dos bens culturais alinhadas às sugestões da Unesco, pois somos país signatário da "Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural" (1972). A autora complementa que:

> Não por acaso, o reconhecimento do patrimônio brasileiro foi delimitado por bens representativos da história oficial e da memória das elites (FENELÓN, 1992). Logo, a conceituação do patrimônio histórico nacional, além de privilegiar os bens associados aos segmentos privilegiados da sociedade brasileira, ignorou a contribuição de outras etnias no processo de formação da identidade nacional." (PELEGRINE, 2006. p. 103)

Isso nos leva a problematizar quem são os sujeitos ali representados no MUSAI, os alunos quando indagados sobre o que esperavam encontrar na visita, expuserem as mais diversas expectativas contudo, se faz necessário buscar dar sentido ao que se expõe ao público, pois enquanto sujeitos históricos, ao visitarem um museu eles também contribuem para a história, logo "tecem" ligações com o que contemplam.

Conclusão

O MUSAI apresenta-se como um campo fértil a explorar os aspectos da Educação Patrimonial, ainda que haja certos cuidados inerentes a área que devam ser observados. Contudo ações como a do LAPAMI, têm contribuído de forma significativa na promoção de aspectos regionais, promoção da diversidade, dinamização das aulas de História das escolas participantes e auxílio na formação cidadã dos alunos. A pesquisa quanto ao material produzido pelos alunos possui potenciais a serem explorados, mais de antemão já se configura como uma prova da real necessidade da difusão de aspectos da Educação Patrimonial para expansão de suas análises.

[30] Constituição Federal de 16 de julho de 1934, Art. 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.

Referências Bibliográficas:

COSTA, Miguel; SILVA, Francielle. "MUSAI - Museu Antropológico de Ituiutaba: estrutura e acervo". In: **V Semana de História do Pontal/ IV Encontro de Ensino de História** – Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal. Anais on-line, 2017. file:///C:/Users/eduar/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/miguelantoniodacostafrancielle correiarodriguessilva_0.pdf. Acesso dia 11 de setembro de 2019.

FUNARI, P. P. A. (Org.) ; PELEGRINI, S. (Org.) ; RAMBELLI, G. (Org.) . **Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, 2009.

FUNARI, Pedro P.; PELEGRINI, Sandra C.A. "Políticas patrimoniais no Brasil: impasses e realizações/ Gestão do patrimônio cultural no limiar do século XXI". In.: _____. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 43-60.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas / SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LONDRES, Cecília. "A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional". In.: BOMENY, Helena (Org.) **Constelação Capanema:** intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.p. 85-101.

MENESES, Ulpiano B. "Os paradoxos da memória". In. MIRANDA, D.S. de. (Org.) **Memória e Cultura:** a importância da memória na formação humana. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007. p. 13-33

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silencio". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3 -15.

SHARPE, Jim. "A história vista de baixo". In **A Escrita da História**: Novas Perspectivas/ Peter Burke (org.). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992. p.39 – 62.

Comunidade Rural Santa Rita Ituiutaba-MG: A importância do patrimônio histórico na luta pelo direito de manter-se comunidade.

Francielle Correia Rodrigues Silva
Graduanda em História pela ICHPO/UFU
Laboratório de Pesquisa em Patrimônio, Memória e Identidade – LAPAMI
francielle.suiz@hotmail.com

Resumo: As discussões acerca da História, memória e patrimônio contribuem no sentido de garantir aos indivíduos e grupos sociais a percepção de suas identidades, através da permanência não apenas de suas memórias, mas também dos artefatos e processos que fizeram e fazem parte de suas histórias. É necessário construir uma reflexão acerca da importância de se conservar o passado, e rememorá-lo, através das informações guardadas na memória, através dos documentos ou dos artefatos históricos, que fizeram e fazem parte da percepção de história desses indivíduos ou comunidades. Os estudos voltados para as comunidades locais no Pontal do Triângulo Mineiro/MG, especificamente na cidade de Ituiutaba, contribuem para a valorização da História Regional e de vida de seus sujeitos, considerando vivências, experiências, processos e suas influências na construção identitária dessas comunidades. Nosso objetivo é compreender o processo de permanência física e identitária da Comunidade Rural Santa Rita, a partir da percepção e do reconhecimento do seu patrimônio histórico – que possibilitou a sua guarda física e identitária - frente a eminência da instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que acarretariam o alagamento das terras e o fim da comunidade.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Compreender a memória e a sua construção a partir dos caminhos individuais e comunitários de determinado grupo cultural é um trabalho árduo e complexo, uma vez que a memória constrói uma representação do passado, embora, o indivíduo esteja situado no tempo presente, subjetivando e trabalhando a memória como uma construção de suas lembranças, mas sem perder relação com suas vivências no período em que as rememora.

Esta pesquisa nasce a partir das indagações acerca do trabalho com a memória, patrimônio e identidade, bem como a seleção de objetos de pesquisa que trabalhem a

construção da memória, com o objetivo de compreender a formação identitária dos grupos sociais locais. É pertinente considerar que a pesquisa encontra-se em processo de desenvolvimento, sendo assim, os dados e a análise apresentados nessa comunicação, estão ainda em fase inicial.

Tendo em vista a necessidade de produções historiográficas que analisem o reconhecimento das comunidades locais, e que valorizem esses indivíduos enquanto sujeitos pertencentes a História e a formação identitária do Pontal, a Comunidade Rural Santa Rita se caracteriza por ser um grupo social pertencente ao grupo rural Tijucano, representando a construção identitária e cultural do Pontal do Triângulo Mineiro. Esta pesquisa objetiva refletir sobre o processo histórico do patrimônio, bem como empreender estudos sobre a relação patrimônio, memória, identidade e História; compreender quem são os indivíduos pertencentes a essa comunidade e a formação da estrutura da comunidade enquanto grupo social que luta por seus direitos e resiste; compreender como se deu o processo de implementação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no espaço da comunidade; traçar uma linha de análise crítica a partir da memória e do reconhecimento do patrimônio local e por fim, reconhecer possibilidades de pesquisas a partir das memórias locais.

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da memória, patrimônio e história vêm contribuindo com a formação social ao longo dos anos, no sentido de garantir aos indivíduos e grupos sociais a percepção de identidade, através da permanência de suas memórias, bem como dos artefatos que fizeram parte dessas identidades. É necessário fazer uma reflexão acerca da importância de se conservar o passado, e rememorá-lo, seja através das informações guardadas na memória, através dos documentos ou dos artefatos históricos, que fizeram e fazem parte da percepção de história desses indivíduos ou comunidades.

Os estudos voltados para as comunidades locais no Pontal do Triângulo Mineiro/MG, especificamente na cidade de Ituiutaba, vêm contribuir com um conjunto

de valorização das histórias locais e de vida de seus sujeitos, considerando histórias, vivências, experiências e suas especificidades. Nesse sentido, a presente pesquisa procura estabelecer a compreensão da construção da memória coletiva da Comunidade Rural Santa Rita, localizada no Município de Ituiutaba, a partir dos relatos dos moradores, bem como a análise dos documentos da comunidade.

A Comunidade Rural Santa Rita foi formalizada no ano de 1986, com o objetivo de unificar as demandas e diálogos entre cerca de setenta famílias rurais do município de Ituiutaba/MG. A associação foi criada com o objetivo de lutar por melhorias e melhores condições de vida da comunidade. Entre essas demandas, a manutenção de estradas, instalações de "mata-burros"[31], manutenção de porteiras, entre auxílios financeiros e estruturais, que seriam então providos pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba.

A área territorial ocupada pela comunidade é de 2.694 km, nessa área estão localizadas as fazendas filiadas e a sede de encontros, sendo que parte dessas fazendas estão situadas à beira do Rio Tijuco. No ano de 2012, algumas empresas demonstraram interesse em construir Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na região, represando partes do rio, o que fatalmente alagaria as terras pertencentes à comunidade, gerando conflitos sociocultural e econômico, uma vez que essas famílias seriam desapropriadas, e teriam sua renda perdida, fruto do trabalho agrícola. Frente a essa situação, na eminência de uma perda territorial e econômica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Munícipio de Ituiutaba, associado a outras entidades do município, começaram um trabalho de combate ao projeto hidrelétrico destas empresas.

Após um longo e complexo processo judicial, a comunidade ganhou a causa e pode permanecer em suas terras, bem como manter sua estrutura social e identitária, uma vez que as famílias subsistiram em seu lugar no grupo social. Em parte das fazendas situadas a beira do Rio Tijuco, existem artefatos líticos e cerâmicos indígenas, que até o momento do processo não haviam sido estudados. Após sua descoberta, os materiais líticos e cerâmicos passaram a ser estudados e considerados de extrema importância

[31] Ferramenta que impede a fuga do gado, colocada em estradas rurais.

patrimonial, e atualmente passam por um processo de cadastro no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (IPHAN), com o objetivo de se constituir como Sítios arqueológicos tombados[32].

O principal objetivo da pesquisa é compreender aspectos da elaboração da memória da Comunidade Rural Santa Rita, a partir da sua percepção da importância do seu patrimônio histórico e cultural para a proteção de suas terras, histórias e memórias; do trabalho e do papel desempenhado pela associação e outros sujeitos na luta pela manutenção de sua cultura, identidade e modo de vida. Nesse sentido é pertinente considerar os indivíduos envolvidos e a sua importância para constituição da comunidade, suas lutas, suas histórias e memórias individuais e coletivas. Objetiva-se também estabelecer um diálogo entre patrimônio, memória e história, buscando compreender através da oralidade (relatos de vida) e dos documentos, a historicidade da comunidade, o papel e a importância do patrimônio como campo fundamental para a história e a memória, individual e coletiva, de diferentes comunidades e sujeitos em situações de defesa de seus direitos, ou seja, entender a luta pelo patrimônio como sendo também a luta por direitos.

Pretende-se reconhecer as narrativas sobre a história da comunidade, associando as vivências dos moradores e refletindo sobre a sua formação e luta pela manutenção de suas terras, contribuindo para composição de uma identidade coletiva. Além da reflexão acerca do processo histórico de formação e vivências da comunidade, a pesquisa busca analisar a importância do patrimônio material e imaterial naquele processo.

---

[32] São considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", as grutas, lapas e abrigos sob rocha. As inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana também são considerados sítios arqueológicos. Por meio dos bens arqueológicos é possível identificar conhecimentos e tecnologias que indicam anos de adaptação humana ao ambiente, além da produção de saberes tradicionais brasileiros. Qualquer nova descoberta deve ser comunicada, imediatamente, ao Iphan.

Fonte: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fototeca Sítios Arqueológicos. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/fototeca/detalhes/17/fototeca-sitios-arqueologicos>.

O sítio Recanto Feliz, que se encontra em processo de tombamento como sítio arqueológico, localizado a beira do Rio Tijuco, constitui o ponto fulcral desta pesquisa, não só por possuir significativo acervo de materiais líticos e cerâmicos indígenas, mas pela destacada atuação do seu proprietário nos processos de defesa da área para impedir o alagamento em função da construção das PCHs.

A pesquisa será desenvolvida por meio da análise de documentos produzidos no processo de discussão e criação da associação, e na defesa de suas terras por parte da comunidade Santa Rita e por meio de depoimentos dos principais sujeitos envolvidos no processo, recolhidos através de entrevistas orais. As fontes documentais desta pesquisa são compostas por três livros de ata, que contém o registro da à cerimônia de inauguração da associação e as demais assembleias realizadas.

Estas atas relatam o passo a passo dos processos que envolveram a comunidade ao longo dos anos, tendo sido registradas pelas secretárias e assinadas pelos (as) presidentes (as) e pelos moradores presentes nas reuniões. O *"Termo de Cessão e Uso*" do ano de 2013, que corresponde ao documento de doação das terras, onde foi construída e se mantém a sede da associação, e o *Estatuto*, que contém os objetivos e normas que regem a comunidade.

Para o desenvolvimento e análise da história do sítio arqueológico, bem como as discussões sobre o patrimônio da comunidade, serão utilizadas as atas que foram redigidas durante o processo, algumas na comunidade, outras na Câmara Municipal e Prefeitura de Ituiutaba, bem como o próprio processo judicial, que garantiu a permanência das fazendas vinculadas à comunidade. Embora as fontes escritas contribuam essencialmente para a reconstituição do âmbito oficial dos processos históricos, visto que o *corpus* documental é composto essencialmente por documentos de valor oficial e jurídico, possibilitando entender como se deu os processos de construção da comunidade e como é gerada a organização administrativa e institucional, sem dúvida nos revelaram também nuances do modo de vida e sociabilidades daquela comunidade como comunidade de memória.

As fontes orais serão compostas por depoimento orais dos moradores da comunidade, que possibilitara perceber vivências, experiências, sensibilidades, sociabilidades e também possíveis conflitos. No recolhimento das entrevistas, será analisado a possibilidade de trabalhar com relatos de moradores mais antigos, que vivenciaram o processo de criação da comunidade e moradores que tiveram envolvimento direto com o processo do fazer-se como comunidade de memória, percebendo a relação desses sujeitos com as questões da experiência, da memória e do patrimônio.

Farão parte das entrevistas, questões que busquem através dos depoimentos perceber os motivos que levaram a criação da associação: dificuldades, objetivos, entre outros; a relação individual de cada entrevistado com a comunidade: suas perspectivas e expectativas no tocante a manutenção de seus sítios; a relação que a comunidade em cada sujeito mantém com o patrimônio material e imaterial da região e se esses indivíduos tinham consciência da importância do patrimônio de modo geral, e qual o papel, o seu próprio e o da associação, desempenhado no processo jurídico que envolveu a comunidade, a hidrelétrica e o sítio arqueológico da fazenda Recanto feliz.

Os usos da história oral podem contribuir nos processos de manutenção da memória e da identidade da comunidade, tendo como referencial teórico-metodológico as obras de Verena Alberti (2005), considerando os processos de construção dos roteiros, entrevista e transcrição. Para a análise serão utilizadas as contribuições de Le Goff (1996) considerando a memória e história; Alessandro Portelli (1997) pensando nas entrevistas, na possibilidade de análise dos silêncios e das entrelinhas, contribuindo para análise do historiador e Michel Pollack (1992) para percepção acerca da identidade, bem como das memórias individuais e coletivas. Contudo, o processo de análise é minucioso e complexo, e para tal, é necessário buscar através da investigação dos documentos escritos e orais, reconhecer de forma crítica/interpretativa as narrativas e memórias que compuseram, e que repõe, no presente, a história da Comunidade Santa Rita, bem como entender os processos de identidade e patrimônio, considerando vivências, experiências, sociabilidades, tensões e conflitos no fazer-se em uma comunidade de memória.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo sobre a Comunidade Santa Rita, nos permite estabelecer profícuo diálogo com uma vasta produção historiográfica acerca da história, memória, patrimônio e identidade, bem como suas relações, especificidades e contribuições para o campo da pesquisa histórica, buscando apreender aspectos da construção da memória e das relações sociais e identitárias construídas a partir do reconhecimento patrimonial na situação conflituosa que estava posta para aquela comunidade e da necessidade de defesa de seus direitos.

Neste sentido, a resistência da comunidade, por meio da criação de uma associação, na defesa de seus sítios arqueológicos, nos permite estabelecer relações entre a conscientização da importância da memória e do patrimônio como forte argumento contrário aos interesses das empresas interessadas na construção de PCHs na região.

O estudo da Comunidade Santa Rita nos permite também levantar hipóteses acerca de suas contribuições para a História Regional e Local, bem como para os conceitos de identidade e patrimônio, uma vez que o patrimônio está diretamente ligado a ideia de pertencimento e identidade. Nesse sentido, Le Goff (1996) afirma que a memória se configura como um fator de extrema importância, visto que garante ao homem a capacidade de rememorar e conservar informações, impressões ou mesmo acontecimentos, contribuindo para relembrar o passado, possibilitando assim, que a história não seja esquecida.

Segundo Verena Alberti (2010), é necessário considerar que o passado é resultado dos trabalhos de síntese da memória, e só a partir desse fato é possível revivê-lo, tendo a consciência de que esse passado é fruto do momento em que o indivíduo compartilha suas experiências, tornando assim, a memória “viva”. Pollak (1992) contribui para pensarmos a memória além de um fenômeno individual, sendo considerada em suas variações como um fenômeno coletivo e social. O resultado dessas variações, são as lembranças associadas individualmente ou aquelas construídas em grupo. Pollack afirma que a memória é construída, mesmo sendo uma construção consciente ou não. A base para essa

colocação parte da ideia de que a memória pode ser classificada como seletiva, visto que nem todas as informações são registradas, ocasionando assim, alterações a partir do momento em que esta é articulada, possibilitando a construção dessa memória.

A memória individual é o resultado de um trabalho de organização, pois seleciona, grava, excluí, relembra, enquanto a memória herdada está mais associada ao elemento de identidade, sendo individual ou coletivo. Nesse sentido, a pesquisa pode trabalhar a construção da memória a partir da individualidade, considerando os indivíduos, e a partir da coletividade, tendo como possibilidade de análise, a memória herde aquela perpassada através da oralidade e tradições.

Dialogando com Le Goff e Pollack, partimos da premissa que a memória, individual e coletiva, associado a concepções de patrimônio, foi um instrumento fundamental na resistência da Comunidade Santa Rita contra os interesses das empresas pela construção das PCHs em suas terras. Ao nosso ver, a situação de conflito que se estabeleceu a partir do momento em que os sujeitos da comunidade se viram na eminência de verem suas terras alagadas, possibilitou a tomada de consciência não só da perda de suas terras, mas também das suas histórias e memórias individuais desde que ali passaram a viver, e que esta consciência individual, na medida que crescia a resistência, e a partir do momento da criação da associação, desencadeou processos de tomada de uma memória coletiva que se mostrou fundamental na defesa de seus direitos; possibilitando a percepção que a indenização financeira apresentada pelas empresas, mesmo que correspondesse ao valor fundiário de suas terras, não ressarciria suas histórias, memórias e identidades.

A memória é considerada como um elemento constituinte de sentimento de continuidade, coerência, organização, e busca pela unidade, sendo classificada como fundamental para identificar acontecimentos passados, além de conservar informações, possibilitando a construção da identidade, coletiva ou individual. Para Kraish (2007) existe uma importante relação entre a preservação do patrimônio e a sociedade, visto que o patrimônio garante o "reconhecimento e a valorização das identidades culturais". Faz-se fundamental as discussões acerca do patrimônio material e imaterial para pensarmos a

Comunidade Rural Santa Rita, uma vez que o sítio arqueológico existente na fazenda Recanto feliz, localizado às margens do rio tijuco, com materiais líticos e cerâmicos referente aos povos indígenas que viveram na região, muito contribuiu para que a permanência física, social e cultural da comunidade tenha sido resguardada.

Dialogando com Kraish (2007), acrescentamos que a Comunidade Santa Rita, além de artefatos líticos e cerâmicos indígenas, conta também com importante conjunto de artefatos da cultura material e imaterial atinentes a religião, ao modo de produção e de vida rural do município de Ituiutaba. Acreditamos que a tomada de consciência da importância da defesa deste acervo, por parte da comunidade, se deu, em um primeiro momento, como instrumento na defesa de suas terras, mas atualmente, faz parte da percepção do patrimônio como local de identidades, memória e de direitos.

Atualmente, a consciência dos seus patrimônios materiais e imateriais faz parte da comunidade, e é essencial considerá-lo nos processos de construção da memória, bem como para reconhecer a identidade cultural e a história da própria comunidade, uma vez que esta consciência, bem como todo o seu processo, constituí importante momento para o grupo social. O patrimônio assim como a memória para Le Goff (2003) estabelece um "vínculo" entre as gerações humanas e o "tempo histórico que as acompanha", possibilitando aos sujeitos a percepção de "sujeitos da história", que possuem direitos e deveres com a sua comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a memória da Comunidade Santa Rita possibilitará aflorar histórias de vidas, lembranças e memórias, remotas ou recentes, que, em nosso entendimento, faz desta comunidade, no presente, uma comunidade de memória. Nesse sentido é necessário auscultar suas percepções do processo, antes e depois da resistência, o que significa tangenciar como se dava o sentido de comunidade, se é que existia, para aqueles sujeitos, bem como refletir sobre o momento da tomada de consciência acerca da necessidade de lutar por suas terras, suas histórias e memórias. Refletir sobre quais

relações a comunidade matinha com o sindicato e com a associação antes da resistência, e o que mudou, caso tenha mudado e analisar qual o papel da prefeitura neste processo. Enfim, uma ausculta sensível também sobre divergências e possíveis conflitos entre interesses e expectativas diferentes entre os sujeitos e instituições.

REFERÊNCIAS.

FONTES:

Termo de cessão e uso. 2013.

Estatuto regente da Comunidade Rural Santa Rita. 1986.

Livro de atas. 1986 – 2018.

Reportagem: G1 TRIÂNGULO MINEIRO. Construção de miniusinas no Rio Tijuco gera polêmica em Ituiutaba, MG. Disponível em < http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/07/construcao-de-miniusinas-no-rio-tijuco-gera-polemica-em-ituiutaba-mg.html>. Acessado e 15 de novembro de 2018.

Fontes orais.

BIBLIOGRAFIA.

ALBERTI, V. A Entrevista. In: __. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. P. 81-136.

_____. "Histórias dentro da História". In PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

_____. **Ouvir contar – Textos em História Oral.** Rio de Janeiro, FGV, 2004.

KRAISH, Adriana M. P. O. **O Patrimônio arqueológico como elemento do Patrimônio Cultural**. In: ANPUH, 2007.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: **História e memória**. 5ª. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539.

_____. **História e memória**. 4ª. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1996.

POLLAK. Michel. “Memória e identidade social”. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-215.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

História da arquitetura do Grupo Escolar João Pinheiro: análise de sua construção e reformas (1908 – 2015)

José Lito Salustriano da Silva
Graduando em Pedagogia – ICHPO/UFU
josearmando12244@gmail.com

Sauloéber Társio de Souza
Instituto de História (INHIS)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
sauloeber@gmail.com

Resumo: O texto é fruto de atividades preliminares da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, componente curricular do curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal – UFU. O objetivo é analisar a construção arquitetônica originária e as reformas da edificação do Grupo Villa Platina (1908 – 2015), atual Escola Estadual João Pinheiro, vinculando-as às concepções pedagógicas presentes na história dessa instituição, assim como, conhecer o contexto político e econômico que fomentou a implantação desse tipo de instituição escolar no Brasil. Assim, buscaremos identificar as políticas educacionais que influenciaram a criação dos grupos escolares de Minas Gerais e, no contexto histórico local – de Ituiutaba -, refletir sobre poder, vigilância, punição, disciplinamento e higienismo a partir da arquitetura do Grupo Escolar João Pinheiro.

Introdução

O Grupo Escolar Villa Platina foi a primeira instituição pública urbana, cujo prédio foi construído no município de Ituiutaba – MG[33] em adesão ao novo modelo de ensino da recém República Brasileira[34] que fomentou reformas educativas nos seus

[33] Sobre a história de Ituiutaba, sabe-se que a região era ocupada pelos índios Caiapós até no século XVIII, quando foram expulsos pelos bandeirantes, grupos de homens que desde o período colonial brasileiro, desbravavam seu interior em busca de novas jazidas minerais e capturar indígenas. Em 1807, um grupo de bandeirantes, junto com representantes da Igreja Católica, se instalou na região do Triângulo Mineiro, formando várias povoações, dentre elas, o distrito de São José do Tijuco (1839), pertencente à vila de Uberaba. Com sua expansão e crescimento de sua popularidade, a elite urbana e rural do arraial articulou-se para instaurar sua emancipação, por meio da Lei Estadual nº 319, de 16 de setembro de 1901, promulgada como Ato Adicional, por Silvanio Brandão, presidente do Estado de Minas Gerais, ganhando status de vila em 1901, passando a se chamar Vila Platina. A elevação para a categoria de cidade aconteceu em 1915, recebendo o nome de Ituiutaba (SILVA, 2012).

[34] A República Brasileira teve início em 1889, com a proclamação feita pelo Marechal Deodoro. A introdução dessa era no Brasil representaria, segundo Shueler e Magaldi (2008) o início de novos tempos, expressos na modernidade. A educação foi a principal marca da ideia de desenvolvimento republicano,

estados, atendendo uma concepção pedagógica que orientou sua construção. Diante disso, buscaremos analisar aspectos preliminares a respeito da arquitetura escolar da época e as reformas estruturais no decorrer de sua história.

Entendemos que analisar as concepções pedagógicas presentes na arquitetura do Grupo Escolar Villa Platina, assim como, no período de transição de sua primeira edificação para a segunda – que foi, parcialmente, destruída em um incêndio (1952) - até sua última reforma estrutural em 2015, faz-se pertinente. Visto ser a primeira instituição escolar pública urbana do município, criada em 1908 e implantada em 1910, "[...] no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se destaca ocupando, segundo Araújo (2003, p. 166), o terceiro em ordem de criação" (FERREIRA e CARVALHO, 2009, p. 73-74). Dessa forma, possui um grau de importância quanto à história e historiografia dos grupos escolares nesta região de Minas Gerais, pois "com os Grupos Escolares, a República Brasileira tenta imprimir, via educação, a concepção de Estado-Nação, implícita a ela, a República" (RIBEIRO e SILVA, 2009, p. 55-56). Ou seja,

> A República brasileira apostou na Educação, por meio das construções dos grupos escolares, uma forma de Dominação Legal, "circunscrevendo um lugar/espaço próprio de cunhagem de corpos e espíritos sob nova dimensão. O surgimento de uma tentativa de um novo cunho nas subjetividades de alunos e alunas não só através da cultura letrada, mas também de um espaço praticado onde as novas gerações receberão saberes e diretrizes condizentes com a concepção de Estado-Nação. A disciplina terá vínculo com o cidadão e a pátria será, trabalhada pela escola, como uma segunda mãe" (RIBEIRO e SILVA, 2009, p. 63)

Desse modo, entende-se que o projeto brasileiro de desenvolvimento republicano visualizou na escola uma forma de controle social, dominação e manutenção das estruturas de poder. Por isso, a escola, junto com a casa, constitui um dos lugares centrais da socialização das pessoas, e um estudo de suas transformações, pode ser uma linha interpretativa para entender as mudanças na sociedade (FUNARI, ZARANKIN, 2005).

---

impressa na expansão do ensino elementar traduzido nos grupos escolares, especialmente, na suntuosidade de muitos de seus prédios (DOREA, 2013).

É necessário, portanto, conhecer e compreender a história, não só da instituição em si, mas, os marcos educacionais revelados nas reformas do prédio, tendo em vista a exclusividade do tema, já que todas as pesquisas sobre o Grupo Escolar Vila Platina dedicaram-se especificamente ao resgate de memórias e documentos e materiais didáticos (RIBEIRO e SILVA, 2009), assim, como a pesquisa de Ferreira e Carvalho (2009) que aborda outros aspectos da história da instituição. Portanto, do nosso ponto de vista, consideramos relevante esse trabalho pela sua originalidade na discussão histórico-educativa que enfoca essa instituição do ponto de vista de sua arquitetura, visto que [...] são poucos os que se interessam por estudar a dimensão ideológica e simbólica [de um] prédio escolar (FUNARI, ZARANKIN, 2005, p. 137-138). Nesse sentido, os motivos que ora apresentamos, contribuirão a partir das análises e reflexões, para o resgate e ressignificação dos aspectos acima citados, bem como, para a história e historiografia da educação no Triângulo Mineiro.

Diante do objetivo da proposta de trabalho, busca-se reconhecer as concepções pedagógicas no processo de construção e reformas do Grupo Escolar Villa Platina e, também, sua transição para Escola Estadual João Pinheiro até as modificações estruturais atuais, por meio de coletas de dados em levantamento de documentos da escola. A discussão historiográfica deste trabalho será subsidiada pela análise de fontes documentais, que segundo Bacellar (2008, p. 25) é a "matéria-prima para os historiadores", possibilitando aprofundamento na compreensão da cultura material da instituição pesquisada.

A pesquisa documental consiste, assim, em um importante método para obtenção de informações que nos ajudarão a alcançar os objetivos da pesquisa. Desse modo, ao adentrar a instituição a ser pesquisada, desenvolveremos a pesquisa de campo, e no decorrer das etapas propostas, em três fases, nas quais de início utilizaremos da pesquisa bibliográfica, destacando autores que debatem a arquitetura escolar como Funari e Zarankin (2005), Dorea (2013), Bencostta (2001), dentre outros. No segundo momento da pesquisa, faremos o levantamento bibliográfico e sua leitura referente aos textos específicos sobre a história dessa instituição, tais como Ribeiro e Silva (2009), Ferreira e Carvalho (2009), Araújo (2003), etc. Então, buscaremos levantar e analisar documentos

da escola como fotos, plantas dos prédios, notícias em jornais e, por fim, buscaremos construir artigo científico com os dados obtidos por meio da interpretação das análises realizadas com o intuito de atingirmos o objetivo proposto.

Nesta perspectiva, busca-se por meio da presente metodologia, que se caracteriza documental, propor ampliações na compreensão no contexto histórico e econômico referentes à arquitetura escolar, que trazem marcos da organização escolar, bem como a importância do estudo enquanto propiciador de compreensões acerca dos processos advindos da área educacional mineira.

A Arquitetura Escolar e os Grupos Escolares na Primeira República

Acostumamo-nos a cogitar a escola como uma instituição abstrata, uma entidade de garantias para diversos conhecimentos que nos serão úteis para toda a vida, ignorando sua concretude, bem como, as informações que sua materialidade pode representar em seu caráter histórico e social, contidos em sua cultura material. Segundo Funari e Zaranin (2005), a cultura material escolar é composta por dois grandes elementos estruturais: “[...] o edifício, ou artefato fixo, e a infinidade de artefatos móveis que estão em seu interior ou à sua volta [...]” (FUNARI, ZARANKIN, 2005, p. 137).

As teorias atuais sobre arquitetura sugerem que a estrutura física e a organização física, isto é, a cultura material de uma escola, são potenciais que interferem no aprendizado dos alunos. O espaço físico, nesse sentido, influencia a forma como as pessoas convivem nele e também estimula e/ou facilita o ensino. Ainda muitas vezes, pensamo-la como “um lugar planejado no espaço, formado por uma estrutura arquitetônica, dentro da qual têm lugar práticas vinculadas ao processo de ensino do saber "legítimo"” (FUNARI, ZARANKIN, 2005, p. 138). Todavia, o projeto arquitetônico dialoga não só com uma proposta pedagógica, mas referencia a ideologia das estruturas sociais do poder.

Segundo Bencostta (2005), a arquitetura e o espaço escolar, além de ser um lugar de memória é também campo de atuação de poderes traduzindo o perfil das políticas educacionais que fomentaram sua construção, assim como, se articulam para se estabelecer como um espaço de transmissão de saberes legitimados. Em outras palavras,

esta estrutura arquitetônica, planejada e organizada para a prática do ensino e aprendizagem, tornou-se, na sociedade moderna, um local de produção e reprodução dos ideais de um determinado projeto de sociedade.

Segundo Funari e Zarankin,

> [...] somos herdeiros de uma escola como instituição disciplinar. moldada em paralelo às prisões, como lugar controlado e destinado ao controle de corpos e mentes, para usarmos uma expressão cara a Foucault. A reprodução dos saberes e a absorção de comportamentos regrados constituem elementos centrais da escola moderna, filha do Iluminismo e dos Estados nacionais, preocupados em criar cidadãos que compartilhassem valores e forjassem uma única identidade. A escola é um elemento essencial para o Estado nacional, na França, desde a Revolução, e muito mais tardiamente no Brasil, já que a inclusão da população na esfera do Estado só se dará com o século XX avançado. (FUNARI, ZARANKIN, 2005, p. 136).

Nesse sentido, encara-se a escola, como uma instituição que é pensada pelo Estado, como aparelho de controle social e exercício do poder, a saber, no final do século XIX e início do século XX, no contexto brasileiro, especificamente, no qual, com a iniciativa dos grupos escolares, representava o ideal republicano de progresso, fomentando à introdução no conceito de Estado-Nação (RIBEIRO; SILVA, 2009).

O primeiro grupo escolar foi implantado em São Paulo em 1893 (SOUZA, 1998). A modalidade só foi conhecida em Minas Gerais em 1902, depois da divulgação do então inspetor de ensino Estevam de Oliveira (FARIA FILHO, 2000). Mas, só em 1906, que o governador de Minas Gerais, João Pinheiro, com a reforma do ensino primário e normal, “por meio da lei 439, de 28 de setembro de 1906”, que os grupos escolares foram instaurados no estado mineiro. (FERREIRA; CARVALHO, 2009, p. 83).

Nesse contexto, pensando nas realizações mineiras para a educação escolar, Araújo (2006) aponta que “os grupos escolares também são concebidos como expressão arquitetônica, direcionada a um modo político de contemplá-la” (p. 237). Com os grupos, Faria Filho e Vidal (2000) argumentam, também, que, além de, permitir aos republicanos superarem o passado imperial, a partir desse “modelo” de ensino e estrutural-arquitetônico, “projetavam um futuro, em que, na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressiva” (p. 25).

Em outras palavras,

> Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela educação pública, quanto à disseminação do ensino primário e à constituição de edificações escolares adequadas nas diversas regiões do país, os estabelecimentos escolares, durante as primeiras décadas da República, convertem-se em lugar de referência para as cidades e passam a ser tomados como "modelo"" (DOREA, 2013, p. 168)

Desse modo, percebe-se que, tais edificações, representadas pelos grupos escolares, demonstravam o caráter desenvolvimentista presente no ideário republicano brasileiro, na tentativa de projetar o país no cenário mundial mediante os países desenvolvidos. E na arquitetura escolar, buscou-se tal referência, considerando os aspectos estéticos e estruturais dessas construções, na medida em que iam se espalhando pelo interior dos grandes estados brasileiros, como por exemplo, São Paulo e Minas Gerais (FARIA FILHO, 2000).

Desse modo, o espaço escolar, expresso nos grupos, passava "a exercer uma ação educativa dentro e fora de seus contornos" (SOUZA, 1998, p. 124). Nas décadas de sua implantação e expansão pelo território nacional, a monumentalidade de suas edificações caracterizava a representatividade de um ideal republicano de modernidade. Nesse sentido, "a arquitetura escolar haveria, pois, de simbolizar as finalidades sociais, morais e cívicas da escola pública. O lugar de formação do cidadão republicano teria que ser percebido e compreendido como tal" (p. 124).

A Cultura Material do Grupo Escolar Villa Platina: arquitetura

Com a interiorização das ideias de progresso, representado pela sequência de implementações de grupos escolares, foi criado em Ituiutaba, cidade da região do Triângulo Mineiro, o Grupo Escolar Villa Platina, em 1908, a partir do decreto 2.327 de 23 de dezembro de 1908, publicado também no "Diário de Minas Gerais" – Órgão Oficial dos Poderes de Estado" (ano XVII, nº: 304:1) e implementado em 1910. Com a aquisição de um prédio já existente, concedido por particulares, que antes, objetivavam funcionar um orfanato naquela construção (RIBEIRO; SILVA, 2009),

Figura 1: Inauguração do Grupo Villa Platina em 1910, na gestão do prefeito Fernando Alexandre.

Fonte: Documentos da E. E. João Pinheiro

Vemos na figura 1 acima, que o primeiro prédio do Grupo Escolar Villa Platina (alugado) não trazia em sua estrutura a suntuosidade que se esperava para essas escolas, como acontecia nos grandes centros, mesmo assim, o prédio já apresentava características arquitetônicas baseadas no higienismo com grandes janelas que possibilitariam a circulação do ar e uma boa iluminação do ambiente. Vemos também uma bandeira do Brasil, um símbolo importante da república, bem como a organização quase militar dos indivíduos que participavam da cerimônia, demonstrando que seria uma instituição de disciplinamento social.

Segundo Ribeiro e Silva (2009), o ”[...] prédio onde foi inaugurado o Grupo Escolar de Villa Platina, na forma de construção reitera a suntuosidade arquitetônica” (p.55) da época e para a região, tendo em vista que “com os Grupos Escolares, a República Brasileira tenta imprimir, via educação, a concepção de Estado-Nação, implícita a ela, a República” (p. 55-56), e com isso, construir uma imagem de país desenvolvido, próspero, urbano e civilizado.

Criado o Grupo Escolar de Villa Platina em uma edificação pertencente a um particular, viu-se a necessidade da construção de um prédio próprio para a instalação da instituição. Em 1924, na administração do Agente Executivo João Martins de Andrade,

foi desapropriado um terreno para sua nova construção, sendo iniciada as obras apenas no ano seguinte.

A inauguração do novo prédio aconteceu no ano de 1927, culminando com a mudança do nome de Grupo Escolar de Villa Platina para Grupo Escolar João Pinheiro, em homenagem ao governador responsável por sua criação.

O prédio que abrigou a instituição foi destruído por um incêndio no dia 17 de junho de 1952, passando a dividir, por período indeterminado, o espaço precário da Casa da Cultura (prédio onde funciona atualmente o Museu de Antropologia de Ituiutaba – MUSAI) com o Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas da Silva. Desse modo, a administração pública, se viu obrigada a reconstruir o que sobrou da edificação, sendo esta que, desde 1974, abriga a atual instituição, atendendo não só as séries primárias (1ª à 4ª série), mas também o 2º ciclo do 1º grau (5ª à 8ª série) em 1984, mudando de Grupo para Escola Estadual João Pinheiro, em detrimento das reformas educacionais de 1971.

As reformas

Ao longo de sua história, a atual Escola Estadual João Pinheiro passou por algumas reformas[35], as mais recentes reformas nos anos 1995 e 2010 a 2015 (a última tem detalhes descritos no Regimento Interno Escolar).

A última mudança na estrutura do prédio aconteceu entre os anos 2011 e 2015 atendendo algumas demandas educacionais da contemporaneidade (principalmente, com a construção do laboratório de informática e sala multiuso – auditório). Mesmo o prédio sendo um patrimônio histórico do município, a administração escolar trabalhou em prol das adaptações fundamentais para a continuidade e funcionamento do trabalho educativo na instituição. Dentre as modificações estão: a construção de uma sala de informática, sala de multiuso, ampla biblioteca, cozinha industrial, banheiros feminino e masculino com acessibilidade; além de pintura na área interna da escola, reforma nos banheiros masculino e feminino de alunos, reforma geral do prédio e telhado. Na planta baixa que

[35] Neste artigo não estão descritas e analisadas todas as reformas do prédio, por se tratar de uma pesquisa preliminar da história e arquitetura deste prédio.

segue podemos observar nas linhas vermelhas as mudanças no projeto arquitetônico original do prédio.

Figura 2: Projeto Arquitetônico da Escola (2011)

Fonte: Documentos da E. E. João Pinheiro

Observando a planta da edificação (figura 2), percebemos que todas as 13 salas de aula do prédio estão voltadas ao pátio central, com exceção dos pavilhões mais novos, onde foram instalados a sala de informática, a biblioteca - à esquerda - e a sala multiuso - à esquerda -, assim como, a sala da direção, o que revela um importante elemento da arquitetura interna dessas edificações: observação dos movimentos dos discentes e docentes entre as salas de aula e pátio.

Tais características demonstram a presença do modelo tradicional de organização espacial e arquitetônica de uma escola disciplinar, sua estrutura panóptica característica de construções escolares do final do século XIX e início do XX. Funari e Zaranin (2005), ao se referirem a este modelo impressos nos grupos escolares de Buenos Aires, afirmam que estes prédios produziam a imagem de "verdadeiras cadeias de panópticos, conectadas entre si por corredores, passagens estreitas ou escadas" (p.140). Os autores apontam também que se buscava traduzir nas fachadas dessas edificações a imagem das grandes casas do período, além de caracterizar uma ideia de modernidade. O que nos leva a reforçar o objetivo da criação e construção desses prédios no início da república brasileira:

o rompimento com o passado imperial e implantar por meio da educação os princípios de progresso almejado.

Considerações Finais

Por fim, percebemos que as políticas educacionais nacionais e estaduais tiveram influência na criação do Grupo Escolar de Villa Platina, sendo este um reflexo no município do projeto republicano nacional e que o valor simbólico de seu prédio, impresso na cultura material desta instituição responde a questionamentos sobre sua história, desde a primeira edificação até à atual reforma (2015)

Estamos na fase preliminar de coleta de dados, necessitando, ainda, de maior número de materiais para responder às indagações que estão norteando a escrita deste trabalho. Todavia, é possível já identificar alguns elementos para refletir sobre a cultura material e história deste grupo escolar a partir de sua arquitetura e, assim, contribuir para a preservação da memória patrimonial tijucana, senão, do Triângulo Mineiro, a partir das análises, reflexões e discussões poderão surgir a partir desta pesquisa.

Referências bibliográficas

ARAUJO, J.C.S. “Da singularidade do “João Pinheiro” de Ituiutaba-MG, ao ideário republicano em torno dos grupos escolares”. In: RIBEIRO, B de O. L.; SILVA, E. F. da. **Primórdios da escola pública Republicana no Triângulo Mineiro.** Ituiutaba: Egil, 2003, p. 163-177.

BACELLAR, Carlos. “Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla Bessanezi. **Fontes Históricas**. (2.ed.). São Paulo: Contexto, 2008.

BENCOSTTA, Marcus Levvy Albino. “Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba”. **CIDADE**: Educar em Revista, 2001

BENCOSTTA, Marcus Levvy. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

DOREA, Célia Rosângela Dantas. “A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação”. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 161-181, jul./set. 2013. Editora UFPR.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique. "O Grupo Escolar João Pinheiro: sua gênese e desenvolvimento no cenário histórico-educacional de Ituiutaba (1908-1988)". In: SOUZA, Sauloéber Társio de & RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. **Do público ao privado, do confessional ao laico:** a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX. Uberlândia: Edufu, 2009.

FUNARI, P.P.; ZARANKIN, A. "Cultura Material Escolar: o papel da arquitetura". **Revista Pro-Posições**, v. 16. n. 1(46), jan./abr. 2005.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. "O Grupo Escolar da Villa Platina e a Educação. Variações intrínsecas sobre um prédio determinado". In: SOUZA, Sauloéber Társio de & RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. **Do público ao privado, do confessional ao laico:** a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX. Uberlândia: Edufu, 2009.

SILVA, Jóbio Balduino. **O Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba**: reflexões sobre a história da educação profissional pública do pontal do Triângulo Mineiro (1965-1969). Dissertação de mestrado. Ppged-UFU, Uberlândia-MG, 2012.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de. **Educação escolar na Primeira República**: memória, história e perspectivas de pesquisa. Rio de Janeiro: Tempo, 2008.

TRILLA. J. **Ensayos Sobre Ia Escuela**; EI Espacio Social y Material de Ia Escuda. Barcelona: Alertes, 1985.

O CEPDOMP e a preservação da memória regional

Júlia Serafim de Faria
Graduanda em História - ICHPO-UFU
juliasdefaria@hotmail.com

Victória Melo Daniel
Graduanda em História - ICHPO-UFU
victoria.dani@hotmail.com

Dalva Maria de Oliveira Silva
Curso de História - ICHPO-UFU
dalva.oliveira@ufu.br

Resumo: O trabalho aborda sobre o processo de organização do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP) e a experiência adquirida por meio da atuação, enquanto discentes do curso de graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU-ICHPO) e bolsistas do Projeto PEIC Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal: preservação da memória e da história regional. O artigo apresenta os processos do trabalho realizado nesse período, especificamente na digitalização e tratamento de imagens de jornais pertencentes à coleção de jornais que circularam na cidade de Ituiutaba-MG, colecionados pela Prefeitura e custodiados pela Fundação Cultural e que constituirão acervo digital do Centro. Tais experiências envolvem a preservação, organização e gestão de documentos arquivísticos, sendo, portanto, de grande importância para a preservação do patrimônio documental e da memória regional.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de organização do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP) e a experiência adquirida por meio da atuação, enquanto discentes do curso de graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU-ICHPO) e bolsistas do Projeto PEIC (2018) Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal: preservação da memória e da história regional, com o período de vigência entre março de 2018 a dezembro de 2018 durante o "Projeto PEIC Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal: preservação da memória e da história regional". Além disso, será tratada a importância

dos centros de documentação universitários, assim como o modo como surgiram, a ligação que possuem com a construção da memória da sociedade.

Desde sua criação em 2012, o CEPDOMP contou com diversos bolsistas que realizaram os trabalhos dentro do centro, e atualmente que contém bolsistas e voluntários trabalhando com os jornais e os acervos privados. Os fundos e acervos que constituem o centro, vem sendo desenvolvidos desde 2012.

Memória, patrimônio e os centros de documentação

Os centros de documentação se expandiram para dentro das universidades, como exemplo há o próprio CEPDOMP, em todos os casos, sendo ligado a uma universidade ou não, há uma estreita relação entre esses centros e a memória coletiva da sociedade e também individual, a forma como são construídos é reflexo dessa relação. A relação que a sociedade mantém com seu passado é tratada por François Hartog em seu texto "Tempo e Patrimônio", em que ele questiona "Que relações manter com o passado, os passados, é claro, mas também e fortemente com o futuro?" (HARTOG, 2006, p. 264). É nesse momento que a relação que o homem ou a sociedade possui com o passado vai refletir na construção do centro de documentação, influenciando, por exemplo, na escolha, consciente ou não, do que deve ser preservado ou não, a importância que é dada aos centros de documentação é também a importância dada à memória.

O texto utilizado para a discussão acerca dos centros de documentação e a formação do mesmo, foi o da Celia Reis Camargo, *Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas*. Ela aborda que o foco do seu texto é para os alunos de graduação na área de ciências humanas e para os profissionais que trabalham nesses centros.

Célia Camargo apresenta algumas características fundamentais aos centros de documentação, como a preservação e a organização de arquivos e coleções e conjuntos documentais diversos. Em que seus critérios de seleções vão desde valor histórico, informativo e períodos de momentos históricos. Esses acervos têm como objetivo

principal tornar esses documentos disponíveis à consulta para auxilio de pesquisas no meio acadêmico e para a sociedade.

E ainda tratando dos centros de documentação, a autora realiza um breve histórico sobre como a documentação assume diversas formas durante a história, inicia contextualizando como uma disciplina de organização de registros gráficos. E durante alguns séculos os documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos eram reunidos em apenas um local, como em palácios, igrejas e bibliotecas.

Os centros de documentações vão se formando, e no caso do Brasil também há a constituições de centros de documentações, porém o diferencial é que eles se tornam característicos das universidades, com o intuito dessas fontes estarem perto dos pesquisadores para o desenvolvimento de suas pesquisas e para que as universidades participassem dessa preservação da memória, tanto nacional quanto regional.

Outro papel desses centros é de produzir documentos de valor histórico, com a história oral. Há programas de relatos orais relacionadas aos acervos que constitui esses centros, que contribuem para a geração de informação de diversos temas, que possam não ser encontrados em documentos escritos.

O CEPDOMP e seu acervo

O CEPDOMP como um centro de documentação universitário, foi idealizado pela Prof.ª Dra. Dalva Maria de Oliveira Silva e criado em 2012, com o objetivo da preservação da memória e da história de Ituiutaba e região e com a pretensão a médio e longo prazo de disponibilizar os documentos públicos para consulta tanto de pesquisadores, alunos e a comunidade. Desde do início do projeto, o centro de documentação trabalha com a Coleção Fundação Cultural de Ituiutaba e é desse processo que iremos dissertar.

Dentro do CEPDOMP realizados diversos serviços, todos voltados a preservação da memória da regional da cidade de Ituiutaba e região. E o acervo do centro é constituído por fundos e coleções, como o Fundo Administração Municipal de Ituiutaba, a Coleção

Fundação Cultural de Ituiutaba, a Coleção Hélio Benício de Paiva e a Coleção Família Cruz. Atualmente atuamos com a Coleção Fundação Cultural de Ituiutaba, que contém no total 169, com datação entre 1946 a 2002.

Os jornais digitalizados durante o "Projeto PEIC Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal: preservação da memória e da história regional" fazem parte da Coleção da Fundação Cultural de Ituiutaba, tendo sido feita uma parceria com a instituição para que fosse realizado o trabalho. Dessa forma, os jornais, que já estavam encadernados em livros, foram divididos em 5 lotes, sendo que cada lote possui uma média 20 a 25 livros, essa divisão foi feita para que facilitasse a organização do trabalho e controle dos livros que eram pegos na Fundação.

O primeiro processo a ser feito com os jornais é o de digitalização, em que são tiradas fotos com uma câmera semiprofissional no próprio espaço do CEPDOMP, para isso utiliza-se uma mesa branca em que há um suporte para colocar a câmera, dessa forma ela fica presa e estável, as fotos são feitas sempre de um mesmo ângulo e com o mesmo fundo. É importante que a mesa seja branca pois traz maior nitidez às fotos, além disso, o espaço é bem iluminado e adequado para a atividade. Cada livro encadernado com os jornais possui em média 800 e 1100 páginas, são tiradas fotos página por página, de uma forma que se o livro possui, por exemplo, 940 páginas, sua digitalização terá 940 páginas mais as capas. Trata-se de um trabalho repetitivo e que requer atenção, as fotos não podem sair tremidas, desfocadas com a presença de algum agente externo, como fragmento do dedo ou da roupa de quem está realizando as fotos.

Após a realização do processo de digitalização das fotos, o processo que vem a seguir é denominado controle de qualidade. Todas as fotos tiradas são passadas para um computador e analisadas uma por uma, nesse momento é necessária muita atenção, caso haja alguma foto ilegível, desfocada, com a presença de algum agente externo ou qualquer outra falha que impeça a compreensão do conteúdo da página, e necessário que seja feita uma avaliação se seria possível corrigir isso. Faz-se necessário seja avaliado se a ilegibilidade do texto deve-se a limitações técnicas da máquina fotográfica utilizada, ou

seja, esta não é capaz de capturar as palavras de maneira a serem legíveis, ou se por motivo qualquer, a fotografia não foi realizada da melhor forma possível, podendo assim refeita adequadamente. Caso seja constatado que o erro pode ser corrigido, será indicada a página do livro que deve ser refeita, esse processo deve ser feito em todas as páginas, todas que estiverem ilegíveis e puderem ser aprimoradas serão digitalizadas novamente. Somente após esse processo e após a substituição das fotos que foram refeitas, o livro poderá passar para o próximo fase, que é a de edição de imagens.

O segundo processo a ser feito com os jornais é a edição. Alguns critérios básicos devem orientar o processo de edição. O conteúdo da página de jornal é a prioridade número um tratando-se dessa atividade. Ou seja, dentro das limitações técnicas existentes – como qualidade da imagem capturada pela máquina fotográfica, dentre outros – deve-se buscar sempre permitir que o conteúdo do jornal esteja, da melhor forma possível, legível e adequadamente identificável.

Ao realizar o corte das imagens deve-se ter em mente que o objetivo é retirar, ao máximo possível, todos os elementos externos à página do jornal (como mesa, tripé, etc.) Este processo deve respeitar, porém, o principal critério do processo de edição que é o respeito ao conteúdo do jornal. Desta forma, em uma situação em que o editor não tem opção senão retirar algum elemento da página para que elementos exteriores não apareçam deve-se deixar que este elemento externo (ou pelo menos a parte dele da qual não se pode livrar) fique presente na imagem de maneira a deixar os elementos da página intactos. Por elementos da página entende-se textos, imagens, quadros ou quaisquer outros elementos impressos na página. Assim, o único espaço de corte disponível dentro da página ao editor são as margens do jornal (quando presentes) que, por estarem em branco e não possuírem nenhum tipo de elemento gráfico, podem ser cortadas.

Deparar-se com páginas "tortas" (efeito da encadernação ou de outros fatores) é comum. É frequente, por exemplo, que mesmo após o endireitamento da fotografia a página do jornal, depois de realizado o processo de corte da imagem, não forme um retângulo perfeito. A consequência disso são elementos externos à página tornando-se

aparentes, uma vez que a ferramenta de corte corta em retângulos perfeitos. Tem-se neste caso uma área retangular que não consegue ser completamente preenchida pela página do jornal que, por ser "torta", não pode ser forçada a preenchê-la sem que se perca algum(s) de seus elementos internos. Neste caso, é necessário que o editor maneje a imagem da melhor forma possível durante a edição. Em alguns casos, por exemplo, consegue-se eliminar parte ou até mesmo todo o elemento externo aparente na imagem endireitando-a um pouco de forma que não fique totalmente reta, mas levemente inclinada. Essa medida é aceitável se a inclinação for leve e não destoar a imagem das outras já editadas. Ou seja, o que guiará o trabalho do editor é seu empenho em obter de seu trabalho o melhor resultado possível obedecendo a alguns critérios dos quais o respeito ao conteúdo do jornal é o principal e inviolável.

O terceiro processo a ser feito com os jornais é a organização A organização respeita, portanto, este critério: Livro>Mês>Dia. Tomemos como exemplo o Livro 100, integrante do 4º lote. Este livro contém o Jornal do Pontal do período de Julho a Setembro de 1999 e conta com duas pastas principais: uma para as fotos não editadas e outra para as fotos editadas. O conjunto de fotos não editadas é chamado "Bruto"[1] e o bruto deste livro é intitulado "100 – Jornal do Pontal (Julho a Setembro 1999)". Nele as fotos são dispostas sem nenhum tipo de organização em subpastas. Já a pasta das imagens editadas conta com organização em subpastas. Intitulada pelo mesmo nome da pasta do material bruto, ela está subdividida em meses e dias. As subpastas dos meses são intituladas de acordo com o seguinte modelo: "AAAA.MM – Nome do jornal", 'A' correspondendo a ano e 'M' a mês. Já as subpastas dos dias: "AAAA.MM.DD – Nome do jornal", 'D' correspondendo a dia. As páginas do jornal correspondentes ao dia primeiro de julho, por exemplo, poderão ser encontradas pelo seguinte caminho: 100 – Jornal do Pontal (Julho a Setembro 1999)>1999.07 - Jornal do Pontal>1999.07.01 - Jornal do Pontal. Todas as imagens das páginas são, portanto, organizadas seguindo esse modelo, com exceção da capa e do verso do livro (trata-se da capa e verso da encadernação) que se encontram dentro da pasta do livro, soltas, ao lado das subpastas que ali estiverem.

A organização respeita, portanto, este critério: Livro>Mês>Dia. Pode ocorrer, entretanto, a presença de diferentes jornais em um mesmo livro. A exemplo do que ocorre com o Livro 101, de mesmo lote, o qual contém não só Jornal do Pontal, mas também Gazeta do Triângulo e Diário Regional. Neste caso a organização irá respeitar a seguinte sequência: Livro>Nome do Jornal>Mês>Dia. No que diz respeito à nomeação dos arquivos deve-se manter a original da máquina fotográfica. Mesmo que, por algum motivo, ocorra o salto de '0001' a '0004', por exemplo, ela continua a seguir uma ordem crescente o que é importante para a organização das imagens.

Ao observar alguma anormalidade na página, como a já referida ilegibilidade, deve-se, como já comentado, fazer uma breve referência ao erro na nomeação após a numeração do arquivo. São algumas anormalidades já observadas: datação errada pela gráfica (constatado o erro através de uma breve investigação nas páginas que precedem e sucedem), neste caso é necessário especificar na planilha não somente o erro, mas também como chegou-se a conclusão de que trata-se de um erro da referida espécie; páginas sem numeração; páginas sem datação; dentre outros. Ou seja, toda e qualquer anormalidade deve ser brevemente observada em nomeação e especificada em devida planilha. As limitações impostas pela encadernação também impedem, por vezes, o registro de todo o conteúdo do jornal. Neste caso deve-se igualmente observar assim como transcrever em devida planilha o(s) trecho(s) ausente(s) caso julgada a severa necessidade.

Todos esses processos realizados com a Coleção Fundação Cultural de Ituiutaba, tem o intuito de preservar a história e a memória de Ituiutaba e região, e que posteriormente os jornais digitalizados e editados, possam ser disponibilizamos em uma plataforma online para a comunidade acadêmica, para que se realize pesquisas e tais jornais sejam utilizados dentro e fora da Universidade, e para a população de Ituiutaba e região, para que eles possam conhecer melhor as histórias da sua cidade.

Considerações finais

Com esse artigo percebe-se que os centros de documentação foram construídos conforme a história e a necessidade da guarda dos documentos, de início com museus e palácios e posteriormente os centros de documentações nas universidades. Que a sua importância está diretamente ligada com a construção da história, e a guarda dos documentos históricos, como podemos observar com nossa participação no CEPDOMP, que junto com as atividades desenvolvidas e as aulas dentro da universidade, vimos a importância da preservação da história e da memória que é realizada no centro de documentação.

O período de participação do programa como bolsistas foi de extrema importância para abrir horizontes quanto às possibilidades de atuação do historiador, demonstrando uma área de atuação tanto em arquivos públicos, quanto em arquivos privados. O trabalho produzido despertou-nos grande interesse pela área, um trabalho de grande importância e árduo. Passamos por diversas dificuldades nas etapas mencionadas no presente trabalho, no processo de digitalização uma das principais dificuldades foram quanto aos equipamentos utilizados, de início, a câmera usada não era adequada para o trabalho, tampouco a mesa e a iluminação, entretanto, aos poucos os equipamentos puderam ser trocados, o que melhorou bastante a qualidade da digitalização. No estágio da edição um ponto crucial de aprimoramento foi a inserção do controle de qualidade das imagens, orientação feita pela professora Márcia Pazin. A grande questão dada também é quanto à metodologia de organização das imagens, a organização das pastas mudou ao longo do programa, foi sendo aprimorada, entretanto, essa mudança reflete também em uma futura reorganização dos arquivos anteriores.

Referências bibliográficas

CAMARGO, Célia R. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia L. da (Org.) **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999.

HARTOG, François. “Tempo e Patrimônio”. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, p.261-273, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os paradoxos da memória. In: Miranda, Danilo Santos de. **Memória e Cultura:** a importância na formação cultural humana. São Paulo: Sesc SP, 2007.

Análise da construção do mineiro na obra *História de Minas* – Volume 2 de Waldemar de Almeida Barbosa

Letícia Elias Bernardes
Graduanda em História – ICHPO/UFU
Bernardes.27@hotmail.com

Resumo: Minas Gerais, bem como outros estados brasileiros, nos derradeiros anos do século XIX, com a criação de instituições como o Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, passou por um processo de preocupação com a construção de sua identidade. Diante desse cenário, o presente trabalho analisa a obra História de Minas – Volume 2 (1979) do escritor Waldemar de Almeida Barbosa, o qual ao longo da sua vida esteve em contato com variadas instituições ligadas à investigação e produção documental sobre diversas regiões brasileiras, incluindo as citadas. Nesse sentido, a pesquisa enfatiza a concepção do autor no tocante da História e da História de Minas Gerais, assim como as formações que constituem o ser "mineiro" que estão presentes na obra, desenvolvendo ao mesmo tempo, um paralelo com a ligação forte do autor com os lugares sociais e as influências destes na narrativa.

Introdução

Minas Gerais, assim como outros estados brasileiros, possui um processo de construção de sua identidade especialmente em relação aos objetivos de instituições como do Arquivo Público Mineiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Diante desse panorama, este trabalho analisa os capítulos *Formação do Povo Mineiro*, *Formação Social* e *Formação Religiosa* presentes na obra *História de Minas* – Volume 2 de Waldemar de Almeida Barbosa.

Dentre as principais ênfases da proposta dessa pesquisa, está em desenvolver a concepção do autor sobre a História e a História de Minas Gerais, uma vez que o mineiro Waldemar Barbosa foi membro de diversas Academias de Letras e de Institutos, como do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Dessa maneira, questiona-se também quais são as representações do mineiro

nesses três capítulos e até que ponto, com essa ligação forte em estudar esse estado, influenciaria a narrativa com traços de mineiridade e de uma identidade regional.

Analisa-se os mecanismos do poder institucionalizado presentes nos capítulos e dessa forma, as maneiras que estão explícitas a influência dos lugares sociais sob o autor. Nesse sentido, é investigado como está elaborado a figura do ser mineiro bem como as escolhas das raízes de formação e dos traços característicos dessa formação, as quais contribuíram para o processo de construção da identidade regional no solo de Minas Gerais.

No capítulo *O Povo Mineiro*, Waldemar de Almeida Barbosa aborda o estado civil dos povoadores na capitania mineira, os quais dentre os primeiros se encontram paulistas que de modo geral vieram casados e com filhos e os portugueses que em grande parte eram solteiros, casando-se com filhas de paulistas, índias e escravas, dando a formação de mestiços. Nesse cenário, o escritor enfatiza a dicotomização social presente entre os mamelucos, cafuzos, pardos e mulatos, sendo estes tomados como vadios para o período e é interessante notar que sua análise é por meio dos dados dos juízes de paz, ou seja, o autor faz um trabalho direto com fontes históricas.

Nessa classificação social, cita indivíduos como o cientista Freyreiss, o qual assim como outras personalidades ponderadas no capítulo, fala sobre as mulheres, contudo, Waldemar faz a observação de que a figura do indígena não aparece na classificação desse cientista, o que para ele seria como possível preconceito de não os reconhecer como seres humanos. Ao longo dos três capítulos, apesar dialogar com variados autores, Barbosa pode estabelecer críticas e reflexões referentes a esses escritos, dependendo principalmente da sua visão sobre o assunto.

A ponderação do primeiro capítulo é de que Minas Gerais absorveu de fato a cultura portuguesa, pois verificou um fenômeno de transplantação da mentalidade da civilização portuguesa, ao contrário do que se registrou em outras partes do país. Enfatiza-se, por meio de dados, o branqueamento da população no território com a vinda constante de imigrantes e é necessário enfatizar que o autor nessa parte, quando se refere ao estado

mineiro, usa na maior parte das vezes, a primeira pessoa utilizando o "nós" com tom de pertencimento à Minas Gerais, a qual ele considera mais isolada, seja pelas montanhas ou pelo receio da infiltração de ideias que pudessem perturbar a ordem, concluindo que ela sempre foi mais vigiada. Nesse mesmo assunto, ele já vai deixando explícito suas considerações em relação a importância da representatividade particular que Minas Gerais possui para o Brasil.

> Acontece que o sertanejo do Nordeste é também descendente na sua maioria, de sangue português, parte de seu sangue indígena, parte de sangue negro, havendo também, em números mais reduzidos, o descendente do imigrante. Então a origem é a mesma? Sim, somos todos brasileiros. Entretanto, seja por influência das montanhas, seja por força do ouro, e da mineração, o tipo característico do mineiro, com sua austeridade, sua prudência, sua reserva, seu conservadorismo, sua consciência de liberdade, aparece-nos realmente com todos os sinais de uma formação própria e diferente. (BARBOSA, 1979, p. 335-336)

A partir desse isolamento de Minas Gerais, há a preocupação da Metrópole em resguardar esse estado justamente com receio do contato de nações estrangeiras com o ouro, dando o exemplo citado no capítulo da obra de *Antonil*, a qual foi recolhida no mesmo ano de publicação em 1711, pois divulgava as trajetórias para as minas de ouro conhecidas e outras possíveis. Além disso, havia o receio das ideologias vindas de fora que pudessem ser implantadas, principalmente que assolavam a França, fazendo com que a Coroa investigasse os próprios indivíduos do seu reino que vinham para as Capitanias. Dessa forma, o autor trabalha com a questão da formação regional brasileira, uma vez que:

> O mineiro, dessa forma, formou seu espírito de isolamento, fechado em si mesmo, cercado de montanhas, alheio às influências alienígenas. Surgiu, assim, o tipo mineiro austero, contemplativo, paciente, pouco expansivo, reservado, retraído, tímido mesmo, desconfiado, modesto, conservador, amigo da ordem, cauteloso, previdente, lento e moroso nos movimentos, irônico e até satírico as vezes, ora sagaz, ora simplista e até ingênuo. (BARBOSA, 1979, p. 338)

Com esse trecho, assim como em outras passagens, fica perceptível certo tom de generalização em torno do mineiro, o qual é apresentado como uma figura composta por uma série de adjetivos que o deixam único. Nessa perspectiva, é necessário aproximar do lugar de fala do autor e das instituições que ele pertence, já que o Instituto Histórico e

Geográfico de Minas Gerais possui como ideia inicial de reafirmar a História do estado evidenciando uma identidade mineira que seja de grande representatividade para o país e mesmo ele sendo de outra geração, a partir desses fragmentos, percebe-se esses resquícios na escrita.

Além disso, é apontado também a vasta quantidade da população rural mineira, a qual é considerada como a que mais conserva as características do mineiro típico, por sua religiosidade, cumprimento da palavra, honestidade e simplicidade. Nessa construção da mentalidade do mineiro, é citado variadas frases de outros indivíduos que compactuam com o que ressalta, como de Milton Campos que afirma que o traço mais característico do mineiro é o equilíbrio, ou seja, Barbosa busca em outros autores, reafirmar a sua própria visão.

No capítulo *A Formação Religiosa* com a descoberta das minas de ouro, rapidamente a capitania foi povoada por pessoas de outros locais do Brasil, causando um receio por parte de Portugal pelo fato de seu reino se tornar despovoado. Além disso, devido esse aumento populacional em um curto período, ocorreu o aumento da desorganização administrativa pela a carência de autoridades que sabiam sem impor, resultando em lutas e desordem.

Barbosa trata os primeiros povoadores de Minas como aventureiros em busca de ouro, criticando outros historiadores que os reproduz como criminosos, contudo, reconhece que nos primeiros anos de mineração houve muita ganância, mas também existiam muitas famílias boas e honestas. Com as vilas criadas, as autoridades procuravam exercer a ordem, sendo que os brancos proprietários das minas constituíam a classe política dirigente, porém os portugueses estavam acima de qualquer outro branco. Com isso, também haviam outras categorias consideradas inferiores aos portugueses: Os roceiros, que dividiam em variadas camadas de acordo com o número de escravos, os criadores de gados, que possuíam grande extensão de terra, os mazombos, filhos diretos de portugueses que nasceram no Brasil e os vadios os quais não trabalhavam, podendo ser desordeiros, mas maioria era composta por gente despreocupada que tocavam seus

instrumentos. Apesar da repressão sofrida por parte de autoridades, eles geralmente eram bem recebidos por fazendeiros pois os alegravam.

O restante seria a classe média composta por indivíduos como o ferreiro, o camponês, o caçador, o comerciante, etc. Os comerciantes eram vistos como inferiores, mas se tivessem escravos ou empregados que medissem e pesassem, tinham outro patamar, até mesmo porque nesse tempo o trabalho manual era desqualificado. Havia também profissões neutras como a do professor e do escrivão.

Na segunda metade do século XVIII, com a decadência das minas, verificou-se a expansão territorial da Capitania, surgindo inúmeras fazendas de lavouras e de gados. Esses proprietários ascenderam-se, ficando abaixo apenas dos proprietários de minas. O autor dialoga bastante com outros escritores sobre a preguiça dos paulistas e dos portugueses, sendo tudo feito pelos escravos, o que torna, olhando a conjuntura dos capítulos, outro argumento que mostra a diferença do mineiro, ou seja, trazer a indagação de que paulistas e portugueses eram preguiçosos, realça a particularidade mineira.

A estrutura social era rígida, desde milícias a estruturas das casas indicavam a classe do proprietário. O preconceito é imbuído em grande parte pelas autoridades portugueses, dando o exemplo do recuso ao estabelecimento de mulatos como vereador, pois esses patamares tinham a preocupação com a “limpeza de sangue”, além também do próprio clero apresentar isso.

Por fim, nessa sociedade havia grande retraimento feminino, como do arraial Rio Pardo, que os homens escondiam as mulheres dos estrangeiros. As famílias nos sertões eram de fato isoladas, sem comunicações com outros povos, o que contribuiu, de acordo com Waldemar, com a formação retraída do mineiro. O pai de família assumia todo concernentes ao grupo familiar, governando seu clã. Nas vilas havia festas religiosas, comemorativas, casamentos de príncipes, teatros, entre outras atividades, enquanto na parte rural, haviam somente dois tipos de festas, as religiosas e as de famílias.

Waldemar no capítulo *A Formação Religiosa* aponta sobre a variedade originária dos portugueses que vieram povoar Minas Gerais e suas múltiplas características físicas

diferenciadas entre si, porém a religiosidade, a devoção forte em Nossa Senhora, principalmente em Nossa Senhora da Conceição, era o ponto que os unia. Essa mesma devoção foi transplantada para a capitania, sendo que maioria das famílias possuíam seu próprio oratório e a medida que indo se estabelecendo no território, difundiam sua fé.

Nesse âmbito, Barbosa parte do pressuposto de todos os portugueses terem de fato forte religiosidade, e traz alguns exemplos dessa influência europeia na região, como de locais que um dos primeiros atos foi justamente construir capelas, enquanto os arraiais foram se formando em torno delas. O autor nessa parte, assim como outras partes dos capítulos analisados, dialoga com fontes principalmente de Institutos Históricos e Geográficos, afirmando no caso que o Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais pode-se constar cerca de 180 cidades que possuíam seus primeiros nomes relacionados a Nossa Senhora, ou seja, procura apresentar através de dados, suas conclusões.

Mesmo dando ênfase na ligação com a religião, o autor reconhece que houve grande ganância pelo ouro, ocasionando violência. A partir desse paradigma, intercala com atos da Coroa no tocante de *El-rei* ter pedido a Dom Pedro II a realização de missões nas Minas assim como o relato de que maneira elas ocorreram ao longo dos anos com os franciscanos que se dispuseram. Ademais, os capuchinhos italianos também vieram pregar nas minas e ambos, ao conquistarem maior espaço ao longo do tempo, conseguiram a criação, mesmo com algumas barreiras, dos Hospícios. Os dois grupos contribuem dessa forma, mesmo com a continuidade das opressões, na construção espiritual e dos costumes nas Minas.

Nesse sentido, as ponderações do autor são em aspectos que direcionem para a formação identitária dos mineiros no quesito religioso, contudo, observa-se a ênfase no catolicismo, ou seja, mesmo trabalhando com fontes que tratem a respeito da construção religiosa, não discute as influências de outras religiões no povo mineiro. A etnia negra aparece no tocante dos senhores mandarem os seus escravos às aulas de doutrinação, não aprofundando na discussão das possíveis influências desse contingente e de outros na constituição das crenças.

A presença da população negra aparece nas irmandades como da N. S dos Pretos, entretanto, seria uma das exceções pois as irmandades do Santíssimo Sacramento eram basicamente formadas por brancos, as quais tinham muito rigor em questão do preconceito racial. Mesmo com a carência em evidenciar as intervenções de múltiplas religiões, Waldemar Barbosa pontua, com o auxílio da obra *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro* de Fritz Tixeira de Sales, que a Coroa tinha interesse em fundar irmandades também pelo fato da aglutinação de grupos. Nesse âmbito, o autor explicita o questionamento se "Esse preconceito racial estaria radicado no seio do povo mesmo, ou seria imposição das circunstâncias, já que a aprovação do compromisso dependia de autoridades portuguesas, imbuídas desse sentimento?". (BARBOSA, 1979, p. 391)

Ainda nesse debate, é refletido o compromisso das irmandades com os enfermos, com a pobreza de irmãos e perante as irmandades de pardos e negros, também há a preocupação da assistência social em relação aos irmãos escravos. Esses pontos destacados são reflexos de uma leitura do escritor sobre outra obra, principalmente pelo fato de ele ressaltar o que acha pertinente nela em expressões como: "Entretanto, o que me pareceu mais interessante (...)" (BARBOSA, 1979, p. 392). Nesse sentido, é evidenciado o que Michel de Certeau ressaltou no capítulo *A operação historiográfica* (CERTAU, 1982, p. 65-109) de que há toda uma subjetividade associada ao pesquisador, sendo que nesse caso fica explícito nas escolhas do que relatar.

O terceiro parâmetro abordado é o clero dividido entre duas categorias, a primeira do frade interessado muito mais nas questões do ouro do que do espiritual, dando diversos exemplos, e os missionários, que seriam especialmente franciscanos e capuchinos italianos, os quais o autor considera como verdadeiros religiosos. Muitas vezes indivíduos se tornavam frades justamente por motivos como a pressão familiar e para fugir do recrutamento militar, gerando sendo assim, a existência de padres sem vocação, os "maus padres".

Ressalta-se também o padroado que no Brasil passou a ser tratado como instituição única e amenizadora dos variados casos de abusos. Nesse tocante, há outro ponto importante da escrita dessa obra: para explicar aspectos como o padroado,

relaciona-se com interferências do Dom Pedro II e com a História da Coroa e a História Geral do Brasil, ou seja, existe além da preocupação em explicar os fenômenos no território mineiro através de uma história mais geral, evidencia ao mesmo tempo, a importância da capitania para a História do Brasil.

A última repartição desse capítulo é em torno dos dízimos que sustentava o culto e também os vigários colados. Os dízimos eram pagos diretamente aos ministros da Igreja ou aos Príncipes, e Barbosa durante o relato desse cenário, vai se posicionando à temática em partes como por exemplo, no relata os abusos dos contratadores, denominando aos fazendeiros e lavradores a palavra "coitados". Nesse ambiente, há múltiplas tabelas das arrecadações feitas oriundas de manuscritos do Arquivo Público Mineiro trazendo um panorama estrutural e também dos desvios, os quais pagavam salários dos Governadores, militares, judiciais, entre outros.

Apesar de competir à Coroa a construção de templos, maioria das igrejas mineiras foram construídas pelo povo e pelas irmandades. A Coroa também evitava construir paróquias já que teriam que pagá-las aos vigários colados, os quais o autor considera chefes espirituais e grandes conselheiros. Além disso, é necessário evidenciar o grande contato do padre com a comunidade e nesse âmbito o autor estabelece a seguinte consideração.

> Justamente por causa dessa união íntima do padre com a comunidade, é que vamos encontrar, em todos os movimentos do povo, a presença do padre. Na Inconfidência Mineira, que foi um movimento do povo, não apenas de poucos homens, encontramos dois eclesiásticos entre as figuras dos principais inconfidentes: Pe. Toledo e Pe. Rolim. (BARBOSA, 1979, p. 414)

Nessa passagem fica nítido a importância da presença do padre na representação popular, contudo, ainda nesse mesmo trecho, a opinião do autor sobressai em relação aos movimentos, que no caso seria a consideração da Inconfidência Mineira como um movimento do povo. Com isso, pode-se ligar com o fato desse mesmo autor pertencer a um grupo que procura evidenciar a História de Minas Gerais e sendo assim, a visão dele logo será enfatiza positivamente as manifestações ocorridas no seio da capitania para consolidar tais acontecimentos e figuras.

Considerações finais

Ao retratar a formação social, religiosa e da mentalidade do mineiro, Waldemar Almeida Barbosa faz naturalmente seleções, as quais em múltiplas partes evidenciam a tendência de criar uma identificação histórica e tradicional mineira que promova a existência de generalizações pertencentes aos mineiros, deixando-o único. Dessa maneira, interligando com as influências externas, fica perceptível que a obra possui também intenção de afirmar a identidade do mineiro, principalmente aquele de regiões serranas ou da zona rural, pois esses são especialmente o espelho do mineiro típico para Barbosa.

Portanto, esses capítulos pertencem a um grupo de obras que valorizam a História de Minas Gerais, procurando ressaltar sua importância até mesmo para o próprio país, ou seja, o Brasil não seria o mesmo sem esse estado. As perspectivas do autor são bem evidentes, especialmente ao refletir com o processo de construção da identidade mineira do final do século XIX, enfatizando como foram as maneiras e as pautas desse grupo que buscou constituir o mineiro.

O autor constrói o mineiro a partir de uma identidade que ele acredita e deseja preservar e partir disso, vai relacionando-se com outros autores que reafirmem seu pensamento. O diálogo de Waldemar de Almeida Barbosa com outros autores não é necessariamente no sentido de complemento, mas também de crítica, o que depende do seu próprio ponto de vista em relação ao assunto. Para construção dessa obra, há o reconhecimento de que ele também buscou variadas fontes como base de seus argumentos, não apenas objetivou a sua subjetividade, porém ao mesmo tempo, deve-se considerar que muitas temáticas trabalhadas e até mesmo os próprios temas centrais dos capítulos, possuem discussões muito mais densas e complexas.

Nessa perspectiva, esses fragmentos trazem um aparato caracterizado principalmente no descritivo de acordo com as intenções do autor no que observa como mais relevante para a história mineira. Dessa forma, a História do Brasil se torna complementadora com as influências da Coroa que foram importantes para a capitania, mas seu papel continua em segundo plano. Ademais, dado a interpretação pessoal a partir

da análise feita, a obra mesmo apresentando algumas lacunas e poucos debates em torno de certos temas como a religiosidade, ela ainda continua válida como leitura para compreender essas formações mineiras e revela diversas fontes que podem ser aproveitadas para outras pesquisas.

Fontes

BARBOSA, Waldemar de Almeida. "O povo mineiro". In: **História de Minas** – Volume 2. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

_____. "Formação Social". In: **História de Minas** – Volume 2. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

_____. "Formação Religiosa". In: **História de Minas** – Volume 2. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

Referências bibliográficas

AMADO, J. "História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços". In: SILVA, M. A de. (orgs.). **República em Migalhas:** História Regional e Local. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

ANTUNES, A. de A. & SILVEIRA, M. A. "Memória e Identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais". **Revista Eletrônica Cadernos de História**. Ouro Preto, UPOP, ano II, nº 1, mar. 2017.

ARAÚJO, V. L. de & MEDEIROS, B. F. **A história de Minas como história do Brasil:** o projeto historiográfico do APM. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v. 63, 2007.

CERTEAU, M. "A Operação Historiográfica". In: **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

LUCAS, *F*. **Mineiranças.** Belo Horizonte; Oficina de Livros, 1991.

MEDEIROS, B. F. & ARAUJO, V. L. "A história de Minas como história do Brasil". **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v.43, fascículo 1.

PROST, A. "Os fatos e a crítica histórica". In: **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Algumas considerações sobre a migração de nordestinos para o município de Ituiutaba nas décadas de 1950 a 1970

Lucas Cardoso de Moura
Graduando em História – ICHPO/UFU
mouralucascardoso@hotmail.com

Resumo: O município de Ituiutaba nas décadas de 1950 a 1970 passou por um momento de euforia e prosperidade econômica com o ciclo da orizicultura, o cultivo de arroz. Neste período chegaram centenas de migrantes nordestinos vindos principalmente dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba para trabalharem nas lavouras ou outras atividades afins. Vinham no caminhão, transporte chamado de pau-de-arara. Como registro desse momento, temos a fonte oral como a nossa principal metodologia de trabalho, por meio de depoimentos de migrantes nordestinos, que colhemos em nossa pesquisa, objetivando analisar as experiências e vivências, refletindo acerca da relação dos migrantes nordestinos com o mundo do trabalho. Por meio das entrevistas, podemos analisar outra versão da história, que em grande parte não estão presentes em outras fontes. O trabalho na área da história regional e local trás grande contribuição, pois ela nos revela aspectos que, estudos macro não conseguem atingir sobre especificidades regionais. O trabalho se justifica pela importância de apresentar outra versão da história, de migrantes nordestinos que de outra forma não teriam suas experiências registradas.

Introdução:

Este trabalho tem por objetivo tecer reflexões acerca do movimento migratório que ocorreu entre as décadas de 1950 a 1970 no município de Ituiutaba, que recebeu centenas de migrantes nordestinos vindos da região Nordeste, em maior número, dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. O município de Ituiutaba nas décadas de 1950 e 1960, passava por um momento de euforia econômica, uma vez que foi considerado como a capital do arroz, pelos seus altos índices de produção do grão.

As reflexões desenvolvidas neste artigo são resultados do trabalho de conclusão de curso, intitulado como *Vindos de longe: Uma abordagem sobre experiências de nordestinos que migraram para Ituiutaba/MG - décadas de 1950 a 1970*, por mim

desenvolvido e defendido no ano de 2019 sob orientação da professora Dalva Maria de Oliveira Silva.

No primeiro momento situamos a pesquisa, destacando aspectos gerais ligados à temática da migração, em seguida considerações sobre a história regional e local e sua importância para a compreensão de aspectos que fogem da dimensão macro. Apresentamos reflexões acerca da história e memória oral e por fim análise de alguns recortes de uma das entrevistas, utilizadas na monografia, e realizada com o senhor Francisco Moura, buscando refletir acerca da experiência do migrar e o contato com a nova terra.

Temática da migração

A migração é um fenômeno que sempre esteve presente na sociedade, em diversos países temos o movimento de pessoas, seja na dimensão das cidades, estados ou até mesmo de países. Desta forma, o aspecto migratório que abordamos neste trabalho diz respeito a migração da região Nordeste para o município de Ituiutaba, nos anos de 1950 a 1970.

As pessoas migram por diferentes justificativas, que podem estar ligadas a desastres naturais, busca por trabalho, por melhores condições de vida, de moradia ou até mesmo, em busca de recursos naturais. Sobre este aspecto, concordamos com Octávio Ianni, quando enfatiza que o século XX é marcado por ondas migratórias, onde as pessoas atravessam fronteiras, territórios em busca de novas oportunidades e a esperança de terem melhores condições de sobrevivência.

> O século XX tem sido um século de migrações, pelos quatro cantos do mundo, em todas as direções. São desempregados, desabrigados, refugiados, perseguidos, desamparados. São indivíduos e familiares, grupos e coletividades. São muitos, milhares, milhões. Movem-se em todas as direções, atravessando territórios e fronteiras, nações e continentes, culturas e tradições. São migrantes, emigrantes, imigrantes, retirantes, errantes. Parecem tangidos por algo imponderável e invisível, escondido nas condições de vida e de trabalho, no meio de guerras e revoluções, nos desastres ecológicos e nas epidemias, mesclando carências e esperanças. (IANNI, 2004, p. 160,161)

Os migrantes buscam melhores condições de vida em outras regiões, sejam elas as condições econômicas ou o amparo social. A memória e o esquecimento fazem parte da construção do imaginário, seja ela para nutrir a esperança de melhores condições de vida, ou para justificar sua volta para a terra natal. No imaginário do migrante se constrói a ideia de que na terra futura as condições sociais serão melhoradas, mas se esquece dos conflitos regionais que permeiam diferentes lugares e regiões do mundo.

Em algumas situações os residentes das regiões que recebem os migrantes, sejam eles do mesmo país ou de diferentes lugares do mundo, não os enxergam como pessoas que estão buscando melhores oportunidades, e que muitas vezes as mesmas não estão presentes em todos os locais. O Estado não se atenta, na maioria das vezes, pelos interesses dos menos favorecidos, deixando-os à margem da sociedade, reproduzindo as condições de desigualdades sociais, que reforçam o discurso de dominação de sujeitos por sujeitos.

Dentro do contexto de migração abordado por esta pesquisa, de nordestinos que saíram de suas terras de origem para o município de Ituiutaba, temos justificativas semelhantes apresentadas pelos depoentes. As entrevistas colhidas foram refletidas no trabalho de conclusão de curso, mas devido a riqueza da fonte oral, não conseguimos esgotar as possibilidades de análises nas entrevistas. Foram realizadas cinco entrevistas, todas acompanhadas de um roteiro específico onde o foco era entrevistarmos migrantes nordestinos, buscando analisar a experiência do migrar, a experiência com a nova terra e por fim aspectos do cotidiano, tais como: trabalho, alimentação, família e moradia. Para nos situarmos acerca de alguns aspectos que fogem de uma dimensão macro, recorremos à história regional e local.

História Regional de Local

Buscamos a partir deste tópico tecer reflexões acerca da história regional e local, enfatizando sua importância para a compreensão de aspectos singulares, em que muitas situações não são compreendidas nas análises macro.

Segundo Barros:

> A História Local nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História Local – ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico – surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das dimensões nacionais. (BARROS, 2013, p.8,9)

A partir desta citação podemos destacar as inúmeras possibilidades de investigações que a história regional e local pode nos proporcionar. Como exemplo de insuficiências que as análises macros possuem em relação a micro, podemos enfatizar o seguinte aspecto: O município de Ituiutaba, nas décadas de 1950 e 1960 passava por crescimento da população rural, por outro lado, estudos de Olga Becker por exemplo, nos revelam que no cenário nacional estava ocorrendo o inverso, ou seja, a população urbana estava aumentado devido as migrações para cidade. Este fato ocorreu devido aos grandes centros estarem desenvolvendo campos de trabalho, e assim a população rural deslocava-se de suas regiões em busca de empregos.

> Intensos fluxos de caráter rural-urbano ocorreram nas décadas de 50 e 60, representativos de um período marcado por crescente concentração fundiária e pela industrialização nos grandes centros urbanos do sudeste brasileiro. Estabeleceram-se migrações interestaduais de longa distância na década de 1970, especialmente a de nordestinos para o eixo Rio de Janeiro – São Paulo e a de sulistas para as áreas do centro-oeste e Amazônia, responsáveis pela expansão e consolidação do mercado de trabalho a nível nacional. (BECKER, 1997, p.321)

Dentro, ainda, das considerações sobre a importância da história regional e local, trazemos reflexões da autora Janaina Amado acerca do conceito de região, que passa por mudanças. A autora destaca que o conceito de região deixa de ser estudado como algo determinista, natural e passa a ser refletido a partir das lutas culturais, sociais.

> Não por acaso, o encontro dos historiadores com a questão regional coincide com o momento em que o conceito de "região" passa por profundas transformações, propostas principalmente pelos geógrafos. Muitos geógrafos têm abordado a antiga e difundida utilização determinista do conceito como sinônimo de "região natural", isto é, de um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais – tais como clima, relevo, vegetação, hidrografia etc -, cuja influência se

> sobrepõe à ação humana e até mesmo a determina. (AMADO, 1990, p.8)

Segue abaixo as considerações de Janaina Amado, no que se diz respeito as mudanças no conceito de região, seguindo o raciocínio da citação acima.

> A partir da chamada "geografia crítica" (que incorpora as premissas do materialismo dialético e histórico), alguns geógrafos têm proposto um novo conceito de região, capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens, ao longo da História, em um determinado espaço. Para estes geógrafos, a organização espacial sempre se constitui em uma categoria social, fruto do trabalho humano e da forma dos homens se relacionarem entre si e com a natureza. Partindo desse quadro teórico, definem "região" como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula. (AMADO, 1990, p.8)

Não podemos refletir sobre o conceito de região de forma neutra, natural. Região, é um espaço de lutas políticas, sociais, e culturais e os fatos que ocorreram, que ocorrem na mesma, não podem ser analisados como acontecimentos naturais.

As regiões possuem um papel fundamental para a construção de identidades, signos, culturas, pois cada uma se constrói de acordo com sentimentos e subjetividades que estão entrelaçados com as pessoas de tal localidade. Percebemos assim que as regiões são construídas através de pessoas que possuem sentimentos, subjetividades, e por seus aspectos políticos, econômicos e sociais.

Trabalho com a fonte oral

Podemos apresentar as razões pelas quais escolhemos recorrer à história oral, sendo uma delas, as diferentes narrativas que podem nos apresentar as múltiplas realidades vividas pelos nordestinos através das experiências do migrar. A metodologia utilizada é interessante, pois nos proporcionou o contato com o outro e a oportunidade de enxergar outras realidades, de incluir outras vivências. Ao recorrer às pessoas que, por

muitas vezes, não foram escutadas, tencionamos em demonstrar que os silenciamentos sociais em algumas situações estiveram atrelados a situações de exclusão ou segregação.

Partilhamos da concepção das autoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado acerca da definição sobre a história:

> Entendida como metodologia, a história oral remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica. Esta última evidentemente a transcende e concerne à disciplina histórica como um todo. (AMADO, FERREIRA, 1996, P.viii)

A história oral é de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que não poderíamos obter o conhecimento sobre inúmeras vivências e experiências, dos sujeitos que participaram da pesquisa, a não ser pela prática da história oral. As entrevistas que realizamos nos permitiu partilhar de diferentes narrativas, compostas por memórias, sonhos e esperança, cada qual com seus anseios e particularidades.

No tocante à prática da pesquisa em história, a partir do uso de fontes orais, aprendemos que algumas características são imprescindíveis para a sua realização e elaboração. Um dos aspectos que podemos destacar sobre esta metodologia é a possibilidade de produzirmos novas fontes, de acessarmos outras visões dentro da história. Sendo em diferentes pesquisas e campos do conhecimento, pois a produção da fonte oral nos aproxima do outro, temos que ter a sensibilidade de enxergar o outro, suas experiências, seus sonhos, seus anseios suas expectativas e principalmente as suas lembranças.

A definição de história oral, está ligada, segundo Alberti (2010), à uma "história dentro de uma história", ou seja, partimos de uma metodologia que visa escutar e compartilhar, analisar a experiência do outro, assim temos várias narrativas dentro de uma mesma história, que nos dá um leque de opções de análise, que fogem dos moldes de uma história oficial, que em alguns momentos visou apenas a história dos vencedores e dos grandes heróis. Há que frisar que, de acordo com Amado e Ferreira: *Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos "outros".* (AMADO, FERREIRA,1996, P.17)

Experiência do migrar e contato com a nova terra

Os nossos entrevistados, de forma geral, disseram que saíram de suas localidades de origem em busca de melhores condições de trabalho, principalmente em relação à remuneração que tinham. Os mesmos destacaram que, os ganhos na região Nordeste eram de menor valor, em comparação com a região Sudeste.

Neste trabalho iremos refletir alguns recortes da entrevista realizada com o senhor Francisco Moura, meu avô, que desde criança nos instigou com suas histórias. Não iremos trazer outras entrevistas realizadas para o trabalho de conclusão de curso, devido às limitações deste artigo. Abaixo, segue um pequeno trecho da entrevista, onde o senhor Francisco Moura destaca o modo como migraram para o município de Ituiutaba e também o período de viagem.

> Chegava no caminhão, vinha como nóis vei (nós viemos) com 60, um caminhãozinho toco Chevrolet, em 63 pessoas, entre adulto e pequeno. Meu lugar, que sobrô pra mim vim, de lá aqui, lá de onde eu saí pra vim pra cá, foi o derradeiro banco da traseira do caminhão, eu com a metade das, com uma parte da perna em cima do banco e a outra no pneu de estepe, por que não tinha onde sentar mais. E nóis vei (nós viemos). Sabe quantos dias nóis gastô? Nóis saimo de lá dia 13 (de maio) de 1953, cheguemo aqui dia 23 de maio, foi treze dia na estrada. (MOURA, 2018)

Os migrantes Nordestinos vinham de pau-de-arara[36], demoravam em torno de 10 a 15 dias de viagem, para chegarem no município de Ituiutaba. Em muitas situações, os migrantes nordestinos não possuíam dinheiro para custear a passagem e as despesas da viagem, como alimentação e bebidas em geral. No recorte da entrevista abaixo, o senhor Francisco Moura, enfatiza as dificuldades de quem não tinha condições de pagar a passagem, desta forma quando chegassem ao município de Ituiutaba não iriam ter direito a nada, até que conseguissem pagar as despesas para os fazendeiros.

> Então lá em Ruy Barbosa, nesse Pingo d'Água, na currutela (cidade pequena) lá, tinha um rapaz que o serviço dele era só freta caminhão

[36] Pau-de-arara caminhão utilizado para o transporte de migrantes nordestinos para outras regiões do país nas décadas de 1950 e 1960.

[3] "Fretantes" é como os migrantes nordestinos se referem aos motoristas ou proprietários de caminhões que faziam a viagem entre o Nordeste e os locais de destino.

> que vinha pra cá e chegava aqui, ali na 26, o ponto final era ali na 26 na pensão São Pedro e na Pensão São José. A pensão São Pedro tem lá até hoje só que é Quirinópolis e a São José não tem mais, só que tem um barracão subindo na 26 na esquina da 7 subindo assim, tem um barracão de oficina. Ali tinha a pensão São José ai o ponto final do caminhão uma vez foi de frente a pensão, ai quando nóis chegamo (nós chegamos) o caminhão parô, era assim de fazendeiro (gesto da mão, com os dedos juntos, significa que a pensão estava com bastante fazendeiros) pá leva tudo pra (fazenda). (MOURA, 2018)

Desta forma, quem fazia as despesas dos migrantes eram os motoristas dos caminhões, conhecidos como fretantes[3], assim quando chegavam no município de Ituiutaba, nas pensões, os fazendeiros pagavam a despesa dos migrantes nordestinos que, em seguida, iriam trabalhar para os fazendeiros até pagarem as despesas. Os migrantes nordestinos eram escolhidos pelos fazendeiros nas pensões, ou, como ocorreu em outras situações, os fazendeiros compravam dos fretantes um caminhão fechado e os migrantes chegavam direto nas fazendas para trabalhar. Quando os migrantes nordestinos se deslocavam para as fazendas, as condições de alimentação, moradia e rotina de trabalho era por conta dos fazendeiros.

> Chegasse aqui meu fii (filho), vou te contar ocê (você) ia pra fazenda, enquanto você não pagasse a conta não tinha direito de nada. Ai nóis (nós) pagô antes de nóis subi no caminhão, nóis pagô a passagem pá quando chegá aqui nóis ficá livre. Quando nóis cheguemo (chegamos) ali, mais ou menos, ali na pensão São José, ali na 26, tinha um fazendeiro conhecido nosso, ele morava em Santa cunha do iarê, (Santa Cruz do Inharé) lá pertim de Natal. A família dele era de lá, ele tinha uma fazenda aqui ó, sê sabe onde é a usina? (MOURA, 2018)

O senhor Francisco Moura também relatou em sua entrevista o ganho que ele e seu pai tinham quando trabalhavam nas fazendas de sua terra natal. Enfatizou que quando criança já trabalhava em atividades do campo, atividades de cunho braçal como capinar, em colheitas e também no momento de plantar as lavouras.

> Ih, não! Comecei a trabaia na roça com seis ano de idade. Rapaiz! Cum sete ano já comecei a trabaia junto com o papai na roça dele pra nois (nós) mesmo né. Aí quando num tava na nossa roça tava (estava) no fazendeiro. Era dois mirreis por dia, agora como eu num dava conta de sai junto com o papai, nem com os outros que tava trabaiano (trabalhando), ai eu, o papai pegava lá na berada (beirada) e eu pegava de cá, as ruas, as largura das rua era mais, parece que era mais de 1

> metro e meio de largura, assim pra gente i né, num pé de uma cova de mii (milho) na outa (outra) ou de algodão. (MOURA, 2018)

Podemos perceber, a partir dos relatos, do senhor Francisco Moura algumas experiências vividas, no processo de migração, como o período de viagem e o contato com a nova terra, no momento em que chegam no município de Ituiutaba, algumas pensões, que na época funcionavam como ponto de encontro entre os fazendeiros, os fretantes e os migrantes nordestinos.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou apresentar e refletir acerca do movimento migratório de nordestinos que vieram para o município de Ituiutaba nas décadas de 1950 a 1970. O nosso objetivo era entender como centenas de migrantes saíram de seus locais de origem e se deslocaram para um município distante da terra natal, com costumes tão diferentes, e como os mesmos se fixaram em dado momento, uma vez que muitos ainda moram no município.

A pesquisa não é o ponto final deste tema, dentre outros trabalhos já produzidos, esta é mais uma contribuição para que se possa conhecer outras versões dentro da história, outras narrativas que divergem dos veículos de comunicação da época, ou de outros registros produzidos por outras perspectivas.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155 – 171;

AMADO, Janaina. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In.: SILVA, Marcos A. da. (Coord.) **República em Migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990. p. 7-15.

BARROS, José D'Assunção. Espaço, Território, Região: pressupostos metodológicos. In.: I Colóquio Baiano. Tempos, Espaços e Representações: abordagens geográficas e históricas. v. 1, nº 1, 2013, Vitória da Conquista. Anais... Vitória da Conquista: EDUESB, 2013. p. 1-22.

BECKER, Olga Marian Schild. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, tipologia, contextos. In: **Explorações Geográficas percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand.1997 p. 319-367

GUILLEN, Isabel C.M. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. CAVALCANTI, Helenilda; BURITY Joanildo. (Org.). In: **Polifonia da Miséria**. Uma Construção de Novos Olhares. Recife: Editora Massangana, 2002.

IANNI. Octávio. **Uma Longa Viagem**. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1a09.pdf .

MOURA, Lucas Cardoso. Vindos de longe: **Uma abordagem sobre experiências de nordestinos que migraram para Ituiutaba-MG - Décadas de 1950 a 1970.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba, 2019.

SILVA, Dalva M. De O. **Memória: Lembrança e Esquecimento.** Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro. (Décadas de 1950 e 1960) Dissertação de Mestrado: PUC. São Paulo, 1997.

Fonte Oral:

Entrevista

MOURA, Francisco. Depoimento [maio de 2018] Entrevistadores: Lucas Cardoso de Moura e Eduardo Toscano. Ituiutaba, 2018, (2 h)

O golpe de 2016: O machismo na cultura de mídia brasileira

Stefanie Kathleen de Sousa Quintino
Graduanda em História – ICHPO/UFU
stefanie.quintino@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar e problematizar as imagens divulgadas pelas mídias jornalísticas brasileiras, mais especificamente a forma como foi vinculado o processo de Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016. Também considero importante refletir acerca dos discursos que foram difundidos por parte das mídias e imprensas brasileiras como forma de destruir a imagem de uma ex-presidenta do Brasil, bem como a recepção por parte da sociedade destes discursos que historicamente inferioriza, subalterniza, humilha a figura feminina em relação ao gênero masculino, sobretudo no campo político. Este trabalho é resultado de uma análise parcial produzida na disciplina de História, Imagem e Mídia no primeiro semestre de 2019, visando um debate historiográfico acerca de conceitos como indústria cultural, cultura de mídias e cultura de massas e suas implicações para compreender características da sociedade atual brasileira.

Existe uma cultura dominante nestes espaços, que estão ligadas às grandes instituições que detém historicamente o monopólio de poder na sociedade capitalista. O poder da ideologia dominante. Desta forma, as massas passam a consumir mercadorias impostas e acreditar nesta ideologia política, econômica e cultural que permeia seu cotidiano. De acordo com Douglas Kellner (2003)

> As formas de entretenimento invadem a notícia e a informação, e uma cultura tabloide, do tipo *infoentretenimento*, se torna cada vez mais popular. Novas multimídias- que sintetizam as formas de rádio, filme, noticiário de TV e entretenimento- e o crescimento repentino do domínio do ciberespaço se tornam espetáculos de tecnocultura, gerando múltiplos sites de informação e entretenimento, ao mesmo tempo em que intensificam a forma-espetáculo da cultura de mídia.

Os artifícios midiáticos usados durante o processo de Impeachment, não foram neutros como muitos jornalistas costumam dizer sobre o seu tipo de posicionamento, notou-se uma forte articulação de narrativas que contribuíssem para o crescente discurso de ódio ao PT. A maioria população brasileira recebia as informações através destes

grandes centros midiáticos, que manipularam as informações de acordo com suas ideologias e as respectivas instituições que as financiaram.

Buscando uma delimitação de materiais a serem analisados, encontrei três revistas que refletiram de maneira muito acentuada o que será discutido neste trabalho: a crescente onda conservadora com seus discursos machistas. A saber: IstoÉ, Veja e um blog da revista Época, sendo possível entender as formas de articulação que a mídia utilizou para impedir a continuidade do governo de Dilma Rousseff. Durante o período das investigações, matérias sensacionalistas com acusações infundadas, foram criadas para fortalecer o discurso antipetista, colaborando para o espetáculo político-midiático.

Houve uma crescente produção de matérias acerca da figura da presidenta como tentativa de descredibilizar o Partido dos Trabalhadores e a esquerda brasileira. Em contrapartida, uma parcela da população era contra o golpe e realizava manifestações a favor da presidenta. O autor Douglas Kellner em seu texto "A culta da mídia e o triunfo do espetáculo" aborda que a sociedade não é homogênea e que os discursos reproduzidos nas mídias, tem suas controvérsias, e os expectores podem ou não concordar com aquilo que está sendo vinculado.

Desta forma, percebe-se que o discurso antipetista e a manipulação de massas se enquadra como forma de sociedade do espetáculo, de forma elaborada e com apoio da mídia e os empresários, que usavam das redes socias (Twitter, Facebook e WhatsApp) para facilitar a divulgação das *fake News* pautados no ódio, conservadorismo, o pensamento político liberal e na religião.

Outra discussão importante para o entendimento desse processo, é o machismo presente nos discursos e na mentalidade da sociedade brasileira. A mulher no cenário político é vista de forma a exercer cargos de assistente, secretarias ou assessorias e a figura masculina ocupando cargos de chefia, de maior importância em relação à mulher. Portanto, o planejamento do processo de *Impeachment*, pode ser pensado nesse sentido de entrega do cargo para comando de um homem, colocando a mulher como incapaz de exercer tal função.

No cenário político brasileiro, a representatividade das mulheres é baixa. De acordo com a pesquisa feita pela IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Brasil, temos um total de 513 cadeiras na câmara dos deputados, destas, apenas 51 são ocupadas por mulheres, dando um percentual de apenas 10%.

Devido à baixa participação feminina, a legislação eleitoral brasileira implementou a Lei nº 9.504/1997, que estabelece a cada partido ou coligação, uma reserva de pelo menos 30% de suas vagas para a diversidade de gêneros. A autora Flávia Biroli, em seu artigo sobre gênero e participação política, apresenta os motivos que levam os estereótipos em torno do desinteresse das mulheres pela política.

> O desinteresse pela política, a falta de habilidade para o exercício de cargos públicos e o não-pertencimento à esfera política são, assim, conectados em um conjunto de discursos que atendem a uma regularidade sem que se apresentem de forma homogênea. A oposição entre, de um lado, feminino e espaço privado, e, de outro, masculino e espaço público, está na base desses estereótipos, confirmando divisões e hierarquias que colaboram para a marginalização das mulheres *da* e *na* esfera política.

O argumento levantado pela autora, de que muitas vezes o desinteresse da mulher por ocupar cargos políticos está relacionado aos estereótipos de gênero que determina as funções de homens e mulheres, visto que os papeis femininos, historicamente, estão relacionados aos cuidados da família e cuidados do lar. A "naturalização" desse discurso é reforçada na sociedade patriarcal que silenciam as atuações femininas nas esferas públicas, desqualificando suas propostas e criando incertezas em relação ao seu trabalho.

Com o desenvolvimento das tecnologias, ampliou-se as formas de interação dos indivíduos. Quando partimos para a análise dos espaços virtuais, as redes sociais por exemplo, percebemos que a comunicação se dissocia do ambiente físico e passa a ser feita sem a necessidade de ocupar o mesmo ambiente, o que proporciona com que os discursos desqualificados e de ódio, sejam facilitados, uma vez que estes indivíduos criam contas

falsas, ocultando sua verdadeira identidade, fazendo comentários com opiniões bastante nocivas.

Além disso, percebe-se uma falsa ideia de liberdade de expressão a partir do momento que é espalhado ódio ou incitação explícita à violência, promovendo uma postura extremista na *internet*, pois difamam a imagem de uma pessoa ou grupo de pessoas devido a seu sexo, raça, religião e nacionalidade.

A eleição de outubro de 2010, com a vitória de Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), representou uma grande vitória para as mulheres no campo simbólico pelo reconhecimento de exercer o cargo político mais importante, que antes era representado apenas por figuras masculinas. No entanto, sua reeleição em 2014, foi alvo de inúmeros ataques machistas-midiáticos, que circulou o mundo todo. Buscando interferir no seu segundo mandato, levando a um truculento golpe que afastou a presidenta eleita democraticamente.

Durante meses, a oposição ao governo de Dilma Rousseff, articulou-se junto às grandes mídias, mobilizando uma determinada camada da sociedade, a sair nas ruas pedindo o seu *Impeachment*, com o objetivo de reestabelecer um governo com ideias liberais e conservadoras, indo contra as propostas políticas da então presidenta.

A repercussão do caso contribuiu para levantar questionamentos em relação a sua forma de governar os setores econômicos e sociais, criando uma insatisfação a sua imagem e ao partido do qual faz parte. As mídias intensificaram seus discursos machistas e misóginos durante as manifestações, reforçando a construção de uma imagem negativa da presidenta que foi consumida por grande parte da sociedade.

A imprensa brasileira durante os dois mandatos de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), vincularam em suas capas de revistas, *blogs* e redes sociais, imagens e textos relacionados aos estereótipos de gênero, utilizando termos como “louca”, “durona”, “nervosa”, que em discursos machistas, são tradicionalmente usados como argumentos para justificar suas ações.

No ano de 2016, a capa da revista *IstoÉ*[37] retratou uma imagem de Dilma com uma aparência nervosa com o título "As explosões nervosas da presidente" e um texto " Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País".

A capa teve grande repercussão nas redes sociais, movimentos feministas usavam a hashtag "#Istoémachismo", apontando a postura misógina, machista e preconceituosa da revista, que diminuía a figura da mulher. Vale ressaltar, que seis anos antes, a revista *Época* em sua capa com o título "O dom da fúria", destacava a imagem do ex técnico da seleção brasileira, Dunga, na matéria que valorizava a raiva como forma de vencer a Copa do Mundo e superar os obstáculos que a seleção de futebol enfrentava.

De forma a duvidar da capacidade intelectual da mulher, que por estar sob pressão não soube fazer uso da razão para conduzir seu governo, diferente do que é noticiado quando se trata de uma figura masculina em que a raiva justifica suas vitórias. Nota-se que a capa da revista *IstoÉ*, utiliza-se de discursos machistas, impondo uma percepção da mulher como louca e histérica.

Esse tipo de pensamento esteve muito presente durante os séculos XII a XVII em que na Igreja, a mulher era vista como impura e responsável pelos pecados pagos pelo homem na terra, somente aquelas que se redimissem aos ensinamentos divinos estariam salvas. Entretanto as mulheres que permaneciam afastadas da Igreja eram vistas como pecadoras, loucas e histéricas. No século XIX, a medicina queria definir as diferenças mentais e psicológicas das mulheres em relação ao homem, criando-se o pensamento de que sentimentos de depressão, ansiedade e tristeza era "coisa de mulher" sendo visto como característica do gênero feminino. Nesse sentido a mulher foi sendo inferiorizada em relação ao homem, sendo vista apenas para procriar e criar os filhos.

---

[37] "As explosões nervosas da presidente" Fonte: revista IstoÉ, 2016.

Outa característica que circulava nas mídias sobre a ex presidenta, era a imagem de uma mulher durona, exigente e controlando o que seria o contrário da feminilidade que se espera de uma mulher frágil, de opinião contida e conciliadora. O que se apresentava era uma mulher de opinião forte, quebrando com todo o estereótipo de gênero.

A edição de 2015 da revista *Veja*[38], com o título "Ela passou a faixa", mostra uma imagem da Dilma passando a faixa ao ex presidente Luís Inácio Lula da Silva do partido dos trabalhadores (PT).

O curioso nesta imagem é a representação do Lula, um boneco inflável vestido com trajes de presidiário, como tentativa de associar a imagem do presidente a um criminoso e que Dilma estaria sendo conivente em aceitar passar a sua faixa. Deixando entender que Dilma estaria incapaz de governar, reforçando a ideia de incompetência e que está recorrendo a um "preso" para ser ministro do país.

[38] "Ela passou a faixa". Fonte: revista Veja, 2015.

No canto inferior da capa, tem o seguinte texto “Exclusivo Empreiteira do Petrolão pagou a reforma do apartamento de Lula” o texto afirma a reforma sem antes recorrer das investigações, induzindo o leitor a acreditar.

No mesmo ano, foi publicada uma matéria do jornalista João Luiz Vieira no site da revista *Época*[39], a respeito da sexualidade da presidenta, a polêmica em torno do seu texto, gerou revoltas em blog e sites feministas, fazendo com que a matéria fosse retirada do ar.

O texto intitulado “Dilma e o sexo”, o jornalista coloca a culpa dos problemas enfrentados no país à “falta de erotismo” da presidenta. O jornalista ridicularizava em seu texto as vestimentas de Rousseff, apontando que suas roupas não têm sexualidade e contribui para sua aparência rude. O que levantou comparações entre Marcela Temer, a

[39] : “Dilma e o sexo”, reproduzida no site da revista Época pelo jornalista João Luiz Vieira. Fonte: Portal Imprensa.

esposa do seu vice, Michel Temer, colocando a imagem de Dilma como uma feminilidade que foge à beleza e aos padrões estéticos estabelecidos na sociedade.

Ao assumir uma profissão cujo ambiente é majoritariamente masculino, a matéria especula que Dilma, abriu mão da sua vida privada e sexual, e ataca sua forma de vestir e sua sexualidade. Mulheres que subvertem aos papeis relacionados a um único gênero, acabam sendo vítimas de ataques que buscam humilhar e subalternizar sua profissão, sendo encarado apenas como uma piada inofensiva, característica do machismo presente em nossa sociedade.

Quando analisamos estas imagens, se torna quase impossível não nos recordarmos de quais grupos sociais praticavam tais atos misóginos em relação à presidenta. Boa parte destas pessoas pertenciam à classe média brasileira. O que significa, novamente, a enorme falta de respeito, de cultura da sociedade de modo geral, ao reproduzir discursos, atos tão truculentos em relação à uma pessoa, à uma mulher.

As imagens e discussões levantadas, mostram que os discurso machista esteve presente durante seu mandato, evidenciou que o país não estava e não está preparado para ser governado por uma mulher, devido a cultura do patriarcado enraizado e que quando confrontado, utiliza do discurso machista, do ódio como forma de justificar sua insatisfação.

O caso ocorrido com a presidenta Dilma Rousseff, representa as dificuldades enfrentadas por muitas mulheres que trabalham no âmbito político, tendo sua competência menosprezada e a desigualdade de gênero, sendo um dos fatores pelo distanciamento de mulheres da esfera pública.

As representações midiáticas das mulheres, que ocupam cargos públicos estão pautadas em inúmeros estereótipos relacionados ao gênero. As mídias retratam constantemente as características julgadas como femininas e especulações da sua vida privada, relacionada à família e questões pessoais, não havendo abordagens que tratem da sua atuação no mercado de trabalho, neste caso, no serviço público, que apenas reforçam a hierarquia que sempre subjugou indivíduos do sexo feminino.

O *Impeachment* de Dilma Rousseff, foi o reflexo de uma sociedade patriarcal, comandada pelas elites e uma mídia manipuladora. Mudanças na diversidade dos meios de comunicação e na mentalidade da sociedade, contribuem para desconstruir este imaginário sexista que permeia as relações entre os indivíduos.

A sociedade do espetáculo, tomou as esferas pública e explicitou o que há de mais retrogrado em nossa sociedade em forma de ódio, que era mantido de forma velada e com a cultura de mídias passou a ser explicitado com narrativas machista e sexistas, difamando a imagem da mulher.

Portanto, a repercussão do caso envolvendo discursos de ódio, machismo e uma retaliação midiática massiva, entra para história do Brasil como uma importante discussão para os movimentos feministas, como um episódio lamentável que impossibilita a construção de uma democracia brasileira, haja vista a explícita cultura do ódio ao outro como dominante nas mentalidades de grandes grupos sociais.

Referências Bibliográficas

KELLNER, Douglas. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: **LÍBERO**, São Paulo, 2003, Ano VI - Vol 6 - no. 11.

BIROLI, Flávia. **Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos**. Cadernos Pagu, n° 34, janeiro-junho de 2010, 31-273.

RAGO, Juliska Elisabeth. A construção da 'natureza feminina' no discurso médico. **Revista Estudos Feministas**. vol.10 no.2 Florianópolis Julho-Dezembro. 2002

Sexo, feminismo e machismo, por Mary Del Priore. Disponível em:<https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/sexo-feminismo-e-machismo-por-mary-del-priore/> Acesso em: 06. Julho. 2019.

Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163estatisticasde-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=publicacoes >. Acesso em: 06.julho.2019.

5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira. Disponível em: < https://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/ >. Acesso em: 06.julho.2019.

Lei nº9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm >. Acesso em: 06.julho.2019.

Editor de "Época" faz texto sobre sexualidade de Dilma e tira do ar após repercussão. Disponível em: < http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/73940/editor+de+epoca+faz+texto+sobre+sexualidade+de+dilma+e+tira+do+ar+apos+repercussao >. Acesso em: 06.julho.2019.

Combatendo a violência contra a mulher por meio dos projetos de extensão

Lays Oliveira da Costa Venâncio
Graduanda em Serviço Social – FACES/UFU
laysvcio@gmail.com

Soraia Veloso Cintra
FACES/UFU
soraia.veloso@ufu.br

Resumo: O presente artigo visa desenvolver o pressuposto de que os projetos de extensão com a temática de violência contra a mulher são formas pertinentes e eficazes no combate a esse grande problema. Dessa forma, o artigo deseja demonstrar por meio da opinião de especialistas nessa linha temática, assim como demais linhas temáticas como sociólogos, acadêmicos de diversas áreas, assim como escritores/as e intelectuais feministas, as diversas formas de violência, chamando atenção ao problema, para então tratar de como as diversas formas de violência podem ser combatidas, com ênfase, no combate por meio de projetos acadêmicos de extensão.

Introdução

A violência contra a mulher não é um problema esporádico, muito menos, um fator isolado. A mesma tem ganhado cada vez mais espaço em matérias jornalísticas, capas de revistas e periódicos, assim como também, páginas de registros policiais e, por fim, obituários. A violência contra a mulher tem deixado cada vez mais o espaço de incidente, para se tornar fator e, visto isso, se faz a emergente necessidade de medidas para erradicar tal fator.

É importante salientar que a violência contra a mulher não se resume a um tipo de violência. É necessário deixar claro que o fator "violência", se manifesta de diversas e diferentes formas. Além disso, é necessário desvincular o termo "doméstica", quando se trata do fator violência contra a mulher, uma vez que, a mesma não se restringe somente ao ambiente doméstico. É possível se tratar de casos de violência contra mulheres em relações trabalhistas, amorosas e até mesmo, parentais. Dessa maneira, é importante

demonstrar que a violência pode ser provinda tanto de uma ofensa, quanto de uma agressão - e, tal agressão pode ser física, psicológica, patrimonial, sexual, etc.

O presente artigo apresenta reflexões a respeito da violência a partir do projeto de extensão "Eu combato a violência. E você?" que está sendo desenvolvido pelo curso de Serviço Social da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia, no período agosto de 2019 a junho de 2020.

Como a violência se apresenta

Entretanto, ainda que seja um problema conhecido, a violência contra a mulher ganha números cada vez mais expressivos. Segundo dados de um levantamento realizado pelo Datafolha, encomendados pela ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), nos últimos 12 meses, foram registrados 1,6 milhão de casos de espancamento ou tentativa de estrangulamento, assim como 22 milhões de mulheres brasileiras, passaram por algum tipo de assédio.

No ano de 2018, o Sistema Integrado de Atendimento à Mulher registrou 12.878 denúncias de ameaça e 3.065 denúncias de cárcere privado; tratando sobre as diferentes formas de violência, no mesmo ano, foram registrados 62.485 denúncias de violência doméstica, 3.263 denúncias de violência física, 3.209 de violência psicológica, 2.320 de violência moral e 2.317 casos de violência sexual. Durante o período dos meses de janeiro a junho de 2019, o Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (SONDHA) registrou um total de 46.510 denúncias, sendo elas, denúncias de ameaças a cárcere privado, de tentativa de feminicídio - dessas, foram registrados 2.688 denúncias -, a casos de feminicídios consumados.

Historicamente é nítido os traços patriarcais na cultura brasileira. Grande parte deles, vemos em como a mulher sempre ocupa um cargo de submissão, quando em referencial a um homem. Do mesmo modo, vemos oportunidades cada vez menores para mulheres, ou cada vez mais difíceis ao sexo feminino.

Dessa forma, muitas vezes é por meio dessa herança patriarcal que a violência encontra seu meio de reprodução: o homem, em sua posição de dono, proprietário, vê na mulher não sua semelhante, mas sua propriedade e, se essa não corresponde às suas expectativas, merece uma punição. Um tapa, uma ofensa, um puxão de cabelo, uma proibição. Tal violência, muitas vezes, se dá por meio de relações afetivas, em tempos que se entende cada vez mais o afeto como posse, tem sido cada vez mais comum casos de abusos realizados por companheiros afetivos.

No Brasil, a cada 2 minutos uma mulher é vítima de violência doméstica e, diariamente, 180 são vítimas de estupro - segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Segundo estudos realizados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), em 2017, aproximadamente 87.000 mulheres foram assassinadas, sendo 58% vítimas de seus companheiros ou membros da família. Já em estudo realizado no ano de 2018, foi levantado que cerca de 6 mulheres são mortas por hora, por alguém conhecido.

Dessa forma, foi criado um termo específico para denominar assassinatos cometidos em razão do fato da vítima ser mulher – feminicídio. O termo vem de uma denominação definida pela socióloga Diana Russell, em 1976, como "femicidio". A ideia do termo é justamente facilitar o registro e a informação de assassinatos cometidos contra o sexo feminino.

Segundo dados da ONU, o Brasil ocupa o 5º lugar, dentre os países com maiores índices de violência contra a mulher e feminicídios, sendo o índice de 4,8 a cada 100 mil habitantes. É possível relacionar essa colocação a diversos fatores: culturais, sociais e até políticos, uma vez que o país se sustenta em uma cultura patriarcal, com valores sociais que visam cada vez menos a emancipação e o empoderamento feminino.

Por outro lado, o país tem tentado por meio de políticas públicas, projetos de lei e leis, propriamente ditas, oferecer respostas a crescente violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha (Lei 11.304/06, de 07 de agosto de 2006) é a reunião de todas estas respostas.

> Art. 1o Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Mas mesmo após a Lei Maria da Penha e o endurecimento da pena, o número de crimes de assassinatos acometidos contra mulheres continuou crescendo. Desta forma, procurou-se alternativa para tentar garantir penas ainda mais rígidas contra os homens acusados da violência. Em 09 de março de 2015, sob o governo de Dilma Rousseff, foi promulgada a Lei 13.104, a "Lei do Feminicídio". Tal lei realizou significativas mudanças em antigos decretos e no Código Penal, ao tratar - como cita a própria Lei, em seu artigo VI: "crimes contra a mulher por razões da condição de sexo feminino" (BRASIL, 2015). Do mesmo modo, a Lei qualificou o feminicídio como crime hediondo.

Em seus 13 primeiros anos de vigência, a Lei Maria da Penha "provocou", como cita a mestre em direito penal e acadêmica da Universidade Presbiteriana Mackenzie – Campinas, Erika Chioca Furlan, um melhor diagnóstico dos casos de violência contra a mulher (Furlan, 2016). Judicialmente, com a implantação da Lei Maria da Penha, há o fato de que com a Lei, há agora uma especialização jurídica somente para casos de violência contra a mulher que, nesse caso, vem na instituição do juizado de violência doméstica contra a mulher. A especialização torna o trabalho mais eficiente. Um trabalho mais eficiente pode diminuir significativamente casos de violência contra a mulher. (Furlan, 2016).

O enfrentamento às diversas formas de violência contra a mulher também se dá em meios institucionais. Como foi o caso da Secretaria Nacional de Políticas para mulheres e sua Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres[40], órgãos que

[40] A Subsecretaria de enfrentamento à violência contra as mulheres tinha como competência: formular políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que visem à prevenção e ao combate à violência, bem como à assistência e à garantia de direitos às mulheres em situação de violência; promover a articulação e a integração entre os órgãos públicos, nos âmbitos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, **Anais VII Semana de História do Pontal** – Democracia, Direitos Humanos e Educação [Recurso Eletrônico]. De 17 a 20 de setembro de 2019 / Organização: Marco Antônio Cornacioni Sávio – Ituiutaba, MG – ICHPO/UFU. ISSN: 2179-5665. Modo de Acesso: http://www.eventos.ufu.br/shp-2019

tiveram suas ações reconfiguradas no atual governo federal, mas que foram importantes instrumentos de ação durante os governos anteriores a 2018. Outro exemplo importante é a Casa da Mulher Brasileira e o canal 180, número gratuito e com funcionamento 24 horas. O 180 também possui um aplicativo para sistemas operacionais, chamado "Proteja Brasil". Da mesma forma, são as diversas ouvidorias em todo país, como o Disque 100 (Disque Direitos Humanos), assim como os diversos ramais de delegacias especializadas, delegacias de crimes gerais e casas de proteção à mulher em Estados e municípios. Ituiutaba, porém, não conta com este instrumento. A cidade ainda não conseguiu atender a esta demanda já registrada na Conferência dos Direitos das Mulheres. Mesmo assim, o município não está de braços cruzados e diversas ações são realizadas no combate a violência, principalmente por meio dos Centros de Referência da Assistência (CRAS) em parceira com a Universidade Federal de Uberlândia, campus do Pontal.

No entanto, muitas vezes, o problema é tido como uma questão apenas do Estado, ainda que essa violência aconteça debaixo dos nossos olhos. "É caso de polícia", "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher", "eles que começaram, eles que terminem". Essa "interferência" tão indesejada, em muitas vezes, é a parte fundamental entre "meter a colher" e prevenir mais um caso, ou deixar que mais uma mulher seja assassinada.

As universidades brasileiras são responsáveis por grande parte do conhecimento adquirido e utilizado para os mais diversos fins pelo Estado e, suas produções têm chegado a lugares cada vez mais altos. Dessa forma, um grande produtor de ciência dentro do ambiente acadêmico, são os projetos de extensão. É definido como "projeto de extensão":

---

visando à concretização das ações na área de enfrentamento da violência e à fiscalização e exigência do cumprimento da legislação que assegura os direitos das mulheres em situação de violência; desenvolver e implementar programas e projetos voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, diretamente ou em parceria com organismos governamentais, de diferentes entes da federação ou organizações não governamentais; implementar metodologia e sistemática de monitoramento e avaliação dos programas, projetos, atividades e ações temáticas realizadas; e realizar outras atividades determinadas pelo Secretário Especial. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2009)

> Ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social.

Ainda que propositalmente, o intuito das ações universitárias são de fornecer e criar ciência, tecnologia e conhecimento, nas mais diferentes áreas. Não seria diferente com os projetos de extensão. O ensino superior, enquanto instituição universitária, está apoiado em um tripé, esse formado por ensino, pesquisa e extensão. Com isso, é fácil ver que a extensão além de formar, é também um dos pilares que sustentam o sistema universitário brasileiro.

A extensão universitária está pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996). A Lei visa, em seu artigo 52:

> Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
> Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber

Da mesma forma, a Lei também garante a facilitação do acesso à informação acadêmica, assim como a união entre extensão e sociedade civil, em seu artigo 43, parágrafo VII: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Como se enfrentando a violência

Fica claro a importância dos projetos de extensão universitária dentro e fora da universidade. No entanto, um fator importante aliado à sua teleologia de produção de

ciência, é que os projetos de extensão universitária podem ser grandes aliados no combate à violência contra a mulher. Entender como a extensão pode se aliar à luta contra a violência, pode ser definido em 3 passos: consciência do problema; formulação da metodologia; e exposição à comunidade.

O primeiro vem de um termo definido pelo sociólogo e filósofo austríaco, Karl Marx. Conceito de consciência em si e para si, é um processo de absorção e emersão, onde se primeiro entende aquilo que se vê - absorve-se rasamente -, para então, tomar aquilo para si - momento em que já se está emergido e familiarizado com tal coisa. Sendo assim, primeiro se deve olhar o problema e o analisar: deve-se parar e contemplar o problema que é a violência contra a mulher. Em seguida, quando já se absorveu o problema, deve-se então emergir-se nele: analisar todos os seus lados e particularidades, para então se familiarizar com tal assunto. No campo dos projetos de extensão universitária, essa é a etapa de estudos e pesquisas sobre o tema.

Após a primeira etapa ser concluída, é preciso se escolher com quais ferramentas se irá trabalhar, escolhendo sua metodologia. Com a escolha da metodologia, se define como o projeto se desdobrará e, desse modo, o projeto, antes só pesquisa, começa a ganhar forma para romper com os muros universitários. Não há uma metodologia específica, uma vez que há diferentes formas de se conduzir de forma eficaz e contínua um projeto de extensão universitária: é possível realizá-lo por meio de rodas de conversa, palestras, ciclos de debates, exibições de filmes e conteúdos audiovisuais. Por meio de atividades, tanto em lugares estratégicos - no caso do combate à violência contra a mulher, um bom exemplo seria a realização de palestras em Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e afins -, dentro da própria universidade ou até mesmo em lugares públicos - como praças, escolas, entre outros.

No entanto, como já citado, parte crucial de se fazer realizar o acesso à informação por meio de projetos de extensão universitária, está em se facilitar esse acesso. Sendo assim, é essencial que a metodologia adotada, se faça entender entre a parte que a realizar e seu público. É necessário que a metodologia seja entendível a seu interlocutor e seus ouvintes. Essas facilitações podem vir de formas simples, como informalidade no

ambiente em que a atividade será realizada - assim como informalidade na forma como a atividade será conduzida e realizada -, assim como abrir mão de uma abordagem menos acadêmica, para uma abordagem simples e ao mesmo tempo, didática.

A metodologia é o canal em que a informação chegará tanto a outros alunos universitários, tanto para quem não teve acesso ao ensino superior ou até mesmo, à nenhum nível de ensino, e onde todos sairão com a mesma informação absorvida. Dessa forma, se chega ao passo de exposição à comunidade. Expor o projeto de extensão universitária à comunidade, é o passo em que se põe em prática a metodologia adotada

Este também é o objetivo do projeto de extensão "Eu combato a violência. E você?". Com um título bastante provocativo o objetivo geral é combater todas as formas de violência contra as mulheres propondo ações que promovam o empoderamento, trabalhando na desconstrução dos padrões sexistas/machistas que interferem diretamente na questão desigualdade e discriminação de gênero.

A partir desse objetivo geral o projeto visa promover ações de prevenção a todas as formas de violência contra mulheres junto aos CRAS do município de Ituiutaba por meio de palestras, rodas de conversa, debates; discutir com a comunidade a aplicação da Lei Maria da Penha, contando com o Conselho dos Direitos da Mulher para a divulgação da mesma; promover ações para que as mulheres se sintam fortalecidas para denunciar toda e qualquer forma de violência, em parcerias com os CRAS, com o Conselho dos Direitos da Mulher, com as Delegacias do município.

As primeiras ações foram realizadas ainda no âmbito da Universidade visando preparar a equipe de bolsistas e colaboradoras para o trabalho em 2020. Como metodologia, estamos utilizando filmes que tratam do assunto violência seguido sempre de um debate que permite aos participantes – mulheres e homens – falar sobre a violência e suas diversas formas. Participaram dos primeiros encontros estudantes da UFU e de outras universidades e também membros da comunidade.

Enfrentar a violência é papel também da universidade ao levar à comunidade possibilidades de mudança da realidade social vivenciada. A Lei Maria da Penha em vigor

desde 2006 representou uma grande conquista dos movimentos feministas que durante anos lutaram pela erradicação, prevenção e punição da violência contra a mulher, mas ainda há muito que fazer.

> As relações e o espaço intra-familiares foram historicamente interpretados como restritos e privados gerando uma alta impunidade dos agentes de violência perpetrada no ambiente familiar. A naturalidade com que, socialmente, tem sido tratada a violência contra a mulher nas relações privadas ofusca a visibilidade do problema, banaliza a sua ocorrência. Acrescenta-se a isso o fato da violência doméstica fornecer também as bases para que se estruturem outras formas de violência o que acaba por produzir experiências de brutalidades na infância e na adolescência, geradoras de condutas violentas e desvios psíquicos graves também para esse público. (BRASIL, 2010).

Considerações finais

A violência contra a mulher se desdobra de diversas e múltiplas formas. No entanto, em uma sociedade cada vez mais individualista, a união se mostra cada vez mais a força e, quando se trata de um problema tão denso e complexo como a violência contra a mulher, toda força é necessário, uma vez que o problema ganha cada vez mais espaço diariamente. Um fator importante, aliado às formas de enfrentamento propostas pelo Estado nos âmbitos executivo, legislativo e jurídico, é também trazer o conhecimento ao público. Tem-se uma ideia de que somente quem possui ou está em processo de formação universitária, detém o conhecimento. E esse é o problema.

O conhecimento é base da construção universitária enquanto instituição - tanto em sua infraestrutura (são necessárias diversas áreas do conhecimento para que a mesma possa existir materialmente), tanto em sua superestrutura (é necessário o conhecimento em diversas áreas para que a mesma exista e resista intelectualmente). No então, o conhecimento é grande e vasto demais para se ater somente aos muros universitários, assim como também é preciso desconstruir a ideia do conhecimento somente como válido, se for provindo de um meio intelectual. Não é possível considerar como ciência o conhecido "conhecimento de vida", mas muitas vezes, é na troca de informações e até vivências que o conhecimento é consolidado.

No entanto, se manter sempre dentro de sua caverna, como cita o filósofo Platão no mito da caverna, nos permite a visão apenas de sombras que temos como realidade, enquanto o mundo nos oferece todo um universo, quando saímos de nossa caverna.

É importante que cada ator desse processo rompa com sua própria caverna: seja essa os muros universitários, seja essa o preconceito quando às universidades. Como cita a Constituição Federal Brasileira de 1988:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação é a arma mais poderosa do mundo, e a mais eficaz quando se deseja transformar algo por completo. Dessa forma, a mudança que desejamos, quando nós referimos à violência contra a mulher, só poderá ser provinda com o acesso à informação e, como citado no presente artigo, o grande aliado para essa mudança, é a articulação entre sociedade civil e universidade, por meio da facilitação e democratização do acesso à informação e conhecimento, por meio dos projetos de extensão universitária. O projeto "Eu combato a violência. E você?" está presente para fazer uma parte.

Referências

AGUIAR, Plínio. A cada dois minutos, uma mulher é vítima de violência doméstica. **R7**, São Paulo, 20 de set. de 2019. Disponível em <https://noticias.r7.com/sao-paulo/a-cada-dois-minutos-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-domestica-20092019>. Acesso em: 03 de nov. de 2019;

ARCOVERDE; ACAYABA. Casos de feminicídio aumentam 44% no 1º semestre de 2019 em SP. **G1 SP e GloboNews**, São Paulo, 07 de agosto de 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

BALANÇO ANUAL: Ligue 180 recebe mais de 92 mil denúncias de violações contra mulheres. **Gov.Br**, {**s.l**}, 06 de agosto de 2019. Disponível em <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/agosto/balanco-anual-ligue-180-recebe-mais-de-92-mil-denuncias-de-violacoes-contra-mulheres>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

BERNARDES; FORTUNA; MADER. Das vítimas de violência doméstica, 7% são menores de idade. **Correio Brasiliense**, Brasília, 04 de agosto de 2019. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/04/interna_cidadesdf,775349/das-vitimas-de-violencia-domestica-7-sao-menores-de-idade.shtml>. Acesso em: 03 de novembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Planalto, Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2019.

BRENDALISE, Camila. O que é feminicídio? Entenda a definição do crime que mata mulheres. **UOL Universa**, {**s.l**}, 21 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/08/21/o-que-e-feminicidio-entenda-a-definicao-do-crime-que-mata-mulheres.html>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

BRITO, Auriney. Lei do feminicídio: entenda o que mudou. **JusBrasil**, {**s.l**}. Disponível em <https://aurineybrito.jusbrasil.com.br/artigos/172479028/lei-do-feminicidio-entenda-o-que-mudou>. Acesso em: 3 de nov. de 2019.

BRITO, Francisco Lucas de Lima. Direito ao Ensino Superior. **Jus**, {**s.l**}, 12 de 2014. Disponível em <https://jus.com.br/pareceres/34930/direito-ao-ensino-superior>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

CHEDID, Samira. Extensão Universitária: um projeto que se aproxima da comunidade?. **Politize!**, {**s.l**}, 07 de maio de 2018. Disponível em <https://www.politize.com.br/extensao-universitaria-como-funciona/>. Acesso em: 03 de novembro de 2019.

CUBAS; ZAREMBA; AMÂNCIO. Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 de set. de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>. Acesso em: 3 de nov. de 2019.

FERRAZ, Naty. Feminicídio: 10 países com maior taxa de violência contra a mulher. **Blasting News Brasil**, {**s.l**}, 28 de jan. de 2017. Disponível em <https://br.blastingnews.com/sociedade-opiniao/2017/01/feminicidio-10-paises-com-maior-taxa-de-violencia-contra-a-mulher-001427789.html>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

FRANCO, Luiza. Violência contra a mulher: novos dados mostram que 'não há lugar seguro no Brasil'. **BBC News Brasil**, São Paulo, 26 de fev. de 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

Anais VII Semana de História do Pontal – Democracia, Direitos Humanos e Educação [Recurso Eletrônico]. De 17 a 20 de setembro de 2019 / Organização: Marco Antônio Cornacioni Sávio – Ituiutaba, MG – ICHPO/UFU. ISSN: 2179-5665. Modo de Acesso: http://www.eventos.ufu.br/shp-2019

FURLAN, Erika Chioca. A importância da Lei Maria da Penha nos 13 anos de vigência no Brasil. **Carta Campinas**, Campinas, 06 de agosto de 2019. Disponível em <https://cartacampinas.com.br/2019/08/a-importancia-da-lei-maria-da-penha-nos-13-anos-de-vigencia-no-brasil/>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

MARTINS, Vicente. Educação na Constituição de 1988: O artigo 205. **DireitoNet**, {**s.l**}, 23 de out. de 2001. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/479/Educacao-na-Constituicao-de-1988-O-artigo-205 >. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

OLIVEIRA, Nielmar de. Pesquisa do IBGE mostra que mulher ganha menos em todas as ocupações. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 08 de março de 2019. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

PROEX, Pró-Reitoria de Extensão. O que é extensão universitária. **Universidade Federal do Espírito Santo**, Vitória. Disponível em <http://www.proex.ufes.br/o-que-%C3%A9-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

SIGNIFICADO de feminicídio. **Significados**, {**s.l**}, 21 de março de 2019. Disponível em <https://www.significados.com.br/feminicidio/>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

VILELA, Carolina. Feminicídio: Lar é o lugar mais perigoso para mulheres, diz ONU. **R7**, {**s.l**}, 26 de nov. de 2018. Disponível em <https://noticias.r7.com/internacional/feminicidio-lar-e-o-lugar-mais-perigoso-para-mulheres-diz-onu-26112018>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

Notas de pesquisa: a Frente Negra Brasileira e a perspectiva de raça, nação e nacionalismo no periódico "A voz da raça", 1933-37.

André Pompolini da Cruz
Graduando em História – ICHPO/UFU
apompolini10@gmail.com

Resumo: Em fase exploratória, o presente trabalho busca investigar de que maneiras o periódico "A Voz da Raça" - jornal vinculado à associação social e política Frente Negra Brasileira – mobilizou e articulou diferentes representações e ideias de nação, nacionalismo e raça no Brasil durante sua circulação, de 1933 a 1937. A partir da "Revolução de 30", é perceptível um processo de fortalecimento da movimentação das coletividades negras em associações no Brasil, iniciadas desde o pós-abolição, que cada vez mais se organizava e se articulava com as práticas políticas institucionalizadas, tendo na imprensa um importante mecanismo de congregação e difusão de valores e concepções, assim como um instrumento fundamental para a mobilização da atuação política concreta. Busca-se discutir como o projeto de nação almejado e defendido pela alcunhada elite negra paulista foi expresso no periódico analisado.

INTRODUÇÃO

A trajetória do movimento negro no Brasil, nos estudos da História, recorrentemente é palco de conflitos a respeito de diferentes interpretações e concepções acerca de suas características, seus ideais e suas finalidades. Contudo, o que não se pode contestar é a participação ativa de negros e negras nos movimentos de construção e de reelaboração da política brasileira.

A produção historiográfica cada vez mais salienta a não passividade dos afro-brasileiros em diferentes momentos da história do Brasil. Assim como afirmado por Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006, p.107), a superação da ideia de inércia e letargia delineou a tomada de consciência da movimentação, da reação e da resistência como constituinte da História Afro-brasileira e da História do Brasil.

Dessa maneira, em fase exploratória, o presente trabalho busca investigar de que maneiras a Frente Negra Brasileira, entendido enquanto uma das importantes experiências do movimento negro brasileiro, mobilizou e articulou diferentes representações e ideias de raça, nação e nacionalismo no Brasil a partir do periódico "A voz da Raça", durante sua circulação, de 1933 a 1937. Este trabalho surge como uma proposta de trabalho de conclusão de curso elaborada na disciplina de 'Metodologia de Trabalho e Pesquisa em História' cursada no segundo semestre de 2019.

Dentre alguns dos objetivos definidos para o projeto, procuraremos identificar como o meio negro se inseriu no contexto político-ideológico das décadas iniciais do século XX, evidenciar a imprensa negra como um veículo heterogêneo de disputas e de mobilizações políticas e compreender de que forma o projeto de nação almejado e defendido pela alcunhada elite negra paulista foi expresso no periódico "A voz da Raça".

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, o presente trabalho se limitará a destacar algumas discussões introdutórias, levantadas a partir da aproximação inicial entre pesquisador, suas fontes e seu objeto de estudo. Instauraremos também, a partir de um debate historiográfico, uma contextualização e algumas das problemáticas levantadas no âmbito da História que nos ajudam a pensar a Frente Negra Brasileira.

A FRENTE NEGRA BRASILEIRA

A Frente Negra Brasileira - FNB, objeto de estudo da presente proposta de trabalho, foi uma das mais importantes associações negras brasileiras, atuante nos anos iniciais da década de 1930. Criada em outubro de 1931, surge em decorrência da intensificação do processo de politização das associações e organizações negras em São Paulo. Apresentava como objetivo categórico a mobilização e a congregação da população negra paulista.

Como entidade associativa, propunha diferentes serviços e atividades de lazer, dentre elas: atendimento dentário, cabelereiro, barbeiro, auxílio jurídico, atividades de cunho educativo e recreativos e etc. Seus objetivos associativos se manifestam na própria composição da entidade, na qual, dentre seus diversos departamentos, destacam-se os de

instrução, cultura, esportes, musical, médico, imprensa, artes e ofícios, jurídico-social, doutrinário e comissão de moços. (GOMES, 2005, p.50; DOMINGUES, 2006, p.135).

A FNB, em seu estatuto, apresenta-se "como [uma] força social, [que] visa a elevação moral, intelectual, artística, técnico-profissional e física; [garantindo] assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da gente negra" (Cf.: SÃO PAULO, 1931, p.12). Podemos constatar, introdutoriamente, fundamentando-se em seu estatuto, que a proposta da FNB, já empreendia uma atuação política e social que intencionava a politização da questão racial no Brasil, a fim de aglutinar a população negra e estabelecer projetos para sua inserção em diferentes âmbitos da sociedade (GOMES, 2005, p.48)

A década de 1930 no Brasil, marcada principalmente pelo que se convencionou a denominar "Revolução de 30", garantiu um contexto político-ideológico propício para uma renovação do movimento negro, adquirindo uma organização cada vez mais politizada e ávida por seus propósitos. Como afirma Laiana de Oliveira,

> em 1930, o movimento negro adquire um conteúdo novo. Por mais que já existissem grupos negros e associações que reivindicavam e denunciavam a situação do negro, foi nesta década, mais especificamente com a Frente Negra Brasileira, que as lideranças negras buscam arregimentar uma massa de adeptos, criando estratégias mais eficientes na tentativa de alcançar definitivamente seus objetivos. (OLIVEIRA, 2002, p.19)

A autora destaca a expectativa compartilhada por algumas lideranças negras que viam na "Revolução de 1930" a possibilidade de alcançar garantias sociais por meio das novas transformações políticas aparentada pela mudança de governo. Agregando a esta ideia, é importante também levar em consideração o sentimento de abandono com relação ao sistema político, compartilhado e acumulado por décadas pelo meio negro (DOMINGUES, 2006, p.133), reforçando as expectativas e os descontentamentos de afro-brasileiros de diferentes setores sociais.

Vale destacar ainda que a movimentação das coletividades negras no Brasil através de associações não é iniciada a partir de 1930. Contudo, é a partir da estruturação da Frente Negra Brasileira, dando continuidade as propostas do Centro Cívico Palmares,

que a questão racial apareceria de forma politizada e articulada com diferentes debates políticos específicos do contexto de transformações políticas (GOMES, 2005, p.51).

Se apresentando como porta-voz das demandas da população negra, atuou, a partir do periódico "A Voz da Raça", na movimentação de debates políticos que imbricava a questão racial com questões particulares das recentes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade brasileira, conglomerando temas como a nacionalidade, o emprego, a cidadania e as políticas de imigração (GOMES, 2005, p.51).

O periódico "A Voz da Raça", jornal vinculado a Frente, teve papel fundamental na atuação da FNB. Desde as primeiras décadas do século XX, a imprensa negra foi um importante recurso para a mobilização e arregimentação da população negra, "constituindo-se como um instrumento de comunicação de inúmeros intelectuais, grupos, associações e entidades negras" (GOMES, 2005, p.31). Muitos desses periódicos nos servem como fontes importantes para a produção de um conhecimento histórico acerca do movimento negro e de sua historicidade.

Utilizando-se da imprensa como instrumento para a difusão de suas ideias, a FNB promoveu a arregimentação da população negra de diferentes cidades e estados. O surgimento de filiais da FNB em diferentes cidades de São Paulo e em alguns estados como em Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, para citar alguns exemplos destacado por pesquisadores como Flávio Gomes (2005) e Petrônio Domingues (2006), nos ajudam a compreender o impacto da Frente Negra Brasileira enquanto mobilizador da população negra no Brasil e importante dirigente do debate político da "classe de cor" no Brasil.

É importante destacar os usos da categoria "classe de cor" recorrentemente expressas no periódico. Apesar da disposição de suscitar uma identidade negra estruturada e fixa, somando-se ao esforço paulatino da Frente em se apresentar como o arauto da população negra mediante seu jornal, é importante sublinhar, como afirma Flávio Gomes (2005, p.35), que essa imprensa era "protagonizada por uma pequena parcela da população negra paulista alfabetizada" e, ao levar em consideração as

condições de analfabetismo em que a população negra faceava, podemos pressupor, então, uma limitação à essa convicção de interlocução ampla e acessível.

Flávia Rios (2014), ao se referir aos grupos sociais que constituíam majoritariamente a imprensa negra de São Paulo, chama a atenção para o fato de que

> os líderes e intelectuais receberam a alcunha de elite negra por pertencerem a uma camada social composta por indivíduos que tiveram alguma ascensão social, diferenciando-se da massa de miseráveis com pouca ou nenhuma escolaridade. Composta por indivíduos letrados e, muitas vezes, exercendo profissões liberais, essa elite negra marcou a história dos movimentos sociais no Brasil (RIOS, 2014, p.11).

Este trecho destacado, mesmo que demarcando-se as diferenças entre os editores e leitores, reafirma a convicção de que, para além de uma associação negra, a FNB serviu de inspirações para a estruturação de uma organização política da população negra em nível nacional, seja em sua adesão ou na desaprovação, massificando a movimentação negra no Brasil (DOMINGUES, 2007, p.106).

A surgimento de dissidências na Frente Negra Brasileira foi um dos fenômenos que levantaram polêmicas durante toda existência da entidade. Flávio Gomes (2005, p.59) aponta que a cisão interna do movimento se deu principalmente devido as recorrentes denúncias a propagação de ideias fascistas e anticomunistas pelo editorial de “A Voz da Raça”, assim como a identificação de aproximações da estrutura verticalizada da Frente com o movimento integralista de Plínio Salgado (GOMES, 2005, p.59).

Sinaliza-se, então, que o reconhecimento do caráter heterogêneo da movimentação política negra é parte imprescindível para a sua compreensão. Assim, busca-se também levar em consideração a amálgama ideológica desse contexto, as formas que os diferentes setores da população negra se identificavam e, a partir deles, como se posicionavam frente a realidade brasileira.

Em 1936, devido a influência da entidade e com o reconhecimento da continuidade de um sistema político que relega a questão racial, a Frente Negra Brasileira se torna um partido político. A trajetória da Frente até sua partidarização pode ser

acompanhada no decorrer das edições de “A Voz da raça”. Assim, a análise deste periódico se torna indispensável para a compreensão de uma etapa crucial no percurso do movimento negro no Brasil.

IMPRENSA NEGRA – RAÇA, NAÇÃO E NACIONALISMO

Retomando a discussão a respeito da imprensa negra, as décadas finais do século XX foram marcadas pelo recrudescimento de diferentes jornais produzidos por jornalistas, intelectuais, e/ou lideranças negras. Geralmente associados a entidades associativas, como grêmios e clubes, essas imprensas negras tinham como enfoque temático as questões relacionadas a raça negra e ao preconceito racial.

Inicialmente se propunham em estabelecer e difundir reflexões acerca da situação de afro-brasileiros no pós-abolição, propondo “caminhos para a conscientização e mecanismos de ascensão do negro”. Com o fortalecimento desta imprensa, é possível perceber uma intensificação do caráter político da produção em algumas matérias, abordando, por exemplo, no seu campo temático “a autovalorização da população negra, sua visão de mundo e suas formas políticas, culturais e religiosas de organização e participação” enquanto constituintes da sociedade brasileira.

O jornal “A Voz da Raça”, fundado em 1933 na cidade de São Paulo, foi o periódico associado oficialmente à Frente Negra Brasileira. Surge em confluência com esse processo de politização da questão racial, aprofundando- o, no sentido de imbricar cada vez mais a questão racial com as mazelas sociais e as condições da população negra paulista e, em alguns casos, nacional.

Tinha como características uma impressão em grande escala, com distribuição para outros estados brasileiros, e era financiado pela mensalidade dos frentenegrinos. Seu formato é constituído por quatro páginas, na qual se observam matérias destinadas à diferentes assuntos, como, por exemplo, a cultura, a instrução, a divulgação de informes administrativos da associação, notícias. Se apresentava, no subtítulo do jornal, como “órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso”.

Inicialmente o periódico destinava-se a divulgação das atividades a serem realizadas pela associação, informações burocráticas, informativas e organizacionais. Contudo, é perceptível um deslocamento de ênfase no decorrer de suas publicações, trazendo também a discussão da integração da "classe de cor" na sociedade brasileira (GOMES, 2005, p. 44-51).

A exaltação e a afirmação racial cada vez mais são atribuídas de conotações políticas, visto que em "A Voz da Raça", a defesa do negro enquanto raça é tida como intrinsecamente ligada a defesa da própria nação, fundamentados, principalmente, na razão da participação dos negros em sua construção histórica, manifestando um reconhecimento aos usos do passado na tentativa de se estabelecer uma identidade comum aos afro-brasileiros, podendo ser observados em diferentes edições do periódico.

Longe de propor um debate mais aprofundado a respeito da questão da identidade, é apenas importante destacar a preocupação dada por algumas lideranças negras em articular um sentimento de pertencimento nacional à identidade racial. Pode-se pressupor, assim como Petrônio Domingues afirma, que

> a raça e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a raça é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007, p.101)

Assim, a inserção da raça no tenro debate sobre as novas transformações políticas no Brasil foi um aglutinador de diferentes discussões, ampliando a participação social da população negra nas disputas pelo exercício pleno cidadania. Seguindo esse raciocínio, podemos inferir um engajamento da FNB em produzir e difundir, pedagogicamente, sentidos, interpretações e constatações da realidade política nacional e da posição da população negra brasileira.

O periódico então, assume uma função social de mobilizar a ação política dos negros brasileiros, no sentido de instigar e direcionar a insatisfação de seus associados

frente as condições precárias de vida dos negros e arregimenta-los, tendo como queixas principais a carência de instrução da população negra, sua má inserção na ampliação da cidadania às camadas populares, e os preconceitos raciais presentes na dinâmica das disputas por trabalho etc.

É observável em diversas matérias do periódico o uso de categorias políticas que cada vez mais estão imbricadas com a contestação da raça. O uso de conceitos presentes no vocabulário e no imaginário político-ideológico especificamente identificadas neste contexto aparecem recorrentemente associada à luta por garantias sociais empreendida pelos frentenegrinos.

A proposta de pesquisa que se pretende destacar neste trabalho busca, mediante a análise do periódico "A Voz da Raça", entender de que forma a FNB, coadunou e utilizou-se de noções, valores e representações político-ideológicas contemporâneas à década de 1930, principalmente no que diz respeito aos conceitos de raça, nação e nacionalismo.

Que valores e sentidos são atribuídos a ideia de nacionalismo pela Frente Negra Brasileira? Como se aproximam e se distanciam do debate político e ideológico das décadas iniciais do século XX? Como o projeto de nação almejado e defendido pela alcunhada "elite negra" paulista foi expresso no periódico?

Entendendo "A voz da raça" como fazendo parte de uma imprensa engajada, partimos do pressuposto teórico-metodológico de entender a imprensa como um instrumento fundamentalmente como um interventor da realidade social, imbuído de intencionalidades, urdido e alicerçado por visões de mundo ligadas ao grupo social ou a diferentes indivíduos que constituem a redação. Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, afirmam que utilizar da imprensa como objeto

> justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção da vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero 'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, [em um] nível isolado da realidade político-social da qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19).

Apoiado neste trecho, compreendemos a imprensa como um importante instrumento de luta política, apropriada e utilizada por pequenas elites e lideranças negras. Era a partir do periódico que esta elite negra intelectualizada manifestava e difundia seus anseios, expectativas, e suas queixas e, na mesma medida, manifestava também suas concepções e projetos políticos e culturais. Em atenção a isso, surgem outros questionamentos a respeitos do nosso objeto: Que sujeitos compõem essa elite? Quem são seus interlocutores?

O comando da Frente era constituído pelo presidente ("chefe") e um conselho auxiliar, contudo por si só não explica como o jornal atuou socialmente e politicamente. Assim, um estudo profundo sobre a da Frente Negra Brasileira precisa, necessariamente, da especulação sobre os sujeitos que compõe e estruturam a entidade, e, também, da consideração de circulação de suas ideias. De que instrumentos a FNB utilizava para fazer-se reconhecer? Como a arregimentação da população negra ocorreram em diferentes localidades do Brasil? Como, no decorrer de sua publicação, o periódico manipulou e utilizou-se de ideias, valores, e percepções de mundo já existente no imaginária da "classe de cor"? Como construiu novos símbolos raciais, nacionais e políticos?

Apontamos o reconhecimento da necessidade de uma análise qualitativa para se esmiuçar os valores e representações empregados na construção dos sentidos de raça, nação e nacionalismo, e, dessa maneira compreender o projeto político defendido por estas elites negras paulistas. Como afirma Flávio Gomes (2005, p.34), a análise dos periódicos produzidos pela imprensa negra nos "ajuda, sobretudo, a entender como um segmento da população negra brasileira percebeu, projetou, construiu, e, em outros momentos, iniciou a desconstrução de sua própria imagem e presença na sociedade".

Nas matérias destinadas ao protesto político, é perceptível a ênfase no uso dos conceitos de raça, nação e nacionalismo, nos levando a considerar no decorrer da pesquisa de que maneiras, no decorrer de sua circulação, o periódico engendrou diferentes sentidos e representações a partir destas categorias, esquadrinhando seus usos, desusos e suas vicissitudes durante sua circulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Frente Negra Brasileira e seu periódico foram importantes órgãos de congregação e mobilização negra na década de 1930, característica amplamente ratificada e reputada pela historiografia. Contudo, isso não necessariamente significa o esgotamento de suas potencialidades para novas e diferentes interpretações e releituras do passado. O periódico "A Voz da Raça", em suas diferentes seções e matérias, ainda se mostra uma fonte rica, e quase que inesgotável, para a pesquisa em História.

Percebe-se no decorrer do periódico, para além da intensificação de um debate político que cada vez mais imbrica a questão da raça à questão nacional, a aglutinação de diferentes eixos temáticos, sempre concatenados à conjuntura política da sociedade brasileira no início da experiência republicana varguista, demonstrando sua participação política em diferentes âmbitos da sociedade. Como exemplos destas temáticas, podemos destacar, como exemplo, as discussões em torno da elaboração da Constituição de 1934, a política imigratória e trabalhista do governo Vargas. O contexto político-ideológico é amplamente manifestado, manipulado, e utilizado, fazendo com que abrange diferentes possibilidades interpretativas.

Referente à utilização da imprensa e do jornal enquanto fonte, cabe destacar que tomamos como ponto de partida o trabalho pioneiro de Ana Maria de Almeida Camargo (1971, p.26) que, através de uma análise sobre os usos dos jornais no decorrer da pesquisa em História no Brasil, aponta para o fato de que "corremos o risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar", podendo equivocadamente contribuir para endossar, acriticamente, o que se encontra em tais publicações.

Através da análise dos valores e representações político-ideológicas vinculadas à ideia de nação e nacionalismo pela Frente Negra Brasileira, procuraremos identificar continuidades ou rupturas desta significação, enfatizando suas possíveis mudanças, contradições e transfigurações. Pretendemos, com isso, historicizar a movimentação destas ideias, por meio do periódico, entendendo-a como um importante e eficaz

mecanismo interventor da elite negra paulista na constituição e no fortalecimento do movimento negro no Brasil.

REFERÊNCIAS:

CAPELATO, Maria Helena Rolim e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

DOMINGUES, P. *Movimento negro brasileiro*: alguns apontamentos históricos. Rio de Janeiro: Revista Tempo, 2007.

_____. "Os descendentes africanos vão à luta em terras brasilis: Frente Negra Brasileira (1931-37) e o Teatro Experimental do Negro (1944-68)". São Paulo: *Projeto História* , 2006. pp 131 - 158

GOMES, F. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 92p.

LUCA, Tânia Regina de. "Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MUNANGA, Kabengele ; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de Hoje*. 1. ed. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

OLIVEIRA, L. L. *A Frente Negra Brasileira*: política e questão racial nos anos 1930. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2002.

RIOS, F. M. *Elite política negra no Brasil*: relação entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2014.

SÃO PAULO, Estado de. *Diário oficial dos Estado de São Paulo*. 12-11-1931. p.12.

Memórias da repressão do governo revolucionário a grupos religiosos e homossexuais em Cuba: um estudo dos testemunhos de ex-umapianos na blogosfera cubana (2007-2018)*

Amanda Aparecida Gomes Rodrigues
Graduanda do Curso de História (ICHPO/UFU)
Bolsista Projeto Residência Pedagógica
amandagomes324@gmail.com

Resumo: Na década de 1960 funcionaram em Cuba as Unidades Militares de Ajuda a Produção (UMAPs). Oficialmente essas unidades eram centros de trabalho agrícolas, cujo objetivo era recrutar jovens que não eram considerados capacitados para o serviço militar. No entanto, durante o período de funcionamento dessas unidades surgiram denúncias de que as UMAPS estariam funcionando como prisões para os sexualmente desviados, grupos religiosos, hippies e para presos políticos. Nesse sentido, este trabalho busca analisar os testemunhos de ex-umapianos veiculados em blogs que integram a blogosfera alternativa cubana no período compreendido entre 2007 e 2018, enfatizando as experiências dos grupos religiosos, dissidentes políticos e homossexuais que foram confinados nas UMAPs e que sofreram com a repressão praticada pelo governo revolucionário. Busca-se identificar a que tipo de práticas repressivas os ex-internos dessas unidades foram submetidos e compreender como as experiências traumáticas ali vividas afetaram as suas relações sociais posteriores. Pretende-se ainda contrapor os discursos dos ex-umapianos ao discurso oficial e ao silêncio do governo revolucionário acerca do tema.

Introdução.

No período de 1965 a 1968 funcionaram em Cuba as Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAPs). Oficialmente, essas unidades eram centros de trabalhos agrícolas, que tinham o objetivo de recrutar jovens que não estavam aptos ao serviço militar.

Com a intensificação dos estereótipos de homem viril reforçados pelo ideal de "homem novo"[41] e com o governo cubano considerando todas as demais sexualidades em

* Pesquisa desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Giliard Prado.

[41] Durante o processo revolucionário surgiu em Cuba o ideal de "homem novo", que estava associado aos valores de honra, coragem e martírio, que compõem as representações sobre o guerrilheiro revolucionário. Aqueles que não se encaixavam nesse ideal de "homem novo" eram, muitas vezes, considerados pelo

Cuba desviantes, instaura-se nesse período uma perseguição a pessoas que não se encaixavam no perfil de homem viril[42]. Já durante o período de funcionamento das UMAPs, entre 1965 e 1968, houve várias denúncias de que, para além do trabalho agrícola, as UMAPs estavam servindo de prisões para os sexualmente desviados, grupos religiosos, hippies, e para dissidentes políticos.

Décadas mais tarde, com o advento de uma blogosfera cubana independente, por meio da qual dissidentes cubanos manifestavam diferentes níveis de descontentamento com o governo revolucionário, discutindo tanto temas da atualidade política do país quanto acontecimentos do passado, criou-se um lugar privilegiado para a exposição de informações e pontos de vista que foram por muito tempo silenciados em virtude do controle da imprensa exercido pelo governo cubano. Desse modo, vários blogs tornaram-se espaços nos quais ex-umapianos e/ou seus familiares e amigos veiculavam testemunhos sobre as experiências vivenciadas e a repressão sofrida naqueles campos de trabalho forçado nos anos 1960, bem como sobre as lembranças traumáticas relacionadas a essas experiências.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é analisar os testemunhos veiculados na blogosfera cubana, no período compreendido entre 2007 e 2018, acerca das experiências dos grupos religiosos e homossexuais que foram confinados nas UMAPs (1965-1968) e sofreram com a repressão praticada pelo governo revolucionário. Pretende-se, desse modo, tratar o tema do ponto de vista das memórias subalternas, observando como o governo cubano se esforça para que essas memórias não se manifestem.

---

governo cubano como sexualmente desviados. Sobre esse assunto conferir o texto: SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos; ARAS, Lina Maria Brandão. Gênero e Revolução: o novo homem e a nova mulher na Revolução Cubana. *III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais*: olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa- PB, 2011.

[42] É importante ressaltar que as formas de preconceito sexual em Cuba não se manifestam apenas depois que a revolução se instaura. A cultura machista não surge em Cuba com o ideal de homem novo, pois anteriormente à formulação desse ideal já havia machismo e homofobia no país caribenho. O ideal de homem novo, teorizado por Che Guevara, vai intensificar esse estereótipo de homem másculo e viril.

Os indivíduos que estiveram presos nas UMAPs carregam também o estereótipo de serem moralmente desviados, ou contrarrevolucionários, dentro da sociedade cubana por isso tinham dificuldade de encontrar um emprego, e até mesmo de se relacionar socialmente.

Diante das questões postas acima é necessário ressaltar que a produção historiográfica acerca das UMAPs ainda é muito escassa. Uma das razões para isso é que a exposição dessas memórias entra em conflito com o discurso oficial da Revolução. Outra razão para essa escassez seria porque as diversas obras que tratam de maneira ampla o processo revolucionário cubano tendem a priorizar os conflitos que Cuba teve em âmbito internacional, deixando de fora os embates internos.

Richard Gott[43] e Luis Fernando Ayerbe[44] em seus textos tendem para uma abordagem descritiva, tratando principalmente dos aspectos políticos, por exemplo, as tensões de Cuba com a potência norte-americana, a aliança feita por Cuba e União Soviética, as revoluções latino-americanas que Cuba "inspirou" e de que participou, e também os conflitos na África. Essas obras não se aprofundam nos conflitos internos da ilha, como a perseguição aos homossexuais, grupos religiosos, intelectuais, e opositores do regime.

Com o enfoque em analisar os testemunhos de ex-umapianos, o presente trabalho contou com trabalhos que analisam os conflitos internos de Cuba, como as perseguições a diversos grupos. Dentre os trabalhos que tratam essas questões estão o de Sílvia Cezar Miskulin[45], abordando a censura na produção cultural, e como os intelectuais sofreram essa censura; de Giselle Cristina dos Anjos Santos e Luiz Bernardo Pericás[46], tratando do conceito de "homem novo" em Cuba e como as relações de poder são afetadas e

[43] GOTT, Richard. *Cuba*: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

[44] AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

[45] MISKULIN, Silvia Cezar. *A política cultural no início da revolução cubana*: o caso do suplemento cultural Lunes de Revolución. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro- Edic%CC%A7a%CC%83o-6-Artigo-07.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

[46] PERICÁS, Luiz Bernardo. Che Guevara e o Homem Novo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). *Revolução Cubana:* história e problemas atuais. São Paulo: Editora Xamã, 1998, p. 95-111.

reafirmam os estereótipos de homem viril que ele traz; e de Giliard da Silva Prado[47], retratando a perseguição aos dissidentes cubanos, que eram para o discurso oficial "traidores da pátria" e "mercenários a serviço do imperialismo ianque". No entanto, o autor ressalta que esses dissidentes têm que ser vistos a partir de sua heterogeneidade constitutiva, assim entre os dissidentes havia: liberais, socialdemocratas, marxistas, capitalistas, cristãos democratas, esquerdistas, centristas, socialistas, praticantes de Santería, entre outros.

Segundo Prado, era possível definir alguns critérios para os indivíduos que constituíam a dissidência. O primeiro critério levantado pelo autor diz respeito ao uso do o termo dissidente em um sentido mais amplo, tratando qualquer um que possuía divergências com o regime, não concordava com sua ideologia e sua forma de governar. O segundo critério é não tratar como dissidente qualquer pessoa que critique o regime, mas sim aqueles cubanos que criticam o regime, não importando se estão ou não residindo em Cuba.

Essas Unidades Militares de Ajuda a Produção (UMAPs), que serão o objeto de estudo desse trabalho, eram centros de trabalhos agrícolas, criados pelo governo cubano em 1965 para recrutar jovens e velhos que, por possuírem algum "desvio" moral ou ideológico, não eram considerados capacitados para o serviço militar. Segundo Rickley Leandro Marques[48], essas unidades foram organizadas pelo Ministério do Interior (Minint). Nelas, os internos tinham disciplinas militares que os ajudariam a não fugir, ou seja, eles viviam uma rotina de trabalho e obediência. Para diferenciar os internos das UMAPs dos integrantes do exército verde-oliva, os umapianos usavam uniformes azuis.

As vozes dos grupos perseguidos e presos nas UMAPs, por muito tempo silenciadas, correram o risco de caírem no esquecimento. No entanto, graças ao depoimento de ex-umapianos, que conseguiram gravar ou publicar suas memórias, por meio de documentários, da internet, de blogs de dissidentes cubanos e por meio de livros

---

[47] PRADO, Giliard da Silva. *Guerrilhas da memória*: estratégias de legitimação da Revolução Cubana (1959-2009). 2013. Tese (Doutorado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

[48] MARQUES, R. *A condição mariel*: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasilia, 2009.

de memórias produzidos por alguns autores, podemos nos aproximar do que foram essas unidades, como era seu funcionamento, e o que aconteciam com os seus internos.

Marques ressalta que não era só pelo fato de o indivíduo ser exclusivamente homossexual, hippie, artista ou intelectual, que seria interno das UMAPs, e sim por manifestar descontentamento com o regime cubano, ou demonstrar sua opção sexual. A maneira de identificar esses "moralmente desviados", usando o exemplo dos homossexuais, era com base em estereótipos, ou comportamentos considerados pelas autoridades como desviantes.

Para impedir que o jovem, ou velho, não apto a ajudar na revolução, deixasse de prestar sua contribuição para o movimento e para a correção do comportamento considerado "ruim", fora dos modelos baseados no ideal de "novo homem", os internos ficavam nas UMAPs por um tempo que era estabelecido pela Segurança do Estado cubano. Esse tempo variava para cada interno, não sendo permitido receber visitas ou sair sem permissão.

Após as denúncias de abusos dentro dessas unidades e em razão de um número cada vez maior de internos fora da faixa etária de alistamentos, as UMAPs foram extintas em 1968. Contudo Marques ressalta que mesmo sem as UMAPs, a perseguição e a "reeducação" continuam, agora sem o empecilho de idade e sem a utilização das Forças Armadas cubanas para esse fim.

Diante do exposto acima, este trabalho propõe-se a responder as seguintes questões: a que tipos de práticas os grupos religiosos, homossexuais, hippies e alguns opositores políticos detidos nessas unidades foram submetidos? Quais características marcam o processo de reintegração dos ex-umapianos à sociedade? Quais são os testemunhos desses ex-internos acerca das experiências que viveram naquelas unidades?.

Na busca de respostas para essas questões, o presente trabalho pretende contemplar perspectivas teóricas diversas e múltiplas abordagens, evidenciando diferentes graus de aproximação com cada área da História.

Das diferentes perspectivas que poderiam ser aqui abordadas, optou-se por uma abordagem que combina elementos da História Cultural e da História Política, buscando-se enfatizar as relações entre história, memória e identidades. Essas abordagens são

fundamentais tanto para a análise de distintos processos políticos no contexto da Revolução Cubana quanto para a compreensão dos modos como os sujeitos percebem e narram suas experiências, como constroem e manifestam sua sexualidade, suas identidades políticas, religiosas e de gênero, além de como lidaram com o processo de silenciamento de suas memórias subalternas.

Os conceitos e categorias de análise utilizados no presente trabalho, que serão aprofundados no decorrer da pesquisa são: gênero, na perspectiva de Joan Scott[49], ou seja, como sendo algo que permeia as relações humanas e relações de poder; memórias subterrâneas, de Michael Pollak[50]; e representação, de Roger Chartier[51].

A história do tempo presente será levada em consideração nessa pesquisa, já que o tema é bastante atual e que essa abordagem valoriza os atores individuais, enfatizando a relação entre história e memória. No entanto, é necessário pontuar que, embora as memórias dos ex-umapianos tenham encontrado maior espaço para serem contadas no tempo presente, ou seja, a partir de 2007, as UMAPs existiram de 1965 a 1968, o que pode nos levar a pensar em dois contextos distintos: o do momento em que as experiências ocorreram e aquele em que elas foram narradas.

Na análise das fontes, priorizou-se um método investigativo que leve em consideração a análise dos testemunhos e de memórias subalternas que têm nos blogs seus canais principais de expressão. A virtualização possibilita a difusão das memórias subterrâneas. De acordo com Pollak - que entende a memória não apenas como um fenômeno individual, mas, sobretudo, como algo também coletivo e que sofre flutuações com o tempo e de acordo com as disputas de poder em tono dela - é preciso considerar as condições que explicam o silenciamento e também a sobrevivência e a transmissão das memórias marginalizadas, afinal:

---

[49] SCOTT, Joan Wallach. *Gênero:* uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99.

[50] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

[51] CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

> A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas[52].

Pollak utiliza-se da história oral como uma forma de proporcionar voz aos indivíduos e memórias silenciados. A abordagem da história oral também nos proporciona a problematização das memórias, levando em consideração não somente o relato do indivíduo, mas também o contexto como um todo. Para a análise dos testemunhos nos blogs, essa relação entre o fato evocado e o modo como ele é narrado será levada em consideração.

É interessante ressaltar que a transmissão dessas memórias, por meio de testemunhos veiculados em blogs também pode formar identidades, pois, segundo o autor Joel Candau[53], "transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo".

Um exemplo de como a identidade pode ser construída a partir da transmissão é apontado por Márcio Seligmann-Silva[54] que ao abordar como as vítimas da ditadura não tiveram lugar para dar seu testemunho, ou seja, tiveram um bloqueio de seu testemunho.

---

[52] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

[53] CANDAU, Joël. O jogo social da memória e da identidade (1): transmitir, receber. In. *Memória e identidade.* Trad. Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p.105- 136.

[54]SELIGMANN-SILVA, Marcio. *O local do testemunho.* Tempo e Argumento. Florianópolis, v.2, n.1, p.3-20, jan./jun. 2010.

Mostrando como o testemunho pode construir laços políticos e criar uma nova identidade. Segundo ele:

> O testemunho pode, justamente, servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-catástrofe. [...] O testemunho tanto artístico/literário como o jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacelar a sociedade como para construir novos laços políticos[55].

O principal corpo documental que será analisado é composto por cento e treze notícias digitais, que podem ser encontradas em blogs de dissidentes cubanos e em jornais online. Esse conjunto compreende o período de 2007 a 2018. As notícias selecionadas tem como principal tema a perseguição política, religiosa e contra homossexuais em Cuba durante o período revolucionário. A princípio foram selecionados dois blogs e dois jornais principais para essa pesquisa: os blogs *Generación Y*, de Yoani Sanchez e, *Desde Aquí*, de Reinado Escobar; e os jornais *14ymedio* – onde o Generación Y e, o Desde Aquí estão localizados– que tem contribuições de diversos autores e, o *Diário de Cuba*, que também conta com muitos autores. Ao longo da pesquisa este corpo documental está sendo ampliado, com o surgimento de novas notícias e principalmente com o aumento do número de blogs analisados.

O corpo documental também conta com fontes secundárias, que são compostas por fontes audiovisuais, que podem ser encontradas no site Youtube. Essas produções audiovisuais tratam de relatos de ex-umapianos, como o documentário "*Conducta Impropia*", e o vídeo "*UMAP: Unidades Militares de Ayuda a la Producción*". Há também um vídeo que busca demonstrar o caráter "positivo" das UMAPs, intitulada "*Homofobia en los 60: UMAP en Cuba… ¿y en EEUU?*". Outra fonte a ser examinada consiste em um relato do escritor, jornalista e político peruano, Mario Vargas Llosa, que

[55] SELIGMANN-SILVA, Marcio. *O local do testemunho.* Tempo e Argumento. Florianópolis, v.2, n.1, p.3-20, jan./jun. 2010.

começa a se questionar e a fazer críticas ao regime cubano quando descobre sobre as UMAPs. Esse relato é intitulado “Mario Vargas Llosa - Os campos de concentração de Fidel Castro UMAP”.

Os depoimentos, encontrados nos documentários e na blogosfera cubana, são de indivíduos que tiveram uma participação ativa durante os anos de existência das UMAPs, ou seja, ou foram internos dessas unidades ou foram críticos das práticas repressivas implantadas pelo governo revolucionário.

O processo de análise é fundamentalmente qualitativo, e apesar de levar em conta alguns dados quantitativos, visa sempre uma observação crítica e interpretativa dos conteúdos presentes nos blogs e nas fontes audiovisuais.

A análise de blogs ainda é algo relativamente novo para a historiografia. Por essa razão, houve dificuldade em encontrar textos históricos que tratem da pesquisa em blogs. Com isso, para a análise dos blogs, foram utilizados referências da área de comunicação, a exemplo do texto *Blogs como instrumento de legitimação de lutas sociais em Cuba* de Maria das Graças Targino[56], ressaltando que a tecnologia depende dos usos e das construções de sentido ao seu redor, ou seja, depende dos usos que lhe são dados por seus usuários. Nesse sentido é preciso pensar que a blogosfera tem diversos usos, por exemplo, ela pode servir para dar voz a pessoas que são contra o regime cubano, mas também pode servir para legitimar o governo cubano.

Diante dessas questões é necessário ressaltar que o presente estudo sobre as Unidades Militares de Ajuda a Produção (UMAPs), além de nós permitir compreender quais foram as experiências dos grupos perseguidos, presos nas UMAPs, pode contribuir para ampliação do conhecimento acerca do tema.

Referências bibliográficas:

[56] TARGINO, Maria das Graças. Blogs como instrumento de legitimação de lutas sociais em Cuba. ***Informação & Informação***, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 199-221, set. 2013. . Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel//index.php/informacao/article/view/15134>. Acesso em: 05 dez. 2018.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2004.

CANDAU, Joël. O jogo social da memória e da identidade (1): transmitir, receber. In. *Memória e identidade.* Trad. Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p.105-136.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GOTT, Richard. *Cuba*: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARQUES, R. *A condição mariel*: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasilia, 2009.

MISKULIN, Silvia Cezar. *A política cultural no início da revolução cubana***:** o caso do suplemento cultural Lunes de Revolución. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-6-Artigo-07.pdf> . Acesso em 12 set. 2018.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Che Guevara e o Homem Novo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). *Revolução Cubana:* história e problemas atuais. São Paulo: Editora Xamã, 1998, p. 95-111.

PRADO, Giliard da Silva. *Guerrilhas da memória*: estratégias de legitimação da revolução cubana (1959-2009). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

SANTOS. Giselle Cristina dos Anjos; ARAS, Lina Maria Brandão. Gênero e Revolução: o novo homem e a nova mulher na Revolução Cubana. In: *III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais*: olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa- PB, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero:* uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. *O local do testemunho.* Tempo e Argumento. Florianópolis, v.2, n.1, p.3-20, jan./jun. 2010.

TARGINO, Maria das Graças. Blogs como instrumento de legitimação de lutas sociais em Cuba. ***Informação & Informação***, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 199-221, set. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel//index.php/informacao/article/view/15134>. Acesso em: 05 dez. 2018.

A traição do sexo: testemunhos da perseguição aos homossexuais em Cuba na obra de Reinaldo Arenas (1959-1990)

Ualisson Pereira Freitas
Graduando em História ICHPO/UFU
ualissonpereira@hotmail.com

Resumo: Cenário complexo e ainda controverso no que concerne à temática da homossexualidade, a Cuba revolucionária tem sido objeto de um número crescente de pesquisas acerca das políticas de repressão aos homossexuais. A fim de contribuir com as pesquisas históricas nesse campo temático, este trabalho tem como objetivo analisar os testemunhos do intelectual cubano Reinaldo Arenas acerca da política de repressão aos homossexuais praticada pelo governo revolucionário, evidenciando suas experiências entre os anos de 1959 e 1990, período que contempla tanto suas vivências no país caribenho sob o governo revolucionário quanto a época do exílio nos Estados Unidos. O procedimento metodológico da pesquisa conta com a análise da obra autobiográfica Antes que anoiteça, que consiste em uma literatura de testemunho, bem como de cartas redigidas por Reinaldo Arenas. O trabalho propõe-se a investigar as formas de limitação da liberdade individual empreendidas pelo Estado e como estas são percebidas e representadas pelo intelectual cubano em sua obra, evidenciando as formas de perseguição e de limitação das liberdades individuais postas em prática após o triunfo revolucionário e a difusão do ideal de "homem novo", bem como os significados construídos pelo intelectual acerca das sexualidades desviantes.

Introdução.

Atualmente, é possível visualizar através dos diferentes meios de comunicação, muitas perseguições sofridas pela comunidade homossexual. As notícias veiculam, em diferentes partes do mundo, atrocidades cometidas contra essa parcela da população, por intolerância à diversidade e a práticas sexuais que ainda são vistas, muitas vezes, como imoralidade por desviarem de um padrão criado e estabelecido.

Ao se observar as diversas produções historiográficas que tratam da questão homossexual, os estudos demonstram uma trajetória de exclusão deste grupo historicamente marginalizado e uma luta empreendida para afirmação de suas memórias.

Cenário complexo, e ainda controverso, no que concerne à temática da homossexualidade, a Cuba revolucionária tem sido objeto de pesquisas e

questionamentos. Estudiosos problematizam uma revolução que apesar de propor justiça social, arraiga-se a determinados valores tradicionais, fazendo perpetuar preconceitos.

É neste contexto que se insere este trabalho. Através da análise da obra *Antes que anoiteça*, do escritor cubano Reinaldo Arenas, e de outras fontes auxiliares como suas cartas enviadas a Margarita e Jorge Camacho[57], pretende-se evidenciar a experiência do autor na Cuba revolucionária e no exílio, entre os anos de 1959 e 1990[58]. A fim de contribuir com as discussões já existentes o estudo objetiva investigar nos testemunhos literários de Arenas, as representações construídas pelo autor acerca da política de repressão aos homossexuais, evidenciando a limitação da liberdade individual, as perseguições e censuras sofridas. Considerando a proposição do ideal de "homem novo" difundido pelos revolucionários, bem como a possibilidade de os homossexuais terem sido excluídos desta categoria estabelecida, procura-se também analisar na obra de Arenas quais os significados que o autor atribui as sexualidades desviantes naquela sociedade.

A historiografia referente à homossexualidade em Cuba, no contexto da Revolução Cubana é ainda bastante reduzida. Apesar de haver alguns estudos de cunho historiográfico que dizem respeito a este objeto de pesquisa, nota-se que grande parte da produção corresponde à área da linguística.

Entre os estudos realizados por historiadores, o trabalho de Rickley Leandro Marques chama bastante atenção, ao abordar a luta por reconhecimento social empreendida pelos integrantes da Geração Mariel. Ao evidenciar as memórias subterrâneas na ilha caribenha o autor estuda as censuras impostas aos intelectuais homossexuais cubanos, como a proibição de publicações de temas eróticos e perseguições por condutas consideradas impróprias. Problematiza assim uma revolução

[57] Margarita e Jorge Camacho são um casal de amigos de Reinaldo Arenas, residentes na França, que receberam a correspondência do escritor entre os anos 1967 e 1990. Estas cartas foram enviadas clandestinamente até 1980, ano em que Arenas é exilado de Cuba.

[58] Anos que correspondem, respectivamente, ao triunfo da Revolução e a morte do intelectual.

que propõe promover justiça social e uma nova ordem, mas se ancora em valores morais tradicionais.

Sobre o controle da produção artística e intelectual, Sílvia Cezar Miskulin em *História, literatura e homossexualidade em Cuba* expõe o aumento da censura a partir da década de 1970 e como este acontecimento interfere na vida privada e nas publicações dos intelectuais residentes da ilha. A autora expõe que nesse período houve uma institucionalização da homofobia através da instauração de leis como as do Congresso de Educação e Cultura de 1971, responsáveis por promover rejeição e exclusão dos homossexuais das universidades, das forças armadas, do partido comunista cubano, de cargos de governo, dos trabalhos artísticos e educacionais de jovens e crianças.

Tarcio Vancim de Azevedo apresenta ainda um estudo sobre Reinaldo Arenas e Heberto Padilla, e como se tornaram dissidentes frente ao autoritarismo do governo cubano, expondo os relatos dos intelectuais exilados em 1980 como denúncias contra a violência revolucionária.

No campo da linguística, as pesquisas de Guido Vieira Arosa apresentam contribuições importantes ao abordar as produções de escritores cubanos como literaturas de testemunho que veiculam relatos marginalizados e evidencias de perseguições viabilizadas pelo sistema vigente. Expondo a literatura de testemunho como a tentativa de narrar o real traumático o autor expõe a inenarrabilidade dos acontecidos de forma integral pelo traumatizado, uma vez que estes sujeitos estão envolvidos pelo constante rememorar e esquecer, querer contar e não conseguir.

Considerando as contribuições destes profissionais, propõe-se neste estudo, dar continuidade a pesquisa referente a homossexualidade no contexto da Revolução Cubana. A partir da obra de Arenas é possível desenvolver algumas questões: Quais formas de perseguição foram direcionadas aos homossexuais após triunfo da Revolução? Quais representações são construídas pelo intelectual acerca das políticas repressivas e do governo revolucionário? Há relações entre a proposição do ideal de “homem novo” e a limitação da liberdade individual dos homossexuais? Que significados acerca das sexualidades desviantes são construídas pelo autor?

Para dar conta de tanto, é necessário delimitar, minimamente, um enquadramento teórico que possibilite a investigação e que permita estabelecer bases para o estudo através de conceitos e categorias de análise.

O texto autobiográfico selecionado como fonte para esta pesquisa é entendido aqui, a exemplo do que é exposto por Valéria de Marco e Seligmann Silva, como literatura de testemunho. Para Seligmann-Silva está intrínseca nos testemunhos uma relação entre opressor e oprimido. O primeiro, geralmente tenta impedir as demais narrativas negando os feitos, enquanto o segundo vive um sentimento paradoxal de culpa que produz a sensação de irrealidade do vivido. Diante do exposto é natural que na busca pelas representações de Arenas nos deparemos com "impossibilidades de reconstrução da harmonia perdida, a destruição de parâmetros de estruturação social, a perda de referências de identidade e a perda da confiança no mundo" (MARCO, 2004, 54).

De forma complementar, Valéria de Marco evidencia que quando há no testemunho a relação do "outro" como opressor, o oprimido não pode nunca ser considerado vítima excluída dos espaços produtores de conhecimento. Nesse sentido, os escritos de Arenas representam neste estudo, mais do que relatos de subalternidade e marginalização, um produto da oposição política do autor com relação ao governo revolucionário cubano.

Considerando que determinados escritos analisados foram redigidos em período posterior ao fato ocorrido, implicando em reconstrução do passado através da lembrança, e que a literatura de testemunho do autor evidencia narrativas diferentes da oficial, utiliza-se também das contribuições da história no campo da *memória*. Esse processo de lembrar entendido por Michael Pollak, como fenômeno individual e coletivo submetido a modificações constantes, permite pensar em uma ligação estreita entre a memória de Arenas e a sua identidade. Nesse sentido é imprescindível observar a quais memórias Arenas vai recorrer na representação dos acontecidos e na legitimação das suas ações literárias, e quais suas relações com as memórias dos revolucionários cubanos.

Como categorias de análise adequadas para lidar com o tempo histórico, o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* são definidos, respectivamente, por Koselleck como o passado atual – onde os acontecimentos incorporados podem ser lembrados – e o

futuro presente – que se volta ao não experimentado. Permitem assim, não só estudar as elaborações racionais e as formas inconscientes do comportamento de Arenas, como também abordar suas esperanças, medos e vontades com relação à um possível futuro, à uma possível vivência no exílio, à uma possível Cuba sem Fidel.

Entre o arcabouço teórico-metodológico também se destaca o conceito de *representação* de Roger Chartier. Segundo o autor a *representação* é o instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, constrói um significado para o mundo social. É um processo de significação intencional, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente ou grupo. De acordo com esse conceito os discursos de Arenas serão abordados não apenas como uma prática cultural, mas sobretudo, sociopolítica. Longe de considerar tais discursos neutros o presente trabalho se propõe investigar as intencionalidades e interesses do intelectual na construção de seus escritos, de forma a evidenciar as disputas e contradições entre suas representações e as do governo revolucionário.

A pesquisa apresenta ainda uma interdisciplinaridade entre a história e a crítica literária. Sevcenko evidencia que o estudo da literatura consiste em uma ótima estratégia para avaliação de forças e níveis de tensão existentes numa sociedade, uma vez que "a palavra organizada em discurso incorpora em si [..] toda a sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos as estruturas sociais de que emanam" (SEVCENKO, 2003, 28). Dessa forma, sem deixar de expor a necessidade de preservação da riqueza estética da obra, evidencia-se que o foco deste estudo se direciona aos significados condensados na dimensão social da produção discursiva. Logo, a obra de Arenas não pode e não será observada como expressão da verdade, mas como objeto privilegiado no estudo das lutas políticas do contexto analisado.

No mais, ao considerar na análise também os termos utilizados nas obras para se referir aos homossexuais, como por exemplo "traidores" e a relação destes termos com as práticas sexuais, faz-se imprescindível estabelecer correlações com o domínio de História e Gênero.

O auxílio teórico e metodológico dos autores e obras apresentados, permite a análise e investigação em diferentes fontes. No entanto, as documentações selecionadas

possuem tipologias discrepantes e por isso devem ser estudadas de acordo com suas especificidades.

A fonte principal trata-se do livro *Antes que anoiteça* do escritor cubano Reinaldo Arenas, publicado inicialmente em 1992. Esta obra apresenta, principalmente a experiência revolucionária do autor entre os anos de 1957 e 1990 dentro e fora de Cuba. Entre as fontes secundárias destaca-se: o nº 8/9 da revista literária *Encuentro de la Cultura Cubana*, publicada em 1998, na qual é realizada uma homenagem a Mariel através da veiculação de diversas publicações de autores cubanos; os números 1 a 8 da revista Mariel (1983-1985) e ainda o livro *Cartas a Margarita y Jorge Camacho (1967- 1990)*.

A análise dos testemunhos literários baseia-se no uso de técnicas hermenêuticas para a interpretação dos escritos. Este estudo permite investigar, não só as denúncias de Arenas a respeito das formas de violência aos homossexuais evidenciadas em sua obra pelas prisões em centros de concentração, espancamentos e expulsões de escolas politécnicas, mas também, as formas de resistência de homossexuais intelectuais que, segundo o escritor, se reuniam para ler em reuniões secretas as poesias proibidas pelo regime, e que publicavam e veiculavam obras clandestinas dentro de Cuba.

Os testemunhos no livro *Cartas a Margarita y Jorge Camacho (1967- 1990)* serão ainda estudados considerando seu gênero epistolar. Enviadas clandestinamente entre 1967 e 1980, estas cartas apresentam os conflitos do processo revolucionário e as percepções de Arenas a respeito dos acontecimentos daquela época, seus posicionamentos políticos e suas subjetividades, bem como os sentidos que construiu a respeito da Revolução.

Os periódicos, por sua vez, serão abordados a partir de uma perspectiva crítica sobre a imprensa, como espaço de interesses e de intervenção na vida social, não consistindo em transmissores imparciais de conhecimento. Serão observadas as narrativas, produções, a escolha dos temas veiculados e posicionamentos político-ideológicos publicados. Estes periódicos, produzidos após o exílio de Arenas, e em sua maioria sob sua direção, possibilitam a problematização do intelectual, que enquanto permanecia em Cuba almejava a fuga como liberdade, mas que ao sair da ilha caribenha diz ter “deixado de existir”.

É necessário explicitar também que, em função das múltiplas temporalidades presentes nos escritos de Reinaldo Arenas, redigidos tanto em Cuba quanto no exílio, faz-se necessária a análise sistemática de documentos dispersos, produzidos em diferentes contextos. O procedimento de análise é qualitativo, ao passo que o objetivo primeiro da utilização das fontes é a interpretação dos conteúdos, não considerando essencialmente a quantidade de livros, cartas ou periódicos.

Delimitados já o arcabouço teórico metodológico e as fontes a serem utilizadas, estrutura-se o trabalho em dois capítulos a partir de um critério temporal. O primeiro capítulo dará enfoque as representações construídas pelo autor enquanto residente da ilha cubana, tanto a respeito da homossexualidade quanto do processo revolucionário. Explicitando em suas ações literárias a oposição política ao governo, busca-se nesse capítulo evidenciar sob a ótica de Arenas as formas de repressão e de resistência desse grupo social, bem como seus anseios quanto ao mundo no exílio. No segundo capítulo objetiva-se problematizar a sua condição de exilado, seu papel e empenho em construir uma imagem do processo revolucionário, bem como suas percepções sobre a nova realidade.

É considerando que as questões históricas surgem a partir dos questionamentos atuais e que os indivíduos ao fazerem história são movidos por razões pessoais, próprias de seu tempo, que se justifica o desenvolvimento deste estudo, alicerçado sobretudo nas dimensões culturais e políticas.

Em face das constantes manifestações de preconceito aos homossexuais, verificadas cotidianamente através de notícias e relatos nas diferentes mídias e em diversas partes do mundo, questiona-se inicialmente, como a sociedade concebe e representa a figura do homossexual e em quais tratamentos resultam essas construções. Tendo em vista a amplitude deste projeto, e a relativamente grande produção que abarca o tema, busca-se uma delimitação espacial que permita contribuir com os debates já estabelecidos.

Ao entrar em contato com pesquisas sobre a Revolução Cubana e observar a construção da figura de um “Homem novo”, na qual aparentemente os homossexuais são excluídos, vislumbra-se uma oportunidade de abordar o questionamento aqui formulado

sobre a limitação da liberdade individual das pessoas representativas deste grupo e assim colaborar com os estudos nessa área. Nesse sentido, a pesquisa permite, por meio da análise dos testemunhos do escritor cubano Reinaldo Arenas, aprofundar o debate a respeito da perseguição aos homossexuais em Cuba, contribuindo para a ampliação do conhecimento existente acerca desse tema a partir de uma perspectiva histórica.

Referências bibliográficas

AROSA, Guido Vieira. *Pierre Seel e Reinaldo Arenas*: Homossexualidade e cânone da literatura de testemunho. Nº 22 | Ano 15 | 2016 | p. 172-188. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num22/dossie/palimpsesto22dossie11.pdf>Acesso em: 20 ago. 2018.

AZEVEDO, TARCIO VANCIM DE. *Reinaldo Arenas e Heberto Padilla*: memórias dissidentes à Revolução Cubana no ocaso do Socialismo Soviético' 16/06/2014 208 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/FRANCA, Franca Biblioteca Depositária: UNESP/FCHS/Franca

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

MARQUES, Rickley Leandro. *A condição Mariel*: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990). 2009. 276 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MISKULIN, Sílvia Cezar. História, literatura e homossexualidade em Cuba: o caso de Virgílio Piñera. In: COSTA, Adriane Vidal e BARBO, Daniel (Orgs.) *História, literatura e homossexualidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. l0, 1992, p. 200-212.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org). *História, memória, literatura*: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003;

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*; trad. Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Fontes

1- Livros
   a. ARENAS, Reinaldo, (1943- 1990) *Antes que anoiteça*/ Reinaldo Arenas. _2ªed._ Rio de Janeiro : Record, 1995.
   b. ARENAS, Reinaldo, (1943- 1990) *Cartas a Margarita y Jorge Camacho (1967-1990)*. Sevilla: Point de lunettes, 2010.
2- Revistas

a) ENCUENTRO de la cultura cubana. Madrid. v. 1, n. 8/9. 1998.

b) MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 1. Primavera 1983.

c) MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 2. Verano 1983.

d) MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 3. Otoño 1983.

e) MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 4. Invierno 1984

f) MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 5. Primavera 1984.

g) MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 6. Verano 1984.

h) MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 7. Otoño 1984.

i) MARIEL. Revista de literatura y arte. Nova York, NY. v. 1, n. 8. Invierno 1985.

Fora dos corpos: uma análise das práticas e representações das travestis na cidade de Ituiutaba (década de 1990 até o presente)

Gustavo de Souza Rubbi
Graduando em História ICHPO/UFU
gustavorubbi@hotmail.com

Resumo: Ao longo da história as travestis têm sido alvos de discriminação e de sucessivas tentativas de negação de seus corpos e identidades. A fim de contribuir com os estudos acerca da temática de gênero e da história de travestis, o presente trabalho tem como objetivo compreender as práticas e representações de travestis na cidade de Ituiutaba, examinado tanto suas visões de mundo quanto suas percepções acerca dos modos como são vistas pelos demais segmentos da sociedade. Além de analisar as experiências de vida desses sujeitos históricos, a pesquisa propõe-se a entender suas demandas e perspectivas de vida. Para isso, serão utilizadas as categorias de análise espaço de experiência e horizonte de expectativa de Koselleck e o conceito de representação de Roger Chartier. O procedimento de análise baseia-se em técnicas de pesquisa da história oral e na abordagem qualitativa, atentando-se para os indícios presentes nas falas das entrevistadas e nas singularidades que marcam suas histórias de vida. Busca-se compreender as especificidades que envolvem as práticas e representações das travestis, investigando as práticas sociais anteriores ao processo de construção de uma identidade travesti, os principais desafios do processo de construção corporal, bem como seus horizontes de expectativas.

Introdução.

A multiplicidade das experiências travestis tem sido objeto de questionamento de muitas pessoas. No meio acadêmico, nota-se uma crescente produção de pesquisas destinadas a compreender a subjetividade desses corpos. Entretanto, se voltarmos o olhar para a história, podemos observar que as travestis tiveram seus corpos negados e identidades anuladas pela crescente onda de ódio e discriminação, nota-se também, como esses sujeitos são tradicionalmente estigmatizados de exóticos, esquisitos e problemáticos.

Na realidade local da cidade de Ituiutaba[59], observa-se os olhares curiosos, desejastes ou de reprovação da população local que como apontado pela perspectiva da travesti "As pessoas não me encaram com bons olhos não [...] tem umas que passa mexe e faz chacota" (DOROTEIA, 2018, p.16)[60]. Assim, dentro desse contexto multi-interpretativo, a pesquisa foca em compreender as práticas e representações das travestis na cidade de Ituiutaba, examinado tanto as suas visões de mundo quanto as suas percepções aos modos que são entendidos pelos demais seguimentos da sociedade. Busca-se através da realização de entrevistas orais, entender os principais desafios e problemas de um processo de construção corporal e subjetivação de uma identidade travesti, bem como, perceber a multiplicidade de experiências e expectativas desses sujeitos.

Entendo experiência e expectativa como categorias históricas de análise que permitem abordar a história como experiências vividas e por expectativas dos indivíduos. Como afirmado por Reinhart Koselleck, essas categorias permitem tornar compreensíveis as relações entre passado e futuro, "entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um "tempo histórico" (KOSELLECK, 2006, p.16). Portanto na forma como cada indivíduo lidou com suas experiências e anseia por suas expectativas, se constitui uma relação com o tempo histórico. Nesse sentido, a análise realizada dos depoimentos coletados das travestis, levou em consideração a busca pela compreensão de suas histórias e a forma como esses indivíduos se percebem e se constituem no tempo.

Recorrer à categoria experiência mostra-se como uma estratégia teórica-metodológica importante, pois ao invés de tomar como referência categorias de análise pré-estabelecida, o uso desse conceito, permite compreender a história como experiência vivida. Como apontado por Joan Wallach Scott, em sua produção *A invisibilidade da experiência*, essa categoria permite compreender a vida dos sujeitos como processos históricos, trazendo protagonismo aos indivíduos que foram reprimidos e explorados.

---

[59] A cidade de Ituiutaba é um município do interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. Sua população em julho de 2019, de acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, era de 104 671 habitantes. Ler mais em www. ituiutaba.mg.gov.br.

[60] Como forma de preservar a identidade do sujeito pesquisado utiliza-se na pesquisa nomes fictícios que não possuem nenhuma relação com o indivíduo.

Assim, como já explicitado, a categoria experiência, é utilizada como forma de compreender o modo pelo qual as travestis apreendem os conhecimentos dos eventos passados e vividos.

Na perspectiva aqui adotada, propõe-se compreender as experiências travestis relacionadas ao tempo e a realidade social da cidade de Ituiutaba, que a todo momento é pensada e construída por esses sujeitos. A partir disso, entendendo que as percepções do social não são discursos neutros, utiliza-se das categorias de representação e de prática de Roger Chartier. Em sua obra *A história cultural entre práticas e representações* Chartier assinala que as lutas por representações são importantes para se entender os mecanismos pelos quais um grupo impõe a sua concepção de mundo, seus valores e seus domínios. Assim, essas categorias tornam-se uteis para tornar inteligível as formas simbólicas e discursivas que as travestis utilizam para se afirmarem e se construírem.

A partir do contato com os sujeitos da pesquisa, nota-se que desde a infância esses indivíduos já sentiam que havia algo de errado com seus corpos e que não se entendiam naquela identidade. É nesse sentido, que a categoria gênero da autora Joan Wallach Scott, torna-se útil para analisar a multiplicidade da formação identitária desses sujeitos. A obra *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* insere as discussões de gênero no campo historiográfico ao considerá-lo uma categoria de análise histórica, possuindo características inerentes às relações humanas e aos indivíduos. Assim, gênero torna-se uma categoria analítica útil pois possibilita o aprofundamento nos sentidos construídos sobre o masculino e o feminino, transformando o espectro desses gêneros e sexo em campos multi-interpretativos e multi-significativos.

Ao estudar as travestis em Ituiutaba, percebe-se que a construção de suas identidades, desenvolvem-se ao longo do tempo, de forma fluida e variada. Entretanto, chama a atenção, que ambas as entrevistadas se perceberam desde sua infância como não pertencente a uma noção concreta de gênero. Portanto, entendendo a necessidade de compreender a multiplicidade que envolve a construção das identidades travestis, optou-se por não se prender a conceitos fixos e limitados de gênero. Assim, entende-se sexualidade e gênero através da categoria *Queer*. Como apontado por Tiago Duque, em sua obra *Montagens e desmontagens*: *desejo, estigma e vergonha entre travestis*

adolescentes o *Queer* está relacionado a uma concepção pos-estruturalista, que origina uma nova forma de identificação pessoal, incluindo todas as identificações sexuais que não são consideradas normais ou aceitas. Nesse sentido, *Queer* é uma categoria que pode significar excêntrico, esquisito, diferente, estigmatizado ou anormal e essa filiação teórica possibilita reconhecer como objeto de pesquisa sujeitos com identidades fluidas e sem essências demarcadas.

Dois trabalhos se fazem importantes para o desenvolvimento e construção da pesquisa. O primeiro é a obra *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes* do autor Tiago Duque. A produção se coloca importante, pois possibilita compreender que os processos de construção e desconstrução dos corpos das travestis estão relacionados a experiências subjetivas. Além disso, contribuiu para o entendimento das múltiplas questões que envolvem o gênero, corpo e identidade travestis. Ademias a obra é considerada importante, pois assim como essa pesquisa, trabalha na perspectiva de que no estudo dos sujeitos travestis, o mais significativo não é reunir um grande número de entrevistas, mas sim atentar-se aos detalhes fornecidos.

O segundo trabalho, é a obra *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis* de Marcos Benedetti. A produção contribui para o entendimento da construção das identidades travestis, e principalmente, contribui para o entendimento de questões relacionadas ao corpo desses sujeitos pois, o autor entende que o processo de montagem é o ato de se vestir como mulher e é um processo que envolve a manipulação e construção da qualidade feminina. Nesse sentido, destaca-se esse trabalho, por concordar com o autor da necessidade em abordar o corpo e o gênero das travestis em uma dimensão cultural, para que desse modo, se possa entender os processos de construção corporal e subjetivação de identidades como processos culturais.

Diante dessas referências históricas feitas por alguns dos poucos estudiosos que se dedicam ao estudo das travestis brasileiras, percebe-se não ser possível pensar a história das experiências desses sujeitos como constituídas por uma sucessão de acontecimentos lineares e demarcados, que colocam a subjetividade desses indivíduos como resultados de períodos históricos distantes. Assim, nessa pesquisa, há uma valorização da abordagem da história do tempo presente, pois esse campo de pesquisa

reconhece o protagonismo dos atores sociais e preza pela relação entre a história e a memória. Devido ao seu caráter de renovação histórica, a história do tempo presente proporciona uma ampliação do uso se fontes, possibilitando assim que essa pesquisa preze pela interdisciplinaridade ao manter o diálogo constante com a antropologia.

Sendo o objetivo da pesquisa, compreender as práticas e representações das travestis na cidade de Ituiutaba e examinar suas experiências de mundo, utiliza-se com fontes principias três entrevistas orais. Nesse sentido, o procedimento de análise baseia-se na abordagem qualitativa, atentando-se não para um grande número de entrevistas, mas sim aos detalhes fornecidos pelos entrevistados. Portanto atentando-se aos comportamentos, experiências de vida, expectativas e desafios que envolvem a prática travestis, utiliza-se como forma de identificar esses elementos, os parâmetros e técnicas da história oral. Nesse sentido, de acordo com Paul Thompson, a história oral, consiste em um método investigativo e pode ser definida como uma "interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências" (THOMPSON, 2000, p.9). Além disso, a utilização da história oral proporciona um trabalho investigativo de problematizações, pois relaciona as vivencias relatadas pelo entrevistado ao contexto mais amplo, no qual ele está inserido.

Os parâmetros e técnicas utilizados para o desenvolvimento da metodologia em questão baseia-se no *Manual de história oral* da autora Verena Alberti. Portanto, seguindo essa abordagem metodológica busca-se estruturar roteiros de entrevistas de maneira a coletar as informações que possibilitem tornar inteligíveis as práticas e representações das travestis.[61]

O corpus documental é constituído também, pelas seguintes fontes secundarias: O terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3[62] , documentos e

[61] Está contido nesses roteiros um breve discurso livre de apresentação dos indivíduos entrevistados, no qual irão destacar aspectos gerais de suas experiências (data e local de nascimento, breve trajetória de vida: onde estudou, onde mora, onde nasceu, trabalho, relacionamentos, família, etc.)
[62] Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos. Disponível em: < https://pndh3.sdh.gov.br/public/downloads/PNDH-3.pdf>. Acesso em 06 abril 2019.

legislações, destinadas a pensar as políticas públicas, voltadas a atender as demandas das travestis, como por exemplo, o Plano Nacional de Combate à violência e à discriminação GLTB e promoção da cidadania homossexual[63] , o Plano Nacional de Enfrentamento da epidemia da AIDS e das DST entre gays, HSH e Travestis[64] e a Portaria nº 475 do Processo Transexualizador[65] . Esses documentos e legislações possuem valor para a pesquisa, por possibilitarem pensar as relações entre as travestis e os órgãos governamentais, seja em ações voltadas para ampliação do acesso ao sistema de saúde, em ações que visam combater a discriminação, ou ações que agem na inserção desses sujeitos no meio social. Referente a análise desses documentos, o apoio é encontrado nas contribuições de Tiago Duque, que analisa as normas sociais que envolvem as travestis e as estruturas políticas, que buscam protege-las e acabam desvalorizando seus desejos e expectativas de vida.

A partir do contato com as travestis que tive acesso, início o primeiro capítulo problematizando as experiências e expectativas desses sujeitos anteriores ao processo de construção corporal e subjetivação de uma identidade. Nesse capítulo, pretendo analisar como as relações mantidas por esses sujeitos no tempo histórico de sua infância, contribuíram para a formação de suas identidades. Além disso, esse capítulo busca também, analisar as relações desses sujeitos com seu corpo, vestimentas e identidades anteriores as transformações. Buscando também, refletir como os sujeitos entendem suas trajetórias de vida e se representam, pretende-se no segundo capítulo problematizar a trajetória de vida das travestis, destacando como ao longo do tempo e com as mudanças no corpo e na identidade elas se constroem e projetam suas expectativas e experiências.

---

[63] Programa Nacional de DST e Aids. Plano Nacional de Combate à violência e à discriminação GLTB e promoção da cidadania homossexual. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_epidemia_aids_hsh.pdf>. Acesso em 06 abril 2019

[64] Programa Nacional de DST e Aids. Plano Nacional de Combate à violência e à discriminação GLTB e promoção da cidadania homossexual. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_epidemia_aids_hsh.pdf>. Acesso em 06 abril 2019

[65] _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 457, 19 de agosto de 2008. Processo Transexualizador. Brasília, DF, 2008b.

Diante dos referencias históricos abordados, o trabalho se faz relevante pelos seguintes motivos. Primeiramente, a pesquisa é uma forma de suprir uma inquietação pessoal a respeito da posição e espaço destinados as questões trans e travestis, seja tanto dentro do próprio movimento LGBTTQI+[66] quanto nas questões de caráter social, cultural e político. Ao que se refere as contribuições e relevâncias da pesquisa para a área historiográfica, pode ser citado a importância em contribuir na compreensão das travestis como indivíduos históricos e portadores de experiências que merecessem serem valorizadas e entendidas. Por fim, acredita-se que a pesquisa possa ser útil para trabalhos futuros que busquem compreender as travestis da cidade de Ituiutaba, pois o trabalho apresenta-se como um tema inédito por estudar e atentar-se para as características, singularidades e demandas próprias das travestis localizadas na cidade.

Referências bibliográficas

ALBERTI, V. A Entrevista. In: __. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 81-136.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. 194 p. Inclui bibliografia. ISBN 8522504776 (broch.).

BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda Feita*: o corpo e o gênero das travestis.' 01/03/2000 141 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Ciências Humanas.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002. 244 p. (Memória e sociedade). Inclui índice. ISBN 9722905848 (broch.).

DUQUE, Tiago. *Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 489-500, maio 2012. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200010>. Acesso em: 16 maio 2018.

[66] Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers e pessoas intersex

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens*: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. *A invisibilidade da experiência*. Projeto História, São Paulo, (16), fev. 1998, p. 297-325.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul. /dez. 1995, p. 1-32.

THOMPSON, Alistair. *Recompondo a memória*: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 15, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216>. Acesso em: 22 ago. 2018.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. Trad. Andréa Zhouri e Lígia M. L. Pereira. História Oral. Revista da ABHO, nº 5, junho de 2002. p. 09-28;

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: Contribuição às emântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

Fontes

AURORA. Entrevista concebida a Gustavo de Souza Rubbi. Ituiutaba, Minas Gerais, 12 de set. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no acervo pessoal de Gustavo de Souza Rubbi].

DOROTÉIA. Entrevista concebida a Gustavo de Souza Rubbi. Ituiutaba, Minas Gerais, 31 de maio. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no acervo pessoal de Gustavo de Souza Rubbi].

https://www.pndh3.sdh.gov.br/portal. Acesso em 10 out 2018.

https://fatalmodel.com/travestis-ituiutaba-mg. Acesso em 10 out 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Plano nacional de enfrentamento da epidemia de Aids e das DST entre gays, HSH e travestis. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM n. 1.707, 18 de agosto 2008. Processo Transexualizador. 2008a.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 457, 19 de agosto de 2008. Processo Transexualizador. Brasília, DF, 2008b.

_____. Secretaria Especial Dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Secretaria Especial Dos Direitos Humanos, 2009b.

_____. Portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2009d.

_____. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2010a.

_____. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 1.482/97: Cirurgia de transgenitalismo, 1997.

_____. Resolução CFM nº 1.652/02: Cirurgia de transgenitalismo, 2002.

_____. Resolução CFM nº 1.955/10: Cirurgia de transgenitalismo, 2010.

Narrativas de legitimação do golpe militar de 1964 no Brasil: uma análise do discurso acerca da ameaça comunista na Câmara Municipal de Nanuque-MG

Maria Paula Menezes Leite
Graduanda do curso de História do ICHPO - UFU
Bolsista PET História
mp.menezes.leite@gmail.com

Resumo: Os processos de construção da memória coletiva constituem um importante campo da pesquisa histórica. Compreender o discurso político do golpe de 1964 e suas dinâmicas de legitimação são, portanto, tarefas imprescindíveis ao ofício do historiador brasileiro — sobretudo em momentos de crise política e ameaça à democracia, como o que experienciamos atualmente. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar o discurso anticomunista na Câmara Municipal de Nanuque como parte das estratégias de legitimação do golpe militar de 1964 no Brasil. Para tanto, o procedimento metodológico adotado consiste na análise e discussão de um requerimento pautado na Câmara Municipal de Nanuque em 20 de maio de 1964, no qual se faz referência direta ao Ato Institucional Número 1 (AI-1) e pede-se a cassação de mandatos de políticos locais. Visando contribuir com a discussão acerca das lacunas historiográficas sobre o golpe, o trabalho propõe-se a evidenciar, desta forma, a importância da compreensão dos processos que legitimaram a narrativa do regime também nos cenários regionais e em espaços frequentemente marginalizados pela historiografia.

Introdução

O presente trabalho compreende-se enquanto um recorte da pesquisa do TCC, em que pretendo compreender o anticomunismo ou "medo vermelho" no Vale do Mucuri e como se dão as influências e dinâmicas desse discurso no âmbito político local, num contexto pós-golpe militar no Brasil. Através de reflexões proporcionadas pela bibliografia aqui proposta, é possível relacionar a fonte documental a um contexto histórico-político mais amplo, de forma a compreender a influência dos mecanismos de legitimação do golpe e como estes se configuram numa esfera local a partir do discurso e das representações tecidas ao longo do documento.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2000), o anticomunismo sustenta-se historicamente enquanto discurso e representação através de três matrizes distintas: catolicismo, liberalismo e nacionalismo. No Brasil, remonta ao século XIX, podendo ser

observadas, entretanto, três grandes "ondas" mais críticas em todo o período republicano: 1935 a 1937; 1946 a 1948 e 1961 a 1964.

Uma estreita relação entre os discursos do medo vermelho e momentos de crises política e econômica no Brasil é apontada por Motta (2000) e Trevisan (2018), destacando-se as décadas de 1930 e 1960 enquanto cruciais para compreensão do fenômeno no país. Para Trevisan, "os argumentos anticomunistas viriam a alimentar o rompimento com a democracia em diversos regimes ocidentais capitalistas." (TREVISAN, 2018, on-line).

Na década de 1960, no contexto em que a fonte documental analisada está inserida, com o auge da influência da revolução cubana e o contexto pós-guerra, o cenário público brasileiro é tomado por reivindicações reformistas. O governo de João Goulart atende a uma série de reivindicações dos setores ditos progressistas no Brasil, vindas de sindicatos de trabalhadores, movimentos de luta pela terra, estudantes, entre outras. Os setores organizados da direita brasileira e grandes empresários, também influenciados pelo empenho antirrevolucionário dos Estados Unidos e por argumentos no campo da economia, na moralidade cristã e numa suposta defesa da "democracia", retomam o discurso anticomunista para legitimar o golpe militar de 1964.

1. Identificação

A fonte proposta na presente análise trata-se de um requerimento apresentado à Câmara Municipal de Nanuque, por iniciativa do vereador Péricles Gonçalves, da UDN. O requerimento consta na ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque, ocorrida a 20 de maio de 1964. A fonte encontra-se no Livro de Atas 007 (1963-1965) da Câmara Municipal de Nanuque, digitalizado e catalogado para fins de pesquisa.

2. Temas e questões apresentadas

O requerimento nº 60 inicia-se através da leitura de trechos do preâmbulo do primeiro Ato Institucional (ou AI-I, como ficou conhecido posteriormente) promulgado pelo regime militar após o golpe de Estado em abril de 1964. Tal preâmbulo tem como tem como objetivo justificar o poderio auto atribuído pelos militares à sua chamada

Revolução Vitoriosa. Objetivo justificar o poderio auto-atribuído pelos militares à sua chamada Revolução Vitoriosa. De acordo com Torres (2016), "O Ato Institucional número 1 estabeleceu a primeira diretriz repressiva que legislativamente dava guarida ao golpe de 1964 e às atitudes autoritárias tomadas pelos militares após a deposição de João Goulart."[67].

Após a leitura do preâmbulo do AI-I, consta no requerimento a citação à algumas personalidades jurídico-administrativas favoráveis ao golpe. É possível observar em seus discursos uma estratégica deslegitimação dos aparatos legais e da Constituição, tidos neste momento enquanto meros "formalismos jurídicos" que poderiam vir a impedir a "salvação da Nação", caso fossem levados a cabo. Também estão presentes evidentes posicionamentos de legitimação de uma narrativa política em que estava imbuída a perseguição de quaisquer opositores ao regime, sob a pecha de "elementos subversivos", "comunistas" e "agitadores".

São citadas no documento as dinâmicas políticas empreendidas em meio à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e de "numerosas câmaras municipais", que, por "exclusiva iniciativa" visaram "eliminar de seus quadros" os "elementos subversivos" ali presentes, através da cassação de seus mandatos.

Após esta exposição, afirma-se o pedido de cassação dos mandatos do vice-prefeito Antonio Santos, do vereador Nicodemos Araújo e dos suplentes Josman Bastos Santos e Adonel Almeida Silva, seguido das justificativas políticas que levam o vereador a realizar o requerimento de nº 60. De acordo com o discurso do requerimento, os vereadores são apontados enquanto verdadeiros "lobos em pele de cordeiro" que haviam infiltrado-se nos âmbitos constitucionais para gozar de benefícios políticos a fim de realizar a "execução da guerra psicológica, mediante a infiltração no seio das classes produtoras e do operariado (...) manipulando a intriga, a mentira, visando a divisão das forças democráticas".

[67] TORRES, Mateus. O primeiro Ato Institucional: Carlos Medeiros Silva e o STF no pós-Golpe de 1964. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, 489-505. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.15175/1984-2503-20168304

A leitura de tais trechos e sua posterior justificativa realocada à âmbitos regionais, demonstra como o discurso da legitimação do golpe estava sendo articulado também nos meandros da vida pública em regiões não compreendidas como grandes centros urbanos. Para além de uma legitimação no campo das narrativas do regime e do "medo vermelho" estabelecidos também nas cidades do interior, evidencia-se a plena perseguição a indivíduos não compactuantes com o regime.

Através de outras fontes locais de âmbito administrativo, de imprensa e de memória, pode-se, contudo, compreender de forma mais profunda como se deram as dinâmicas regionais de perseguição política, bem como os critérios utilizados para as amplas taxações de "comunistas", "subversivos" e outros adjetivos largamente utilizados pelo regime e seus compactuantes políticos.

3. Construção da temporalidade

A fonte apresenta e articula diferentes projeções das temporalidades, sempre diagramadas sistematicamente de modo a legitimar a narrativa pautada no seio do regime e de seus apoiadores.

➢ Projeção de passado

É possível observar nas falas das personalidades jurídico-administrativas citadas, bem como na fala do próprio vereador que apresenta o requerimento, uma intenção de desmoralização do passado político do Brasil. Observando-se, por exemplo, o próprio preâmbulo do AI-I, evidencia-se que o mesmo defendia que o governo destituído pelo regime estivera, deliberadamente, "bolchevizando" o país.

Através de falas citadas na representação, reforça-se a narrativa de que o país estivera tomado por perversos e diabólicos comunistas, imbuídos do dever de "cubanizar" o Brasil — alguns inclusive infiltrados nos aparelhos administrativos públicos "recebendo dinheiro de Moscou ou Pequim".

A partir de trechos em que acusam-se os vereadores chamados subversivos, sustenta-se a teoria de que membros do aparato público nanuquense teriam sido num passado

recente — ainda amparados pelo antigo governo — responsáveis pela "execução da guerra psicológica, mediante a infiltração no seio das classes produtoras e do operariado, (...) manipulando a intriga, a mentira, visando a divisão das forças democráticas."

- **Diagnóstico do presente**

Observa-se no documento uma projeção positiva do presente, em que as ações necessárias para livrar o país das garras do comunismo e garantir a "democracia" e a ordem nacionais estavam sendo tomadas pelo bravo grupo de líderes do povo, preocupados em instaurar, desta forma, a "autêntica revolução" que se iniciava.

O documento também projeta no tempo presente o apoio da opinião pública nacional, da imprensa e de "todos os renomados juristas e constitucionalistas nacionais" como legitimadores e adeptos da narrativa do regime.

A partir de projeções otimistas e positivas acerca da atuação das Forças Armadas, nutre-se um estratégico caráter de urgência em extinguir do meio da administração e da vida pública todo e qualquer indivíduo contrário aos direcionamentos do regime — ou ao menos assim compreendidos no universo interpretativo de seus companheiros do legislativo. É possível observar, ainda remetendo-se a estes trechos, que os políticos locais acusados articulam ampla defesa em meio a sociedade e, paradoxalmente ao suposto apoio incondicional do povo à causa do regime, encontram certo tipo de respaldo, visto que "estão agora depois da vitória da Revolução empenhados em se apresentarem a opinião pública como vítimas, como inocentes, como perseguidos, despertando a compaixão do povo."

- **Projeção de futuro**

A projeção que se faz do futuro, no documento, está intrinsecamente ligada ao cumprimento dos direcionamentos outorgados e validados pelo regime. Apesar de criar-se uma atmosfera positiva de ordem e progresso das forças supostamente democráticas

do regime, também se fazem presente os perigos de uma “revolução” que não tenha seus objetivos cumpridos.

A sustentação de uma atmosfera de incertezas, medo e terror faz parte de conhecidas estratégias políticas de dominação e controle da opinião pública. Desta forma, ao afirmar que “atingidos esses objetivos [do regime], o Brasil ficará livre da subversão, do caos, com a ordem jurídica restaurada”, sustenta-se a ideia de que a ameaça comunista precisa ser dura e arduamente combatida no presente, para que seja possível assegurar um futuro à Nação.

É possível atentar também para a projeção de futuro que se faz acerca do tratamento dos elementos tidos como subversivos. Indignos de suas posições e agora, sem constituição ou direitos legais aos quais recorrer, homologa-se em discurso sua exclusão da sociedade.

Paradoxalmente, tendo o próprio regime colocando-se acima da Constituição e da legislação vigente, sustenta-se a negação dos direitos políticos ao fato de que os tais indivíduos almejavam o extermínio dos textos legais: “os agitadores e subversivos não poderão ser tratados sob a proteção dos textos legais que eles próprios queriam destruir”. Nota-se, desta forma, que o futuro da Nação, correspondente às aspirações do presente da ordem recém-instaurada, torna-se dependente da legitimação do discurso do regime e do acatamento irrestrito e subordinado de suas imposições.

4. Construção de lugares e sujeitos sociais

É possível observar uma clara construção de lugares e sujeitos sociais no documento. A partir da dicotomização “nós” e “eles”, sustenta-se a distância entre os agentes sociais descritos e trazidos pela fonte.

Os lugares sociais representados ficam claros à medida em que é possível relacionar e compreender as dinâmicas políticas empreendidas tanto em âmbito nacional quanto em âmbito regional no que se refere ao discurso do regime. De um lado, os tais elementos subversivos, acusados de conspirar contra a Pátria-Mãe. Do outro, os

salvadores da Nação que, imbuídos de seu dever para com a sociedade brasileira, visam expurgar as ameaças à ordem, ao progresso e à democracia tupiniquins.

Ao contrastarem-se ambos os sujeitos representados e descritos na fonte, pode-se evidenciar a narrativa legitimadora do regime: eles, o perigo; nós, a salvação. Lá, é onde busca-se a derrocada da ordem e a insurreição de práticas perversas que atentam contra a moral e a propriedade privada. Aqui, é onde impedimos e eliminamos qualquer foco de perigo pelo bem da pátria amada e do progresso nacional.

Desta forma, é possível observar no discurso proferido em meio à Câmara Municipal de Nanuque um claro processo de maniqueização da opinião pública: busca-se através da narrativa sustentada pelo regime a dicotomização dos lugares e sujeitos sociais em meio à crise política. Através do distanciamento eles-nós, lá-aqui, constrói-se a atmosfera necessária à legitimação do discurso do regime. Enquanto houver perigo, necessita-se de salvação. Enquanto "eles" existirem, a sociedade brasileira continuará ameaçada.

5. Análise do emissor

O emissor trazido pela fonte caracteriza-se enquanto sujeito público da sociedade nanuquense, preocupado e atento no que se refere às necessidades de expurgo dos elementos subversivos em meio aos aparatos administrativos.

Pode-se afirmar, observando-se os limites teórico-metodológicos no que tange o tratamento e a análise da fonte documental, que o emissor em questão busca a aprovação de seus pares — também inseridos nos mesmos processos e dinâmicas empreendidas em meio à vida política — e, ao apresentar tal requerimento, arma-se de um sólido distanciamento no que diz respeito às atividades supostamente subversivas e conspiratórias de que acusa os referidos colegas indiciados, garantindo assim, certa "imunidade" no que tange os processos investigativos empreendidos posteriormente pela Polícia Política e pelo DOPS no município de Nanuque.

6. Análise do destinatário

Os destinatários aos quais o emissor dirige-se, levando-se em consideração a característica de plenária legislativa onde é proferido o discurso, constituem-se, em sua maioria, de figuras públicas do aparato administrativo local. Através da leitura integral da Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque, constata-se que o referido requerimento é aprovado por unanimidade, sendo impossível, no entanto, realizar uma análise mais detida levando-se em consideração apenas a documentação proposta.

Considerações finais

Após a análise da fonte proposta, é possível atentar-se para a forma como se articula a narrativa do golpe no documento: deslegitima-se o antigo governo, reforça-se um discurso positivo sobre o tempo presente ao passo que alerta sobre os perigos que ainda rondam a nação e projeta um futuro promissor rumo ao desenvolvimento e ordem democráticas, desde que os objetivos ideológicos da Revolução sejam amplamente cumpridos.

Conclui-se que o requerimento em questão não apenas legitima a narrativa do regime, como também a incorpora em vista de seus aspectos discursivos. A compreensão desses discursos e de suas dinâmicas de disseminação fora dos grandes centros urbanos evoca importantes reflexões no que tange, para além da legitimação da narrativa do golpe de 1964, a compreensão de nosso contexto político atual.

REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE NANUQUE. Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Nanuque. Livro de Atas 007. Nanuque, 20 de Maio de 1964.

DREIFUSS, René Armand. 1964, A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 6º ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617/17356.&gt

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses, Londrina, V. 8, n. 15 esp., p. 10-45, 2015. Disponível em:

SAMWAYS, Daniel Trevisan. A “ameaça vermelha”: medo e paranoia anticomunista (artigo). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/medo-e-paranoia-anticomunista/ . Publicado em: 22 jan. 2018.

TORRES, Mateus. O primeiro Ato Institucional: Carlos Medeiros Silva e o STF no pós-Golpe de 1964. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, 489-505. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.15175/1984-2503-20168304

RESUMOS EXPANDIDOS

Formação, saberes e práticas de professoras/os de história: as questões de gênero nas salas de aula (Ituiutaba-MG, Brasil)

Miguel Antonio da Costa

Graduando em História ICH/ UFU

miguel.antonio199784@gmail.com

Resumo: A questão de gênero na atualidade tem levantado grandes discussões, que se tornam a cada momento mais complexas e restritas em alguns setores. A escola se torna um grande alvo da negação da diversidade de gênero, onde os sujeitos se fazem presentes de diversas formas. As professoras/es assumem um papel de difícil tarefa de lidar com toda essa diversidade. Mas como os professores abordam essas questões nas salas de aula? Os estudos que estão em desenvolvimento têm como abordagem a história oral temática, e tem como intuito identificar nas falas das professoras/es de história como os temas de gênero aparecem nas salas de aula. Por meio do questionário perceber como esses docentes abordam e pensam sobre os assuntos relacionados ao gênero e sexualidade dos estudantes. Percebendo também as limitações e possibilidades que as escolas e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de história possibilitam esse desenvolvimento. Por fim propor metodologias que possibilitem as professoras/es desenvolver os assuntos de gênero nas aulas.

Introdução

As questões de gênero nas aulas de história se apresentam como um grande desafio, que professores e professoras enfrentam diariamente em suas aulas. Pesquisas revelam que esse assunto praticamente não é debatido com os estudantes em nenhum período de sua vida escolar. O silenciamento pode ser compreendido em função de que é uma temática pouco abordada na formação inicial que cada professor obteve, que não considera os diferentes corpos existentes nos diversos lugares e ambientes escolares.

Outro grande fator que influencia é em relação ao currículo de história, que não apresenta essas concepções existentes de gênero e de categorias que são criadas para encaixar os seres humanos em determinados lugares, e julgar o que é certo ou errado. O currículo, historicamente, apresenta a ideia de uma sociedade branca e heteronormativa e o diferente é visto como exótico e esquisito. A formação inicial do professor também

influencia em relação ao tema, contribui para o entendimento do professor, e então auxilia na transposição e integração dos assuntos.

Analisando essas características podemos nos ater na relação desses professores com sua formação inicial, como o currículo influencia na maneira de ensinar e como destaca a questão do gênero e por fim como ensinar gênero nas aulas de história, numa sociedade que ainda é repleta de preconceitos em relação a sexualidade etnia classe e religião.

Para a realização da pesquisa estão sendo utilizadas a análise documental, revisão bibliográfica, observação do espaço escolar e o uso da história oral temática. Até o presente momento estão sendo feitas somente a análise documental da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de história analisando onde e como aparecem as questões de gênero, é através dessas aberturas pensar como os docentes podem discutir as questões relacionadas ao gênero.

A análise documental também se baseia em entrevistas de história oral com quatro diferentes professores e professoras de História que atuam no ensino público de escolas localizadas na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. Haverá um roteiro de entrevista contendo diversas perguntas sobre as práticas docentes dessas professoras/os, e sobre como eles lidam com os estereótipos dentro da sala de aula. As entrevistas até o presente momento ainda não foram gravadas, mas serão transcritas e textualizadas. Acredito que por meio da história oral temática e das observações será possível identificar os saberes, as práticas, e a formação de cada docente no que se refere a questão de gênero.

Os estudos do ensino de História no Brasil, estão crescendo frequentemente no decorrer dos últimos anos. Silva Júnior (2018) ressalta que muitos pesquisadores centram seus esforços em tentar compreender e explicar os múltiplos processos que compõem os ambientes escolares e suas particularidades. Ele acredita que os estudos desenvolvidos no campo do Ensino de História, mantém uma relação muito próxima, só que ao mesmo tempo estranha, com a produção de conhecimento da historiografia profissional. Os estudos desenvolvidos na área do ensino de história destacam o tempo presente, mas com

isso não se pretende tirar o olhar da historiografia profissional, mas considerar que os historiadores observem os usos da história, que não seja necessariamente a produção de historiadores.

No que tange a questão dos usos da história oral, autores que auxiliaram na pesquisa, por exemplo Verena Alberti (2008) que desenvolve em seus escritos o trabalho com as pesquisas realizadas na história oral. Ela considera que trabalhar com essa metodologia é um trabalho de bastante dedicação e tempo, seja no momento das entrevistas, que você se põe a conhecer o outro ou no momento da transcrição das entrevistas, que é um trabalho bem delicado e utiliza bastante do seu tempo. Outro importante autor que aborda a utilização da história oral em seus estudos é Alessandro Portelli (2010), que aborda a ética na história oral. O historiador que desenvolve pesquisas nessas perspectivas, do trabalho com as fontes e as posturas que se deve ter diante delas. Outro aspecto que ele aborda e a ética que se deve ter com seu entrevistado, em relação aos dados que o historiador procura obter, e também com a preocupação da divulgação e sigilo desses dados.

Em relação ao tema relacionado à questão de gênero os textos utilizados estão presentes os do autor Durval Júnior (2010) que desenvolve trabalhos da construção do corpo masculino, destacando o quanto essa construção de macho ideal e ao mesmo tempo extremamente frágil, e se sente intimidado com os movimentos feministas e a comunidade LGBTQIA+. Esses grupos cada um com suas reivindicações de seus direitos ameaçam cada vez mais o que é ser homem nos dias de hoje. Para pensar-se a respeito do gênero no ensino de História a autora Jaqueline Zarbato constrói estudos sobre como a formação inicial dos professores e professoras de história auxiliam nessas questões e como ensinar as essas crianças e adolescentes a importância do respeito às diversidades de gêneros. A escola é um ambiente onde estão presentes vários corpos, que não se encaixam nos padrões que as sociedades impõem, eles necessitam de uma atenção para se sentirem incluídos.

Considerações parciais

Podemos perceber até o momento como as questões de gênero se fazem presentes no cotidiano escolar, são muitas as dificuldades enfrentadas tanto por parte dos estudantes quanto pelo dos professores e professoras. O desafio de se ensinar história e destacar as questões de gênero se fazem de forma muito complicada aos professores, tendo em vista que é um assunto muito pouco debatido e ainda um tabu na nossa sociedade. Alguns docentes não sabem como lidar com essas questões, outros não se tem o mínimo trabalho de entender do que se trata, pelos preconceitos que são construídos diariamente pela nossa sociedade. Esses assuntos estão ganhando cada vez mais um lugar de discussão, mas ainda devem ser avançados muito no ensino em geral e principalmente no ensino de história.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto. 2008. p. 155.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2004

BITTENCOURT, Circe. ***Os saberes Históricos na sala de aula***. São Paulo. Editora Contexto. 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. ***A construção do outro como não-ser como fundamento do ser***. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Costa, M. L., Cabral, C. L. O. Da Educação Rural à Educação do Campo. v.1, n.2, jul/dez, 2016.

DAVID, Priscila. História oral: metodologia do diálogo. **Revista Patrimônio e Memória.** v. 9, n. 1, jan-jun, 2013.

FOUCAULT, Michel. ***História da sexualidade I* – A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal,1988.

GOODSON, Ivor. **Currículo**: teoria e história. 10ed., São Paulo: Vozes, 2008.

GONÇALVES, Nádia. MONTEIRO, Ana Maria. "Saberes e práticas docentes e ensino de História: temas, conceitos e referenciais (1970 – 2014)". In: **Educação em Revista**. N. 33. Belo Horizonte, 2017. pp. 1 – 26.

JÚNIOR, Durval M. A. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., NUNES,

MLS. **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares.** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 21.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, n.9, 2001.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Sexualidade, Deficiência e Gênero: reflexões sobre padrões definidores de normalidade. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília, DF: MEC/Unesco, 2009, p 265- 292.

PEDRO, Joana. "Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea". In: **Topoi**, v. 12, n. 22 jan-jun. 2011, pp. 270 – 283.

PINSKY, Carla. "Gênero" In: PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de história.** São Paulo: Contexto, 2010. pp. 29 – 54.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral.Projeto História.São Paulo, Nº 15, p. 13-33, abr/1997.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SABAT, Ruth . Pedagogia Cultural, Gênero e Sexualidade. **Estudos Feministas**, ano 9, 2001.

SILVA, A. F. J., FONSECA, C. G. O ensino de história do meio rural brasileiro. **Revista Científica ECCOS**. v. 12, n. 2, jul-dez, 2010.

SILVA, Astrogildo Fernandes Junior. Consciência histórica, identidades e ensino de história em escolas no meio rural brasileiro. **Revista Interfaces da Educação**. v. 1, n. 3, 2010.

SILVA, C. B., RIBEIRO, P. R. C. Dossiê gênero e sexualidade no espaço escolar. **Revista estudos feministas**. v. 19, n. 2, mai-ago, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução à teorias do currículo. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença.* In: **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Olhares de gênero na perspectiva escolar. **Revista do Departamento de História e Ciências Sociais.** v. 15, n.2, jul\dez, 2015.

Análise histórica da Lei Maria da Penha e seus avanços

Maria Clara Magalhães de Guimarães Pereira
Graduanda em Serviço Social – FACES/UFU
mariaclaramagalhaesguimaraes@hotmail.com

Soraia Veloso Cintra
Serviço Social – FACES/UFU
soraia.veloso@ufu.br

Resumo: Este presente resumo tem como objetivo realizar uma breve análise histórica da Lei Maria da Penha e seus avanços apresentando considerações de como a aplicação da legislação impactou a vida das mulheres brasileiras que sofrem violência doméstica e familiar. As mulheres sofreram ao decorrer dos séculos inúmeras repressões e o tema violência passa a ter atenção mais específica a partir da campanha 'Quem ama não mata', realizada no Rio de Janeiro no início dos anos 1980, durante o julgamento do assassino de Ângela Diniz (Doca Street). De 1999 até 2002 foram apresentados vários projetos. No entanto, somente em 2004 que um desses projetos seria convertido na Lei n o 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha que foi sancionada em 07de agosto de 2006 e que aborda a proteção dos direitos a todas as mulheres vítimas de violência, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião. A lei recebeu o nome de uma mulher que também foi vítima de violência doméstica e lutou para ver seu ex-marido julgado pelas duas tentativas de homicídio.

Introdução.

A Lei Maria da Penha promulgada em 07 de agosto de 2006 (Lei nº 11.340/2006) é uma conquista de toda sociedade brasileira ainda que muitos possam criticar tal instrumento legal. O caminho para se chegar até ela, porém não foi fácil, tanto que a farmacêutica Maria da Penha Fernandes levou seu caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) para denunciar a impunidade do seu agressor, seu ex-marido, que, tentou matá-la em duas ocasiões, deixando-a paraplégica, e a ausência do Estado na punição do mesmo. A OEA reconheceu a omissão do Estado brasileiro e determinou o julgamento do agressor, elaboração de lei específica no combate à violência contra a mulher, além de pagamento de indenização à

Maria da Penha. O Brasil atua no combate à violência por meio dos instrumentos internacionais que foram criados e ratificados pelo Estado como a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995/Pequim); a Convenção de Belém do Pará (1994). Ainda sim se percebem inúmeras repressões nas formas das violências: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, dentre outras.

Historicamente, o século XX será marcado por grandes avanços para as mulheres, ainda que o mesmo seja marcado por vários conflitos internacionais de proporções significativas para elas. Instaurou-se um período de conquistas e um processo de visibilidade nos primeiros anos, a princípio por meio das lutas no que ficou conhecido como "primeira onda" do feminismo. "Este período aborda uma grande atividade feminista desenvolvida no Reino Unido e nos Estados Unidos. Foi o momento em que o movimento se consolidou em torno da luta pela igualdade de direitos para homens e mulheres" (GASPARETTO JUNIOR, 2019), principalmente na questão do direito ao voto. O feminismo ('primeira e segunda' onda) foi fundamental para redefinir o papel da mulher no público e no privado, pois elencou nas suas ações bandeiras de luta, a ênfase pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o sistema patriarcal.

> O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadã – e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação. (PINTO, 2003, p. 09)

Mas no Brasil, as lutas das mulheres pelos seus direitos não foi uma tarefa fácil. Durante todo o século XX diversas 'bandeiras' foram levantadas e a conquista do direito ao voto é celebrada ainda hoje. Poder votar e ser votada foi um dos grandes avanços da luta feminista brasileira. Mas não só.

Lutar contra a violência também foi necessário e a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, já no século XXI, foi mais um avanço nesta questão, pois a mesma partiu de um movimento que contou com inúmeras manifestações e debates.

O grande marco desse movimento se deu na década de 1970 com a campanha "Quem ama não mata". Essa campanha tratou do assassinato de Ângela Diniz (1944-1976), morta a tiros em 1976 por Doca Street (Raul Fernando do Amaral Street), que alegou 'legítima defesa da honra'. Interessante destacar que o casal ficou junto por apenas 4 meses, e a princípio, Doca teve uma condenação simbólica, mas a repercussão do caso, o levou a um novo julgamento no qual foi condenado a 15 anos de prisão.

A luta continuou e apesar de outros casos envolvendo famosos como Lindomar Castilho, que assassinou sua mulher, Eliana de Grammont; muitas eram as anônimas que morriam pelas mãos de maridos e ex-maridos que não aceitavam o fim dos relacionamentos. Para tentar incentivar as mulheres a denunciarem seus agressores, foi criada em São Paulo, na década de 1980, a primeira delegacia de atendimento às mulheres. Este mecanismo foi um marco na luta contra a violência, pois o atendimento era exclusivo para elas e realizado também por mulheres – delegadas, escrivãs, policiais mulheres.

Na Constituição de 1988 o combate a violência também é destaque: "O Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações." As mulheres continuaram a se mobilizar contra a violência e adentraram a última década do século XX com a certeza de que algo mais efetivo precisava ser realizado. A Convenção de Belém do Pará (1994) e a Conferência de Pequim no ano seguinte trouxeram mais elementos para que essa luta pudesse avançar. Alguns projetos de lei já tramitavam no Congresso Nacional, mas somente nos primeiros anos do novo século é que efetivamente uma lei foi promulgada para garantir punições mais severas contra homens agressores.

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como "Lei Maria da Penha", sancionada em 07 de agosto de 2006, é considerada o principal marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, principalmente, porque depois dela, os casos de homicídio passaram a ter condenações mais severas.

Além da própria Lei, as mulheres contam o “Ligue 180” para receber orientações e informações sobre o combate a violência. Em 2015, por exemplo, o serviço registrou 749.024 atendimentos, um crescimento significativo quando comparado com os atendimentos realizados em 2014 (485.105), são mais de 263 mil novos casos em um ano segundo o Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil do Senado Federal. A Lei além de traçar mecanismos para assegurar a punição ao agressor, trata também do problema da violência doméstica com um conjunto de instrumentos que passa para a oferta de assistência social a vítima da agressão, bem como de proteção e acolhimento; criando, dessa forma, diretrizes gerais para a instituição de políticas públicas abrangentes com vistas ao enfrentamento à violência.

A base dessas discussões, retratam a amplitude das ações que são previstas na legislação, podendo apresentar desafios para a aplicação de medidas punitivas ao agressor definitivamente condenado pelo crime, tendo em vista as condições para sua aplicação que incluem mudanças substantivas nas políticas de segurança pública e no judiciário, mas também requerem a integração entre políticas e serviços nas áreas de segurança, justiça, saúde, assistência social, médica e psicológica, entre outras. A Lei Maria da Penha trouxe modificações importantes, como a retomada dos procedimentos de investigação mediante a instauração de inquérito policial, solicitação de medidas protetivas para aqueles casos em que a mulher estiver se sentindo ameaçada em sua integridade física, ou contra seus filhos ou seu patrimônio, cuidar do transporte das mulheres para hospitais ou locais onde estejam em segurança, etc. Diante disso é essencial ao Estado, realizar a tarefa da sua empregabilidade prática responsável pela estruturação, manutenção e execução de políticas na área de segurança pública, visto o objetivo do resguardo dos direitos das mulheres e protegendo-as contra quaisquer agressões.

Os números atuais, porém, apontam que ainda há muita coisa a ser feita, pois diariamente nos deparamos com registros de mulheres agredidas por companheiros (ou ex) que podem leva-las a mutilações e até a morte.

Referências Bibliográficas

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. "O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha". 1 de fev. de 2014. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_3_criacao-e-aprovacao.pdf. Acesso em 11 de setembro de 2019.

GALVÃO, Patrícia. Memória: 40 anos do feminicídio de Ângela Diniz. 31 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/memoria-40-anos-do-feminicidio-de-angela-diniz/. Acesso em 10 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Fábio Dantas de. "Uma breve análise da Lei Maria da Penha". (2009). Disponível em: https://jus.com.br/artigos/12330/uma-breve-analise-da-lei-maria-da-penha. Acesso em 9 de setembro de 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Senado Federal. "Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais". – N. 1 (2016) -. – Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016. Disponível em: http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf . Acesso em 1 de outubro de 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz. "Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil". VI Congresso Nacional de História da Mídia. UFF, Niterói: RJ, 2008. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Paginas%20que%20resistem%20A%20imprensa%20feminista.pdf. Acesso em 09 de setembro de 2019.

Memórias em cena: a formação do MECA e a cena teatral na cidade de Ituiutaba (1974-1985)

Sara Aline Azevedo da Silva
Graduanda em História – ICHPO/UFU
Bolsista do Programa Residência Pedagógica
sara.aline26@gmail.com

Eduardo Giavara
Curso de História – ICHPO/UFU
giavara@ufu.br

Resumo: O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que tem se estendido ao longo da minha graduação e tem como objetivo entender o papel do Movimento Experimental de Cultura – MECA – e do Teatro Vianinha no fomento da cultura tijucana. Nessa comunicação proponho uma análise sobre um conjunto de depoimentos dos participantes e como eles integraram e construíram suas identidades a partir da experiência teatral, observando os diálogos estabelecidos e as formas de resistência política e da cultura local, onde possamos compreender a participação coletiva na vida social da cidade. Deste modo, é importante analisar nos depoimentos as percepções e subjetividade de cada um, onde os mesmos agem como agentes sociais, culturais e históricos, para que assim consigamos delinear caminhos que relacionem com a prática de um teatro de vanguarda, com elementos de intervenção social ao qual propõe objetivos para a mudança da realidade vivida, principalmente em discussões de políticas públicas para o meio social, educacional e principalmente cultural em meados do processo de redemocratização brasileira.

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que tem se estendido ao longo da minha graduação e tem como objetivo entender o papel do Movimento Experimental de Cultura – MECA – e do Teatro Vianinha no fomento da cultura tijucana. Entre as atividades da pesquisa está a coleta de depoimentos de pessoas que estiveram intimamente ligadas ao movimento e a formação do teatro. Nessa comunicação proponho uma análise sobre um conjunto de depoimentos dos participantes e como eles integraram e construíram suas identidades a partir da experiência teatral, observando os diálogos estabelecidos e as formas de resistência política e da cultura local, a fim de que possamos

compreender a participação dos entrevistados na formação do movimento cultural e seus desdobramento na vida social da cidade. Deste modo, é importante analisar nos depoimentos as percepções e subjetividade de cada um, entender como os mesmos atuaram como agentes sociais, culturais e históricos na realidade local. Também pretendemos conhecer os caminhos construídos e vividos pelo grupo e os caminhos delineados com a prática de um teatro de vanguarda, com elementos de intervenção social e política.

A escolha dos entrevistados se basearam na participação dos mesmos no MECA, em especial aqueles que estiveram na criação, posteriormente foi realizado a elaboração dos roteiros e como realizar as entrevistas, além do tratamento das mesmas, a observação da história dentro da história, momento que foi possível ir além nas declarações e entender a subjetividade e o sentido das memórias. (ALBERTI, 2004, 2005) Outro autor que contribui neste quesito das entrevistas foi Portelli (1994), quando diz que "a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, "as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas." (PORTELLI, 1994, p. 16)

No que tange a problemática e a referência histórica, Marcelo Ridenti (2009), oferece uma contribuição importante para a compreensão da estrutura dos movimentos sociais que perpassam o regime da ditadura civil militar, pontuando o movimento estudantil e o despertar do movimento artístico, entre esses o teatro de Arena, Opinião e Oficina, que estavam marcados pelo aspecto de uma prática reflexiva que beirava a crítica do país, mediante aspirações de militância.

Deste modo, na região do Triângulo Mineiro temos o grupo MECA, surgido em 1974 através de indivíduos como Carlito e Ana Luiza Freitas, principais agentes culturais deste movimento interiorano; além de outros participantes como Gilson, Marlene de Freitas e Francisco Modesto, dentre outros.

O grupo nasceu ligado aos movimentos que carregavam um traço da cultura de esquerda, expondo em suas peças a contestação contra o regime militar, tendo como proposta ideológica em seus primeiros dez anos pela busca da liberdade, sendo uma voz ativa para com as demandas do político social e cultural, carregando consigo a mensagem

democrática. Partindo do trecho do depoimento dos integrantes, "desde o início do Grupo MECA, vejo a cultura como um fator de transformação da sociedade e tem relevância." (FREITAS, Ana Luiza, 2018) Posteriormente, com o Teatro Vianinha enquanto espaço físico, sendo inaugurado em 1980, com o intuito de um "espaço para a arte, democrático, livre e de resistência", segundo a diretora do teatro Ana Luiza.

Devemos pontuar que seus integrantes viram na dramaturgia o principal motivador para a questão cultural, ambos quando trazem "a menção a acontecimentos da infância, por exemplo, tem por função no interior da narrativa justificar o envolvimento posterior nas lutas sociais assumidas pela pessoa." (PENNA, 2017, p. 15)

Segundo Ana Luiza, "o gosto pelo teatro surge exatamente porque eu gostava de ler, e eu lembro que na década de 60 surgiu a estreia de "Morte e vida Severina", que eu até ganhei o disco da gravação da encenação e isso sempre me motivou." (FREITAS, Ana Luiza. 2018)

O integrante Gilson, quando relata sua primeira ligação com o grupo MECA, relembra a professora e hoje amiga Marlene Freitas, naquele momento a sua participação nos projetos escolares acabou despertando uma atenção para as artes e foi na sua juventude o primeiro contato com o teatro;

> A figura central disso aí chama-se Marlene de Freitas. Eu estudava no "Clóvis Salgado", a escola então essencialmente de ensino fundamental no bairro Progresso, na Vila Progresso, né. E claro, estudei na época da ditadura (...) eu tava pra sair da escola e de repente foi criado uma biblioteca comunitária (...) quem era responsável, era a Marlene. Como eu estudava de manhã, eu ia a tarde pra lá. E dentro da escola já fazia, era motivo de ser... Era engraçado, né. Montava assim, coisas e números para apresentar. Eu comecei a conviver com ela e ela percebeu algo em mim." (SANTOS, Gilson. 2019)

Francisco Modesto relata:

> Meu primeiro contato com o teatro, foi ainda quando estava estudando em Campinas. Eu lembro a primeira peça que eu assisti, foi no centro de convivência lá de Campinas. Foi bem, a partir daquele momento, aquele click deu e eu falei assim: "eu gosto disso, né?". (MODESTO, Francisco. 2019)

Enquanto Marlene de Freitas diz: “Desde a minha infância que eu trabalho com arte e brincadeiras, com toda essa cultura lúdica.” (FREITAS, Marlene. 2019)

No que tange as compreensões tidas dos movimentos de resistências e aos demais grupos sociais, Mattos (2012) aborda-os com a pretensão de reconhecer seus pontos de vistas, interesses e identidades pressupostas de acordo com cada objeto analisado. Dito isso, trajados do multiculturalismo, excedendo a dicotomia entre público e privado.

Marlene de Freitas (2019) diz: ao “conhecer as formas de teatro (...) O teatro do Oduvaldo Vianna Filho, que era mais político, mais engajado. O Vianinha era lutador né, progressista, humanista.”

Na mesma linha de raciocínio Gilson (2019) relata que: “No MECA, a proposta era buscar grandes autores que tinham posição política.”

Francisco Modesto (2019): “Carlito e Ana, era meio que uma parabólica, né. Eles percebiam e “vamo, vamo discutir isso aqui na sociedade”.

Pois, foi no entremeio as lutas e as formas de resistir a Ditadura que o MECA conquista parceiros e plateia. Aos vinte e um anos de regime militar, entende-se as controvérsias relativas aos direitos de liberdade cívica, repressões em massa, dentre outros promoveu a setores de esquerda na cidade juntamente com a cultura, impulsionando a troca de experiências e um movimento rico para política e a expressão artística.

Deste modo, dialogamos com Gohn (2012), quando diz sobre as

> [...] experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. A fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada. (GOHN, 2012, p. 23)

Por fim, sabemos que o fazer teatro tornou-se parte da subjetividade de atores, dramaturgos e principalmente aos seus espectadores. A utilização do espaço de teatro enquanto físico, passou a buscar outros lugares após o AI-5, como colocado por Paranhos (2017): “Fazer teatro engajado naquele período era buscar outros lugares de encenação, assim como outros olhares sobre os anos de chumbo.” (PARANHOS, 2017, p. 7)

Neste sentido, ao que tange o contexto de censura em relação ao movimento cultural, surgem as seguintes falas: Segundo Ana Luiza, ela achava que existia uma vigilância sobre o grupo, "acho que eles ficaram vigiando a gente de longe. Como via que a gente não representava perigo nenhum, permitiam." (FREITAS, Ana Luiza. 2018).

"Não deram muita importância.", a entrevistada enfatiza, "Ah, movimento cultural. Esses meninos tão brincando de fazer arte, de fazer cultural (...)" (FREITAS, Ana Luiza. 2018)

Considerações finais

Por fim, podemos pontuar a relação do MECA e Teatro Vianinha para a contribuição enquanto movimento social, pois além de ter um caráter de engajamento político e cultural, vê-se associado ao social e educacional, tendo como base a inclusão do cidadão como agente democrático. Ao analisarmos as entrevistas, ressaltamos que tais rememorações tendem atingir todo e qualquer meio de compreender e interpretar o lugar de falar do indivíduo, Alberti (2004) propõe como possibilidade de pesquisa na história oral, a experiência de história e o estudo das representações do passado, ao qual este trabalho trata por finalidade e além de que as construções de signos, representações diversas da sociedade, se atrela no debate historiográfico com a relevância do ato de testemunhar, ou seja, como a autora Janotti (2010) retrata que não é apenas o que viu ou ouviu, mas que trata-se de um conjunto de descrições que dialogam com outras informações legitimas na construção do discurso.

A partir dos depoimentos, vemos que o MECA e o Teatro Vianinha seguem o ideal de sensibilizar a população com o intuito para a tomada de consciência, obtendo uma mensagem de resistência em suas peças, roteiros e todo meio de difusão/informativo que possibilitem um diálogo com o externo, onde suscitam mudanças sociais através da arte. De acordo com Arantes (2008), sabe-se que o teatro "é uma fonte de estudo que estabelece uma complexa relação entre arte e realidade, ora representando ora interferindo na construção e nos modos de vida." (ARANTES, 2008, p. 1)

Fonte Oral

Anais VII Semana de História do Pontal – Democracia, Direitos Humanos e Educação [Recurso Eletrônico]. De 17 a 20 de setembro de 2019 / Organização: Marco Antônio Cornacioni Sávio – Ituiutaba, MG – ICHPO/UFU. ISSN: 2179-5665. Modo de Acesso: http://www.eventos.ufu.br/shp-2019

FREITAS, Ana Luiza. Entrevista realizada em junho de 2018. Pesquisadora: Sara Aline Azevedo da Silva.

FREITAS, Ana Luiza. Entrevista realizada em julho de 2019. Pesquisadores: Eduardo Giavara e Sara Aline Azevedo da Silva.

FREITAS, Marlene. Entrevista realizada em julho de 2019. Pesquisadores: Eduardo Giavara e Sara Aline Azevedo da Silva.

SANTOS, Gilson. Entrevista realizada em julho de 2019. Pesquisadores: Eduardo Giavara e Sara Aline Azevedo da Silva.

MODESTO, Francisco. Entrevista realizada em agosto de 2019. Pesquisadores: Eduardo Giavara e Sara Aline Azevedo da Silva.

Referência Bibliográfica

ALBERTI, V. **Ouvir Contar: Textos em História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral.** 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARANTES, Luiz Humberto Martins. CULTURA E MEMÓRIA DO TEATRO NO TRIÂNGULO DAS MINAS GERAIS. **Artigo Coletânea Teatro.** Disponível em: http://www.portalabrace.org/vcongresso/textos/historia/Luiz%20Humberto%20Martins%20Arantes%20%20Cultura%20e%20memoria%20do%20teatro%20no%20Triangulo%20das%20Minas%20Gerais.pdf. Acesso em 13 de maio de 2019.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais, cidadania e educação. In. _____. **Movimentos sociais e educação.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 15 – 26.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. Dossiê – História Oral, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan.-jun. 2010.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Teatro fora do eixo: arte, engajamento e militância no Brasil pós-1964.** Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501703485_ARQUIVO_KatiaParanhos-Anpuh-2017-versaofinal.pdf. Acesso em: 03 de março de 2019. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia.

PENNA, Mariana Affonso. História oral e militância política: o caso do Movimento das Comunidades Populares. **História Oral**, v. 20, n. 2, p. 7-32, jul./dez. 2017.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo, Nº 15, p. 13-33, abr/1997.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) O Brasil Republicano. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 3 eds. Rio de Janeiro: 2009. Vol. 4, p. 133-165.

Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras da cidade de Ituiutaba (MG)

Thainara Virgínia Paulino
Graduanda em Serviço Social – FACES/UFU
thainara.paulino97@gmail.com

Soraia Veloso Cintra
Serviço Social – FACES/UFU
soraia.veloso@ufu.br

Resumo: Os direitos sexuais e reprodutivos femininos passaram a ter visibilidade após a Conferência de Cairo (1994). Nela, os países participantes se comprometeram a trabalhar para que as diferenças entre homens e mulheres deixassem de ser uma desvantagem no quesito de autonomia sobre o próprio corpo. Hoje, analisando alguns dados sobre a saúde para o povo preto, podemos observar que, por razão de racismo estrutural dentre outros fatores, a mulher negra muitas vezes não tem o devido acesso a atendimento médico e informações sobre sua fisiologia reprodutiva tão importante para a eficácia de qualquer método contraceptivo. Sendo assim, a pesquisa sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras de Ituiutaba (MG) se faz importante para analisar se em uma cidade onde há o Centro de Saúde da Mulher, as mulheres negras são ou não contempladas e se o alcance desse serviço é satisfatório, acessível e se cumpre seu papel de garantir saúde sexual e reprodutiva de qualidade.

Introdução.

Os direitos sexuais e reprodutivos passaram a ter visibilidade após a Conferência de Cairo (1994), porém de forma ampla, sem muitas discussões acerca do recorte de gênero. Um ano após, na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres sediada na cidade de Beijing, foi discutida a importância do empenho das nações na garantia de direitos igualitários entre homens e mulheres e à justiça social. A partir deste ponto, o resumo apresentado é parte da pesquisa em andamento sobre "Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras de Ituiutaba (MG)" e tem como objetivo buscar entender como os direitos sexuais e reprodutivos têm sido garantidos às mulheres negras da cidade de Ituiutaba. Segundo a Plataforma de Ação do Cairo:

> Os direitos reprodutivos abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos, em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência. (Plataforma de Ação do Cairo,1994, p.62)

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) realizada em 1994 reuniu 179 países que se comprometeram com o plano de promoção do bem-estar humano e no investimento na promoção de saúde sexual e reprodutiva de mulheres e meninas bem como planejamento familiar. No Brasil houve a implementação o Programa de ação da CIPD previsto até o ano de 2015, que dentre outras finalidades, visava garantia do aceso integral a saúde reprodutiva.

Para esta pesquisa, estamos tentando compreender se as ações previstas na CIPD observam questões de raça, pois analisando alguns dados sobre a saúde para a população negra, podemos observar que de acordo com Goes (2018, online) o racismo interfere até mesmo no atendimento dessa população por profissionais de saúde. Em decorrência disto, a UNFPA aponta que o risco de uma mulher negra morrer no pós-parto é cerca de duas vezes maior que mulheres brancas.

Compreendendo que interseccionalidade de opressões segundo Crenshaw (2016, online) é resultado do cruzamento de várias discriminações que certo grupo sofre e que as impede de ter acesso a certas coisas, locais ou direitos. Muitas vezes, a desigualdade no acesso aos direitos é vista em um sentido amplo sem sequer levar em conta questões de raça. E

é importante não só ter uma visão mais profunda deste problema, como também conseguir enxergar que a questão da falta de acesso é decorrente exatamente desta intersecção de opressões.

A pesquisa ainda está na fase inicial, mas é preciso compreender como as mulheres negras de Ituiutaba estão tendo acesso as informações sobre os direitos sexuais e reprodutivos. A pesquisa objetiva entender se os dispositivos como o Centro de Saúde da Mulher atendem às necessidades dessas mulheres e se elas enfrentam problemas no acesso aos esses direitos. Entender a relação das mulheres moradoras de Ituiutaba com a subjetividade do entendimento de seus direitos sexuais e reprodutivos tal como seu poder de decisão dentro de uma possível relação também são preocupações desta pesquisa. O levantamento bibliográfico visa compreender sobre os direitos sexuais e, posteriormente, será realizada pesquisa de campo que poderá ajudar na compreensão destas questões a partir do ponto de vista das próprias mulheres negras.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acordos de Cairo e Beijing. Disponível em**:<** http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/acordos-de-cairo-e-beijing>. Acesso em 10 de Novembro, 2019.

Conferência Parlamentar Internacional sobre a Implementação do Programa de Ação da CIPD (CPII/CIPD) Disponível em <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracoes.pdf>. Acesso em 10 e Novembro de 2019.

Cooperação Técnica Trilateral com Apoio do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP). Disponível em <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/FNUAP>. Acesso em 18 de Outubro de 2019.

Crenshaw, Kimberle. **A urgência da interseccionalidade.** 2016. (8m30s). Disponível em:<https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality/transcript?language=pt-br#t-528109>. Acesso em: 15 de setembro, 2019.

Frossard, Heloisa. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 260p. (Série Documentos)

Missão e Objetivos: Criando um mundo em que todas as gestações sejam desejadas, todos os partos sejam seguros e cada jovem alcance seu potencial. Disponível em<https://brazil.unfpa.org/pt-br/conferencia-do-cairo>. Acesso em 18 de Outubro de 2019.

População negra e direitos sexuais e reprodutivos. 2018. (0m37s). Disponível em < https://brazil.unfpa.org/pt-br/video/popula%C3%A7%C3%A3o-negra-e-direitos-sexuais-e-reprodutivos>. Acesso em 10 de Novembro de 2019.

Saúde sexual e reprodutiva de mulheres negras. 2018. (0m19s). Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/video/sa%C3%BAde-sexual-e-reprodutiva-de-mulheres-negras-0>. Acesso em 10 de Novembro de 2019.

SOUZAS, Raquel; ALVARENGA, Augusta. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos: concepções de mulheres negras e brancas sobre liberdade**. São Paulo: Associação Paulista de Saúde Pública, 2007.

Las Damas de Blanco: memória e resistência política em Cuba (2003-2018)

Marília Alves Ferreira de Resende
Graduando em História – ICHPO/UFU
mariliaalfere@live.com

Resumo: Las Damas de Blanco são um grupo de mulheres que lutam pela libertação e anistia de seus familiares que são presos políticos, condenados pelo governo revolucionário cubano por expressarem opiniões políticas contrárias ao regime. A luta dessas mulheres teve início durante a "Primavera Negra" de 2003, período no qual Cuba passou por uma intensa onda de repressão. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo compreender as práticas e representações que caracterizam as estratégias de atuação política das Damas de Blanco no período compreendido entre 2003 e 2018. A metodologia do trabalho conta com a análise de notícias, artigos, livros, documentos radiofônicos, dentre outros tipos documentais que são produzidos em sites e blogs diversos e disponibilizados na página das Damas de Blanco na internet. Busca-se traçar o perfil e compreender as reivindicações das integrantes do movimento das Damas de Branco, bem como dos presos políticos da Primavera Negra, destacando a importância da luta dessas mulheres pela anistia de presos políticos e contra a violação dos direitos humanos em Cuba.

Introdução.

Las Damas de Blanco são um grupo de mulheres cubanas que lutam pela libertação e anistia de seus familiares, presos políticos, condenados pelo governo revolucionário cubano por expressarem opiniões políticas contrárias ao regime. A luta dessas mulheres teve início durante a "Primavera Negra" de 2003, período no qual Cuba passou por uma intensa onda de repressão. Os acontecimentos que foram desencadeados pela insatisfação de uma parcela da população dissidente da ilha, deriva de ações de repressão à liberdade de expressão impostas pelo governo e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, uma vez que a insatisfação e repressão resultaram no surgimento do grupo conhecido como *Las Damas de Blanco*.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo compreender as práticas e representações que caracterizam as estratégias de atuação política das *Damas de Blanco* no período compreendido entre 2003 e 2018. As reivindicações das *Damas de Blanco* e

a simbologia que elas expressam, ao utilizar roupas brancas e galhos de flores para representar as intenções pacíficas do movimento, reafirmam o objetivo de conquistarem seus desejos através de um debate político por intermédio da exposição de abusos por parte do governo cubano. A marcha todos os domingos à igreja juntamente com as denúncias que elas realizam, caracterizam o grupo de dissidentes protagonizado por mulheres cristãs cubanas, que são mães, esposas, filhas, dos presos políticos da "primavera negra" de 2003.

A pesquisa terá como fontes principais as notícias veiculadas no site das Damas de Branco. O site conta com um acervo de materiais digitais como livros e artigos sobre o grupo, documentos radiofônicos, entrevistas, testemunhos entre outros documentos divididos em abas que organizam por temas as informações sobre quem são, o que pretendem e um resumo sobre suas histórias. Ainda há uma narrativa sobre o que foi a "Primavera Negra", possibilitando assim uma compreensão da sequência cronológica de acontecimentos, uma vez que tal episódio desencadeou e tornou possível o surgimento do grupo. Há no site informações sobre quem são esses presos políticos defendidos pelas Damas de Branco, suas profissões, formações. Descreve-se também quem são essas mulheres, as atividades por elas realizadas, as suas conquistas, reconhecimentos e prêmios obtidos até então e instruções de como apoiá-las.

Quanto à metodologia utilizada, será realizada a análise de notícias, artigos, livros, documentos radiofônicos, dentre outros tipos documentais que estão veiculados em sites e blogs diversos e disponibilizados na página das Damas de Blanco na internet. O trabalho das autoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, discute métodos para "desvendar" as fontes da imprensa, porém alguns desses métodos são possíveis de ser deslocados para outros veículos de informação, como sites e blogs. Ao propor o exercício de reflexão sobre a imprensa, Cruz e Peixoto chamam a atenção para os aspectos da informação que estão no entorno e não apenas evidenciadas no conteúdo textual ou imagético de jornais e revistas. Assim o pesquisador deverá ser capaz de desenvolver uma "sensibilidade de leitura" do material e elaborar questões a serem respondidas, tais como: Qual o contexto social em que foi produzida a notícia? A qual temporalidade ela remete? Quais são as inclinações políticos-ideológicas do proprietário e da equipe redatora? Quem as financia?

Qual ou quais produtos ela divulga? Quem é(são) o(os) público(os) a quem são direcionadas as informações? (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Ainda sobre as práticas metodológicas, a discussão realizada parte do pressuposto fundamental de que há a necessidade de analisar as informações em aspectos mais amplos. O exercício de questionar as informações vai além daquelas que estão explícitas no material. A autora Renée Zicman exemplifica de que modo devem ser compreendidas essas informações identificando elementos "ocultos" que a constituem. Nesse sentido, destaca a importância de historicizar o objeto analisado, atentando para aspectos como o viés político-ideológico, a equipe redacional ou grupo proprietário do veículo de comunicação, o aspecto formal das notícias, patrocínios, publicidade, a disposição das informações e finalmente o público a quem é direcionado o conteúdo (ZICMAN, 1985).

José Luis Orihuela, por sua vez, apresenta algumas informações fundamentais para entender o conceito, historicização, métodos de análise, entre outros aspectos, ao se tratar dos blogs como veículo de comunicação e difusor de ideias. O referido autor destaca alguns elementos para a análise dos blogs, tais como: identidade do autor; design da interface; conteúdo editorial; antiguidade e frequência da atualização; política de links; blogroll (lista de blogs); links de entrada; comentários e debates e análise do público. Cada tópico citado, apresenta uma descrição especificando as questões que se objetiva saber para poder obter a melhor compreensão do material (ORIHUELA, 2007).

A luta das Damas de Branco deverá ser analisada sob diversos ângulos, e portanto, alguns questionamentos serão a base fundamental para compreendê-la, como: quais são as estratégias de atuação política das Damas de Branco? Através de que mecanismos podemos compreender as reivindicações das Damas de Branco pela anistia dos presos políticos e em defesa dos direitos humanos? Qual o perfil das integrantes do movimento das Damas de Branco e dos presos políticos da Primavera Negra? Quais são as práticas repressivas do governo cubano? De que modos são construídas as representações sobre as Damas de Branco no discurso oficial? Quais possíveis problematizações podem ser pensadas em razão dos eventuais silenciamentos do Estado em relação à oposição?

Apesar de o principal recorte em torno do movimento dissidente apresentar características políticas, isso não impede que a análise sobre o significado das ações realizadas pelo grupo possa ser ampliada à História Cultural refletindo o papel da figura feminina no contexto da sociedade cubana. Levando em consideração as tradições que por anos são enraizadas nas vidas das pessoas e reproduzidas cotidianamente, Cuba chama a atenção pela grande resistência a mudanças. Por mais que se oponha explicitamente ao governo, as ações que há 15 anos vem sendo praticadas pelas Damas de Branco não representam para o governo significativas ameaças, podendo ser subestimadas principalmente por estarem associadas a papéis conservadores vinculados à figura feminina: mães, esposas, filhas.

As notícias veiculadas no site das Damas de Branco são capazes de fornecer informações sobre o progresso ou retrocesso do movimento, quais impactos sofreram ao longo de sua luta, o reconhecimento e ainda a visão por parte do governo cubano. Dentre os temas que se pretende abordar estão a constituição do grupo, como surgiu, através de quais iniciativas, os significados atribuídos às Damas de Branco e aos presos políticos; os métodos utilizados para ganhar conferir visibilidade ao movimento e ainda os modos como essas mulheres são vistas pelo governo cubano e por instituições internacionais.

Referências bibliográficas:

BLOCH, Vincent. **Reflexões sobre a dissidência cubana.** Disponível em:<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1393>. Acesso em: 03 out. 2018.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa.** Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

FREYRE Laura. "De la iglesia a la Plaza: las Damas de Blanco y la lucha por el espacio público en La Habana," Annual Proceedings, The Association for the Study of the Cuban Economy, vol. 18, 2018.

GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2006.

LEYVA, Luvel; ARAÚJO, Hanna. Tradução: O corpo cubano e suas performances do queloide na ilha do espetáculo. **Sala Preta**, v. 14, n. 1, p. 67-75, 25 jun. 2014.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011, p. 65-98.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. O local do testemunho. **Tempo e argumento**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia da História. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 263-283.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p.3-15.